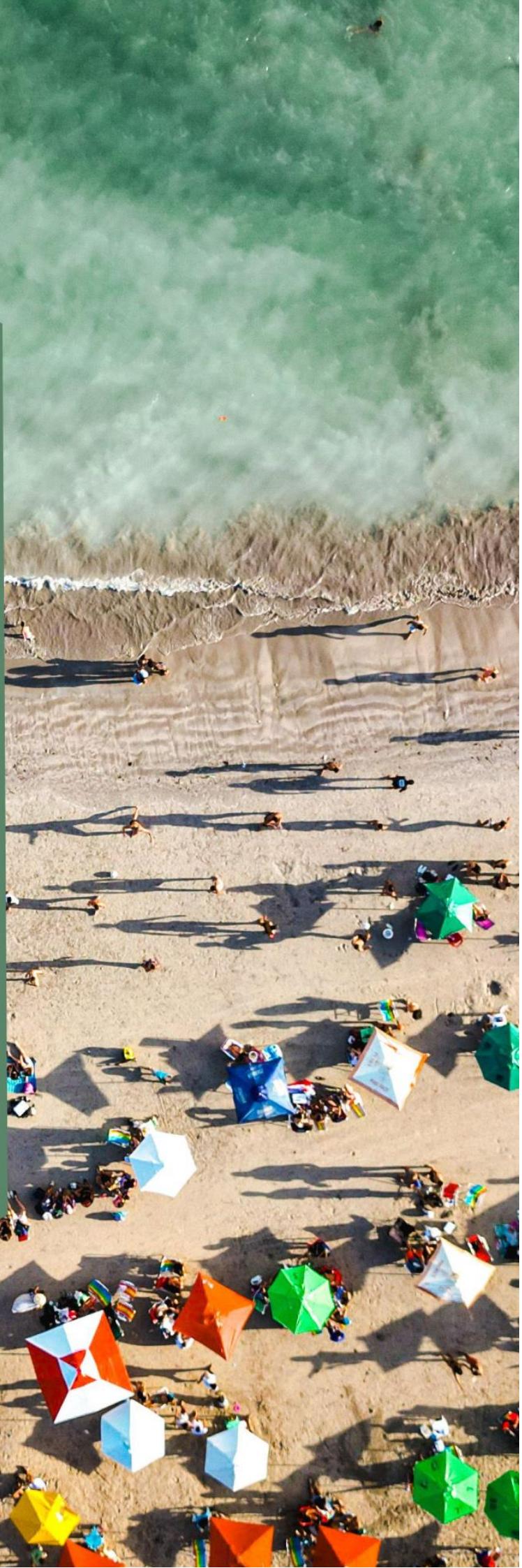




Gestão Integrada da Orla de Maceió

Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Maceió, Alagoas.

2024



COORDENAÇÃO NACIONAL

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck - Ministra

Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU

Lucio Geraldo De Andrade - Secretário

Claudio Marcus Schmitz - Chefe da Divisão de Praias e Orla

Wagneide Rodrigues - Geógrafa - Divisão de Praias e Orla

João Paulo Azevedo - Divisão de Praias e Orla

Ministério do Turismo – Mtur

Celso Sabino de Oliveira - Ministro

Sinara Leandra Silva Alves de Souza - Coordenadora de Apoio a Concessões e Parcerias de Ativos

Naturais

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR

Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema

Mauren Lazzaretti - Presidente

COORDENAÇÃO ESTADUAL

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM ALAGOAS (SPU/AL)

Jully Beltrão Lima Siqueira Vasconcelos - Superintendente

Mário Cardoso Gama Júnior - Coordenador

Pedro Gustavo Barros - Chefe de cessão de destinação patrimonial

Glória Modesto - Arquiteta e urbanista

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH/AL)

Gino César Meneses Paiva - Secretário

Eduardo Barreto - Gerente de Gestão Ambiental e Clima

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (Setur/AL)

Bárbara Faustino Braga - Secretária

Selefe Gomes - Superintendente de Planejamento e Prospecção de Negócios Turísticos

COORDENAÇÃO MUNICIPAL

PREFEITO

João Henrique Holanda Caldas

GRUPO DE TRABALHO

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE MACEIÓ – IPLAN

Antonio Carvalho e Silva Neto

Maria Luísa de Carvalho Viégas Machado

Carmen Andréa da Fonseca e Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ - SEMSC

Eduardo Luiz de Paiva Lima Marinho

Lourival Antônio Bento

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Bruno Kiefer Lelis

Gustavo Medeiros Soares Esteves

AUTARQUIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LIMPEZA URBANA - ALURB

Moacir Teófilo Neto

Kedyna Luanna Tavares Bezerra

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA

Lívio Lima Fontenelle Filho

Moacyr Magalhães

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMURB

Marcos André Vitor Cavalcanti

Edigar Cavalcante de Albuquerque Filho

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTEGRAÇÃO METROPOLITANA - SEMAEMI

David Ricardo de Luna Gomes

Charles Belarmino Vieira

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMTES

Jonatas José Oliveira Ômega

Diego dos Santos Fernandes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEMAPA

Caio Costa Beltrão

Leonardo Perrotti Santos Guastaferro

Renata Maria do Nascimento Coelho da Paz

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SEMESP

Thales Cavalcante Novais de Castro

Jomylke Magno Barbosa Loureiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SEMTUR

Eduardo Monteiro Vianna Henrique Silva

Mônica Leite Peixoto Almeida

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - DMTT

André Santos Costa

Erika Wanessa Galvão da Costa

AUTARQUIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ILUMINA

Camila Soares Porciuncula

Vitor Soares Leite

EQUIPE TÉCNICA IPLAN

Davi Beltrão de Rossiter Corrêa

Vice-presidente/ Assessor Executivo

EQUIPE TÉCNICA IPLAN

Paula Duque Rangel

Diretora Técnica de Planejamento Urbano

Apoio à Facilitação

Dandara Melo Correia

Assessora Técnica

Apoio aos Registros e Atas

Moacir Tigre da Silva Júnior

Assessor Técnico Relações Públicas

Apoio à Comunicação

Séfora Emiliano Ferton

Assessora Técnica

Apoio ao Credenciamento

Vitoria Karoline da Silva Pereira

Sátiro Batista dos Santos Neto

Assessora Técnica

Estagiário

Apoio à Elaboração dos Mapas

Apoio Técnico

Mirella Murta Gomes Rizzo

Maria Clara Lima Palmeira

Estagiária

Estagiária

Apoio ao Credenciamento

Bruna Rodrigues de Souza

Diretoria Técnica de Informações

Geográficas

Apoio à Elaboração dos Mapas

GESTOR MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE PRAIAS

Titular

Eduardo Luiz de Paiva Lima Marinho

Secretário Municipal de Segurança Cidadã

Substituto

Marcos André Vitor Cavalcanti

Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo

INSTITUIÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS, DA INICIATIVA PRIVADA E DA SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANTES DAS DUAS ETAPAS DA OFICINA

Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Trapiche (ASSCOMAT)	Associação dos Moradores do Gurguri e Guaxuma (AMGG)
Associação dos Moradores e Amigos do Pontal da Barra (AMAPO)	Associação de Prestadores de Serviço da Orla de Maceió (ASSPSOMM)
Associação Comunitária de Moradores da Vila Emater (Ascomove)	Associação Beneficente da Comunidade Boca do Rio
Associação de Artesãos da Orla de Maceió (AARTON)	Associação dos Artesãos do Pontal da Barra (AAPB)
Associação da Feirinha de Artesanato da Pajuçara (AFAP)	Comerciantes da Praia da Sereia
Conjunto Vila dos Pescadores	Colônia de Pescadores - Z-2
Federação Alagoana Triathlon	Clube de Canoagem João Tomasini
Associação Alagoana de Ciclismo (AAC)	AMMA - Associação de moto táxis e moto boys
Instituto Biota de Conservação	Instituto Salsa de Praia
Instituto Silvio Vianna	Nosso Mangue
Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)	BR Cidades Maceió
Museu Théo Brandão - UFAL	Casa da Arte
Observatório Ambiental	Instituto Federal de Alagoas (IFAL)
Ministério Público Estadual (MPE)	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA)	Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas (SPU/Distrito Federal)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Administração do Porto 82
Bar da Galega	Clube de Engenharia de Alagoas
Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de Alagoas (IAB/AL)	Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu

INSTITUIÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS, DA INICIATIVA PRIVADA E DA SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANTES DAS DUAS ETAPAS DA OFICINA

Feira Livre de Artesanato da Pajuçara	Barraca da Cida
Senhora dos Caldinhos	Bar Serestinha
Instituto de Ação Social Esperon Remigio Costa	RENTEX Turismo
Turismo em Alagoas	Maceió Convention
Barraca de Praia Guerreiros dos Oceanos	Instituto de Ação Social - Eumavi
ATPA Tenistas	CT Futvolei
Sup do Gaúcho	APTA - Administração de condomínios
Siri Cascudo	Barraca do PC
Câmara dos Vereadores	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Conjunto Vila dos Pescadores	Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP)
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/AL)	Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento e Turismo de Alagoas (SINFRETUR)

FACILITADORES

Gapu Soluções Ambientais
Gestão Ambiental e Planejamento Urbano
CNPJ 30.882.059/0001-11
projetoorlagapu@gmail.com
@gapu.amb (82) 98823 7720

Enio Ricardo Gomes Júnior
Arquiteto Urbanista
Mestre em Gestão Pública
Responsável Técnico

Vinícius Duarte
Arquiteto e Urbanista
Mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado

Ana Paula Garcia de Oliveira
Bióloga
Especialista em Gestão Ambiental
Mestra em Sustentabilidade na Gestão
Ambiental

Maya Neves
Arquiteta e Urbanista
Mestra em Desenvolvimento Urbano

Norah Costa Gamarra
Bióloga
Mestra e Doutora em Biodiversidade e
Conservação

Dara Cavalcante
Técnica em Química Industrial
Graduada em Engenharia do Petróleo

Rafael Lustosa Siqueira
Biólogo
Especialista em Oceanografia
Mestrando na modalidade profissional em
Tecnologias Ambientais

Catiane Lopes de Lima
Turismóloga
Mestre e Doutora em Turismo

Deivdson Brito Gatto
Economista
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e
Desenvolvimento

LISTA DE SIGLAS

Abema	Associação Brasileira das Entidades Estaduais do Meio Ambiente
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
Alurb	Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana
APA	Área de Proteção Ambiental
APD	Área de Planejamento Direto
API	Área de Planejamento Indireto
APP	Área de Proteção Permanente
Casal	Companhia de Saneamento de Alagoas
CELMM	Complexo Estuarino Lagunar Mundaú Manguaba
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
Cepo	Coordenação Estadual do Projeto Orla
CMPO	Coordenação Municipal do Projeto Orla
CNPO	Coordenação Nacional do Projeto Orla
Cohab	Companhia de Habitação Popular
CUEM	Concessão de Uso Especial para fins de Moradia
DMTT	Departamento Municipal de Transporte e Trânsito
EEE	Estação Elevatória de Esgoto
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FMAC	Fundação Municipal de Ação Cultural
Icmbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ilumina	Autarquia Municipal de Iluminação Pública
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Iplan	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maceió
LPM	Linha de Preamar Médio

LTM	Linha de Terreno de Marinha
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MTur	Ministério do Turismo
ONG	Organização não governamental
OPLIT	Operação Policial Integrada Litorânea
PEV	Ponto de Entrega Voluntária
PDPM	Plano Diretor Participativo Municipal
PGI	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
PGM	Procuradoria Geral do Município
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
RA	Região Administrativa
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
Sanama	Saneamento Alta Maceió
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sebema	Secretaria Extraordinária do Bem Estar Animal
SEDCITI	Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas, Ciência, Tecnologia e Inovação
SEJL	Secretaria Extraordinária da Juventude e Lazer
Semarh	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Setrand	Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano
Setur	Secretaria de Estado do Turismo
Semaemi	Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Integração Metropolitana
Semapa	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
Semce	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa
Semed	Secretaria Municipal de Educação
Semesp	Secretaria Municipal de Esporte
Seminfra	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMSC	Secretaria Municipal de

Semtes	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária
Semtur	Secretaria Municipal de Turismo
Semurb	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TAGP	Termo de Adesão à Gestão de Praias
UCs	Unidades de Conservação
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
ZEP	Zona Especial de Preservação
ZIAP	Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico
ZIS	Zona de Infraestrutura e Serviços
ZUCO	Zona de Uso Comunitário
ZUMO	Zona de Uso Moderado
ZUR	Zona de Uso Restrito

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Composição do arranjo institucional em cada nível de atuação.	26
Figura 2: 1 ^a etapa da oficina	32
Figura 3: 1 ^a etapa da oficina	32
Figura 4: 1 ^a etapa da oficina	32
Figura 5: 1 ^a etapa da oficina	32
Figura 6: 1 ^a etapa da oficina	32
Figura 7: 1 ^a etapa da oficina	32
Figura 8: 2 ^a etapa da oficina	33
Figura 9: 2 ^a etapa da oficina	33
Figura 10: 2 ^a etapa da oficina	33
Figura 11: 2 ^a etapa da oficina	33
Figura 12: Mapa de localização do município de Maceió.....	35
Figura 13: Mapa de linha de Preamar Médio.....	39
Figura 14: Mapa de Linha de Preamar Médio 2	39
Figura 15: Mapa Unidades de gestão urbana de Maceió.....	41
Figura 16: Delimitação simplificada da orla, nos limites previstos na legislação.....	45
Figura 17: Mapa das áreas de planejamento direto e indireto APD E API	46
Figura 18: Mapa das Unidades de Planejamento (UP1, UP2 e UP3).....	48
Figura 19: UP1 dividida por trechos (T1, T2 e T3)	52
Figura 20: UP2 dividida por trechos (T1 e T2).	55
Figura 21: UP3 dividida por trechos (T1, T2 e T3)	58
Figura 22: Banca de revista.....	62
Figura 23: Barraca de praia.....	62
Figura 24: Posto da OPLIT.	62
Figura 25: Mix	62
Figura 26: Quiosque de sorvete.	62
Figura 27: Feira de artesanato da Pajuçara.....	62
Figura 28: Trecho da orla de Ponta Verde.....	70
Figura 29: Trecho da orla de Jatiúca.....	71
Figura 30: Banheiros públicos na orla de Jatiúca	72
Figura 31: Ocupação irregular no calçadão da orla do Trapiche da Barra (UP1).	74
Figura 32: Atividades econômicas realizadas na orla da UP 2.....	75
Figura 33: Farol da praia de Ponta Verde.....	76
Figura 34: Localização do Porto de Maceió.....	78

Figura 35: Localização do Canal de Acesso do Porto de Maceió.	79
Figura 36: Localização dos fundeadouros do Porto de Maceió.	81
Figura 37: Distribuição dos leitos por categoria	87
Figura 38: Distribuição de alojamentos por bairro em Maceió.	88
Figura 39: Localização dos principais entrepostos de desembarque e ancoradouro de barcos no município de Maceió, os quais constituíram os locais de amostragem junto aos pescadores.	90
Figura 40: Unidade Industrial Cloro Soda Maceió.	94
Figura 41: Classes definidas no Decreto Federal n.º 5.300, de 2004.	95
Figura 42: Localização e situação da APA do Pratagy.	100
Figura 43: Localização e situação da APA de Santa Rita.	101
Figura 44: Zoneamento da APA de Santa Rita.	102
Figura 45: Localização e situação da APA Costa dos Corais.	103
Figura 46: Recorte do Zoneamento da APA Costa dos Corais	105
Figura 47: Cobertura das formações florestais em Maceió.	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Imóveis e seus respectivos regimes de utilização.....	36
Tabela 2: Tipos de produtos fornecidos pelos ambulantes na faixa de areia na Unidade de Planejamento 2.....	85
Tabela 3: Tipos de produtos fornecidos pelos ambulantes na Unidade de Planejamento 2.....	85
Tabela 4: Número de embarcações por modalidades de pesca do litoral de Maceió-AL.....	92
Tabela 5: Cobertura da vegetação em Maceió.	110
Tabela 6: Quantitativo de problemas e potencialidade por trecho.	115
Tabela 7: Quantitativo de ações e medidas estratégicas por trecho.	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Processos de demarcação da Linha de Preamar Médio 1831	37
Quadro 2: Delimitação dos trechos nas Unidades de Planejamento	47
Quadro 3: UP 1 – Trechos.	49
Quadro 4: UP 2 – Trechos.	53
Quadro 5: UP 3 – Trechos.	56
Quadro 6: Classificação dos Trechos.....	95
Quadro 7: Quadro detalhado - problemas e potencialidades UP1	116
Quadro 8: Quadro detalhado - problemas e potencialidades UP2	122
Quadro 9: Quadro detalhado - problemas e potencialidades UP3	138
Quadro 10: Conflitos identificados na orla de Maceió.	154
Quadro 11: UP 1 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 1.	156
Quadro 12: UP 1 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 2.	159
Quadro 13: UP 1 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 3.	161
Quadro 14: UP 2 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 1.	163
Quadro 15: UP 2 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 2.	166
Quadro 16: UP 3 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 1.	169
Quadro 17: UP 3 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 2.	172
Quadro 18: UP 3 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 3.	178
Quadro 19: Quadro detalhado - Ações e diretrizes UP1	182
Quadro 20: Quadro detalhado - Ações e diretrizes UP2	190
Quadro 21: Quadro detalhado - Ações e diretrizes UP3	200
Quadro 22: Cronograma de execução das Ações e Diretrizes.....	234

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO ORLA	25
1.1. Breve Histórico do Projeto Orla	25
1.2. Breve histórico da evolução histórica da ocupação da orla e principais problemas de apropriação incorreta e conflitos de uso da orla	26
1.3. Dados do TAGP e Desenvolvimento do PGI	28
1.3.1. Data da assinatura do TAGP	28
1.3.2. Data da publicação do extrato do TAGP no D.O.U.....	28
1.3.3. Cópia do TAGP assinado e Decreto Municipal	28
1.3.4. Data de Adesão do Projeto Orla	28
1.3.5. Data da realização das etapas I e II da Oficina de Planejamento Integrado e Participativo	
28	
1.3.6. Data da instituição e composição do Comitê Gestor da Orla.....	29
1.1.1 Desafios e contribuição do Projeto Orla e do PGI para o município	29
1.3.7. Cópias dos Relatórios Anuais de Gestão de Praias Marítimas no âmbito do TAGP	29
1.3.8. Descrição do processo de mobilização: reuniões, seminários, oficinas, registros fotográficos dos eventos e da presença	29
2. OBJETIVOS	34
2.1. Objetivo geral.....	34
2.2. Objetivos específicos.....	34
3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	35
3.1. Área correspondente aos bens da União e a Linha de Preamar Média de 1831	36
3.2. Zoneamento do Plano Diretor na Orla	40
3.3. Área objeto do TAGP	44
3.4. Delimitação da orla municipal, conforme Decreto 5.300/2004 (Seção I) e demarcação da área de abrangência do TAGP	44
3.5. Delimitação das áreas de análise e os trechos definidos da orla	47

3.5.1. Unidade de Planejamento 1	49
3.5.2. Unidade de Planejamento 2	53
3.5.3. Unidade de Planejamento 3	56
3.6. Acessos às praias, garantindo o livre e franco acessos a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos do Ar. 10º da Lei 7.661/1988	59
3.7. Acessos para pessoas com deficiência	59
3.8. Áreas de cessão e de permissão de uso vigentes ocupadas por terceiros	60
4. INFRAESTRUTURA URBANA.....	63
4.1. Infraestrutura de abastecimento de água.....	63
4.2. Infraestrutura de energia elétrica	63
4.3. Infraestrutura de sistema viário.....	64
4.4. Infraestrutura de lixeiras.....	65
4.5. Infraestrutura de procedimentos de coleta de resíduos.....	65
4.6. Infraestrutura de esgotamento sanitário	66
4.7. Listagem ou número de logradouros sem rede coletora de esgoto	67
4.8. Infraestrutura de drenagem de água na orla	67
4.9. Infraestrutura de limpeza urbana na orla	68
4.10. Infraestrutura de transporte público na orla	69
4.11. Obras para contenção dos processos erosivos e/ou de inundaçao.....	69
4.12. Existência de banheiros públicos na orla	71
4.13. Existência de duchas e lava-pés	72
5. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS.....	73
5.1. Quiosques e barracas existentes ou comumente utilizadas na alta temporada	73
5.2. Equipamentos para navegação	76
5.3. Demarcação para atividades na faixa terrestre e marítima: banhistas, práticas de esporte, equipamentos e outros.	79
5.4. Demarcação de área de fundeio de barcos/marinhas/trapiches	80
5.5. Pontos e/ou atividades turísticos.....	81

5.6.	Presença de guarda-vidas	83
5.7.	Presença de agentes de segurança (Guarda municipal, Polícia)	84
6.	ATIVIDADES ECONÔMICAS	84
6.1.	Comércio (bares, restaurantes, lojas, ambulantes etc.)	84
6.1.1.	6.1.1 Identificação de ambulantes e quiosques permitidos na área da união	84
6.2.	Pousadas e hotelaria (número de leitos).	87
6.3.	Aquicultura, pesca, extrativismo.....	89
6.3.1.	Pesca.....	89
6.3.2.	Extrativismo.....	93
7.	ATRIBUTOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PARÂMETROS AMBIENTAIS.....	94
7.1.	Classificação da Orla	94
7.2.	Tipos de ecossistemas existentes e serviços ecossistêmicos associados	96
7.3.	Existência de proteção para ecossistemas sensíveis.....	96
7.4.	Áreas de Preservação Permanente	97
7.5.	Unidades de Conservação	99
7.5.1.	Área de Proteção Ambiental do Pratagy	99
7.5.2.	Área de Proteção Ambiental de Santa Rita	100
7.5.3.	Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.....	103
7.6.	Controle sobre agentes de degradação e poluidores.....	105
7.7.	Sítios de interesse histórico, arqueológico, geológico e cultural.....	106
7.8.	Características meteoceanográficas predominantes (vento/ondas/marés/clima)	106
7.9.	Variações da linha da costa (largura da faixa de areia/balanço sedimentar/taxas de erosão e progradação)	108
7.10.	Uso e cobertura do solo (espacial e temporal)	109
7.11.	Diagnóstico de flora	112
7.12.	Diagnóstico de fauna	112
8.	ATRIBUTOS SOCIAIS.....	114
8.1.	Presença de comunidades tradicionais	114

8.2.	Densidade demográfica da orla	114
8.3.	Número de domicílios de uso ocasional/segunda residência na orla.....	114
8.4.	Número médio de habitantes por domicílio na orla	114
9.	IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES GERADORAS DO PROBLEMA E DOS ATORES ENVOLVIDOS E PROBLEMAS DE USO E OCUPAÇÃO E IMPACTOS NA ORLA	115
9.1.	Unidade de Planejamento 1.....	116
9.2.	Unidade de Planejamento 2.....	122
9.3.	Unidade de Planejamento 3.....	138
10.	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ORLA	151
10.1.	Presença de atividades em dissonância com o uso público da praia	151
10.2.	Informações das possíveis estruturas temporárias instaladas na praia (quiosques, palcos, arenas para esportes e outras) e a autorização junto à SPU	151
10.3.	Existência de conflitos fundiários.....	153
10.4.	Existência de mecanismos de denúncias sobre conflitos fundiários e atividades em dissonância com o uso público da praia	155
11.	CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA	156
11.1.	Unidade de Planejamento 1.....	156
11.2.	Unidade de Planejamento 2.....	163
11.3.	Unidade de Planejamento 3.....	169
12.	AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS	181
12.1.	Unidade de Planejamento 1.....	182
12.2.	Unidade de Planejamento 2.....	190
12.3.	Unidade de Planejamento 3.....	200
13.	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES	226
13.1.	Base legal local para executar as ações previstas	226
13.1.1.	Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP)	226
13.1.2.	Legislação Ambiental e Patrimonial Federal	226
13.1.3.	Legislação Ambiental Estadual incidente sobre as Áreas do PGI e TAGP	226

13.1.4.	Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro	227
13.1.5.	Plano Diretor	227
13.1.6.	Lei de Uso e Ocupação do Solo.....	227
13.1.7.	Legislações Setoriais (pesca, maricultura, turismo, etc)	227
13.1.8.	Legislação municipal que regulamente a publicidade nas áreas do TAGP.....	227
13.1.9.	Código de Obras e de Posturas do Município.....	227
13.1.10.	Outras leis e normas aplicáveis	228
13.2.	Base institucional local para executar as ações previstas	228
13.2.1.	Órgão Estadual do Meio Ambiente	228
13.2.2.	Polícia Militar Ambiental	228
13.2.3.	Secretarias Municipais.....	228
13.2.4.	Gestor Municipal de Praia	229
13.2.5.	Disponibilização de informações relativas ao TAGP no sítio oficial do Município	230
13.3.	Fóruns de decisão existentes no município	230
13.3.1.	Fóruns existentes	230
13.3.2.	Canais de comunicação e denúncia estabelecidos	231
13.4.	Instrumentos gerenciais e locais existentes	232
13.4.1.	Permissão de uso para eventos de curta duração de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, gratuita ou onerosa.....	232
13.4.2.	Cessão de uso, aos Estados, entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde e às pessoas físicas ou jurídicas de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional, gratuita ou onerosa.....	232
13.4.3.	Compromissos internacionais assumidos	232
13.4.4.	Contratos e termos de cooperação técnica pertinentes	232
13.4.5.	Contratos e termos com a Marinha do Brasil	232
13.4.6.	Contratos e Termos com o Ministério do Meio Ambiente	232
13.4.7.	Contratos e Termos entre Municípios	232
13.4.8.	Contratos e Termos com Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU.....	233

13.4.9.	Contratos e Termos firmados com terceiros, com suas respectivas licenças ambientais	233
13.4.10.	Direitos de Liberdade de navegação	233
13.4.11.	Instrumentos de gestão pesqueira	233
13.4.12.	Plano de Emergência para combater riscos por acidentes naturais e antrópicos	233
13.4.13.	Plano de Emergência para combater erosão e inundação costeira	233
13.4.14.	Plano de Ação Federal da Zona Costeira	233
13.4.15.	Plano de Desenvolvimento do Turismo	233
13.4.16.	Plano de Gerenciamento Costeiro.....	233
14.	CRONOGRAMA GERAL	234
15.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	264
16.	ANEXOS	267
16.1.	ANEXO 1 – Lista de Presença da 1º Etapa da Oficina de Planejamento Participativo.	267
16.2.	ANEXO 2 – Lista de Presença da 2º Etapa da Oficina de Planejamento Participativo.	267
16.3.	ANEXO 3 – Mapa de Sistemas existentes – Plano Municipal de Saneamento Básico.....	267
17.	APÊNDICES	267
17.1.	APÊNDICE 1 – Quadro Detalhado da Unidade de Planejamento 1.....	267
17.2.	APÊNDICE 2 – Quadro Detalhado da Unidade de Planejamento 2.....	267
17.3.	APÊNDICE 3 – Quadro Detalhado da Unidade de Planejamento 3.....	267

APRESENTAÇÃO

O Plano de Gestão Integrada (PGI) da Orla Marítima de Maceió é um instrumento de planejamento e gestão que visa coordenar e orientar o desenvolvimento sustentável deste território. O PGI tem como principal objetivo implementar uma política pública estratégica para o planejamento do uso e ocupação da orla marítima de Maceió/AL, promovendo uma gestão integrada e coordenada dos recursos naturais, econômicos, sociais e culturais presentes na zona costeira, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a promoção do bem-estar social das comunidades locais.

Este documento foi sistematizado com base nas duas etapas da Oficina de Planejamento Participativo e reuniões técnicas realizadas no período de agosto de 2023 a fevereiro de 2024, abrangendo as análises e as ações propostas para a orla do município.

O Programa Orla de Maceió, lançado em 2023, contempla toda a orla marítima do município, desde o limite com Marechal Deodoro até o limite com Paripueira. Seguindo a metodologia do Projeto Orla, foram definidas 03 (três) Unidades de Planejamento distintas:

UP 01 - Unidade de Planejamento 01 - do Pontal a Jaraguá;

UP 02 - Unidade de Planejamento 02 - da Pajuçara até Jacarecica;

UP 03 - Unidade de Planejamento 03 - de Guaxuma à Ipioca.

O processo de elaboração do PGI é uma atribuição da Coordenação Municipal do Programa Orla de Maceió em parceria com a Coordenação Estadual do Projeto Orla de Alagoas, Coordenação Nacional do Projeto Orla e com empresa Gapu Soluções Ambientais, que conta com facilitadores habilitados pelo Governo Federal.

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO ORLA

1.1. Breve Histórico do Projeto Orla

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é um dos instrumentos da Gestão Costeira Brasileira, sendo uma ação governamental transversal com o intuito de compatibilizar as políticas econômica, urbana, patrimonial e ambiental, por meio da gestão costeira integrada.

Na Gestão Costeira Brasileira, compõe o arcabouço legal a Lei Federal nº 7.661, de 1988, que estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e seus instrumentos, regulamentados pelo Decreto Federal nº 5.300, de 2004. Em 1997 foi promulgada a Resolução nº 05, que instituiu o Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II), buscando adequar o PNGC às novas demandas da sociedade. O PNGC II institui a descentralização da gestão dos ambientes costeiros, entendendo que os estados e municípios podem melhor gerenciar suas demandas, e tem o objetivo de orientar a utilização racional dos recursos na zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural (Brasil, 2022).

O Decreto Federal nº 5.300, de 2004, além de regulamentar o PNGC, estabelece definições e critérios de gestão da orla marítima. Segundo esse Decreto, orla marítima é “a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar” (Brasil, 2004). Desse modo, as praias marítimas - já definidas na citada Lei Federal nº 7.661 - estão inseridas na orla.

Ainda que a estruturação do Projeto Orla tenha iniciado na década de 1990, pode-se considerar que a primeira fase desta iniciativa efetivamente ocorreu entre 2000 e 2004, quando foram estabelecidas a metodologia do projeto e a verificação e validação das etapas a serem implementadas (Oliveira e Nicoldi, 2012 *apud* Brasil, 2022). Nesse contexto, 5 (cinco) Manuais foram publicados, entre os anos de 2002 e 2006, contendo os conceitos e a metodologia que serviram de guia para o desenvolvimento do Projeto Orla.

No ano de 2015, a publicação da Lei Federal nº 13.240 autorizou a União a “transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos” (Brasil, 2015). A Portaria SPU nº 113, de 2017, atualizada pela Portaria SPU nº 44, de 2019, regulamentaram a Lei Federal nº 13.240, através da criação do Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP).

O TAGP tem a finalidade de estabelecer condições para a gestão integrada da zona costeira e, além de condicionar a gestão municipal das praias à elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), definir condicionantes para monitoramento da implementação do Projeto Orla, trazendo um novo ator ao

cenário da administração pública municipal – o Gestor Municipal de Utilização de Praias, que é o interlocutor entre Município e SPU/UF (Brasil, 2022).

Devido a um novo arranjo institucional na esfera federal em 2022, o manual do Projeto Orla foram atualizados, sem, contudo, descartar os antigos manuais como importante base de consulta. Na esfera federal, o Projeto Orla atualmente conta com a participação, de forma integrada, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SPU/MGI); da Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade do Turismo, do Ministério do Turismo (SNPTur/MTur); e da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SSDR/MIDR), que compõem a Coordenação Nacional do Projeto Orla (CNPO) (Figura 1); tendo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais do Meio Ambiente (ABEMA) o papel de consultora para assuntos de meio ambiente (Brasil, 2022).

O Projeto Orla conta também com arranjo institucional nas esferas estaduais e com o protagonismo dos municípios na elaboração do PGI (Figura 1). No estado de Alagoas, o Projeto Orla é coordenado pela Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas (SPU/AL), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/AL) e Secretaria Estadual de Turismo (Setur/AL).

Figura 1: Composição do arranjo institucional em cada nível de atuação.



Fonte: Brasil (2022, p. 104).

1.2. Breve histórico da evolução histórica da ocupação da orla e principais problemas de apropriação incorreta e conflitos de uso da orla

O processo de ocupação do território de Maceió teve início na região compreendida entre as margens da laguna Mundaú e o Jaraguá. Até meados dos anos 1960 a ocupação urbana se restringia à planície

lagunar (Mundaú), ao início do tabuleiro, no bairro do Farol e à planície litorânea, entre os bairros do Centro e Jaraguá. Segundo Cavalcanti (2002), devido à influência do urbanismo higienista, não havia ainda interesse pela orla marítima. Logo, esta não era urbanizada.

Duas forças foram responsáveis pela ocupação da orla marítima como um vetor de expansão do território urbano (especialmente do Porto de Jaraguá em direção ao norte, até a Jatiúca) a partir da década de 1970: o turismo e o mercado imobiliário (Duarte, 2019) e a instalação da Braskem/Salgema que por apresentar riscos de contaminação e perigo a população, desvalorizou a área e mudou o eixo de desenvolvimento da cidade para o litoral norte do município. Entre 1974 e 1982 foram urbanizadas, respectivamente, as orlas de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, área que até a primeira metade do século XX possuía ocupação rural.

Devido ao ritmo acelerado em curto espaço de tempo, em meados do século XX, a cidade de Maceió passou por intenso crescimento populacional e ampliação do tecido urbano, passando de pouco mais de 399 mil habitantes em 1980 para quase 1 milhão de habitantes em 2022 (IBGE, 2023). Crescimento este, estimulado pela concessão de investimentos públicos e privados, dentre os quais podemos destacar: a instalação da Braskem, a modernização do Porto, a ampliação da rede hoteleira, a abertura de novas vias e a atuação da COHAB, com a construção de conjuntos habitacionais. Tais iniciativas estimularam a migração intensa do interior para a capital, sobretudo entre a década de 1960 e os anos 2000.

Quanto às dinâmicas socioespaciais de ocupação da orla marítima, podemos destacar que, o primeiro trecho urbanizado da orla foi a praia da avenida, na primeira metade do século XX, entre o bairro do Centro e Jaraguá. Contudo, a instalação da Braskem, em 1976, representou uma barreira antrópica ao adensamento populacional na orla marítima do Centro em direção ao sul, até o Pontal da Barra. Este cenário, combinado com um processo de esvaziamento dos centros históricos (identificado em muitas cidades brasileiras), contribuiu para caracterizar a ocupação desta orla como predominantemente institucional e de serviços com muitos prédios subutilizados.

Já na década de 1970, a praia de Pajuçara passou por obras de urbanização, contando com a implantação de campos de futebol, basquete e vôlei, abrigos de ônibus, playgrounds, barracas de coco, balança de pescado, postes de iluminação, e árvores plantadas (Duarte, 2019). Este cenário atraiu investimentos imobiliários e turísticos, passando a se consolidar como a região mais valorizada da cidade. Esse cenário acabou concentrando elevada oferta de atividades e serviços, levando a uma sobrecarga nos sistemas de infraestrutura, a exemplo do saneamento e da mobilidade.

O processo de urbanização teve continuidade no sentido da Ponta Verde e Jatiúca, até a década de 1990. A partir dos anos 2000, a urbanização se prolongou até a orla de Cruz das Almas, seguida pela orla de Jacarecica.

A orla no sentido norte, por sua vez, é marcada por um processo de ocupação caracterizado por comunidades tradicionais, onde hoje estão situados os núcleos urbanos, a exemplo dos bairros de Garça Torta e Riacho Doce. Além de sítios em glebas não parceladas, onde hoje estão localizados os clubes, resorts, e condomínios horizontais. Essa característica permitiu maior preservação da paisagem e dos recursos hídricos, que também são variados. A preservação da paisagem tem atraído investimentos imobiliários de torres de apartamentos, incompatíveis com a infraestrutura existente e com as dinâmicas locais. Esse é um dos principais conflitos territoriais do local. Outro conflito são as ocupações irregulares, algumas delas já bem consolidadas, em áreas de preservação ambiental ou em áreas de domínio público.

1.3. Dados do TAGP e Desenvolvimento do PGI

1.3.1. Data da assinatura do TAGP

O TAGP do município de Maceió foi assinado em 09 de novembro de 2017. A Lei Federal nº 13.240 autorizou a União a transferir ao Município parte das competências de gestão patrimonial dessa porção do território. Em contrapartida pelas novas arrecadações, o Município se comprometeu com algumas obrigações, entre elas a fiscalização patrimonial das áreas, o envio de relatório anual sobre a gestão e a elaboração do seu PGI em até três anos.

1.3.2. Data da publicação do extrato do TAGP no D.O.U

O extrato do TAGP foi publicado em 29 de novembro de 2017.

1.3.3. Cópia do TAGP assinado e Decreto Municipal

Uma cópia do TAGP do Município de Maceió e do seu extrato de publicação estão disponíveis para consulta e download na página eletrônica do Programa Orla de Maceió no site da Prefeitura do município. Os documentos podem ser acessados através do link <https://programaorla.maceio.al.gov.br/pages/download.html>.

1.3.4. Data de Adesão do Projeto Orla

A Prefeitura de Maceió assinou a adesão ao Projeto Orla em 2011. A adesão foi um ato voluntário, formalizado para manifestar o interesse e o compromisso do executivo municipal na implementação desta política e na definição de uma agenda de trabalho.

1.3.5. Data da realização das etapas I e II da Oficina de Planejamento Integrado e Participativo

A 1ª etapa da Oficina de Planejamento Participativo do Projeto Orla no município de Maceió aconteceu entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2023. A 2ª etapa da Oficina de Planejamento

Participativo do Projeto Orla no município de Maceió aconteceu entre os dias 26 e 29 de fevereiro de 2024.

1.3.6. Data da instituição e composição do Comitê Gestor da Orla

A discussão para a composição preliminar do Comitê Gestor da Orla de Maceió foi iniciada na 2ª etapa da Oficina de Planejamento Participativo. Foi ministrada uma apresentação sobre o papel do Comitê Gestor da Orla e validada a proposta do uso de um edital para a seleção das instituições. A indicação dessa composição será apresentada e validada na Audiência Pública, ainda com data a ser confirmada. O processo de constituição do Comitê está sendo conduzido pela prefeitura municipal com apoio dos facilitadores.

1.1.1 Desafios e contribuição do Projeto Orla e do PGI para o município

Os desafios para a implementação do PGI no município de Maceió são relacionados, principalmente, aos conflitos territoriais existentes e ao diálogo entre os diferentes setores para a condução deles. Nesse sentido, será fundamental que o Comitê Gestor seja ativo. A principal contribuição do PGI para a capital alagoana, indubitavelmente, é a implementação de uma política pública de gestão costeira transparente e participativa.

1.3.7. Cópias dos Relatórios Anuais de Gestão de Praias Marítimas no âmbito do TAGP

O Relatório Anual de Gestão de Praias Marítimas é um importante instrumento de monitoramento da gestão e utilização das praias pelo município de forma eficiente e transparente. Após a implementação do PGI, os Relatórios serão elaborados, anualmente, e publicados no site do Programa Orla.

1.3.8. Descrição do processo de mobilização: reuniões, seminários, oficinas, registros fotográficos dos eventos e da presença

A Coordenação Municipal do Programa Orla de Maceió realizou um mapeamento dos atores sociais, que foram mobilizados a partir de Reuniões Setoriais e as Reuniões Preparatórias para as duas etapas da oficina, promovendo o contato direto com representantes das associações de moradores, entidades de classe, lideranças locais, ONGs, comerciantes, empresários e usuários da orla. O processo contou com um Plano de Trabalho detalhado no link <https://programaorla.maceio.al.gov.br/pages/download.html>

1.3.8.1. Reuniões Setoriais

Foram realizadas 2 Reuniões Setoriais. A primeira no dia 14 de outubro de 2023, com representantes da UP 3, na Praça Paulo Décio, no Loteamento Gurguri em Guaxuma, com a participação de 45 (quarenta e cinco) cidadãos. A segunda no dia 24 de outubro de 2023 com representantes da UP 1, na sede da Colônia de Pesca do Pontal da Barra, com a participação de 32 (trinta e dois) cidadãos.

1.3.8.2. Reuniões Preparatórias

Na primeira etapa de oficinas, foram realizadas 3 Reuniões Preparatórias, uma para cada Unidade de Planejamento. Os encontros aconteceram no auditório da Prefeitura Municipal de Maceió nos dias 13, 14 e 16 de novembro de 2023. Nestes, foi apresentada a Metodologia do Projeto Orla, divulgada a 1^ª etapa das oficinas e foi realizado um exercício de preenchimento preliminar dos Quadros Síntese das UPs.

Em fevereiro de 2024 foram realizadas mais três Reuniões Preparatórias para a segunda etapa de oficinas, uma para cada Unidade de Planejamento. Nessa oportunidade o objetivo era de sensibilizar atores locais para a 2^ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo e realizar um exercício de preenchimento preliminar dos Quadros Consolidados das UPs. As reuniões aconteceram nos dias 19, 21 e 22 de fevereiro. Os encontros aconteceram na sede do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maceió (IPLAN).

1.3.8.3. Oficina de Planejamento Participativo

A 1^ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo consistiu na seguinte proposta: foram ministradas apresentações sobre a programação do evento, metodologia do Projeto Orla e do Diagnóstico Preliminar por facilitadores e representantes da Coordenação Municipal do Programa Orla de Maceió. Também foram ministradas apresentações da Coordenação Estadual do Projeto Orla de Alagoas, da Coordenação Nacional do Projeto Orla e palestras de especialistas de temáticas pertinentes.

Foi apresentada uma proposta de divisão e delimitação da orla, foi realizada visita técnica e os trechos foram classificados de acordo com os critérios do Decreto n° 5.300 de 2004. Também foram realizadas atividades de construção dos cenários atuais, tendências e desejados, quadro sínteses dos problemas e potencialidades.

Houve a participação de 188 (cento e oitenta e oito) pessoas. Dentre essas, 48 (quarenta e oito) compareceram todos os dias. Atores de diversas Instituições, segmentos e atividades, que compareceram em pelo menos um dia da oficina, com representatividade social dos seguintes segmentos: Poder Público (Federal, Estadual e Municipal); Moradores e Associações de Moradores dos bairros; Setor Produtivo/Econômico (que engloba as instituições/atividades de comércio e serviços, pesca, turismo, artesanato, esportes, restaurantes, ambulantes, entre outros); Academia/Instituições de Ensino (instituições de ensino superior); Terceiro Setor (Organizações da Sociedade Civil – OSC e Associações de Classe).

A 2^ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo consistiu na seguinte proposta: apresentação do relatório da consulta pública, construção do quadro detalhado das ações e diretrizes, apresentação sobre o papel do Comitê Gestor e indicação preliminar dos segmentos que poderão compor o Comitê Gestor do Programa Orla de Maceió. Houve a participação de 141 (cento e quatenta e uma) pessoas.

Dentre essas, 56 (cinquenta e seis) compareceram todos os dias. Atores de diversas Instituições, segmentos e atividades, que compareceram em pelo menos um dia da oficina, com representatividade social dos seguintes segmentos: Poder Público (Federal, Estadual e Municipal); Moradores e Associações de Moradores dos bairros; Setor Produtivo/Econômico (que engloba as instituições/atividades de comércio e serviços, pesca, turismo, artesanato, esportes, restaurantes, ambulantes, entre outros); Academia/Instituições de Ensino (instituições de ensino superior); Terceiro Setor (Organizações da Sociedade Civil – OSC e Associações de Classe).

1.3.8.4. Registros fotográficos

1º Etapa da Oficina de Planejamento Participativo

Figura 2: 1ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.

Figura 3: 1ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.

Figura 4: 1ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 5: 1ª etapa da oficina



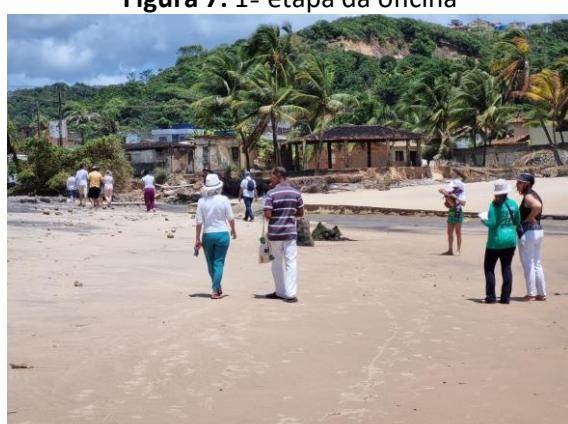
Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 6: 1ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 7: 1ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

2º Etapa da Oficina de Planejamento Participativo

Figura 8: 2ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.

Figura 9: 2ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.

Figura 10: 2ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.

Figura 11: 2ª etapa da oficina



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.

1.3.8.5. Lista de presença

As listas de presença dos participantes das duas Etapas das Oficinas de Planejamento Participativo estão no final deste documento (**Anexos 1 e 2**).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste PGI é implementar uma política pública estratégica para o planejamento do uso e ocupação da Orla Marítima de Maceió/AL, pautada na abordagem da Gestão Costeira Integrada, considerando os aspectos ambientais, socioeconômicos, urbanísticos e patrimoniais.

2.2. Objetivos específicos

São objetivos específicos:

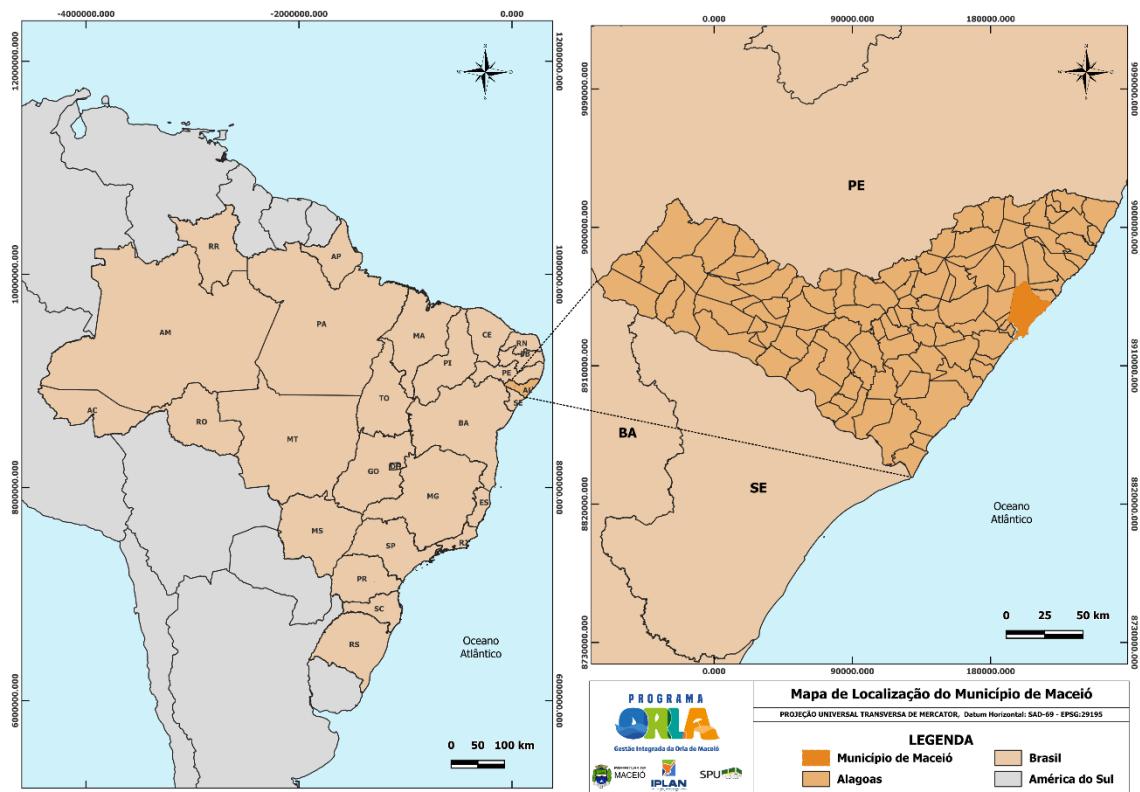
- I. Construir base técnica e teórica relevante para a construção de cenários de usos desejados para a orla e para a tomada de decisão no âmbito municipal;
- II. Propor ações e medidas estratégicas, considerando o arcabouço legal e institucional, adequado às competências e capacidade técnica das instituições, bem como os recursos financeiros disponíveis, favorecendo a viabilidade da implementação;
- III. Implementar uma gestão integrada, compartilhada e transparente com a participação da Coordenação Municipal do Programa Orla de Maceió, Coordenação Estadual do Projeto Orla de Alagoas, Coordenação Nacional do Projeto Orla e da sociedade civil através do Comitê Gestor da Orla;
- IV. Estabelecer confluências entre o Plano de Gestão Integrada da Orla e demais instrumentos de Planejamento e Gestão Territorial com incidência sobre a Orla Marítima.

3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Estado de Alagoas encontra-se na região nordeste do Brasil, situa-se entre 9.57° S e 36.55° O, estendendo-se da divisa com o Sergipe ao sul, até a fronteira com Pernambuco ao norte e oeste, fazendo ainda divisa com o Estado da Bahia a sudoeste. A área de intervenção deste PGI está localizada no litoral da capital do Estado, o município de Maceió (**Figura 12**).

O município de Maceió está situado na latitude 09° 39' 57" e longitude 35° 44' 07" e encontra-se no litoral norte e central do estado de Alagoas. Possui 509,320 km², sendo banhado pelo oceano atlântico, constituindo uma orla cuja extensão se aproxima dos 40 km contemplando, no sentido norte-sul, os bairros de Ipioca, Pescaria, Riacho Doce, Garça Torta, Guaxuma, Jacarecica, Cruz das Almas, Jatiúca, Ponta Verde, Pajuçara, Jaraguá, Centro, Prado, Trapiche e Pontal da Barra (Silva, 2022).

Figura 12: Mapa de localização do município de Maceió



Fonte: Iplan, 2024.

Maceió possui características geográficas diversificadas que são influenciadas tanto pelo Oceano Atlântico quanto pela presença de múltiplas formações de lagoas (Nascimento, 2023). Em sua planície costeira a topografia é predominantemente plana, cujas áreas de influência fluviomarinha originam manguezais e restingas, dunas costeiras, praias, bancos recifais de arenito e recifes de corais que, em conjunto, formam paisagens e ecossistemas de alto valor cênico, biológico, geográfico e cultural (Lima Santos, 2004; Correia & Sovierzoski, 2008; Almeida, 2018).

Entretanto, suas paisagens, ecossistemas e biodiversidade são historicamente afetados por diversos fatores naturais e socioeconômicos (Lima Santos, 2004). A rápida ocupação, a pressão humana e a ausência de planejamento para esses ambientes têm gerado desafios ambientais, incluindo impactos na biodiversidade e questões relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável (Lima Santos, 2004; Correia & Sovierzoski, 2008). Esses fatores salientam a urgência de um manejo cuidadoso e da implementação de estratégias de preservação para garantir a conservação desses ecossistemas e a qualidade de vida das comunidades locais, mantendo um equilíbrio sustentável entre desenvolvimento e preservação ambiental.

3.1. Área correspondente aos bens da União e a Linha de Preamar Média de 1831

Para a concretização de algumas ações propostas pelo PGI, serão necessários instrumentos específicos de gestão patrimonial, a exemplo de cessões de uso ou autorizações de obras. Por isso, é importante o conhecimento de noções sobre o patrimônio da União e sobre como geri-lo. A Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas disponibilizou dados locais para identificação dos imóveis da União na orla, destacando sua natureza jurídica (Terreno de Marinha, próprio nacional, praia) e situação de incorporação (cadastrados, registrados em cartório).

Segundo a SPU/AL, no município de Maceió estes são os quantitativos de imóveis e seus respectivos regimes de utilização (**Tabela 1**):

Tabela 1: Imóveis e seus respectivos regimes de utilização.

REGIME DE UTILIZAÇÃO	IMÓVEIS
Aforamento	3.325
Aguardando destinação	4
Arrendamento	1
Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)	451
Cessão – administrativa federal indireta	6
Cessão – outros	1
Cessão para Prefeituras, Estados e outras entidades sem fins lucrativos	13
Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM)	4
Disponível para alienação	3
Em regularização – cessão	1

Em regularização – entrega	2
Em regularização – outros	3
Em regularização – reforma agrária	3
Entrega – administração federal direta	53
Locação de terceiros	14
Locação para terceiros	1
Ocupação	5.704
Transferência de gestão	1
Uso comum	25
Uso em serviço público	16
Vago para uso	27
Total	9.658

Fonte: SPU/AL.

A SPU/AL enviou também informações a respeito dos trechos onde existem demarcação da Linha Limite dos Terrenos de Marinha – LLTM. Tendo em vista que as bases de dados da instituição são apenas textuais, foi informado que dados mais precisos de uma área específica poderão ser solicitados posteriormente, como também informações a respeito das possibilidades de destinação para fins de interesse público. No município de Maceió há 12 processos de demarcação referentes à Linha de Preamar Médio de 1831, conforme indicado no **Quadro 1**.

Quadro 1: Processos de demarcação da Linha de Preamar Médio 1831

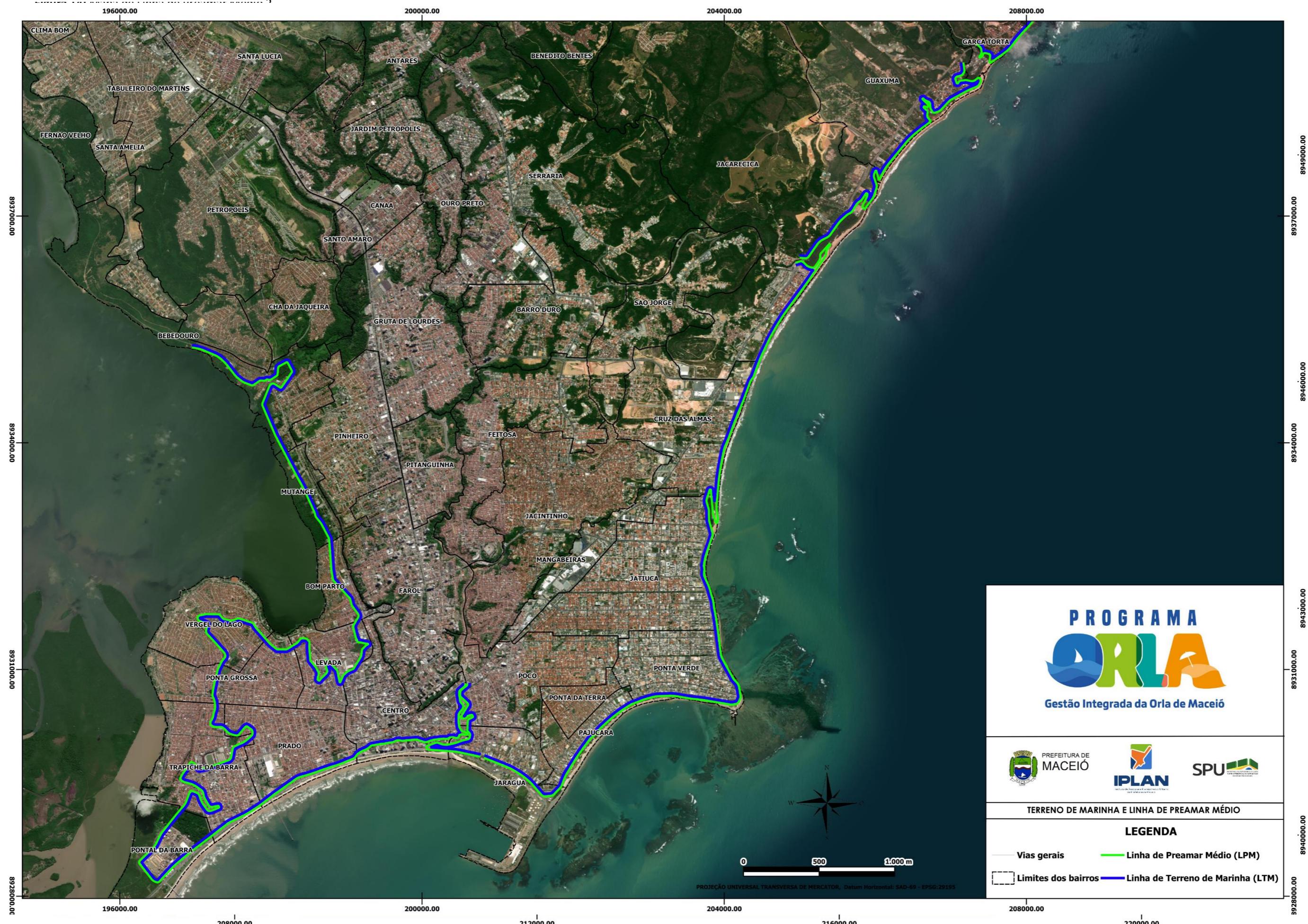
Processos de demarcação da Linha de Preamar Médio 1831					
Bairro	Trecho	Processo	Aprovado	DOE	Hom.
GUAXUMA	RIO GURGURI - RIO GUAXUMA	04982.003300/2010-75	08 / 07 / 55	09/07/55	19/07/55
JACARECICA / CRUZ DAS ALMAS / JATIÚCA / PONTA VERDE	SETE COQUEIROS (RUA IPANEMA) - RIO JACARECICA	0482.00941 / 78 (7180.076.048.59)	24 / 10 / 80	30/10/80	09/11/80
PAJUÇARA	PORTO DE MACEIÓ (ANTIGA CAPITANIA DOS PORTOS) - SETE COQUEIROS (RUA IPANEMA)	04982.003309/2010-86	17 / 04 / 55	20/04/55	30/04/55
JARAGUÁ / CENTRO	TRECHO:PONTE DOS FONSECAS - PORTO DE MACEIÓ (ANTIGA	215 / 55 - 04982.003299/2010-89,	19 / 07 / 57	23/07/57	02/08/57

	CAPITANIA DOS PORTOS)				
POÇO / JARAGUÁ / CENTRO	PRAÇA SINIMBÚ - PONTE DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA (ANTIGA) - PONTE DOS FONSECAS	040 / 55 04982.003297/2010-90	29 / 01 / 57	05/02/57	15/02/57
CENTRO	PRAÇA SINIMBÚ - ANTIGA FOZ DO RIO SALGADINHO	944 / 54 - 4982.003298/2010-34	21 / 01 / 55	22/01/55	01/02/55
SOBRAL / PRADO / TRAPICHE	ANTIGA FOZ DO RIO SALGADINHO - AV. SIQUEIRA CAMPOS	562 - A / 57 - 04982.003308/2010-31	30/01/58	07/02/58	17/02/58
TRAPICHE / PONTA GROSSA	AV. SIQUEIRA CAMPOS - AV. SILVESTRE PÉRICLES	060 / 58 - 04982.001390/2010-60	11 / 06 / 58	18/06/58	28/06/58
VERGEL DO LAGO	AV. SILVESTRE PÉRICLES - TERRENO DE LUCIANO NOGUEIRA PIMENTEL	1.009 / 57 - 04982.001389/2010-35	11 / 06 / 58	18/06/58	28/06/58
LEVADA	TERRENO DE LUCIANO NOGUEIRA PIMENTEL- TERRENO DA ANTIGA C.F.L.N.B.	497 / 58 - 04982.001392/2010-59	24 / 03 / 59	05/07/59	15/07/59
LEVADA / BOM PARTO / MUTANGE	TERRENO DA ANTIGA C.F.L.N.B. - TERRENO DO C.S.A.	215 / 59 - 10768.025279/90-28,	07 / 04 / 59	11/08/59	21/08/59
BEBEDOURO	TERRENO DO CSA - PROPR. DOS HERDEIROS DE BENEDITO BERTOLDO	10768.025279/90-28	12/03/71	20/03/71	30/03/71

Fonte: SPU/AL

Os mapas a seguir representam graficamente a Linha de Terreno de marinha (LTM) em azul, e a Linha de Preamar Médio (LPM) em verde (**Figuras 13 e 14**).

Figura 13: Mapa de linha de Preamar Médio



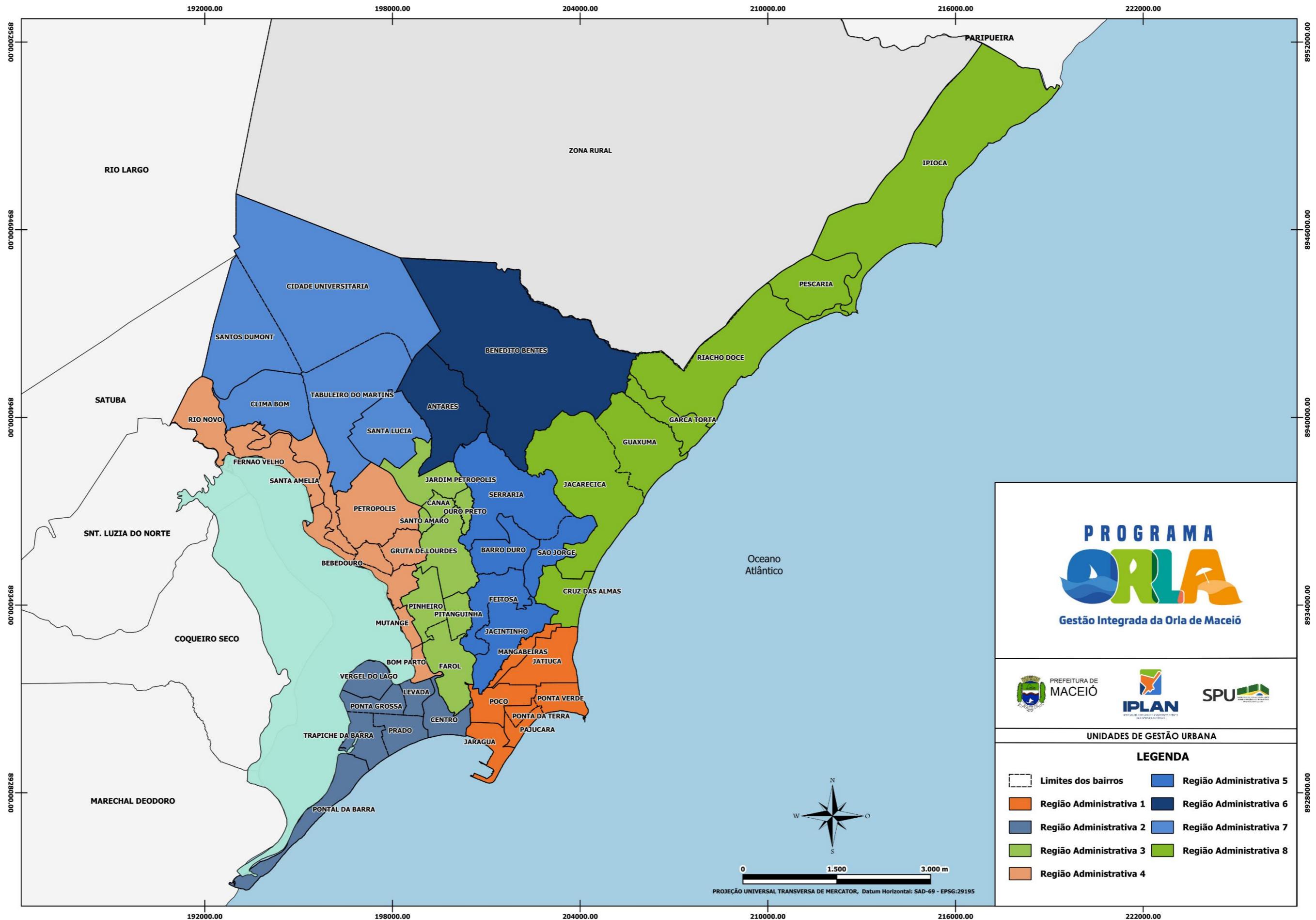
3.2. Zoneamento do Plano Diretor na Orla

O Plano Diretor Participativo de Maceió (PDM) foi institucionalizado em 30 de dezembro de 2005 por meio da Lei nº 5486 (Maceió, 2005), destinando à execução, pelo Poder Público Municipal, da política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana, conforme diretrizes gerais, tendo como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades, bem como as funções sociais das propriedades urbanas e rurais no território do município. O Plano Diretor vigente deveria ter sido revisado em 2015, dez anos após sua publicação, conforme previsto em lei. Atualmente está em processo de revisão.

O Plano Diretor de Maceió estabeleceu uma divisão territorial em 8 regiões administrativas, com o objetivo de sistematizar o planejamento, controle, fiscalização e monitoramento do desenvolvimento urbano e ambiental (Maceió, 2005). Do total das chamadas “Unidades de Gestão Urbana”, a área que compreende os limites do TAGP abrange três unidades distintas: a RA 01, RA 02 e RA8 (**Figura 15**).

- I. **RA 01** (Região Administrativa 1): compreende os bairros Poço, Ponta Verde, Jaraguá, Jatiúca, Ponta da Terra, Mangabeiras e Pajuçara;
- II. **RA 02** (Região Administrativa 2): compreende os bairros Centro, Vergel do Lago, Pontal da Barra, Ponta Grossa, Trapiche da Barra, Levada e Prado;
- III. **RA 08** (Região Administrativa 8): compreende os bairros Jacarecica, Garça Torta, Cruz das Almas, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca.

Figura 15: Mapa Unidades de gestão urbana de Maceió.



Quanto ao macrozoneamento rural, a Orla de Maceió está situada na “Macrozona de Manejo Sustentável”, definida segundo o Art. 124 do Plano Diretor como o cinturão ao longo dos limites da área urbana do Município e de municípios vizinhos, abrangendo a APA do Pratagy, sendo destinada a usos e atividades que causem baixos impactos ambientais negativos e permitam a proteção dos mananciais de abastecimento da Cidade (Maceió, 2005).

O macrozoneamento municipal proposto pelo Plano Diretor (2005) identifica quatro zonas distintas dentro da área de abrangência do TAGP, sendo elas:

- I. **Macrozona de restrição à ocupação:** na planície costeira e flúvio-lagunar, especialmente em áreas em situação de risco ambiental pela proximidade ao complexo cloroquímico do Pontal da Barra.
- II. **Manancial do Pratagy.**
- III. **Macrozona de estruturação urbana:** constituída por áreas na planície costeira e flúvio-lagunar e no tabuleiro, com intensidade de ocupação média ou baixa e deficiências de infraestrutura urbana, que requerem integração urbanística à malha urbana e implantação de infraestrutura.
- IV. **Macrozona de adensamento controlado:** constituída por áreas com boas condições de acessibilidade e mobilidade e presença de vazios urbanos, em bairros de ocupação consolidada passíveis de adensamento, que embora dotadas de infraestrutura urbana, necessitam de melhoramento ou redimensionamento.

O Plano Diretor em seu artigo 31, instituiu os terrenos e demais bens sob o domínio da União na orla marítima como Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico (ZIAPs), ou seja, áreas que possuem importância ambiental especial devido a sua contribuição para o equilíbrio ecológico. Nesse sentido, na área correspondente à orla marítima estão identificadas as seguintes ZIAPS: a ponta da restinga no Pontal da Barra; o cinturão verde do Complexo Cloroquímico do Pontal da Barra; os terrenos de marinha do litoral, incluindo as áreas abrangidas por barreiras notáveis, estuários, dunas, remanescentes de manguezais e de restinga e pela Área de Proteção Ambiental (APA) dos Corais; a Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy; a faixa de proteção de 30 metros de cada lado das margens dos cursos d’água e as áreas remanescentes de Mata Atlântica do bairro Benedito Bentes, abrangendo as áreas de nascentes e os cursos d’água do Jacarecica, Garça Torta, Guaxuma e Riacho Doce.

As ZEPs (Zonas Especiais de Preservação Cultural) são caracterizadas como áreas que possuem relevante interesse cultural para o município, seja por suas expressões arquitetônicas ou

históricas do patrimônio cultural edificado, compostas por conjuntos de edificações e edificações isoladas; ou por fornecerem suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares, especialmente a música e dança folclórica, a culinária e o artesanato (Maceió, 2005). O artigo 52 do Plano Diretor institui 5 ZEPs, sendo duas delas localizadas dentro da área de foco do TAGP. São elas:

- I. **ZEP 1:** Jaraguá. Dentre suas diretrizes estão o estímulo às atividades relacionadas ao turismo cultural e lazer; estímulo às atividades e implantação de equipamentos de lazer náutico e de pesca; destinação de amplas áreas públicas com infraestrutura adequada para apresentações populares; integração ao Corredor Cultural de Maceió, entre outras.
- II. **ZEP 5:** Pontal da Barra, equivalente ao núcleo urbano de artesanato do bairro. Dentre suas diretrizes estão a valorização das potencialidades turísticas com preservação das atividades tradicionais; prioridade na melhoria das condições sanitárias e de acessibilidade, entre outras.

No artigo 133, o Plano Diretor estabelece as diretrizes necessárias para a implementação dos instrumentos de política urbana, previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, necessários para o planejamento e gestão do desenvolvimento urbano no município. Para a aplicação de tais instrumentos, deve ser garantida a informação e participação das entidades da sociedade civil e da população em acordo com a legislação específica. De acordo com o Mapa 9 do anexo 1 do Plano, que propõe áreas propícias à aplicação de tais instrumentos, foram identificados dois instrumentos que incidem diretamente sobre a área do PGI, sendo eles:

I. Operação Urbana consorciada

Definição: conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental em uma determinada área urbana.

Propostas no Plano: Jaraguá, obras no sistema viário que permitam integrar o Porto de Maceió à malha urbana e implantação de um terminal turístico de passageiros no Porto de Maceió; Pontal da Barra, implantar polo artesanal e gastronômico, associado a terminal rodoviário e hidroviário, implantação de terminal de transbordo, com infraestrutura turística na área do mercado de artesanato e área de lazer nas margens da Lagoa, promoção de habitação de interesse social e implantação de terminal turístico dotado de estacionamento e de integração do sistema de transporte complementar e o de transporte urbano, associado a polo artesanal e gastronômico; Pratagy, implantação de estação de tratamento de esgotos.

II. Outorga Onerosa

Definição: o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico do terreno até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo do terreno mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Áreas propostas: áreas situadas nas Macrozonas de Adensamento Controlado e de Restrição à Ocupação.

Outros instrumentos de gestão disponíveis com impactos na orla de Maceió são o Código de Meio Ambiente, elaborado em 1996, e o Plano de Manejo da APA dos Corais, revisado em 2021.

O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) federal APA Costa dos Corais, contempla parte da orla de Pescaria (a partir da foz do rio Meirim) e a orla do bairro de Ipioca (zoneamento na área de abrangência será abordado no item 7.5.3).

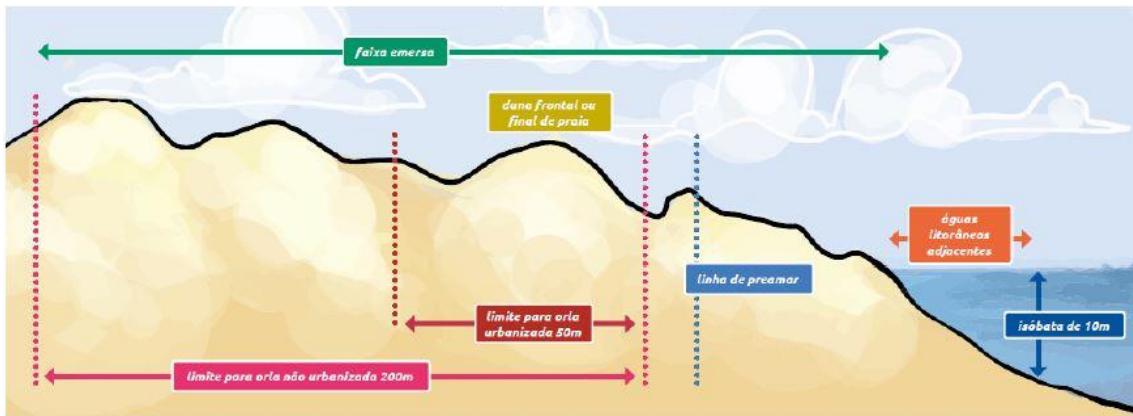
3.3. Área objeto do TAGP

A área objeto do TAGP contempla toda a orla marítima do município: do Pontal da Barra (limite com o município de Marechal Deodoro) até Ipioca (limite com o município de Paripueira).

3.4. Delimitação da orla municipal, conforme Decreto 5.300/2004 (Seção I) e demarcação da área de abrangência do TAGP

A definição dos critérios para a delimitação da área de abrangência da orla marítima está descrita no Decreto Federal n.º 5.300 de 2004 que regulamenta a lei que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). No Artigo 23, o decreto estabelece que os limites da orla marítima levam em consideração a isóbata de 10 metros de profundidade para ambientes submersos e a distância de 50 metros em áreas urbanizadas e 200 metros em áreas não urbanizadas para ambientes imersos como pode ser observado na **Figura 16** (Brasil, 2022).

Figura 16: Delimitação simplificada da orla, nos limites previstos na legislação

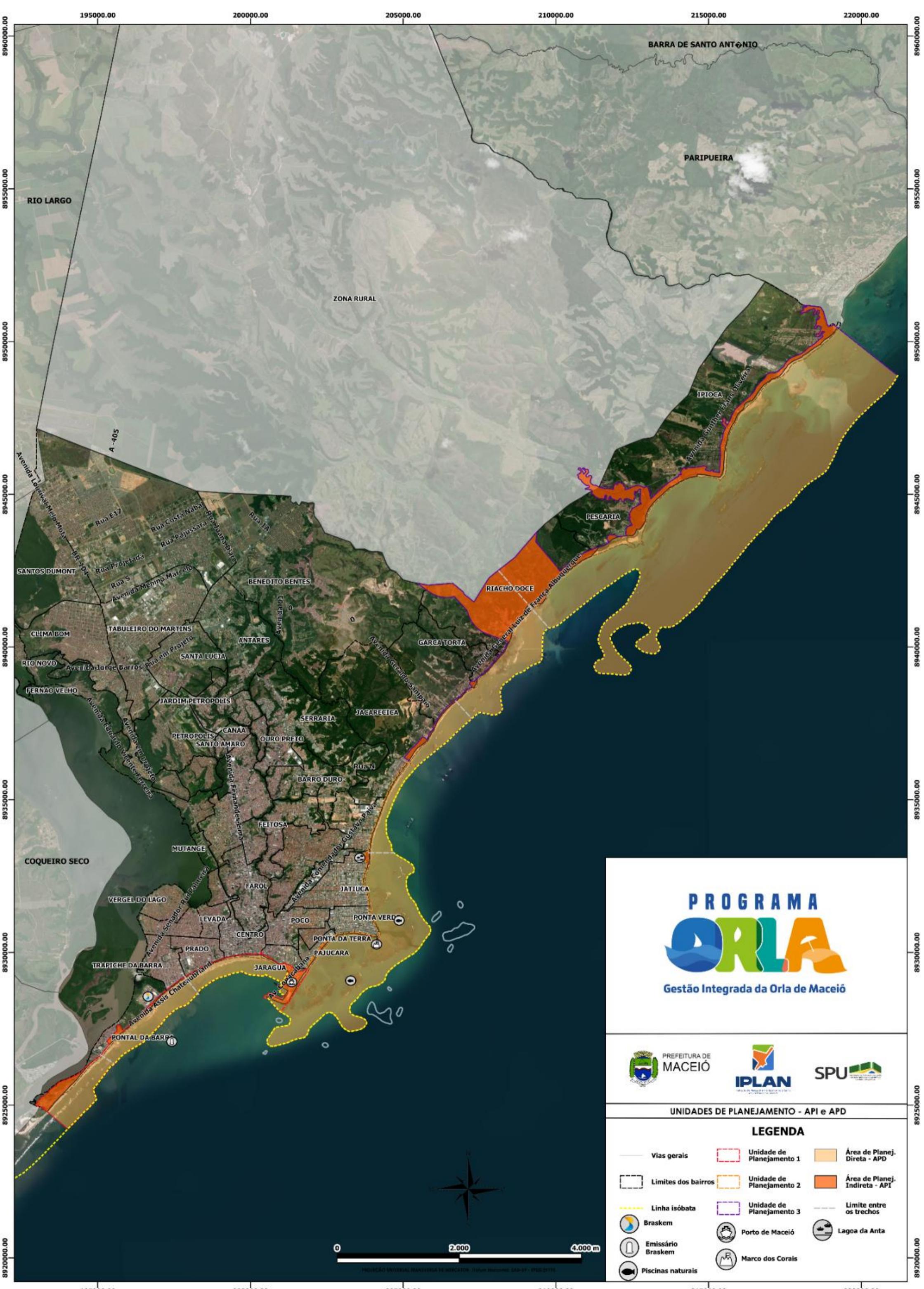


Fonte: Brasil, 2022

O decreto estipula a existência de duas áreas distintas de planejamento no contexto da orla municipal, sendo elas: Área de Planejamento direto (APD) e Área de Planejamento Indireto (API).

- “Os limites da APD podem ser definidos como aqueles que vão da isóbata de 10m (limite definido no Decreto Federal nº 5.300 de 2004) até o final da praia, o qual é marcado pelo início de ecossistema adjacente (ex., dunas em alguns casos, falésias etc.) ou, no caso de orla urbanizada, de calçadão ou via (rua, estrada, avenida). Para fins de planejamento, sugere-se inserir calçadas e passeios públicos adjacentes à praia na APD” (Brasil, 2022, p. 182).
- “A API é o espaço geográfico contido na delimitação da orla marítima, imediatamente contíguo à APD em seus aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos, patrimoniais e de infraestrutura. Ainda que se possa inferir tais influências, esta é uma área onde normalmente incidem instrumentos de gestão territorial mais específicos, como, p.ex., o Plano Diretor Municipal, que, apenas eventualmente, envolve questões específicas dos espaços de praia [...] os limites da API são definidos pelo limite externo da APD de até 50 ou 200 metros continental adentro, coincidindo com o limite externo da orla estabelecido pelo Decreto Federal nº 5.300/2004” (Brasil, 2022a, p. 183, 184).

Levando-se em consideração os critérios supracitados, a delimitação das Áreas de Planejamento Direto (APD) e Áreas de Planejamento Indireto (API), compondo a área total de abrangência do TAGP está representada na **Figura 17**.



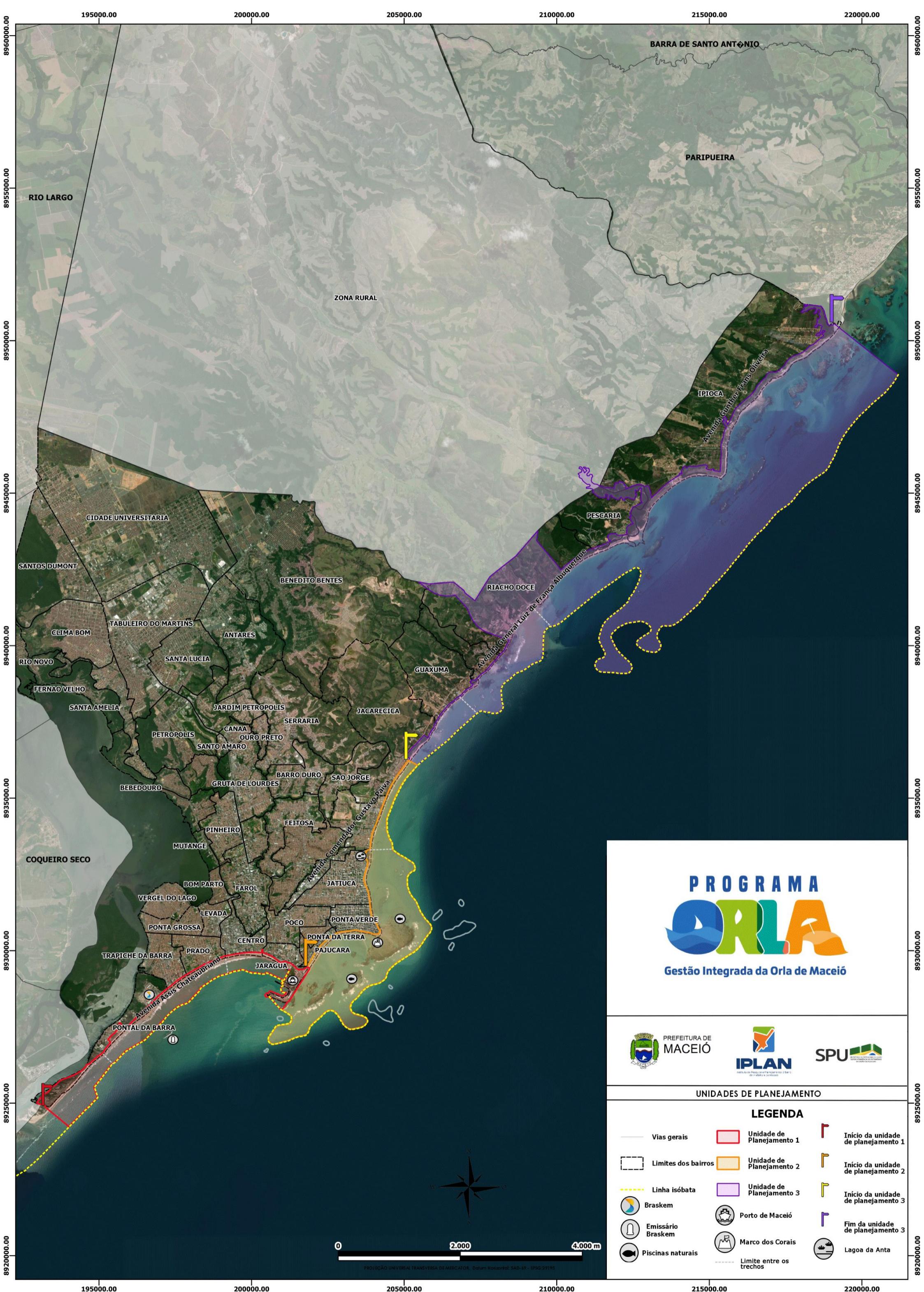
3.5. Delimitação das áreas de análise e os trechos definidos da orla

O litoral do município de Maceió não possui caráter homogêneo, sendo constituído por trechos com atributos distintos a depender da área observada. Através da análise de tais atributos paisagísticos e de uso e ocupação do solo foram definidas 3 Unidades de Planejamento (UPs) subdivididas em diferentes trechos, determinados levando-se em consideração os traços paisagísticos distintos e sua configuração de uso e ocupação. A área de alcance do TAGP subdividida entre Unidades de Planejamento e seus respectivos trechos estão apresentadas no **Quadro 2** e na **Figura 18**.

Quadro 2: Delimitação dos trechos nas Unidades de Planejamento

Unidades de Planejamento	Trechos	Limites
UP 1	T1	Ponta do Pontal da Barra até o início da Ponte de Divaldo Suruagy.
	T2	Do viaduto da Ponte Divaldo Suruagy a Rua Dias Cabral.
	T3	Da Rua Dias Cabral ao Porto de Maceió.
UP 2	T1	Do início do calçadão da orla de Pajuçara até o início do calçadão da orla de Cruz das Almas.
	T2	Do início do calçadão da orla de Cruz das Almas até o final do calçadão da orla de Jacarecica.
UP 3	T1	Do final do calçadão da orla de Jacarecica até o SESC Guaxuma
	T2	Do SESC Guaxuma até a Foz do Rio Pratagy.
	T3	Da Foz do Rio Pratagy até a Foz do Rio Sauaçuí.

Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2024.



3.5.1. Unidade de Planejamento 1

A UP1 foi subdividida em 3 trechos, conforme descrição no **Quadro 3 e Figura 19**.

Quadro 3: UP 1 – Trechos.

Unidades de Planejamento	Trechos	Limites
UP 1	T1	Ponta do Pontal da Barra até o início da Ponte de Divaldo Suruagy.
	T2	Do viaduto da Ponte Divaldo Suruagy a Rua Dias Cabral.
	T3	Da Rua Dias Cabral ao Porto de Maceió.

Fonte: GAPU Soluções Ambientais (2023)

3.5.1.1. Trecho 1

O primeiro trecho (T1) que compõe a Unidade de Planejamento 1 (UP1) abrange a área entre a ponta do Pontal da Barra e a Ponte Divaldo Suruagy. Esta porção é banhada pelo mar e, no sentido oposto, delimitada pelo canal de ligação entre as lagoas Mundaú e Manguaba, áreas de APP pelo Código Florestal. É caracterizado pela presença de vegetação preservada, apresentando restinga e área de várzea, contando ainda com a presença de pequenos lagos em seu interior. O trecho tem paisagem natural com menor presença de interferência humana, integrando a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita.

Ao sul, compreende um dos trechos da orla de Maceió com o menor índice de urbanização. Não há registro de unidades habitacionais nessa região compreendendo apenas, em sua porção mais ao norte, pouco antes da ponte que determina sua limitação a antiga sede do DETRAN. O prédio já abrigou cursos da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e funcionou como Escola Militar de Aprendizes Marinheiros, período em que a área tinha seu acesso restrito. Há propostas para aproveitar o potencial turístico do local ao transformar seu uso. Nessa região encontra-se uma região utilizada como área de camping.

3.5.1.2. Trecho 2

O segundo trecho (T2) que compõe a Unidade de Planejamento 1 (UP1) corresponde à área que vai do viaduto da Ponte Divaldo Suruagy no Pontal da Barra, até a Rua Dias Cabral, já no bairro do Centro. Compreende o início da orla urbanizada que atualmente passa por obras para contenção da maré e revitalização provocada pela erosão costeira e o mau manejo das áreas de

restinga do município e invasão das áreas de APP de restinga. Tem como característica central a presença do Cais da Indústria Química Braskem, e a Braskem Vinílicos CS1 AL, unidade fabril de produção de plástico da empresa. É notável a presença do complexo do emissário submarino de Maceió, atualmente gerido pela BRK Ambiental, com forte impacto visual na região da orla. Apesar de já apresentar importante caráter habitacional e de urbanização, a região ainda mantém zonas com importantes características naturais, porém contaminadas e/ou poluídas. Na orla pode-se observar áreas com extensa presença de restinga, e a presença de coqueiros e amendoeiras da praia. Encontra-se nessa região a Reserva Biológica Cinturão Verde, um parque ecológico de preservação ambiental apoiado pela Braskem como condição para sua instalação dado perigo químico que sua atividade representa. Na área posterior a Braskem, encontra-se uma zona habitacional mais adensada, porém de caráter mais residencial. Ao final do trecho encontram-se os primeiros indícios de verticalização, ao aproximar-se da área central da cidade. O trecho pode ser caracterizado como de transição entre a área menos explorada urbanisticamente, e o início da zona mais urbanizada da cidade. Não há barracas fixas nessa região, sendo encontrada apenas uma ocupação irregular para venda de alimentos, bebidas e aluguel de mesas e cadeiras. Há nessa região um posto de guarda-vidas, uma unidade da “Academia do povo” e, apesar das obras em andamento, há a delimitação de ciclovia, e extenso canteiro central arborizado.

3.5.1.3. Trecho 3

O terceiro e último trecho (T3) da Unidade de Planejamento 1 (UP1) abarca a área entre a Rua Dias Cabral, no Centro, e o Porto de Maceió, localizado no bairro do Jaraguá. Possui como característica mais marcante a presença da água (a desembocadura) do Riacho Salgadinho (que teve seu curso alterado na urbanização daquele trecho de praia) na Praia da Avenida da Paz. Este é um riacho urbano, cujas águas, dado ineficiência do sistema de saneamento ecológico da cidade, coletam esgoto das construções sem saneamento básico em seu curso, levando-o para o mar. Essa região apresenta um maior índice de degradação ambiental, porém ainda com presença de pontos de restinga, com presença de coqueiros e amendoeiras da praia.

Característica importante desse trecho é a presença do Centro Pesqueiro, localizado na orla de Jaraguá, centro histórico da cidade. Mesmo com a degradação ambiental (com paisagem natural já bastante alterada por aterros e remoção de vegetação natural), descrita acima, a pesca artesanal é recorrente na área. Há a presença de equipamentos turísticos como o Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, o Memorial da República e a capelinha do Jaraguá.

Recentemente foi inaugurado o mercado das artes, espaço localizado ao lado do porto voltado para o comércio de artesanato local e alimentos. O Porto de Maceió, também conhecido como porto de Jaraguá, está localizado nesse trecho, delimitando o fim da Unidade de Planejamento. Possui maior nível de adensamento habitacional em comparação com os demais trechos da UP1 e, apesar do potencial turístico, apresenta poucos hotéis e pousadas, provavelmente por razões ligadas à degradação ambiental da região. O tecido urbano tem maior conectividade através de diferentes modais, constando nas proximidades da orla a estação principal de VLT (transporte impactado pelo afundamento de solo provocado pela mineração da Braskem) e diversas linhas de ônibus, especialmente na região do centro da cidade. É o trecho que apresenta maior incidência de ZEPs (Jaraguá e Centro) e UEPs, principalmente devido a proximidade com o Jaraguá, centro histórico da cidade, que é área delimitada como ZEP do Jaraguá, além de possuir diversos imóveis públicos de relevância histórica.

Destaca-se também a presença do espaço de estacionamento do bairro do Jaraguá, onde são realizados eventos públicos e privados de grande porte, atraindo milhares de pessoas. Principalmente nas prévias de Carnaval, no São João e na abertura do verão, essa área é utilizada para a realização de festivais anuais, tornando a área um pólo cultural e de eventos para a cidade.



3.5.2. Unidade de Planejamento 2

A UP2 apresenta 2 trechos, conforme descrição no **Quadro 4** e mapa apresentado na **Figura 20**.

Quadro 4: UP 2 – Trechos.

Unidades de Planejamento	Trechos	Limites
UP 2	T1	Do início do calçadão da orla de Pajuçara até o início do calçadão da orla de Cruz das Almas.
	T2	Do início do calçadão da orla de Cruz das Almas até o final do calçadão da orla de Jacarecica.

Fonte: GAPU Soluções Ambientais (2023)

3.5.2.1. Trecho 1

O primeiro trecho (T1) que compõe a Unidade de Planejamento 2 (UP2) abrange a área que vai do início do calçadão da orla de Pajuçara, até o início do calçadão da orla de Cruz das Almas. Este trecho marca o início da porção mais adensada e verticalizada da orla urbana de Maceió. A verticalização é característica notável das edificações à beira-mar, entretanto as restrições de gabarito promovidas pelo Plano Diretor nessa região tornam sua composição única. Este trecho da orla abrange a maior parte do setor hoteleiro da cidade, sendo composta essencialmente por edifícios de alto padrão. Neste trecho localiza-se o metro quadrado mais caro da cidade.

Outra característica do trecho entre a orla da Pajuçara e Jatiúca é a presença ostensiva de serviços de bares, venda de bebidas e comidas. São encontrados bares e restaurantes à beira-mar; diversos pontos de serviços de aluguel de cadeira de praia e venda de bebidas e comidas; trailers de food-truck; pontos de venda de água de coco; bancas de revistas e um intenso trânsito de vendedores ambulantes. Também é realizada a atividade econômica de venda de passeios turísticos aos locais visitados por turistas em Alagoas.

Apesar do alto grau de urbanização, esse trecho também é caracterizado pela presença de importantes atributos naturais, em especial pela presença dos arrecifes de corais, um dos principais atrativos turísticos da cidade. Na orla da Pajuçara é encontrada a atividade econômica tradicional dos pescadores e jangadeiros que realizam os passeios à Piscina Natural da Pajuçara e pesca artesanal. Também é realizada a prática da pesca amadora. A área no geral apresenta pontos com presença de restinga, e arborização feita essencialmente por amendoeiras-da-praia e coqueiros. Além dos canais de drenagem, neste trecho não há rios ou riachos desaguando, há

apenas a foz da Lagoa da Anta na orla da Jatiúca. Na praia da Jatiúca foram encontrados ninhos de desova de tartarugas marinhas identificados pelo Instituto Biota de Conservação.

É o trecho que conta com a maior quantidade de equipamentos urbanos na orla de Maceió, apresentando academias, quadras de esporte, pistas de skate, ciclovia, pontos para aluguel de equipamentos esportivos, entre outros. É notável a presença do Marco dos Corais, espaço de visitação gratuita sobre o espelho d'água (sobre o mar), que recentemente ficou em segundo lugar no prêmio Obra do Ano, voltado para obras de arquitetura no Brasil. Destacam-se também os espaços utilizados para eventos e festividades, em especial a praça multieventos e o próprio calçadão, que recebem eventos relacionados ao esporte, cultura e promoção do lazer para a população e turistas.

3.5.2.2. Trecho 2

O segundo e último trecho (T2) que compõe a Unidade de Planejamento 2 (UP2) corresponde à área que vai do início do calçadão da orla de Cruz das Almas até o final do calçadão da orla de Jacarecica (Cruz das Almas e Jacarecica). Esse trecho abrange a foz do Riacho das Águas Férreas na praia de Cruz das Almas, e o Riacho Jacarecica, na praia de mesmo nome. Além da presença de vegetação de restinga, há no trecho uma grande área verde à beira-mar, na qual as águas do riacho Jacarecica formam uma grande área alagada. Há diversos pontos identificados de desova de tartarugas marinhas.

Esse trecho passa por um processo de adensamento há alguns anos e com a desativação do lixão no bairro de Cruz das Almas é crescente a valorização imobiliária e a sua verticalização. Nesse trecho são encontradas algumas barracas de bares e restaurantes e poucos pontos móveis de venda de aluguel de cadeiras, bebidas e comidas, em comparação ao trecho anterior. É caracterizado pela presença de alguns hotéis e pousadas e a construção de novos edifícios à beira-mar. Na orla de Cruz das Almas são encontradas as praças em homenagem à Serra da Barriga e a Praça Ganga Zumba (primeiro rei do Quilombo dos Palmares). Existe somente um ponto instagramável da prefeitura no final da orla urbanizada de Jacarecica.

Foi o trecho do calçadão construído mais recentemente na orla urbana, e a menor presença de arrecifes torna as águas mais turbulentas, o que diminui a utilização das praias por parte dos banhistas, mas a torna foco dos praticantes de esportes como o surf. Há inclusive um Mirante em homenagem aos praticantes da atividade surf da localidade, salientando o destaque do esporte para a localidade.



3.5.3. Unidade de Planejamento 3

A UP3 apresenta 3 trechos, conforme descrição no **Quadro 5** e mapa apresentado na **Figura 21**.

Quadro 5: UP 3 – Trechos.

Unidades de Planejamento	Trechos	Limites
UP 3	T1	Do final do calçadão da orla de Jacarecica até o SESC Guaxuma
	T2	Do SESC Guaxuma até a Foz do Rio Pratagy.
	T3	Da Foz do Rio Pratagy até a Foz do Rio Sauaçuí.

Fonte: GAPU Soluções Ambientais (2023)

3.5.3.1. Trecho 1

O primeiro trecho (T1) que compõe a Unidade de Planejamento 3 (UP3) abrange a área que vai do final do calçadão da orla de Jacarecica até a foz do Rio Gurguri. Nessa área a orla não é urbanizada, apresentando áreas com vegetação de restinga, amendoeiras-da-praia, coqueiros e manguezal no entorno do Rio Gurguri. Há presença de recifes de corais. É caracterizado por residências unifamiliares e, mais recentemente, pela construção de edifícios residenciais (Green Village Residence e Gran Marine). Existem dois hotéis (Guaxuma Praia Hotel e WG Beach Maceió). Há a presença do Sesc Guaxuma (espaço de lazer e eventos) e barracas de praia (bares e restaurantes) irregulares.

3.5.3.2. Trecho 2

O segundo trecho (T2) que compõe a Unidade de Planejamento 3 (UP3) corresponde à área que vai da Foz do Rio Gurguri até a Foz do Rio Pratagy. O trecho apresenta notável falta de ordenamento na ocupação à beira-mar, que se dá através de residências unifamiliares, bares e restaurantes principalmente nas praias de Garça Torta, Riacho Doce e Mirante da Sereia. A presença de barracas irregulares cria uma situação de conflito na área, pois os donos das barracas, que trabalham na região há décadas, têm medo de possíveis remoções. Este trecho possui algumas casas à beira-mar sujeitas à erosão marítima.

Trecho de orla com presença de vegetação de restinga e coqueiros. Há recifes de corais ao longo de toda costa desta porção. Abrange a região referente ao estuário do Rio Pratagy com manguezal. Notável presença da pesca artesanal e amadora nas praias de Garça Torta e Riacho Doce). A APA do Rio Pratagy incide sobre essa região, no total ocupa uma área de 21.417,51

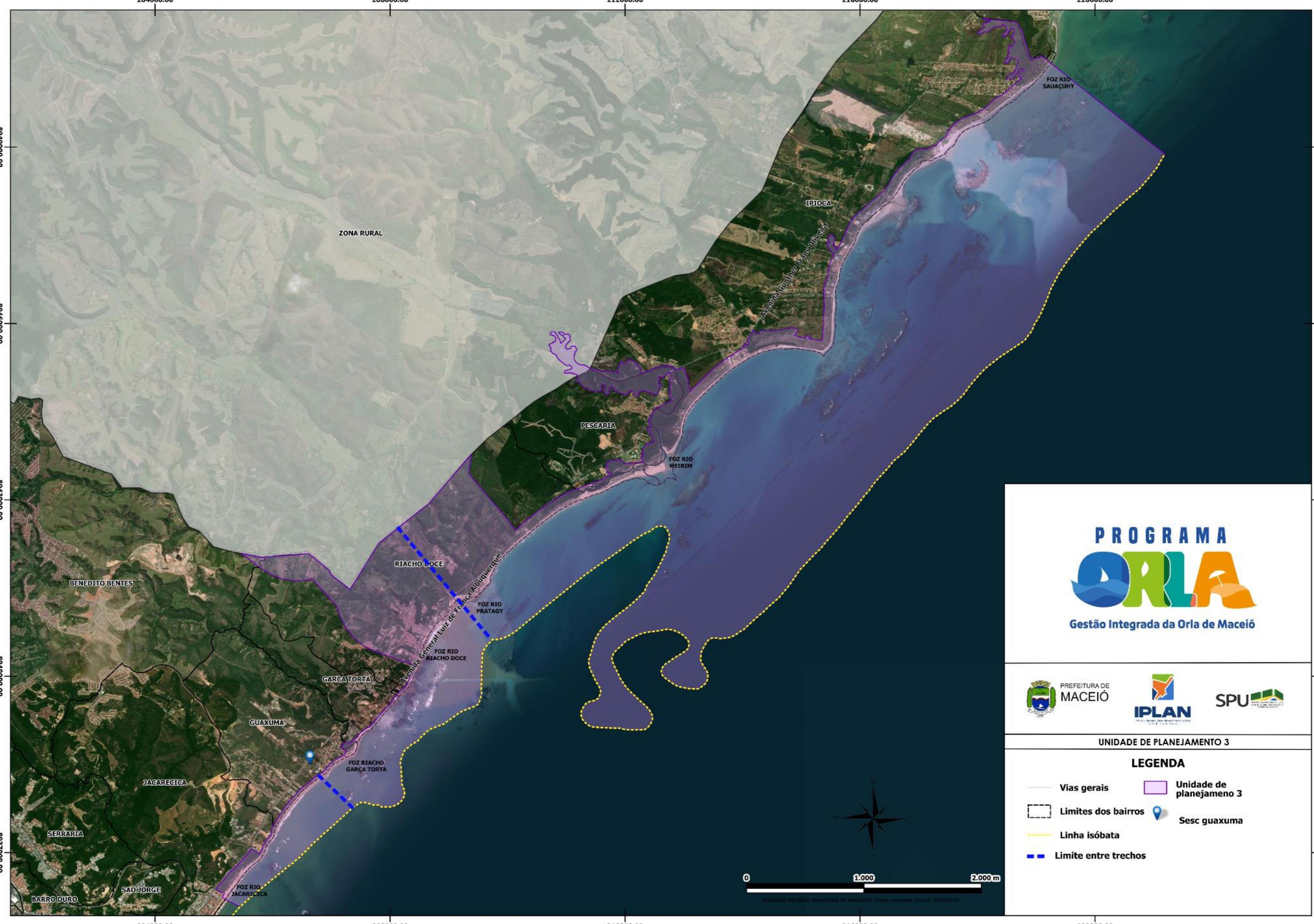
hectares ou 214,17 km², correspondendo à bacia hidrográfica do Rio Pratagy, acrescida de uma faixa de 1 km no seu entorno.

3.5.3.3. Trecho 3

O terceiro e último trecho (T3) da Unidade de Planejamento 3 (UP3) comprehende a área da Foz do Rio Pratagy até a Foz do Rio Sauaçuí (Ipioca). Trecho caracterizado pela existência dos estuários dos rios Meirim e Sauaçuí com vegetação de manguezal preservada. Em Ipioca, existem dois córregos, um no final da Rua Hilda de Melo Acioli e outro no entorno do Hotel D'Anatureza, ambos com manguezal presente. Parte do trecho 3 está incluído nos limites da APA Costa dos Corais, abrangendo os estuários dos Rios Meirim e Sauaçuí e sua porção marinha. Também incide sobre essa área parte da APA do Rio Pratagy.

O trecho conta com dois equipamentos turísticos de hospedagem, o Resort Pratagy Beach em Pescaria, na proximidade do estuário do Rio Meirim, e o Resort Salinas Maceió All Inclusive na praia de Ipioca. Além desses hotéis, o local conta Beach Clubs, clubes de associações e Clube Aquático. A pesca artesanal é verificada de forma mais organizada em Pescaria, que conta com um Centro Pesqueiro. Há um grande comércio de ambulantes nas proximidades do Resort Salinas e do Hibiscus Beach Club. Recentemente, foi inaugurado um empreendimento imobiliário com o conceito de multipropriedade, que terá um hotel e prédio residencial fazendo parte do mesmo empreendimento, totalizando 700 apartamentos na praia de Ipioca.

Na praia de Ipioca são também oferecidos passeios às piscinas naturais e serviço de aluguel de pranchas e caiaques, além disso, a região conta com diversos condomínios residenciais que limitam o acesso à praia.



3.6. Acessos às praias, garantindo o livre e franco acessos a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos do Ar. 10º da Lei 7.661/1988

Na região central do município de Maceió quase toda a extensão da orla é urbanizada e dispõe de acesso irrestrito para a população. Entre a praia de Pontal da Barra, até a praia de Jacarecica, há apenas uma interrupção do livre acesso, o Porto de Maceió, com área devidamente protegida por legislação específica.

O cenário entre as praias de Jacarecica até Ipioca, muda em função da configuração territorial. São lotes extensos remanescentes de sítios de coqueiros que estão sendo ocupados por condomínios residenciais à beira mar, e equipamentos de turismo e lazer que dificultam o acesso à praia e promovem uma privatização desse espaço público. Objetivando resolver essa questão, o Plano Diretor (2005) previu o desenvolvimento de projetos de urbanização dessas orlas e a demarcação de 34 acessos e 10 trechos de via costeira, instituídos pelo Decreto Municipal nº 6.862/2008. Apesar disso, muitos desses acessos estão sendo implementados de forma inadequada gerando conflitos entre os moradores, pedestres e poder público. Em todos os três trechos da UP 3 o acesso à praia é citado como um problema com diversas inadequações.

3.7. Acessos para pessoas com deficiência

A acessibilidade da Pessoa Com Deficiência - PCD é uma questão presente em toda a orla de Maceió. São insuficientes o número de acessos e muitas vezes em desacordo com as normas vigentes.

Há um projeto da Prefeitura Municipal intitulado “Projeto Orla Acessível”, de caráter construtivo essencialmente efêmero e de duração limitada, promovendo acessibilidade para pessoas com deficiência através de rampas de acesso temporárias com acesso direto ao mar e cadeiras anfíbias. Porém como citado pelo presidente da Adefal (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas) as ações desse projeto ocorrem apenas uma vez por mês, e através de sorteio entre instituições cadastradas, contemplando apenas uma quantidade limitada de cadeirantes por vez (em torno de 20).

Com exceção dos dias em que ocorre esse projeto, as rampas de acesso à orla na capital apesar de existirem não atendem às necessidades dos cadeirantes. Segundo relatos, na maioria dos pontos da orla estas rampas sequer existem, e quando existem são muito altas, fazendo com o

que sua utilização por parte das pessoas com deficiência seja dificultada, limitando sua autonomia na utilização desses espaços.

Nos trechos 2 e 3 da UP 1, e no trecho 2 da UP 2, a acessibilidade foi indicada como um problema durante a etapa de Diagnóstico Participativo.

3.8. Áreas de cessão e de permissão de uso vigentes ocupadas por terceiros

Na UP1 não existem áreas cedidas e de permissão de uso vigente ocupadas por barracas ou quiosques na orla. Entretanto existem duas áreas de uso especial que não estão sob gestão da Prefeitura de Maceió: a área ocupada pela Braskem (desde 1976), inclusive com terminal marítimo próprio e a área do Porto de Maceió (desde 1942), no bairro de Jaraguá e Pajuçara. Esses dois equipamentos possuem cessões especiais celebradas com o Governo Federal.

A UP2 é a área com o maior número de ocupações. Na década de 2000, foi realizada a reurbanização do Trecho 1 da UP2 da orla marítima de Maceió (Pajuçara e Ponta Verde) com a implantação de 10 Mixes¹, 10 quiosques, 15 barracas, 13 bancas de revistas e a feira de artesanato da Pajuçara com 190 boxes. Esses equipamentos passaram por processo de licitação e são regidos pela Lei Municipal nº 5.399/2004 mas este processo encontra-se vencido² (Decreto nº 9.354/22) e por isso as ocupações estão em situação irregular.

No período entre 2009 e 2024 foram demolidas três barracas no Trecho 1 da UP1. Duas delas foram demolidas devido ao avanço do mar e da erosão costeira e uma delas devido a um incêndio.

No trecho 1 da UP2, há 04 (quatro) barracas que não foram licitadas e outras 05 (cinco) que estão em situação irregular também por terem sido transferidas a terceiros, o que é vetado pela legislação vigente.

Foram licitados 11 Mixes e construídos somente 10, o Mix 11 que deveria ter sido construído em frente a Lanchonete Habib's na Jatiúca foi licitado e não foi construído. O Mix 01 é utilizado

¹ Mixes são quiosques compartilhados entre diferentes prestadores de serviço, como por exemplo bebidas e comidas diversificadas.

² DECRETO N°. 9.354 MACEIÓ/AL, 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Art. 1º Fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2023 o prazo de vigência do Decreto nº. 8.710, de 08 de Abril de 2019, com seus efeitos jurídicos em caráter precário, podendo haver o seu vencimento antecipado, por ato discricionário da Administração Pública Municipal.

pela Secretaria de Esportes e o Mix 03 foi demolido por falta de conservação, restando nove Mix com 52 boxes. Muitos desses boxes dos Mixes também foram vendidos ou alugados, o que também não é permitido pela legislação vigente.

Alguns dos quiosques, projetados para a venda de sorvetes e água de coco, mudaram de finalidade e passaram a vender diferentes produtos. Três destes estão com ocupação de terceiros. Algumas bancas de revistas mudaram a atividade e outras foram transferidas.

Existem dois tipos de irregularidades na Feirinha de Artesanato da Pajuçara: transferências de ocupação e a ocupação de corredores devido ao aumento dos boxes. A ocupação de terceiros é a venda ou transferência irregular do termo de permissão. No entorno da Feirinha de Artesanato da Pajuçara foi implantada a feira de artesanato ao ar livre e uma área de food trucks, com equipamentos fixos. Essas ocupações não estão regularizadas.

O Marco dos Corais, implantado onde existia o antigo Clube Alagoinhas, está localizado no Trecho 1 da UP2 na orla de Ponta Verde. Trata-se de um equipamento público para contemplação visitado por moradores e visitantes. Esta área, inclusive o espelho d'água, está sob gestão do Governo do Estado de Alagoas.

O projeto de implantação de uma roda gigante recebeu alvará da Prefeitura de Maceió e sua implantação está prevista ainda para 2024. O equipamento está previsto para ser implantado no palco da Praça Multieventos na orla de Pajuçara.

Ainda na UP2, no Trecho 2, entre Cruz das Almas e Jacarecica, existem apenas 04 (quatro) barracas de praia e todas estão em situação irregular (02 em Cruz das Almas e 02 Jacarecica).

Na UP3 existem 09 (nove) barracas de praia irregulares na Praia de Guaxuma e ocupações precárias de menor porte nas Praias de Riacho Doce e principalmente na Praia da Sereia, onde há um conjunto de 23 (vinte e três) ocupações precárias como barracas de praia e traillers, também em situação irregular.

Serão apresentados a seguir alguns exemplos dos equipamentos citados (**Figuras 22 a 27**).

Figura 22: Banca de revista.



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 23: Barraca de praia.



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 24: Posto da OPLIT.



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 25: Mix



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 26: Quiosque de sorvete.



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

Figura 27: Feira de artesanato da Pajuçara.



Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

4. INFRAESTRUTURA URBANA

4.1. Infraestrutura de abastecimento de água

O município de Maceió possui Política Municipal de Saneamento Básico, tendo sido esta aprovada em 2018, pela Lei Municipal nº 6.755 (Maceió, 2018). Há ainda um Plano Diretor de Abastecimento de Água, elaborado em 1991 pela Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL) – estatal criada em 1962 pelo governo do Estado de Alagoas. Este último foi responsável por dividir o sistema de distribuição em sete zonas de abastecimento.

Segundo dados do Instituto Água e Saneamento (2021), 86,83% da população do município possui acesso aos serviços de abastecimento de água, cuja gestão se dá de forma compartilhada. De acordo com a BRK Ambiental (2022), a CASAL é responsável pela produção e tratamento inicial de águas. Ou seja, todas as unidades de captação e estações de tratamento de água (ETAs). Já a BRK, concessionária que atua em Alagoas desde 2021, é responsável pela distribuição da água.

Há três subsistemas principais operados pela CASAL para a captação de águas no município, são eles: o Sistema Pratagy, o Sistema Catolé-Cardoso e o Sistema Aviação. Ambos carecem de reparos e manutenções cuja ausência provoca perda de vazão, perda de água e/ou perda na qualidade da água. Além desses, foram identificados outros 41 sistemas isolados de menor capacidade, operados pela CASAL, 100 sistemas alternativos, fiscalizados pela Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria Municipal de Maceió, e 14 empresas que oferecem serviço de distribuição por veículos transportadores de água – caminhão pipa (Maceió, 2017).

Segundo diagnóstico elaborado para fins de constituição da política de saneamento no município (Maceió, 2017), a descentralização do abastecimento de água desencadeia uma sobrecarga na capacidade de recarga do aquífero subterrâneo, além de apresentar risco de contaminação das fontes, gerar interrupções no processo de abastecimento, dificultar a fiscalização e prejudicar o sistema de esgotamento sanitário. Nos três trechos da UP 3, o abastecimento de água ineficiente foi indicado como um problema.

4.2. Infraestrutura de energia elétrica

O planejamento, manutenção e fiscalização do sistema de energia e iluminação pública no município de Maceió estão sob a responsabilidade da Autarquia Municipal de Iluminação Pública (Illumina). O fornecimento, por sua vez, está a cargo da Equatorial Energia, concessionária que

atua no estado de Alagoas desde 2019 na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Segundo dados da Equatorial (Alagoas, 2021), o consumo de energia elétrica na iluminação pública da capital alagoana foi de pouco mais de 57,1 bilhões de kWh.

Em consonância com o debate crescente acerca das mudanças climáticas, aos poucos a Prefeitura de Maceió tem substituído as lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio, que iluminavam as vias da cidade, por lâmpadas de LED, desde 2016. Em abril de 2023 cerca de 1.200 luminárias foram substituídas na orla de Maceió, entre os bairros de Pajuçara e Jacarecica (Maceió, 2023). Estas luminárias, além de econômicas, também são benéficas ao meio ambiente e à saúde visual, por emitir menos gás carbônico e não emitir raios infravermelhos nem ultravioletas. A instabilidade na rede de energia elétrica foi indicada como um problema nos três trechos da UP 3.

4.3. Infraestrutura de sistema viário

A estrutura viária de Maceió é composta por três eixos estruturantes no sentido norte-sul: o primeiro deles é a antiga ferrovia, que margeia a orla lagunar (laguna Mundaú). Atualmente liga a cidade de Rio Largo, passando por Satuba – ambas na Região Metropolitana de Maceió – ao bairro de Jaraguá, por meio de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). O sistema, que transportava uma média de 11 mil passageiros por dia, desde 2020 teve um trecho inativado – entre os bairros de Bebedouro e Bom Parto –, em decorrência do crime ambiental provocado pela extração de sal-gema pela Braskem. O segundo, no tabuleiro oeste, é a avenida Fernandes Lima (projetada em 1920), que vai desde o bairro do Farol até a Gruta de Lourdes, onde continua, como avenida Durval de Góes Monteiro, até conectar à BR 104. Esta representa o principal eixo de mobilidade, atuando como principal vetor de expansão urbana no século XX. O terceiro, no tabuleiro oeste, é a avenida Menino Marcelo, projetada para conectar a BR 316 ao Porto de Jaraguá, e como uma via alternativa à Fernandes Lima.

Já na direção sudoeste-nordeste, margeando a orla litorânea, há a conexão entre as rodovias AL 101 Sul e AL 101 Norte, conformada pelas vias: avenida da Paz, Doutor Antônio Gouveia, Silvio Carlos Vianna, Álvaro Otacílio, Roberto Mascarenhas Brito, Brigadeiro Eduardo Gomes, avenida Litorânea e Gustavo Paiva. Essa mesma conexão acontece com a ligação da avenida Gustavo Paiva com as ruas Comendador Calaça, Barão de Atalaia e Pedro Monteiro, respectivamente, ligando o litoral norte ao centro histórico, paralelamente à orla.

Na ligação entre o tabuleiro e as planícies, por sua vez, há uma série de vias conectadoras, a exemplo da avenida Governador Afrânio Lages (Leste-Oeste), que, em conjunto com a avenida

Senador Rui Palmeira (Dique Estrada) conecta o bairro do Farol ao Pontal da Barra. A avenida Rotary, que, em conjunto com as avenidas Márcio Canuto e Josefa de Mello (mais recentes), conectam o bairro da Gruta de Lourdes à Cruz das Almas. Outras duas vias conectoras com essa mesma finalidade foram inauguradas na última década, a avenida Pierre Chalita, que conecta a Serraria a Jacarecica, e a Rota do Mar, que conecta o Benedito Bentes à praia de Guaxuma. A sobrecarga no sistema viário da orla foi indicada como um problema nos dois trechos da UP 2 e nos três trechos da UP 3.

4.4. Infraestrutura de lixeiras

A infraestrutura de lixeiras está passando por uma transição na cidade de Maceió, passando a adotar o sistema de contentores subterrâneos (SCS), que consiste em armazenar os resíduos sólidos abaixo do nível do solo de forma mecanizada. O município já conta com nove equipamentos, dos quais dois estão situados na orla marítima, um na Pajuçara e um na Ponta Verde.

Além dessas, há várias papeleiras dispostas ao longo da orla da UP 2, cada uma com capacidade de 30 litros de resíduos. O resíduo depositado nelas é recolhido diariamente pelos agentes de limpeza. Na UP 1 e na UP 3 não há infraestrutura padronizada de lixeiras de forma contínua em todos os trechos de orla.

4.5. Infraestrutura de procedimentos de coleta de resíduos

O sistema de coleta e tratamento de resíduos conta um aterro sanitário, ou Central de Tratamento de Resíduos (CTR), que funciona desde 2010 no bairro do Benedito Bentes, operado pela V2 Ambiental, em substituição ao antigo lixão. Além deste, o sistema conta com 5 equipamentos públicos para viabilizar o descarte correto de resíduos como entulhos da construção civil (até 1 m³), podas de árvore, materiais recicláveis, móveis e eletrodomésticos, são os Ecopontos, localizados: um na Pajuçara, um no Vergel do Lago, e os outros três no Tabuleiro, Santa Lúcia e Cidade Universitária.

O sistema de limpeza urbana conta ainda com a coleta de resíduos sólidos domiciliares, que acontece diariamente, realizada por empresa licitada, cujo itinerário inclui os bairros da orla em coletas diurnas nos dias de segunda, quarta e sexta, e noturna todos os dias da semana.

Quanto ao descarte de materiais recicláveis, o município conta com quatro cooperativas, que atuam em parceria com a Prefeitura, no modelo porta a porta, recolhendo papel, metal, vidro e plástico. Dentre elas, a Coopvila atua no Pontal da Barra e a Cooplum na Ponta Verde, Jatiúca,

Cruz das Almas e Jacarecica. Além das cooperativas, a Prefeitura dispõe de 32 Pontos de Entrega Voluntária (PEV), onde a população pode descartar os mesmos materiais, para coleta seletiva.

4.6. Infraestrutura de esgotamento sanitário

Assim como o sistema de abastecimento de água, o esgotamento sanitário na cidade de Maceió apresenta uma série de complexidades e fragilidades, visto que ambos funcionam conjuntamente. Na gestão compartilhada do saneamento de Maceió, a BRK é responsável pelos bairros da planície, a parte baixa, enquanto a Sanama (Saneamento Alta Maceió) – uma entidade controlada pelas empresas GS Inima Brasil e Enorsul em parceria público-privada firmada com a CASAL em 2016 com vigência de 30 anos – é responsável pelo esgotamento sanitário dos bairros Antares, Benedito Bentes, Cidade Universitária, Clima Bom, Santa Lucia, Santos Dumont e Tabuleiro do Martins. Além destas, atua ainda na capital a Sanema – uma entidade controlada pela empresa Conasa em contrato de Locação de Ativos com a Casal constituída em 2013 com vigência de 30 anos –, responsável pelas obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário nos outros bairros do tabuleiro, a parte alta: Farol, Pitanguinha, Gruta de Lourdes, Ouro Preto, Canaã, Santo Amaro e Jardim Petrópolis.

De acordo com o diagnóstico elaborado para fins de constituição da política de saneamento no município (Maceió, 2017), o esgotamento sanitário de Maceió é operado por três diferentes sistemas. O primeiro deles, que abrange cerca de 16% da população atendida, é o Sistema de Disposição Oceânica, que dispõe de 3 bacias hidrossanitárias (Sudeste, Sudoeste e Vale do Reginaldo), conta com 16 estações elevatórias de esgoto (EEE) e um Emissário Submarino. O segundo é o Sistema de lagoas de estabilização que abrange a região do Benedito Bentes, conta com 1 Estações Elevatórias de Esgoto e 1 estação de tratamento de esgoto (ETE). E, por fim, os Sistemas condominiais de Tratamento por lodo ativado, contando com 10 estações de tratamento de esgoto (ETEs). Cabe destacar a complexidade da temática a partir da incongruência dos dados.

De acordo com Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2021 a população total atendida com esgotamento sanitário era de 244.765 habitantes, o que representa 25,55% da população, considerando a população identificada no último censo demográfico (IBGE, 2022). Já de acordo com o censo demográfico anterior (IBGE, 2010) 47,1% da população seria atendida com esgotamento sanitário. Segundo dados do Instituto Água e Saneamento (2021), apenas 23,73% da população de Maceió seria atendida com esgotamento sanitário.

Embora o sistema de esgotamento sanitário tenha começado a ser implantado na década de 1950 em Maceió, observa-se que todos os levantamentos, ainda que divergentes, apontam para números muito baixos quanto à população atendida por esgotamento sanitário. Somado a isso destacamos a presença de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais, provocando o aparecimento de línguas sujas na areia das praias. As consequências desse panorama impactam desde problemas de saúde pública até fragilidades ambientais.

O esgotamento sanitário pode ser considerado um dos maiores problemas do município, com incidência na orla. Em todos os trechos de todas as UPs, o esgotamento sanitário foi indicado como problema. Na UP 1 devido à carência de rede de esgotamento sanitário operando e à demora na execução das obras do programa Renasce Salgadinho. Já na UP 2, o problema são as ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem, o que provoca destinação inadequada dos resíduos. Na UP 3 o problema é a ausência de infraestrutura de esgotamento.

4.7. Listagem ou número de logradouros sem rede coletora de esgoto

A listagem dos logradouros sem rede coletora de esgoto no âmbito da orla não foi localizada. Contudo, no “Diagnóstico da situação do saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida da população” produto elaborado em 2016 referente a segunda etapa de construção do Plano de Saneamento Básico de Maceió consta um mapa (**Anexo 3**) delimitando a área de abrangência da rede coletora de esgotamento sanitário com a indicação de trechos da rede a serem substituídas.

De acordo com o mapa é possível observar que, na orla, há rede de esgotamento sanitária implantada desde a rua Jornalista Oséias Rosa (bairro do Trapiche) até a avenida João Davino (final do bairro de Jatiúca), contemplando os trechos 2 e 3 da UP 1, e o trecho 1 da UP 2. Do trecho 2 da UP 2 até o final da UP 3 não há rede coletora de esgoto.

4.8. Infraestrutura de drenagem de água na orla

O sistema de drenagem urbana na cidade de Maceió segue as condicionantes geomorfológicas, quais são: a existência de tabuleiros, ou platôs, de onde as águas escoam através de falésias e ravinas (denominadas de grotas) até as planícies litorânea e lagunar. Essas características, somadas às ações antrópicas, influenciam diretamente nas formas de escoamento das águas superficiais. Quanto às ações antrópicas de maior impacto, podem ser relacionadas: o adensamento populacional acelerado nas últimas décadas – e a consequente impermeabilização do solo –, a degradação dos recursos hídricos – citada nos itens anteriores –, e a ocupação das

grotas pela população de menor renda. Tais fatores têm contribuído para a ineficiência do sistema de drenagem urbana e o comprometimento da balneabilidade das praias da orla maceioense, desde o Pontal da Barra até Jacarecica (Maceió, 2017). Compete ao poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra), a gestão da drenagem urbana em Maceió.

Dados do SNIS indicam que apenas 41,7% das vias públicas da área urbana são pavimentadas e possuem meio-fio. Contudo, em toda a extensão da orla há estruturas superficiais de drenagem, como meios-fios e bocas de lobo (Água e Saneamento, 2023). Contudo, durante fiscalização em agosto deste ano (2023), na Operação Línguas Sujas, a Prefeitura identificou empreendimentos que estavam lançando, inadequadamente, águas de esgoto ou águas contaminadas com esgoto doméstico na rede de drenagem na rede de drenagem das águas pluviais. Esse problema, gerado por ligações clandestinas ou irregulares de esgoto, é uma das causas que tem levado ao transbordamento da rede esgoto e ao aparecimento de línguas sujas na orla urbana de Maceió.

4.9. Infraestrutura de limpeza urbana na orla

A limpeza urbana na cidade de Maceió é regulamentada pelo Código de Limpeza Urbana (Lei Municipal de número 6.933, de 2019, substituindo o código vigente, de 1994). A atual responsável pela pasta é a Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (Alurb).

Apesar da variedade de possibilidades de descarte de resíduos e do serviço de coleta domiciliar, conforme informações do item **4.5**, o descarte de lixo em Maceió é um problema que afeta diretamente a orla marítima. A população descarta irregularmente lixo nos rios, encostas e passeios públicos, contribuindo com a sobrecarga do sistema e a poluição de aquíferos, inclusive o mar. Só em agosto, o órgão municipal retirou cerca de 886 toneladas de lixo na faixa de areia das praias da capital. A limpeza na faixa de areia acontece diariamente, de forma permanente. A Prefeitura Municipal utiliza varredeiras elétricas para a limpeza e higienização do calçadão da orla. Outra ferramenta para limpeza da física de areia da orla marítima. Além desta, utilizam-se as Ecopeneiras, na faixa de areia próxima do Posto 7, do Marco dos Corais, das Barracas Lopana e Kanoa, do Posto do Corpo de Bombeiros e da Capelinha de Jaraguá.

De acordo com o Diagnóstico Participativo, a limpeza urbana pode ser considerada inadequada em todos os trechos. Em alguns deles o problema é a atuação da empresa terceirizada que

presta serviços para a prefeitura municipal. Em outros o problema é a falta de mobiliários e equipamentos de limpeza urbana.

4.10. Infraestrutura de transporte público na orla

Acerca do sistema de transporte público, três empresas operam na cidade, a Viação Cidade de Maceió, Real Alagoas Transportes Urbanos e Viação São Francisco. Todas elas dispõem de linhas de ônibus que circulam na orla da cidade, desde a avenida Assis Chateaubriand, no Pontal da Barra, passando pela avenida da Paz e avenida Cícero Toledo. Nessa região, os únicos trechos da orla onde não há circulação de transporte coletivo são: a avenida Doutor Antônio Gouveia (Pajuçara) e a avenida Silvio Carlos Viana. Nessas trechos o percurso do ônibus se dá nas vias paralelas, respectivamente, a Rua Jangadeiros Alagoanos e a Engenheiro Mário de Gusmão. Os ônibus retornam a circular na orla na avenida Álvaro Otacílio, da Ponta Verde até a Jatiúca. Há circulação de ônibus também na avenida Eduardo Gomes de Brito, em Cruz das Almas. A partir da avenida Litorânea, em Jacarecica, o itinerário dos ônibus que circulam na região se dá pela avenida Gustavo Paiva, seguindo pela AL 101 Norte até o terminal de ônibus de Sauaçuí, em Ipioca.

A oferta de transporte público foi considerada um problema na UP 3. Já a ausência de abrigos de ônibus foi indicada como um problema na UP 1 e na UP 3.

4.11. Obras para contenção dos processos erosivos e/ou de inundações

Devido ao processo de urbanização na orla de Maceió, caracterizado por ocupação extensiva bem próximo da linha de costa, com supressão da restinga e impermeabilização do solo, há algumas décadas a orla vem sofrendo com intensa erosão marítima. Por esse motivo, uma série de soluções já foram utilizadas para a tentativa de contenção do avanço do mar. Dentre elas podemos citar: *Bagwall*, enrocamento, bolsacreto, gabião, muros de arrimo, *sandbags* e *bigbags* (Silva, 2022). Na **Figura 28** é possível observar algumas dessas soluções.

Figura 28: Trecho da orla de Ponta Verde

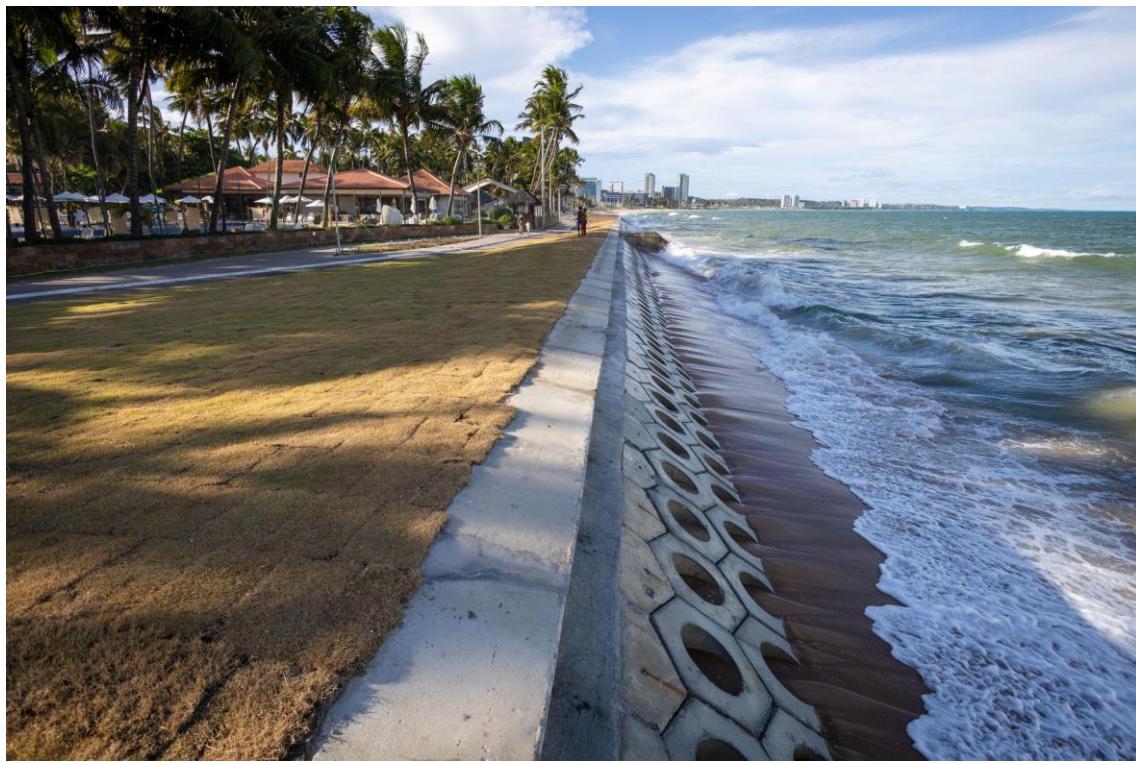


Fonte: Prefeitura de Maceió, 2022.

Bagwall consiste no preenchimento do local com sacos geotêxteis para dissipar a energia das ondas para as áreas adjacentes. Já o enrocamento consiste na implantação de blocos rochosos paralelamente à praia para proteger temporariamente construções à beira mar. A bolsacreto consiste na sobreposição de formas flexíveis e permeáveis preenchidas com argamassa ou concreto para atuar como quebra-mar. O gabião consiste na construção de uma estrutura de fios de aço galvanizado preenchida com pedras sob a areia. Os Muros de arrimo são estrutura rígida que consiste na construção de muros de alvenaria para transferir a carga recebida para o solo. Já as *sandbags* são estruturas não rígidas que consistem na disposição de sacos geotêxteis preenchidos com areia da praia, induzindo a engorda natural da praia. As *bigbags* foram as mais recentes a serem instaladas, consistindo em blocos articulados para dissipar a energia das ondas.

Esta última tem sido a solução adotada desde 2023, já implantada nos pontos críticos de erosão, conforme relatório da Defesa Civil de Maceió (**Figura 29**). Os pontos estão distribuídos desde a praia do Pontal da Barra até a praia de Ipioca. Tais soluções já foram aplicadas em diferentes praias da orla de Maceió, em diferentes momentos.

Figura 29: Trecho da orla de Jatiúca



Fonte: Prefeitura de Maceió, 2024.

Apesar do elevado investimento do poder público na aquisição de estruturas de contenção marítima, o caráter emergencial em que foram implantadas, dentre outros fatores, é citado por Silva (2022) como causa da ineficiência da contenção do avanço do mar.

4.12. Existência de banheiros públicos na orla

A orla de Maceió dispõe de seis banheiros públicos localizados: três deles na Pajuçara, dois na Ponta Verde e um na Jatiúca (**Figura 30**). Com exceção dos dois banheiros da Ponta Verde, que funcionam 24 horas, o horário de funcionamento é das 7h às 22h. Os banheiros foram instalados em setembro de 2021, visando atender a demanda de trabalhadores da orla e turistas. O projeto seguiu um módulo padrão, conforme imagem abaixo. A falta de banheiros públicos foi indicada como um problema na UP 3. Enquanto na UP 2, apesar de concentrar todos os banheiros públicos existentes na orla, foi considerada insuficiente a quantidade hoje ofertada.

Figura 30: Banheiros públicos na orla de Jatiúca



Fonte: Prefeitura de Maceió, 2021.

4.13. Existência de duchas e lava-pés

Há duchas nos banheiros públicos da orla, duas em cada módulo. Além dessas, não é incomum encontrar duchas instaladas por barracas de praia, muitas delas de forma irregular.

5. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

5.1. Quiosques e barracas existentes ou comumente utilizadas na alta temporada

A Lei N°5.399 de 01 de outubro de 2004 dispõe sobre o funcionamento das barracas de bares e restaurantes localizados na Orla Marítima do Município de Maceió. Disciplina a instalação e funcionamento de restaurantes, bancas de revistas, “quiosques” de venda de sorvetes, guaraná, boxes da feira de artesanato da Pajuçara localizados na orla marítima do município no trecho existente entre as instalações do Atlantic e o Hotel Jatiúca, compreendendo as praias de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca.

As atividades de comércio de bebidas e demais gêneros alimentícios desenvolvidas por ambulantes (sem localização fixa) na faixa de areia das praias urbanas de Maceió tem o seu ordenamento disciplinado pela Lei n° 6.519, de 18 de dezembro de 2015. Esta lei torna obrigatória a expedição de licença pela Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU), para o desenvolvimento de tais atividades tanto em ponto determinado (com uso de estrutura móvel) quanto sem ponto fixo (com uso de equipamentos transportáveis).

A SEMSCS (Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social), publicou portaria no Diário Oficial estabelecendo padrões para atividades de ambulantes da orla municipal, visando garantia de melhor organização dos comerciantes na faixa de areia, em texto publicado na Portaria n° 082/2022, de 14 de dezembro de 2022. Esta portaria levou em consideração os trechos definidos pelo Decreto Municipal n° 8.684/2019, sendo estes:

- I. Trecho A - Ponte Divaldo Suruagy (Pontal da Barra) até o ponto da faixa de areia defronte à Rua Barão de Anadia (Centro);
- II. Trecho B - Porto de Maceió até o ponto da faixa de areia defronte à Rua Eng. Demórcito Sarmento Barroca (Pajuçara);
- III. Trecho C - Ponto da faixa de areia defronte à Rua Eng. Demórcito Sarmento Barroca (Ponta da Terra) até o ponto da faixa de areia defronte à Praça Milton Buarque Wanderley (Ponta Verde);
- IV. Trecho D - Ponto da faixa de areia defronte à Praça Milton Buarque Wanderley (Ponta Verde) até o ponto da faixa de areia defronte à Av. João Davino (Jatiúca);
- V. Trecho E - Ponto da faixa de areia defronte à Av. João Davino (Jatiúca) até a Rua Henry V. Vieira de Paula (Jacarecica)

Em março de 2023, o Ministério Público do Estado de Alagoas em conjunto com a Prefeitura Municipal definiu a realização de um cadastramento oficial com o objetivo de identificar quais são os estabelecimentos que detém permissão de uso de bem público na orla Marítima, e se estes cumprem o regramento estabelecido quanto à titularidade e tamanho dos espaços ocupados. Ficou determinado que o órgão competente faria um cadastramento das barracas, que serviria como base de análise para subsídio necessário para o processo de seleção para novas permissões de uso de bem público na orla marítima. No período da determinação era a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Sedet (atual Semurb) faria um cadastramento das barracas, que serviria como base de análise para subsídio necessário para o processo de seleção para novas permissões de uso de bem público na orla marítima.

A Unidade de Planejamento 1, que vai do limite com o município de Marechal Deodoro até o início do calçadão da orla da Pajuçara, é caracterizada por uma zona pouco urbanizada em que, especialmente na sua porção mais ao sul, apresenta poucos pontos comerciais na orla. Há basicamente um ponto de venda de bebidas onde havia uma barraca irregular (**Figura 31**), não havendo equipamentos físicos de maior porte para comercialização na localidade.

Figura 31: Ocupação irregular no calçadão da orla do Trapiche da Barra (UP1).



Fonte: GAPU Soluções Ambientais (2023)

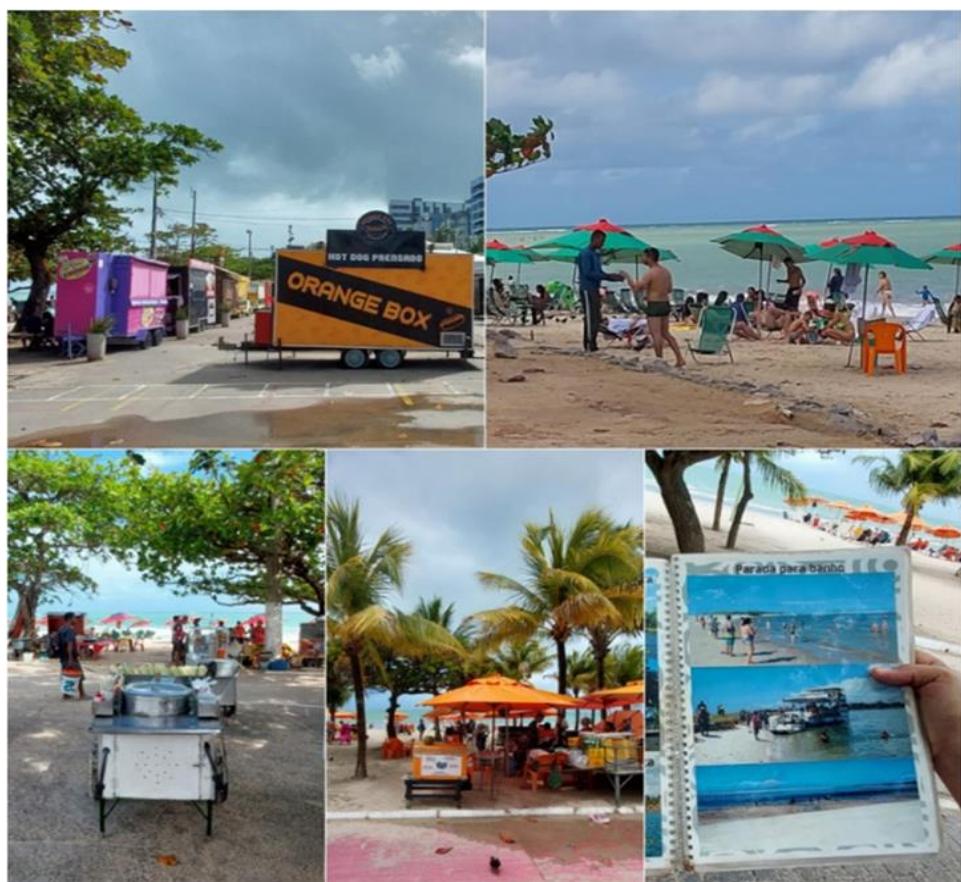
A Unidade de Planejamento 2, que compreende a área que vai do início do calçadão da orla de Pajuçara até o final do calçadão da orla de Jacarecica, abrange a área mais consolidada da orla

do município, que passou por processos de ordenamento e foi foco de legislações específicas e fiscalização mais ostensivamente ao longo dos anos.

Este trecho é marcado pela presença de diversas barracas de praia, quiosques, pontos de serviços de aluguel de cadeira de praia e venda de bebidas e comidas e um intenso trânsito de vendedores ambulantes, que vendem os mais diversos produtos: como caldinhos, amendoim e castanhas, bebida, milho verde, churrasquinho, queijo coalho assado, redes de praia, roupas de banho, produtos eletrônicos, entre outros, como pode-se observar na **Figura 32**.

Há a presença de zonas de comércio de lazer de maior porte, que atraem grande público como a feirinha de artesanato, praças, o Marco dos Corais e demais equipamentos urbanos, o que atrai o comércio ambulante informal. Especialmente nos arredores de tais espaços há um movimento organizado de vendedores que buscam condições de trabalho mais estáveis. Nesta área encontram-se os bares e quiosques mais conhecidos e com o maior fluxo do município, principalmente pela proximidade do foco hoteleiro da orla.

Figura 32: Atividades econômicas realizadas na orla da UP 2.



Fonte: GAPU Soluções Ambientais (2023)

A Unidade de Planejamento 3, que vai do final do calçadão da orla de Jacarecica até a Foz do Rio Sauaçú em Ipioca, é caracterizada pela presença de grandes empreendimentos à beira-mar, que se estendem até o limite da faixa de areia. Estes possuem, em alguns casos, estruturas cobertas (Palhoças) com mesas e bancos que são utilizados pelos clientes das barracas. Essa situação é constante nos bairros de Garça Torta, Riacho Doce e Ipioca onde também se destaca a presença de empreendimentos imobiliários e de turismo (Beach Clubs) cujas estruturas chegam, em alguns pontos, a adentrar na faixa de areia. Na região da Praia da Sereia há situações de conflito identificadas nas etapas anteriores deste PGI, onde o desordenamento das barracas, em alguns casos já consolidadas, na região da orla provoca insegurança nos comerciantes locais.

5.2. Equipamentos para navegação

Principal instrumento náutico de Maceió, o Farol localizado na Praia de Ponta Verde inaugurado em 1922 se tornou um dos principais símbolos e pontos turísticos do município. Foi responsável por importantes contenções de embarcações que passaram por situações de risco devido ao seu alcance luminoso, possui lanterna de Sinalização Náutica FA-250mm e um eclipsor-trocador, que transmite lampejos brancos seguidos por períodos de eclipse, o que garante que os navegantes possam identificá-lo, orientando-se de modo confiável (Barros, 2024). O farol possui alcance luminoso de 13 milhas náuticas e intensidade de 3.689 candelas (Figura 33).

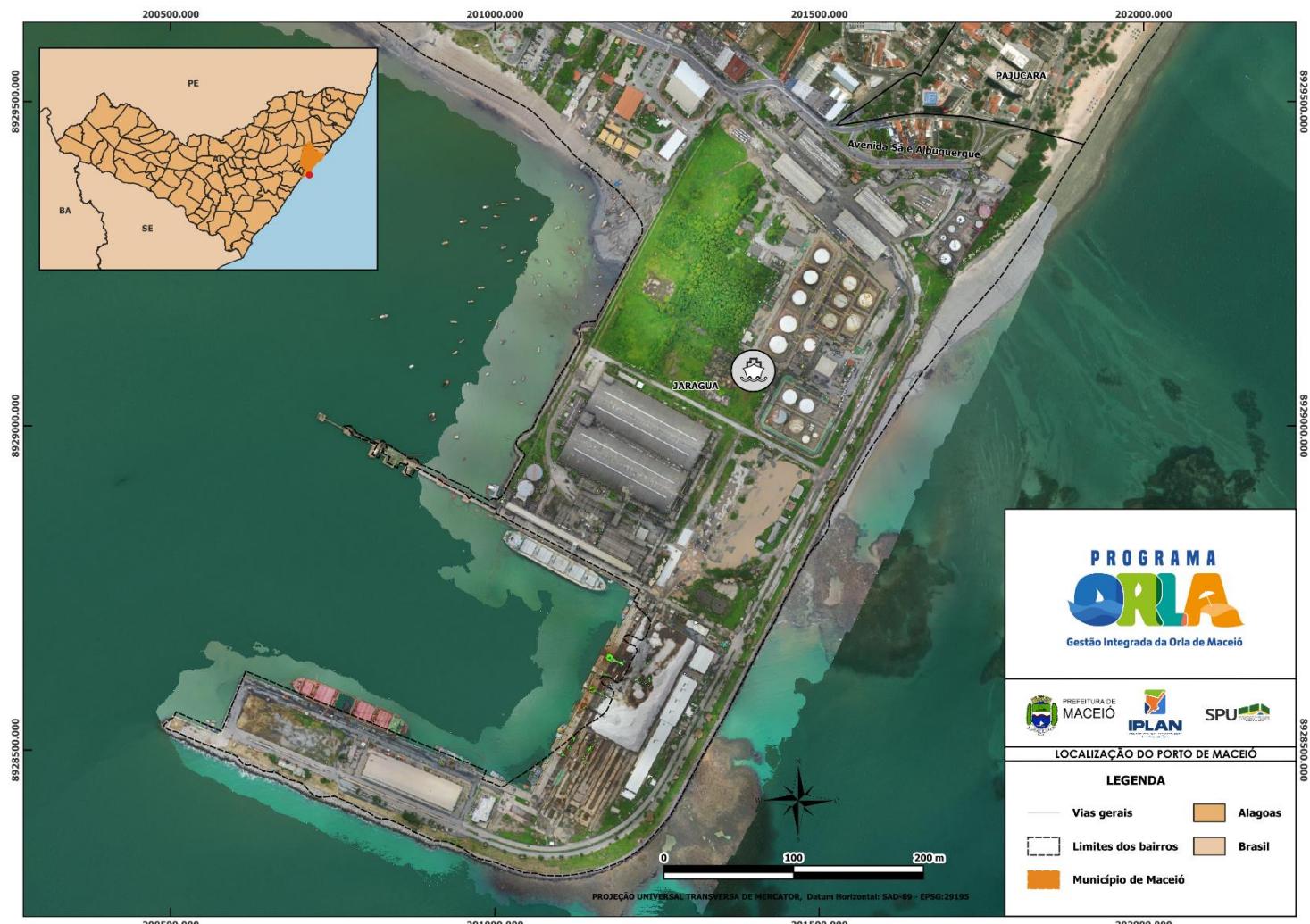
Figura 33: Farol da praia de Ponta Verde.



Fonte: Folha de Alagoas (2023).

O Porto de Maceió (**Figura 34**) foi inaugurado em 1940, porém as operações começaram oficialmente em 1942 com o primeiro embarque de açúcar. O acesso hidroviário é realizado através do canal de acesso com aproximadamente 1.000 metros de extensão, 120 metros de largura e calado de 11,0 metros. O Porto de Maceió conta com 14 áreas afetas às operações portuárias, 1 balança rodoviária, 8 berços de atracação e as instalações de armazenagem constituídas de tanques, pátios e armazéns. O Terminal Turístico recém-construído deve contribuir significativamente para o crescimento do turismo no estado, com o fortalecimento do setor de cruzeiros, uma vez que a expectativa de crescimento é de até 50%. Terá 1.668,13 m² de área construída e capacidade para até 4.000 pessoas anualmente (CODERN, 2021).

Figura 34: Localização do Porto de Maceió.



Fonte: Adaptado pelo Iplan, CODERN, 2021.

O Porto opera navios nos 365 dias do ano sem restrições de horários. De acordo com a Instrução/APMC nº 091/2019, o referido canal possui 120 m de largura, 1.000,00 m de comprimento e calado máximo de 11,00 m. A referida Instrução também define suas as coordenadas geográficas (**Figura 35**).

Figura 35: Localização do Canal de Acesso do Porto de Maceió.



Fonte: Adaptado pelo Iplan, CODERN, 2021.

5.3. Demarcação para atividades na faixa terrestre e marítima: banhistas, práticas de esporte, equipamentos e outros.

Ao longo da orla de Maceió, diversas atividades náuticas tanto para os habitantes locais quanto para os turistas são desenvolvidas. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se os passeios de jangada, que são embarcações tradicionais utilizadas para explorar a costa e apreciar as belezas naturais das praias e recifes, e os passeios de catamarã, outra opção para explorar as praias, piscinas naturais, recifes e outras atrações ao longo da costa de Maceió. As águas cristalinas e os recifes de coral oferecem também excelentes oportunidades para mergulho com

cilindro (Scuba) ou snorkeling (apnéia), permitindo aos praticantes explorarem a diversidade marinha e a beleza dos recifes de corais da região.

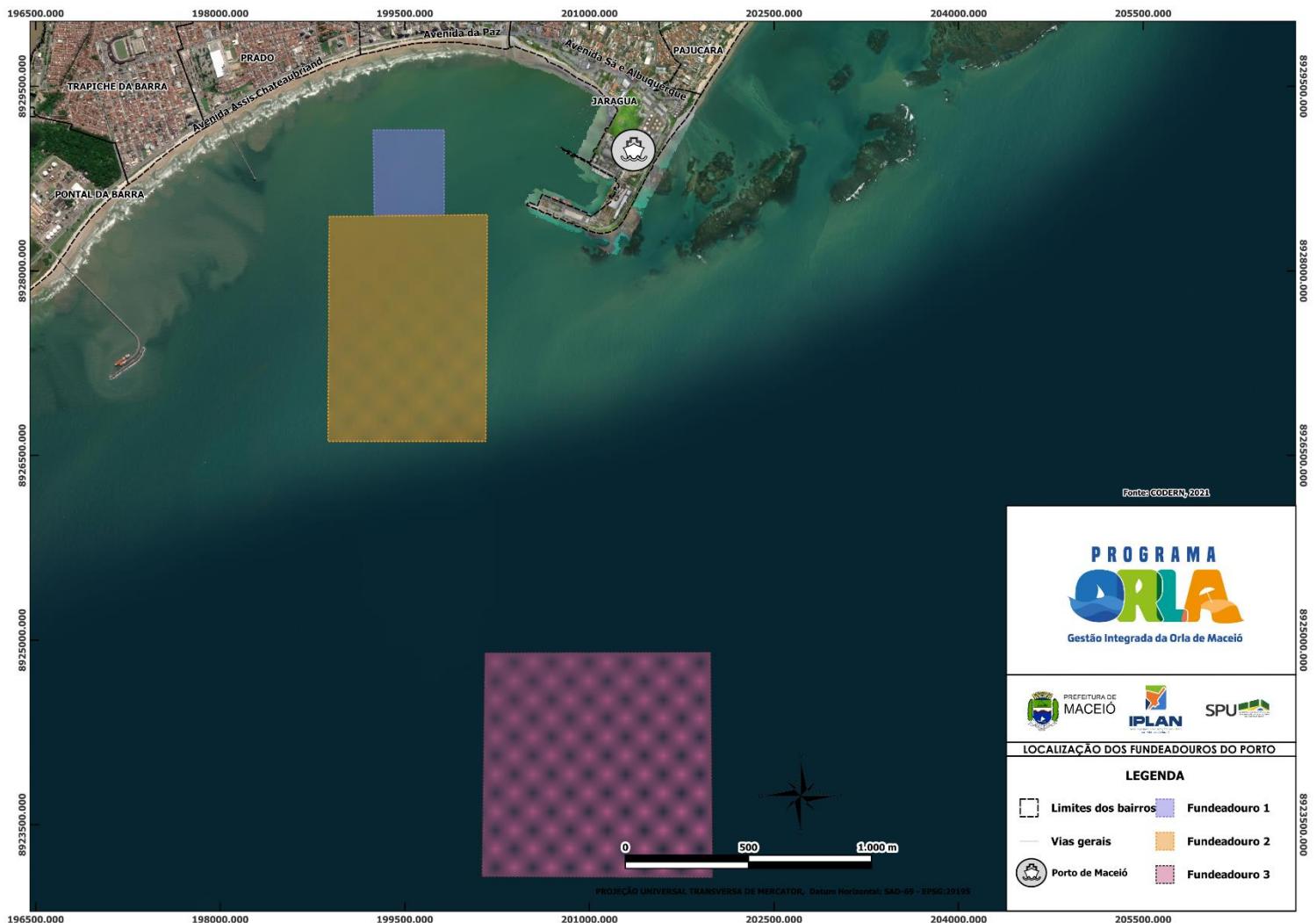
Algumas praias também oferecem condições ideais para a prática de esportes como surf (em suas diversas modalidades, prancha, bodyboard, hand surf), caiaque, kite surf, stand-up paddle entre outros, atraindo entusiastas dessas atividades. A pesca esportiva é uma atividade comum na região, onde pescadores se aventuram em busca de diferentes espécies de peixes ao longo da costa, seja nas beiras das praias ou em barcos.

5.4. Demarcação de área de fundeio de barcos/marinhas/trapiches

A área de fundeio é um local previamente aprovado e regulamentado pela Autoridade Marítima onde as embarcações podem fundear. Na área do Porto Organizado de Maceió existem 3 fundeadouros disponíveis, sendo um deles utilizado tanto pelo Porto de Maceió como pelo Terminal da Braskem. A **Figura 36** ilustra como são representadas as áreas de fundeio no Porto Organizado de Maceió. Inclusive, essas áreas representam também uma área de quarentena, ou seja, área onde as embarcações aguardam autorização para atracar por motivo de condição sanitária ou doença transmissível. Os fundeadouros do Porto de Maceió são definidos em instrução normativa da Autoridade Portuária, e constam das Normas e Procedimentos para a Capitania dos Portos de Alagoas.

Ademais, os fundeadouros de embarcações de pesca, passageiros e esporte e recreio nas Praias da Pajuçara e Ponta Verde, na faixa de 200 metros, devem ser delimitados pelo Poder Público Municipal, no âmbito do Plano de Uso e Ocupação das Praias e Áreas Adjacentes.

Figura 36: Localização dos fundeadouros do Porto de Maceió.



Fonte: Adaptado pelo Iplan, CODERN, 2021.

5.5. Pontos e/ou atividades turísticos

A cidade de Maceió é reconhecida nacional e internacionalmente, segundo dados do SISMAPA (2023) a capital tem recebido uma média de 1.448.550 de visitantes domésticos e 78.259 visitantes internacionais, anualmente, gerando uma arrecadação de impostos federais de cerca de R\$ 47.781.969,00, somente do setor de hospedagem, além de uma receita tributária municipal de R\$ 16.785.995,54 em 2019 e R\$ 8.338.838,46, em 2020 (MTur, 2023). A classificação de Maceió como "A" no Mapa do Turismo Brasileiro não apenas ratifica a excelência do destino, mas também impulsiona investimentos, políticas públicas e ações externas para o fortalecimento do turismo local.

De modo geral, o turismo no município de Maceió é focado no chamado “Turismo de sol e praia”. Este é constituído pela série de atividades turísticas voltadas ao entretenimento, recreação e descanso nas praias, possibilitados pela presença de água, sol e calor. De acordo com dados apresentados no Anuário Estatístico do Turismo em 2020 pelo Ministério do Turismo, (MTur), da totalidade de turistas que visitam o Brasil, cerca de 65% têm como destino as localidades que propiciam esse tipo de turismo. Maceió é destaque internacional nesse setor, apresentando um conjunto de praias com características distintas entre si, caracterizando uma região com considerável variedade paisagística.

Os passeios de jangada até as piscinas naturais durante a maré baixa oferecem a oportunidade de vivenciar a beleza das águas cristalinas. Já a praia de Pajuçara é conhecida por suas águas tranquilas e seu movimento diurno e noturno, com uma estrutura adequada para atividades à beira-mar. Outro atrativo de destaque encontrado na orla de Maceió é a Praia da Ponta Verde, caracterizada pela presença de numerosos coqueiros ao longo de sua orla, oferecendo um ambiente arborizado, águas calmas, barracas de praia, e infraestrutura que possibilita a prática de esportes e o lazer para um público variado. O litoral norte do município tem se destacado com a implantação de beach clubs e resorts. As praias de Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce e Ipioca são comumente frequentadas por cidadãos maceioenses que moram em outros bairros. Além dos aspectos naturais, Maceió apresenta uma variedade de atrações turísticas culturais. No Pontal da Barra, localizado no extremo Sul de Maceió, destaca-se a presença de artesãos e pescadores. À beira da Lagoa Mundaú, este bairro é reconhecido como o berço do bordado filé, patrimônio imaterial de Alagoas. Os ateliês das rendeiras, que bordam e contam histórias por meio de seus trabalhos, oferecem uma tradição na cultura local. Em toda orla há equipamentos voltados para a promoção da cultura local, sendo composto por museus, locais históricos, monumentos, estátuas, praças, memoriais, entre outros. Destaca-se o recém-inaugurado Marco dos Corais, mirante sobre o mar que tem por objetivo a conscientização da importância da preservação das formações de corais na região, e que ficou em segundo lugar no prêmio de construção do ano do Archdaily.

Na orla há a presença de estátuas de importantes figuras históricas (Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Nise da Silveira, Paulo Gracindo, Ledo Ivo), localizados em diferentes pontos, como se aproveitassem as belezas locais. São atrativos locais os chamados “Pontos Instagramáveis”, que são estruturas próprias para que os visitantes possam tirar fotos, com referências locais e aproveitando-se da paisagem (Túnel de Bambu, Trono de Corais, totem “I

Love Maceió”, Sombrinhas coloridas no Corredor Vera Arruda, “pin” com latitude e longitude, Moldura para tirar fotos com vista para o mar, entre outros). Há ainda uma variedade de pontos com decoração e áreas de lazer que são montadas especificamente em datas comemorativas, tradicionalmente no verão/carnaval, São João e Natal/ano novo, com ostensiva decoração festiva por toda a orla. Destaca-se ainda a Capela do Jaraguá, que recebe eventos religiosos como casamentos e batizados, tornando-se um dos mais utilizados pontos da região.

Além do mar, a gastronomia local é outro atrativo da região. Há uma variedade de quiosques e restaurantes focados na gastronomia regional, nacional e internacional. Especialmente na região da orla urbanizada, encontra-se uma gama de estabelecimentos que possibilitam experiências gastronômicas diversas, para todos os públicos e gostos. Destaca-se os pratos feitos com frutos do mar, característicos da região (Sururu, Massunim, Peixada, Chiclete de Camarão, entre outros).

O município vem entrando com cada vez mais força no calendário de eventos nacionais. Com destaque para os festivais públicos e gratuitos realizados na Orla, Maceió vem atraindo cada vez mais turistas que vem em busca de shows e eventos de alcance regional e nacional. Os maiores eventos nesse setor são o festival de verão “Massayo verão”, e o festival de São João “São João Massayó”, que ocorrem no estacionamento do Jaraguá, atraindo público que chega a passar de 250.000 pessoas por final de semana. Além destes, Maceió conta também com um calendário de eventos no período pré-carnaval, com destaque para o bloco Pinto da Madrugada, consolidado nacionalmente, que atraiu em 2023 um público de cerca de 400.000 pessoas em seu percurso que toma conta de boa parte da orla urbana de Maceió. Há também o período de festas de ano novo, que conta com shows, em sua maioria privados, que são feitos em estruturas temporárias em terrenos próximos à orla. Há também nesse período a tradicional queima de fogos que ocorre em pontos diversos da orla de Maceió.

Assim, com sua diversidade de atrativos naturais e culturais, Maceió se revela como um destino turístico multifacetado, oferecendo experiências enriquecedoras aos visitantes específicos em explorar suas belezas e especializações.

5.6. Presença de guarda-vidas

Foram registrados apenas 05 (cinco) postos, sendo localizados: na Praia do Sobral, no Posto 7 na Praia de Jatiúca, em Jacarecica, na Praia de Guaxuma e na Praia da Sereia. Na orla da Praia de Pajuçara existe uma unidade dos Bombeiros Militares.

Identificado como problema na UP1, a Insegurança no mar e na faixa de areia foi ponto de partida para a proposição de diretriz relacionada a instalação de novos pontos de guarda-vidas de modo que a demanda existente seja atendida em todo o trecho 2, que vai do viaduto da Ponte Divaldo Suruagy (Pontal da Barra) a Rua Dias Cabral (Centro).

5.7. Presença de agentes de segurança (Guarda municipal, Polícia)

Em Maceió, a segurança nas praias é um aspecto crucial para a população da cidade e para os turistas. Para garantir a segurança dos frequentadores, diversas medidas e recursos são empregados, envolvendo diferentes entidades e instituições. A presença da Guarda Municipal e a ronda no bairro são algumas das estratégias adotadas para promover a segurança nas praias. Esses profissionais desempenham funções de fiscalização, patrulhamento e atendimento ao público, garantindo a ordem e respondendo a eventuais emergências.

Na região litorânea há uma base da OPLIT (Operação Policial Integrada Litorânea), localizada na Av. Silvio Carlos Viana, nas proximidades do Marco dos Corais. A OPLIT é um agrupamento policial que tem atuação voltada para a prevenção e repressão da criminalidade especificamente na região litorânea e suas imediações, com o objetivo de atender aos turistas e demais frequentadores da orla de Maceió.

Além disso, a Polícia Militar Ambiental atua na preservação do ambiente marinho, monitorando possíveis irregularidades e garantindo o cumprimento das leis ambientais. Seu papel inclui a proteção de áreas de preservação e a conscientização ambiental dos frequentadores das praias.

6. ATIVIDADES ECONÔMICAS

6.1. Comércio (bares, restaurantes, lojas, ambulantes etc.)

6.1.1. 6.1.1 Identificação de ambulantes e quiosques permitidos na área da união

De acordo com informações da Prefeitura Municipal, atualmente na Unidade de Planejamento 2 no Trecho 1, existem 173 ambulantes na faixa de areia. São 21 na Jatiúca, 81 na Pajuçara e 71 na Ponta Verde. Destes, 122 possuem termo de permissão de uso para exercer as suas atividades, 40 não possuem e 6 estão em processo de regularização. A especificação do tipo de prestação de serviço é apresentada na **Tabela 2**.

Tabela 2: Tipos de produtos fornecidos pelos ambulantes na faixa de areia na Unidade de Planejamento 2.

Tipo de produto	Quantidade
Bebidas em geral	41
Bebidas em geral e comidas em geral	130
Outros	2
TOTAL	173

Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió (SEMSC).

Ainda na UP 2, existem 166 ambulantes no calçadão da orla do Trecho 1. São 82 na orla da Pajuçara, 76 na Ponta Verde e 8 na Jatiúca.

Destes, 51 possuem termo de permissão de uso para exercer as suas atividades, 85 não possuem e 30 estão em processo de regularização. A especificação do tipo de prestação de serviço é apresentada na **Tabela 3**.

Tabela 3: Tipos de produtos fornecidos pelos ambulantes na Unidade de Planejamento 2.

Tipo de produto	Quantidade
Artesanato	61
Venda de coco	47
Venda de milho cozido	28
Venda de churros	10
Venda de acarajé	8
Venda de pizza	6
Venda de cocada	5
Bicicleta venda de água	1
TOTAL	166

Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió (SEMSC).

Além dos ambulantes, no calçadão da UP 2 podem ser encontrados 10 quiosques, 10 mixes (1 não foi construído), 12 barracas de revistas e a Feirinha de Artesanato da Pajuçara com 190

boxes no calçadão. Os mixes são quiosques maiores compartilhados entre diferentes prestadores de serviço, como por exemplo bebidas e comidas diversificadas. Ao lado da Feirinha de Artesanato da Pajuçara, existe uma feirinha de artesanato ao ar livre. Estes artesãos montam e desmontam suas barracas diariamente durante o horário de trabalho. Nas proximidades, existe um espaço de Food Trucks, onde é possível encontrar uma variedade de serviços de alimentação e bebidas. Existem 16 bares/restaurantes permissionários da orla.

Em Cruz das Almas e Jacarecica (Trecho 2 da UP 2), foi realizado um chamamento público em 2021 para 20 autorizações, entretanto nem todos instalaram as suas atividades. Neste trecho, existem 4 barracas de praia irregulares.

Nas Unidades de Planejamento 1 e 3, a Prefeitura Municipal ainda não realizou um levantamento de todos os prestadores de serviço, portanto não é possível afirmar por ora a quantidade de equipamentos e quais estão regulares e quais estão irregulares.

Entretanto, em uma vistoria realizada pela SEMSC na Praia da Sereia (UP 3 Trecho 2) foram identificadas 22 barracas de praia e 1 trailer, todas irregulares. Os equipamentos são predominantemente construídos em alvenaria do tipo barracas, que abrigam a atividade de bar e restaurante. Foram encontrados também alguns equipamentos em estrutura desmontável, mas que estão de forma fixa no local, ou seja, sem retirar da área pública após o final do expediente.

Pode-se identificar que a Unidade de Planejamento 2 (principalmente o trecho 1) possui uma quantidade expressiva de ambulantes na faixa de areia e calçadão, totalizando 339 ambulantes. Isto pode ser benéfico do ponto de vista comercial, entretanto tanto o calçadão quanto a faixa de areia ficam sobrecarregados o que muitas vezes gera incômodos aos banhistas e demais frequentadores da orla, dificultando o acesso à praia e ao passeio público. Além disso, esse tipo de prestação de serviço está muito centralizado na UP 2.

Além de não possuir um levantamento oficial dos equipamentos de prestação de serviços nas Unidades de Planejamento 1 e 3, é possível evidenciar que ocorre o desenvolvimento irregular da atividade, tanto perante o poder municipal quanto por ocupar áreas da União de forma inadequada.

6.2. Pousadas e hotelaria (número de leitos).

A orla de Maceió apresenta uma rede hoteleira diversificada, sendo composta por hotéis e pousadas nas categorias de hospedagem econômica, midscale, upscale e resort. Possui taxa de ocupação média em torno de 70%, com variações nos meses de janeiro, julho e feriados prolongados quando há um acréscimo considerável no fluxo de hóspedes, provocando uma superação desta média anual (Abihal, 2021).

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado e do Turismo de Alagoas (Setur) em 2023 a rede hoteleira total do Estado conta com cerca de 45 mil leitos. Segundo levantamento da Sedetur e da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), com dados referentes a 2021, o município Maceió contava com 132 hotéis, sendo sua maioria da categoria econômica (cerca de 78%) atingindo um total de 17.783 mil leitos. A ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) informou que em 2023 Maceió já contava com mais de 22 mil leitos (Figura 37), com previsão de acréscimo de cerca de 7 mil nos próximos anos, o que demonstra um crescimento acelerado no setor.

Figura 37: Distribuição dos leitos por categoria

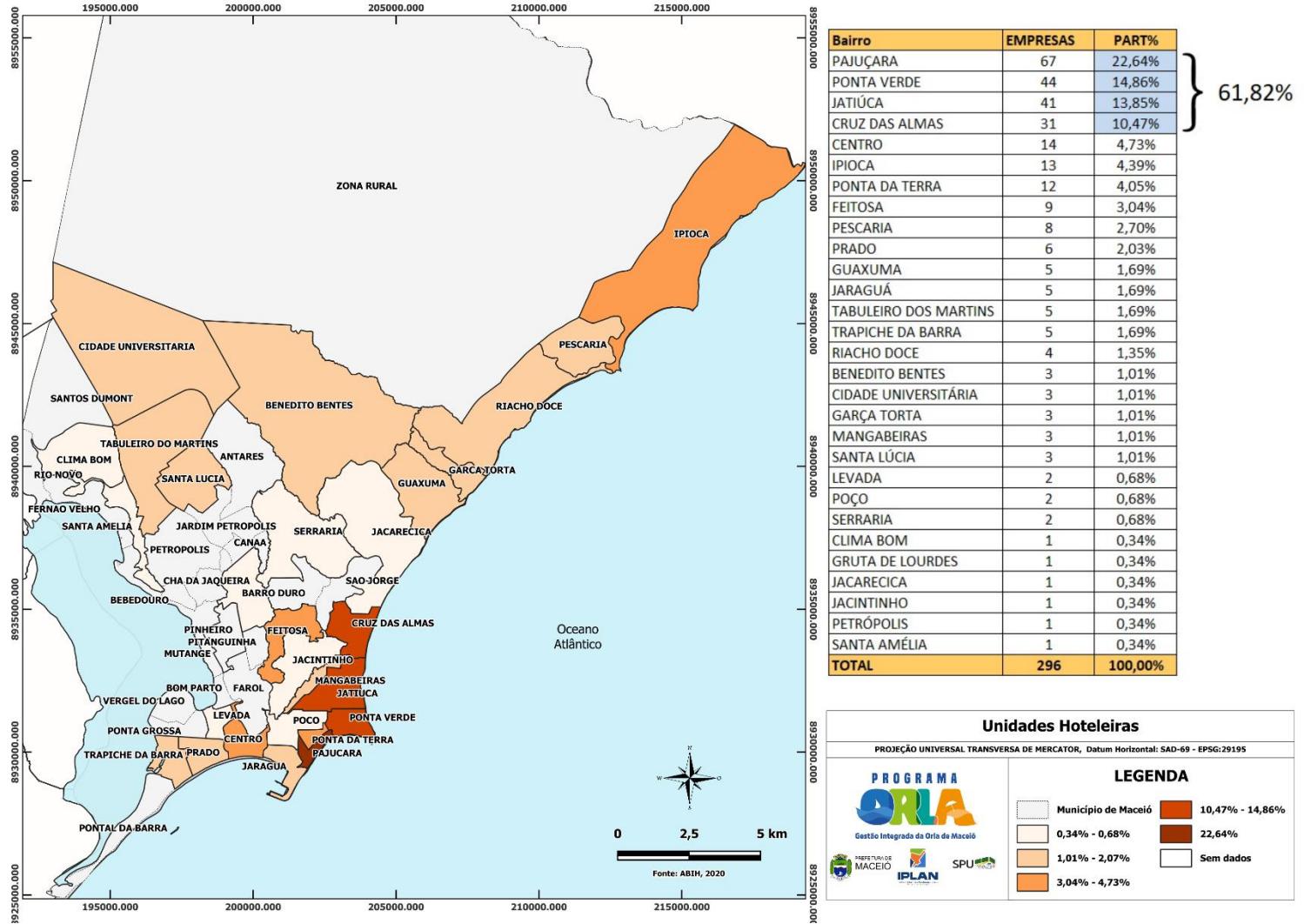


Fonte: ABIH, 2021

Segundo mapeamento elaborado pela ABIH em parceria com a Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Econômico e Turismo, a maior parte das empresas voltadas para o setor de alojamentos encontram-se, em ordem crescente, nos bairros de Cruz das Almas, Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara (61,82%) (Figura 38). Nessa porção encontram-se os hotéis mais consolidados

da orla de Maceió. Há destaque para a área que compreende o bairro de Ipioca, provocado especialmente pela presença de grandes resorts.

Figura 38: Distribuição de alojamentos por bairro em Maceió.



Fonte: Adaptado pelo Iplan, ABIH, 2020.

Entre os anos de 2013 e 2016 a oferta de leitos disponíveis dentro da modalidade de aluguel temporário por aplicativos já correspondia a cerca de 31% da quantidade total de quartos em empreendimentos lançados na parte baixa da cidade de Maceió (ABIH, 2021). Seguindo a tendência de crescimento dessa modalidade vista nos últimos anos, observa-se que a região da Orla de Maceió tem potencial de crescimento dentro desta modalidade, principalmente devido o volume de empreendimentos lançados na parte baixa da cidade (regiões de Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca, Lagoa da Anta e Mangabeiras). Segundo estimativa feita pela ABIH em 2021, o

inventário de locação por Airbnb e demais aplicativos tem um potencial superior a 10.000 diárias, levando-se em consideração uma taxa de 2.4 hóspedes por unidade habitacional.

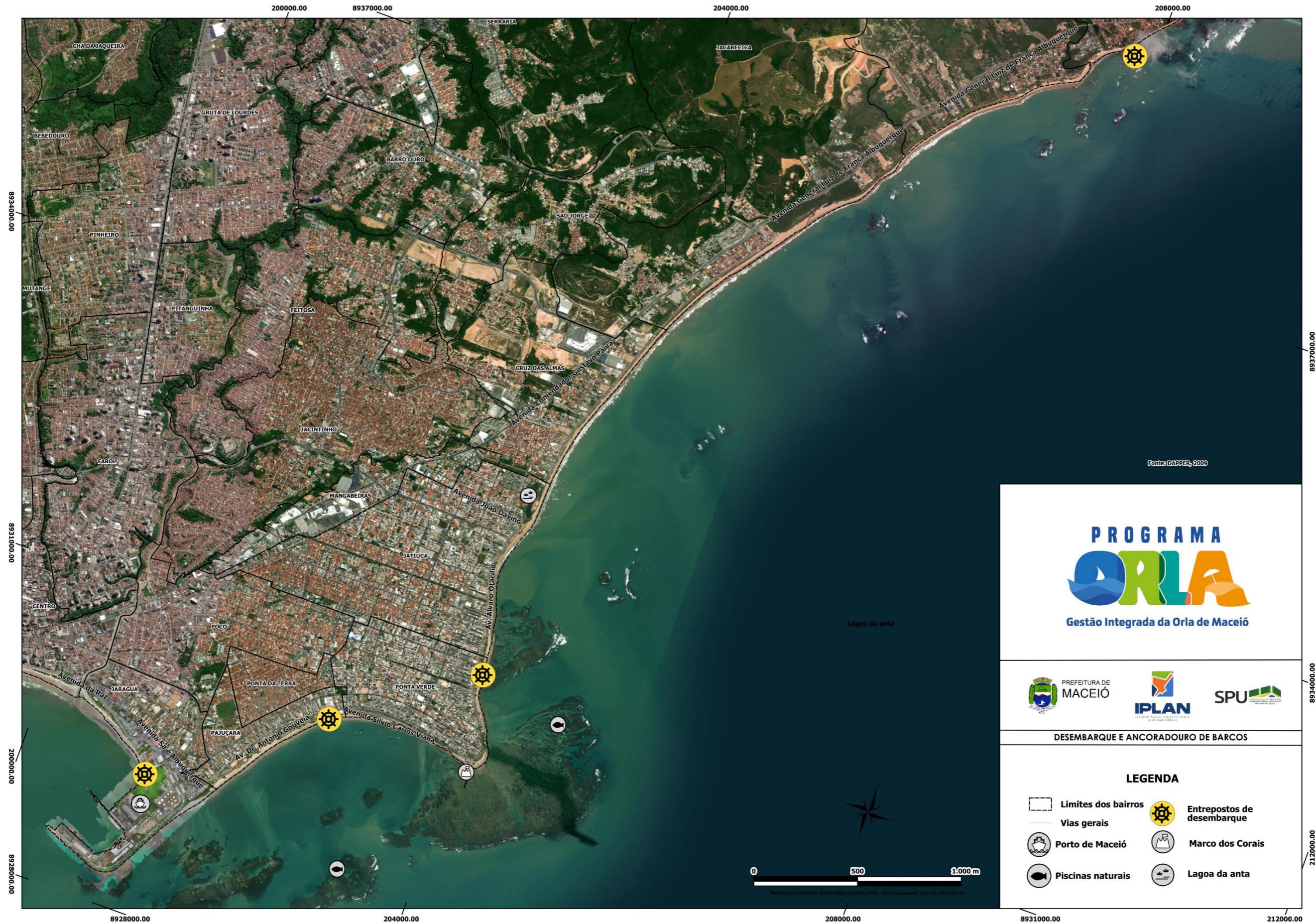
6.3. Aquicultura, pesca, extrativismo.

6.3.1. Pesca

A pesca desenvolvida na região da orla de Maceió é comercial e majoritariamente artesanal ou de pequena escala. Cerca de 32% das embarcações utilizam-se de vela e/ou remo como meio de propulsão, fazendo com o que a pesca local seja caracterizada essencialmente pela pouca introdução de avanços tecnológicos mais robustos. Os principais entrepostos de desembarque e ancoradouro de barcos no município de Maceió são Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde e Garça Torta (**Figura 39**).

Estudo realizado por Dapper em 2009 indicou que cerca 506 pescadores trabalhavam diretamente na pesca artesanal marinha em Maceió e a frota que atuava na pesca marinha sediada em Maceió era composta por cerca de 210 barcos ativos, motorizados (144) e não-motorizados (66). O estudo de Santos (2022) indicou que a quantidade de embarcações diminuiu para cerca de 140 embarcações, sendo que a diminuição da frota poderia estar relacionada à diminuição na produção, depreciação da condição socioeconômica e renovação insuficiente dos pescadores pelos mais jovens. De acordo com as informações da Colônia de Pescadores Z1, que concentra a maior parte dos pescadores marinhos de Maceió, Santos (2021) relatou que em 2018 havia 1.600 pescadores associados, mas nem todos se encontravam em atividade e ainda uma parcela era dedicada à pesca nas lagoas.

Figura 39: Localização dos principais entrepostos de desembarque e ancoradouro de barcos no município de Maceió, os quais constituíram os locais de amostragem junto aos pescadores.



As jangadas atuam com linha de mão e rede de emalhe, restringindo-se à atuação próxima à costa apresentando baixa capacidade de armazenamento e conservação do pescado capturado (na maioria das vezes, caixas térmicas). Os barcos a motor de pequeno porte com cabine possuem um comprimento entre 7,6 e 8,39 m e geralmente com capacidade de 1 a 4 tripulantes. Essas embarcações operam com linha de mão, rede de emalhe e espinhel artesanal. Os barcos de médio porte possuem de 8,40 a 13 m de comprimento. São voltados principalmente para a captura de camarões, operando com rede de arrasto. Verifica-se nestas embarcações a presença de uma estrutura de ferro (braços) denominadas tangones, que permitem o arrasto simultâneo de duas redes (arrasto duplo), além de um par de guinchos utilizados para o recolhimento das redes (Santos, 2021b) (**Tabela 4**).

Em 2009, seis artefatos de pesca eram utilizados pela frota sediada em Maceió, sendo eles a rede de “arrasto”, rede de “espera”, “linha”, “mergulho”, “tarrafa” e “espinhel”. A maior parte da frota era composta por embarcações motorizadas (68,6%), sendo que o maior percentual desta categoria se encontrava na comunidade do Jaraguá (95,1%). Em relação aos artefatos de pesca, a pesca de “linha” era a mais praticada, sendo que 56,9% da frota dedicava-se a esta pesca, seguido de rede de “espera” (20,7%) e da pesca de “arrasto” (14,3%) (Dapper, 2009).

Em Garça Torta, todas as 15 embarcações atuavam nas pescas de “linha” e rede de “espera”. As principais espécies-alvo nesta comunidade foram: pescadas, garaçuma, boca-mole, cavala e serra. Em Ponta Verde, todas as 54 embarcações atuavam apenas na pesca de “linha”. As principais espécies-alvo nesta comunidade foram: dourado, cavala, cioba, sirigado, serra, atum, arabaiana e xaréu. Na Pajuçara, todas as 38 embarcações atuavam apenas na pesca de “linha”. As principais espécies-alvo nesta comunidade foram: arabaiana, dourado, cavala, cioba, sirigado e atum (Dapper, 2009).

A comunidade do Jaraguá apresentava a maior concentração de barcos e pescadores de Maceió. Nesta comunidade, as 103 embarcações se dividiam na atuação das pescas de “linha”, rede de “arrasto”, rede de “espera” e “mergulho”. A pesca de “tarrafa” era praticada apenas pela pequena frota de jangadas. As principais espécies-alvo nesta comunidade foram: pescadas, serra, cavala e garaçuma (rede de espera), garaçuma, cavala, atum, dourado, cioba e serra (linha), lagosta, polvo, cioba, sirigado e dentão (mergulho), camarões (rede de arrasto), tainha, camurim, curimã, tinga e carapeba (tarrafa) (Dapper, 2009). Em 2018, a comunidade de Jaraguá era a única localidade onde havia desembarque de camarões em Maceió (Santos, 2021b).

Na comunidade de Pajuçara, há predominância das embarcações tipo jangadas, as quais realizam principalmente pesca com linhas de mão (superfície\fundo). Os barcos com cabine, utilizam principalmente linhas de mão (superfície\fundo) e espinhel artesanal (superfície\fundo). Em Jatiúca, existem, basicamente, embarcações pesqueiras do tipo jangada, as quais utilizam linhas de mão (superfície\fundo) e barcos com cabine, predominando o uso de linhas de mão (superfície\fundo) (Santos, 2021b). As viagens de pesca mais duradouras ocorriam na Pajuçara e Ponta Verde (3,6 e 3,1 dias de duração de cada pesca nas duas comunidades respectivamente). Jaraguá e Garça Torta apresentaram as pescarias mais curtas (2,3 dias) (Dapper, 2009).

Tabela 4: Número de embarcações por modalidades de pesca do litoral de Maceió-AL.

Embarcações	Modalidade de pesca (nome popular local)	Nº embarcações	%
Jangadas (4 a 7,5 m)	Linha de mão	4	5
	Rede de emalhar	18	20
Barco pequeno porte (7,6 a 8,39 m)	Linha de mão	13	15
	Rede de emalhar	8	9
	Espinhel	5	6
Barcos médio porte (tangones) (8,40 a 13 m)	Rede de arrasto	40	45
Total		88	100

Fonte: Dados da Colônia Z1 – Almirante Jaceguay, 2018.

Em Pontal da Barra, a pesca artesanal já foi a principal fonte de renda do bairro, entretanto muitos pescadores deixaram a pesca para se dedicar às atividades ligadas ao turismo. Uns trabalham como barqueiros nos passeios pela Laguna Mundaú, nas marinas existentes no local e outros abordando os visitantes na entrada do bairro para a venda de passeios na Laguna, denominado de passeio das nove ilhas. A atividade turística leva as populações nativas das áreas receptoras a reinventarem o seu cotidiano sob a lógica da indústria turística que se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da comunidade (Santos, 2021b).

Havia uma ocupação urbana conhecida como Vila dos Pescadores, também chamada de favela do Jaraguá, localizada no Bairro do Jaraguá. Até a primeira década dos anos dois mil, a vila era o local de moradia de pescadores e suas famílias (Farias *et al.* 2020) mas a Vila foi invadida por

novos ocupantes, resultando em diversos problemas urbanos. O destino das famílias que compunham a Vila dos Pescadores foi um conjunto habitacional construído na Praia do Sobral, distante cerca de 4 km de Jaraguá. A realocação das pessoas fazia parte de um projeto urbanístico do Município de Maceió em revitalizar a orla marítima de Jaraguá, transformando o local então ocupado pela Vila em um Centro Pesqueiro e em um espaço onde a sociedade maceioense e turistas pudessem desfrutar de momentos de lazer (Cavalcante, 2016). Atualmente os pescadores utilizam as edificações da Vila do Jaraguá como depósito e pontos de venda (Farias *et al.* 2020).

6.3.2. Extrativismo

A exploração de minas de sal-gema em Maceió teve início em 1976 através da empresa Salgema Indústrias Químicas, que chegou a ser estatizada e posteriormente privatizada novamente. Tornou-se Trikem em 1996, fundindo-se com empresas de menor porte, tornando oficial o nome Braskem, sob controle majoritário do Grupo Novonor (antigo Odebrecht).

Com uma unidade localizada em Maceió, entre Pontal da Barra e o Trapiche, a Braskem possui um terminal marítimo próprio e é uma indústria da cadeia Produtiva da Química e do Plástico, com produção de PVC (policloreto de vinila) e de soda cáustica. A indústria fornece matérias-primas para produção de alumínio, cosméticos, produtos farmacêuticos, vidros, processos metalúrgicos, dentre outros. Além disso, saem insumos básicos utilizados nas indústrias de higiene, limpeza, construção civil e infraestrutura (Braskem, 2023) (**Figura 40**).

Figura 40: Unidade Industrial Cloro Soda Maceió.



Fonte: Braskem, 2023.

No início do ano de 2018, a cidade de Maceió foi surpreendida pelos relatos de diversos moradores do bairro Pinheiro que encontraram rachaduras e afundamentos do solo dentro de suas residências. Com o agravamento do problema, a Prefeitura de Maceió decreta estado de calamidade pública em março de 2019. O Serviço Geológico do Brasil - SGB (antiga CPRM) foi acionado e concluiu em seu laudo técnico que a principal motivação para o aparecimento das rachaduras nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro é atividade extrativista de sal-gema realizada pela Braskem ao longo de mais de 4 décadas (Santos *et al.*, 2021a).

7. ATRIBUTOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PARÂMETROS AMBIENTAIS

7.1. Classificação da Orla

A divisão da orla em trechos homogêneos dentro das unidades de planejamento é fundamental para a construção de ações e diretrizes assertivas. Nesse sentido, a classificação da Orla auxilia na checagem dessas características. De acordo com o Decreto Federal n.º 5.300 de 2004, há três classificações de orla distintas (**Figura 41**):

Figura 41: Classes definidas no Decreto Federal n.º 5.300, de 2004.

CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C
Possui correlação com os tipos de orla que apresentam baixíssima ocupação e paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.	Tem correlação com os tipos de orla que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que trazem baixo potencial de impacto devem ser estimulados.	Apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição - sanitária, estética, sonora e/ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto a padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos.

7.1.1.1.1. **Fonte:** Brasil, 2022.

Durante a primeira etapa de Oficinas de Planejamento Participativo, os trechos das unidades de planejamento da orla de Maceió foram classificados conforme apresentado no **Quadro 6**:

Quadro 6: Classificação dos Trechos.

UP	Trechos	Limites	Classificação
1	T1	Ponta do Pontal da Barra até o início da Ponte de Divaldo Suruagy.	A
	T2	Do viaduto da Ponte Divaldo Suruagy a Rua Dias Cabral.	C
	T3	Da Rua Dias Cabral ao Porto de Maceió.	C
2	T1	Do início do calçadão da orla de Pajuçara até o início do calçadão da orla de Cruz das Almas.	C
	T2	Do início do calçadão da orla de Cruz das Almas até o final do calçadão da orla de Jacarecica.	B
3	T1	Do final do calçadão da orla de Jacarecica até o SESC Guaxuma	A
	T2	Do SESC Guaxuma até a Foz do Rio Pratagy.	B
	T3	Da Foz do Rio Pratagy até a Foz do Rio Suaçuí.	B

Fonte: GAPU Soluções Ambientais, 2023.

7.2. Tipos de ecossistemas existentes e serviços ecossistêmicos associados

Com características de Mata Atlântica, a vegetação da zona costeira de Maceió se apresenta em florestas densas e variadas. Nas áreas de influência flúvio-marinhas apresentam-se uma grande diversidade de ecossistemas, como os manguezais, restingas, dunas costeiras, praias, bancos recifais de arenito e recifes de corais, lagoas, lagunas, rios, riachos e estuários (Silva, Júnior, Ferreira, 2022), proporcionando à paisagem grande beleza cênica, habitat para diversidade de plantas e animais nativos da região, além de fornecer serviços ecossistêmicos fundamentais para população.

O trecho 1 da Unidade de Planejamento 1 apresenta ecossistemas costeiros bem preservados, com destaque para a presença de manguezais, restingas, dunas costeiras, praia, laguna e estuário. Essa diversidade e preservação contribuiu para a oferta de serviços ecossistêmicos igualmente diversos de provisão, de regulação, de suporte e culturais. Contudo, a interferência antrópica em toda a região hidrográfica do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú Manguaba (CELMM), que impacta diretamente neste trecho, tem dificultado o funcionamento e regulação do ambiente natural, o que interfere diretamente na capacidade do ecossistema em suprir as demandas de todos os serviços ecossistêmicos existentes. Nos trechos 2 e 3 da Unidade de Planejamento 1 há presença de restinga, praias, recifes de corais, rios, riachos e manguezais. Todos eles são habitat de espécies animais e vegetais, contribuindo com serviços de provisão, regulação e suporte das diversas formas de vida no meio terrestre e aquático. Já as praias e os recifes de corais permitem ainda serviços culturais, como lazer e turismo.

7.3. Existência de proteção para ecossistemas sensíveis

Diante da alta biodiversidade, do cenário global de mudanças climáticas e da instabilidade política e institucional local, estado e município, no que tange à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente, todos os ecossistemas supracitados podem ser considerados sensíveis. Portanto, os instrumentos existentes e aplicáveis para a proteção dos ecossistemas são:

- Lei Estadual nº 4.682 de 1985 - Declara protegidas as Áreas com vegetação de Mangue no Estado de Alagoas e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 4.686 de 1985 - Estabelece medidas de Proteção Ambiental na Área de Implantação do Pólo Cloroquímico de Alagoas
- Lei Estadual nº 5.854 de 1996 - Política Florestal em Alagoas

- Lei Municipal nº 4.548 de 1996 - Código de Meio Ambiente
- Lei Estadual nº 4.607 de 1984 - Criação da APA de Santa Rita
- Decreto Federal s/n de 1997 - Criação da APA Costa dos Corais
- Decreto Estadual nº 37.589 de 1998 - Criação da APA do Pratagy (não dispõe de plano de manejo)

7.4. Áreas de Preservação Permanente

De acordo com a Lei Estadual 4.682 de 1985 define ainda todas as áreas cobertas por vegetação de mangue do estado como Áreas de Preservação Permanentes (APPs). Conforme a Lei Estadual 4.686 de 1985 (Estabelece medidas de Proteção Ambiental na Área de Implantação do Pólo Cloroquímico de Alagoas) são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs): a vegetação das encostas dos tabuleiros; os manguezais e as áreas inundáveis do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba. Já a Lei Estadual 5.854 de 1996, normatiza a Política Florestal em Alagoas, considera como APPs as florestas e demais formas de vegetação nativa situadas em:

I – nos locais de pouso de aves de arribação, assim declaradas pelo Poder Público, ou protegidas por convênio, acordo, ou tratado internacional de que o Brasil seja signatário;

II – ao longo dos rios ou quaisquer cursos d’água, desde o seu nível mais alto, cuja largura mínima, em cada margem, seja de:

a. 30m (trinta metros), para cursos d’água com menos de 10m (dez metros) de largura;

b. 50m (cinquenta metros), para cursos d’água que tenham de 10m a 50m (dez a cinqüenta metros) de largura;

c. 100m (cem metros), para cursos d’água que tenham de 50m a 200m (cinquenta a duzentos metros) de largura;

d. 200m (duzentos metros), para cursos d’água que tenham de 200m a 600m (duzentos a seiscentos metros) de largura;

e. 500m (quinhentos metros), para cursos d’água com largura superior a 600m (seiscentos metros).

III – ao redor das lagoas ou reservatórios d’água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto, medindo horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima seja de:

a. 30m (trinta metros), para os que estejam situados em áreas urbanas;

b. 100m (cem metros), para os que estejam em área rural, exceto os corpos d’água com até 20m (vinte metros) de superfície, cuja faixa marginal seja de 50m (cinquenta metros) de largura;

c. 100m (cem metros), para as represas hidrelétricas.

IV – nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olho d'água", qualquer que seja a situação tipográfica, num raio mínimo de 50m (cinquenta metros) de largura;

V – no topo dos morros, montes, montanhas e serras, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação em relação à base;

VI – nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 100% (cem por cento) ou 45º (quarenta e cinco graus) na sua linha de maior declive;

VII – nas linhas cumeadas 1/3 (um terço) superior, em relação à sua base, nos seus montes, morros ou montanhas, fração essa que pode ser alterada para maior, mediante critério técnico do órgão estadual competente, quando as condições ambientais assim o exigirem;

VIII – nas bordas de tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m (cem metros), em projeções horizontais;

IX – nas restingas, como fixadora de dunas ou estabilizadoras de mangues;

X – em ilha, em faixa marginal além do Leito maior sazonal, medido horizontalmente, de acordo com a inundação do rio e, na ausência desta, de conformidade com a largura mínima de Preservação permanente exigida para o rio em questão;

XI – em veredas conforme disposição do órgão estadual competente.

Consideram-se ainda APPs florestas e demais formas de vegetação natural, declaradas por ato do Poder Público, para:

- a. atenuar a erosão das terras;
- b. formar as faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovias;
- c. proteger sítio de excepcional beleza, de valor científico ou histórico;
- d. asilar exemplares da fauna ou flora raros e ameaçados de extinção;
- e. manter o ambiente necessário à vida das populações indígenas;
- f. assegurar condições de bem-estar público;
- g. fixar as dunas;
- h. outras consideradas de interesse para a preservação de ecossistemas.

Além das áreas supracitadas, de acordo com a Lei Municipal 4.548 de 1996, são consideradas Áreas de Preservação Permanente: o Parque Municipal, a Piscina Natural de Pajuçara, os recifes e corais de todo o litoral de Maceió, as ilhas e a vegetação do entorno da Lagoa Mundaú e as coleções florísticas remanescentes da Mata Atlântica em todo o território de Maceió. Nestas é

proibido realizar qualquer atividade que comprometa a qualidade ambiental, como o corte de vegetação, escavação, exploração mineral, emprego de fogo e de agrotóxicos, e a deposição de resíduos.

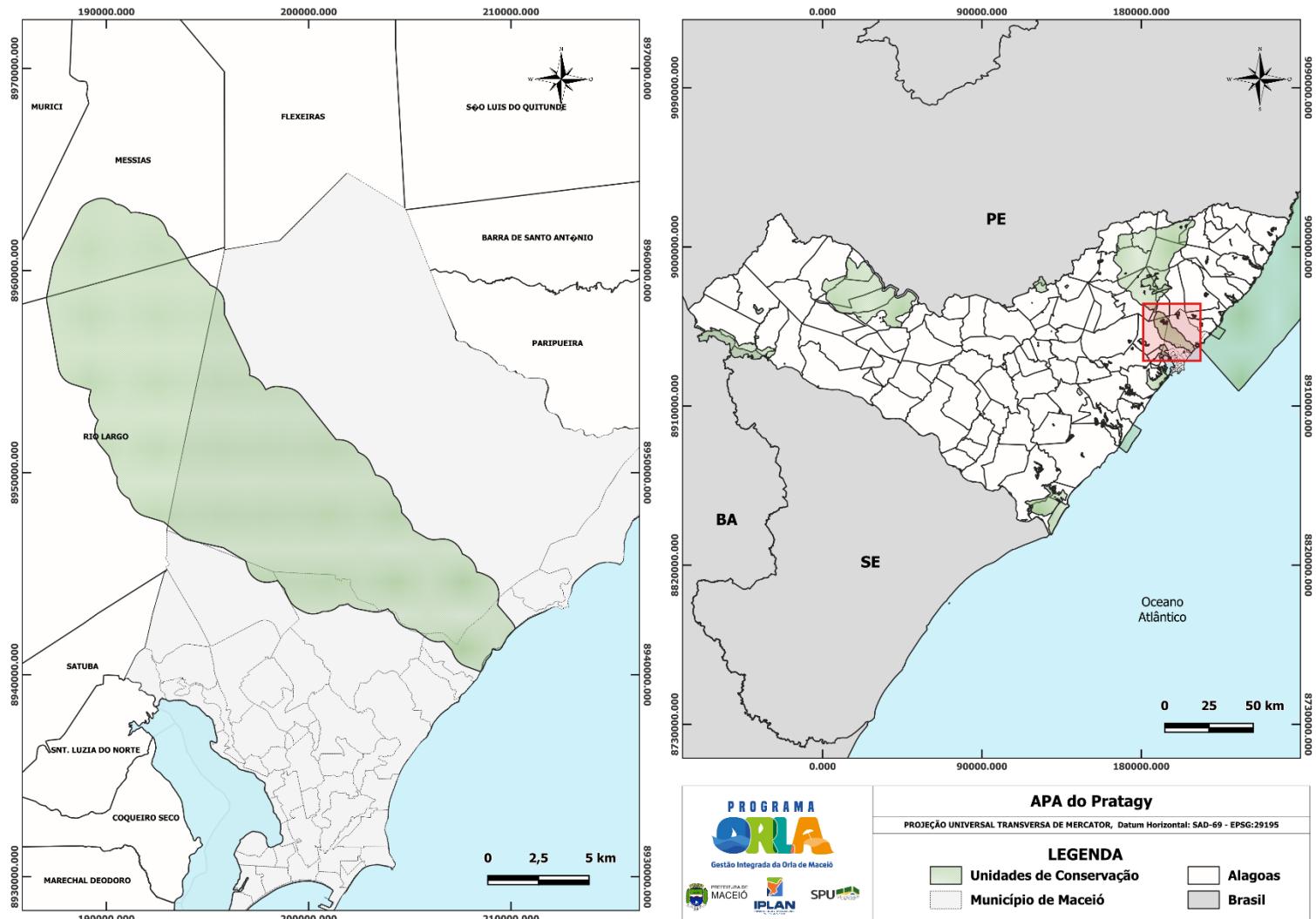
7.5. Unidades de Conservação

O município de Maceió possui 4 Áreas de Proteção Ambiental (APA), 3 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e 1 Parque Municipal, totalizando 8 Unidades de Conservação (UCs). Dentre elas, serão destacadas as que apresentam incidência na orla do município: APA do Pratagy, APA de Santa Rita (ambas de Esfera Estadual) e APA Costa dos Corais (Esfera Federal). Destes três, apenas a APA do Pratagy não possui Plano de Manejo. Cabe, portanto, destacar que as ações e diretrizes estabelecidas pelo Projeto Orla devem estar alinhadas ao Plano de Manejo da APA Costa dos Corais e da APA de Santa Rita.

7.5.1. Área de Proteção Ambiental do Pratagy

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy foi criada pelo Decreto Estadual nº 37.589 de 05 de junho de 1998 (**Figura 42**). Abrange terras dos municípios de Messias, Rio Largo e Maceió. Ocupa uma área de 21.417,51 hectares ou 214,17 km², correspondendo à bacia hidrográfica do Rio Pratagy, acrescida de uma faixa de 1 km no seu entorno. O principal objetivo da criação é a harmonização das atividades com o equilíbrio ambiental dos ecossistemas da bacia hidrográfica do Rio Pratagy, visando garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para o abastecimento humano. O rio que dá nome à unidade de conservação possui nascente na zona rural do município de Messias e foz no bairro de Riacho Doce, em Maceió, percorrendo a distância aproximada de 32 km e tendo como principal afluente o Rio Messias, mais conhecido como Rio do Meio. Quanto à incidência na área de planejamento do Projeto Orla, a APA integra os trechos 2 e 3 da Unidade de Planejamento 3.

Figura 42: Localização e situação da APA do Pratagy.

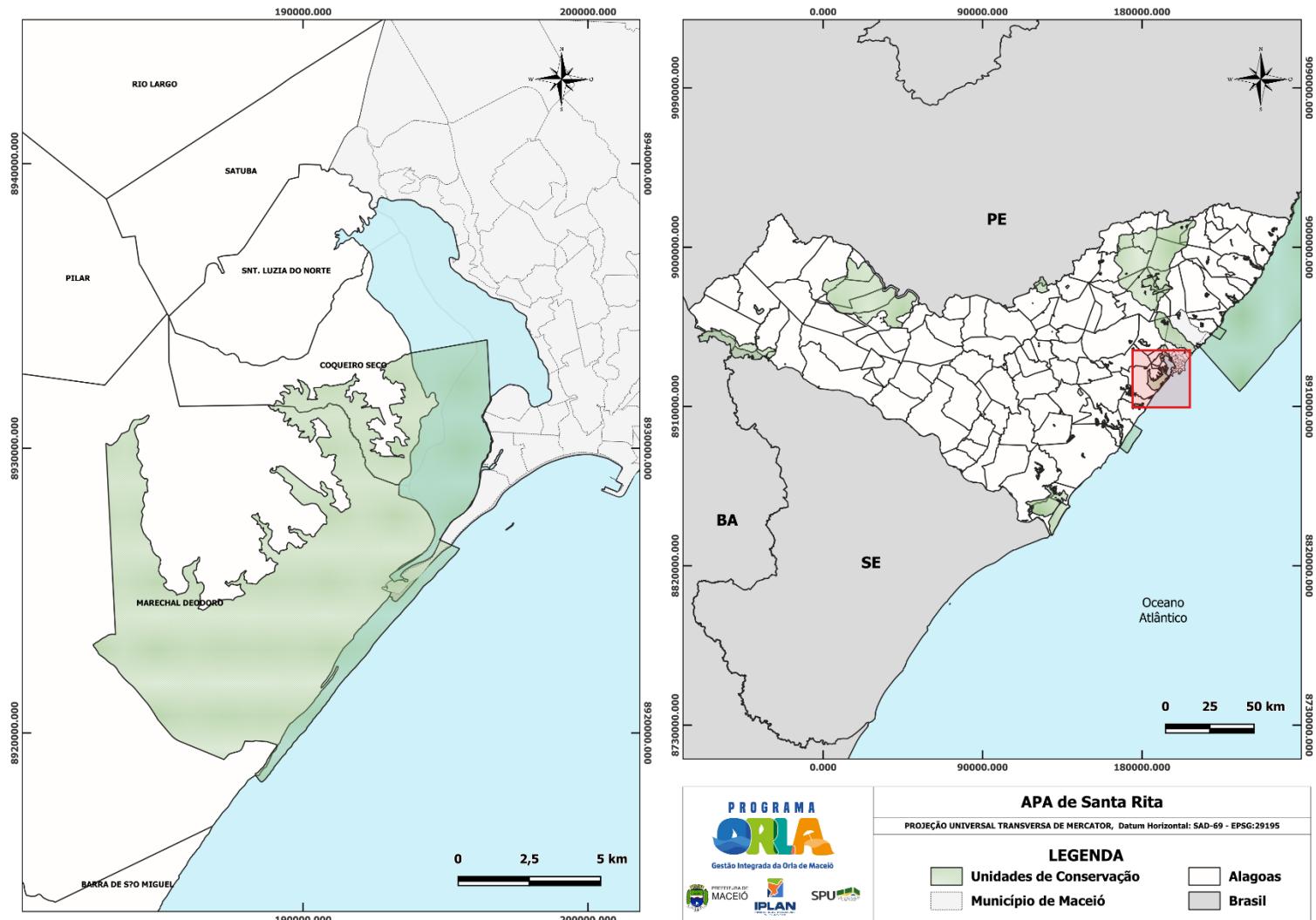


Fonte: Adaptado pelo Iplan, IMA, 2023.

7.5.2. Área de Proteção Ambiental de Santa Rita

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Rita foi criada pela Lei Estadual nº. 4.607/1984. Possui uma área de 10.230ha e abrange os municípios de Maceió, Marechal Deodoro e Coqueiro Seco, abrangendo todas as ilhas e, no continente, as encostas dos tabuleiros e restingas que as circundam (Figura 43). Foi criada com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais das regiões dos canais e lagunas Mundaú e Manguaba, ordenando a ocupação e uso do solo (IMA, 2022). Quanto à incidência na área de abrangência do PGI, a APA abrange o Trecho 1 da Unidade de Planejamento 1.

Figura 43: Localização e situação da APA de Santa Rita.



Fonte: Adaptado pelo Iplan, IMA, 2023.

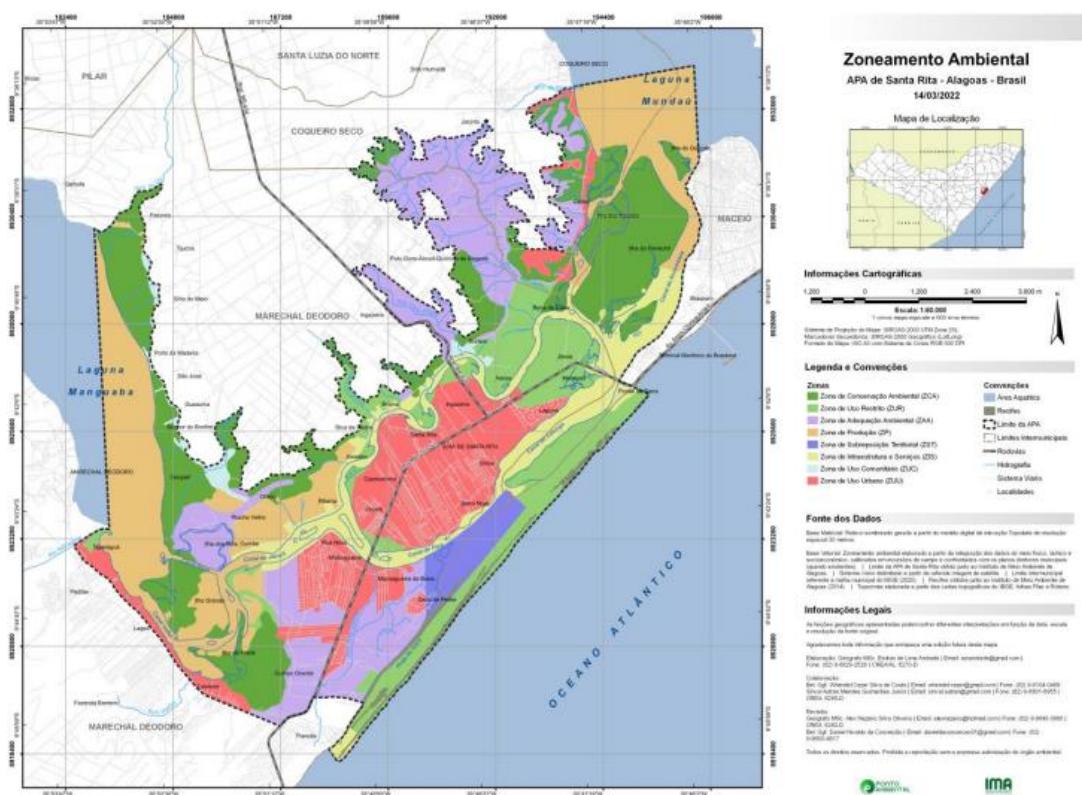
Como pode ser observado no Mapa de Zoneamento Ambiental, duas zonas incidem sobre o trecho referido (Figura 44). São elas:

- Zona de Uso Restrito (ZUR) - Zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto de baixo impacto (eventual ou de pequena escala) dos recursos naturais. Constituem ecossistemas de alta sensibilidade ambiental e apresentam boa resposta a regeneração se cessadas as intervenções negativas. Abrange a restinga de

Maceió (cordão arenoso norte da Boca da Barra) e linha de praia média após o Francês, envolvendo a linha de recife existente e parte do recife próximo a praia, indo em direção nordeste até seu fim, localizado em frente a cabeceira da ponte Divaldo Suruagy.

b. Zona de Infraestrutura e Serviços (ZIS) - Zona constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando especialmente os impactos das atividades e infraestruturas em áreas que comporta facilidades voltadas à visitação, à administração da área e algumas com serviços que incluem fiscalização e educação ambiental pelo órgão gestor. Constitui a área da Base Descentralizada do IMA na APA de Santa Rita, próxima à ponte Divaldo Suruagy, bem como a estrutura do antigo Detran na margem oposta do Canal de Fora. Abrange ainda áreas da APA com predominância de receptivos, áreas de visitação, marinas, restaurantes, estruturas de apoio e lazer; áreas de visitação turística, praias e bancos arenosos, canais lagunares, banhos, bicas e outros atrativos naturais e trechos do recife já amplamente visitado pela população localizado na praia do Francês.

Figura 44: Zoneamento da APA de Santa Rita.

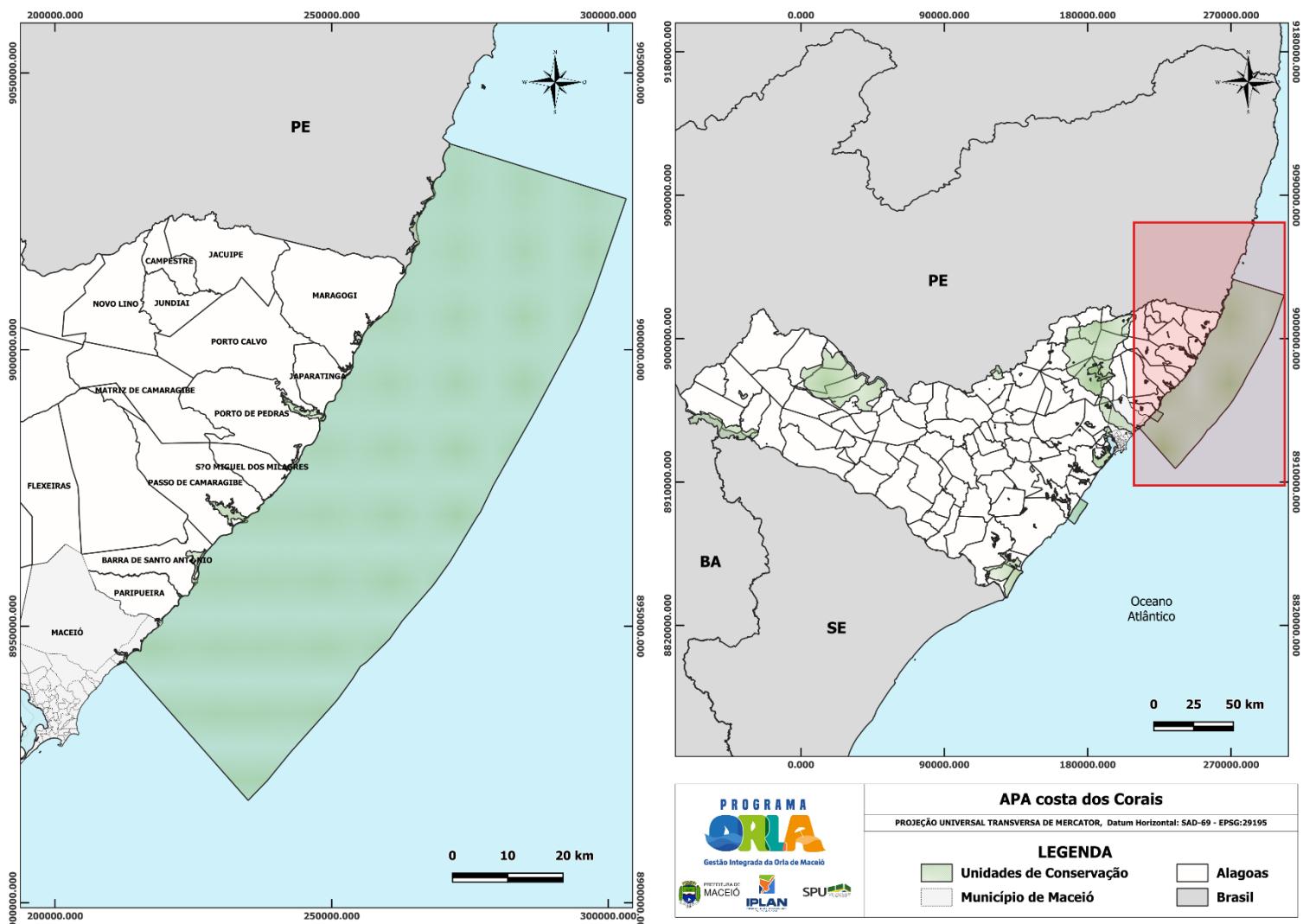


Fonte: Adaptado pelo Iplan, IMA, 2023.

7.5.3. Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

A APA da Costa dos Corais (APACC) foi criada por Decreto Federal s/n em 23 de outubro de 1997 (**Figura 45**). Possui uma extensão aproximada de 405.802 ha, distribuída em 122 km de costa ao longo de 13 municípios. Dessa extensão, 95 quilômetros são no território alagoano, o que corresponde a 78% do comprimento total da APA. Em direção ao mar aberto, seus limites estendem-se até a quebra da plataforma continental, região também conhecida como talude ou “paredes”, adentrando 18 milhas náuticas (33,33 km) no oceano Atlântico e sendo considerada a maior Unidade de Conservação Marinha do Brasil.

Figura 45: Localização e situação da APA Costa dos Corais



Fonte: Adaptado pelo Iplan, IMA, 2023.

Está localizada na margem oceânica dos Municípios de Maceió, Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi, em Alagoas, e São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso, em Pernambuco, e nas águas jurisdicionais.

A presença desses ambientes propicia a ocorrência de uma grande diversidade biológica, representada por algas, corais, peixes, crustáceos, moluscos e outros seres, como o peixe-boi marinho, o mero e tartarugas marinhas, espécies ameaçadas de extinção. A APACC foi criada exclusivamente em áreas públicas classificadas como “Patrimônio da União” e “de Preservação Permanente”, abrangendo ambientes marinhos e estuarinos e tendo, entre seus objetivos, os de garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora entre os rios Meirim (AL) e Formoso (PE). Quanto à incidência na área de planejamento do Projeto Orla, a APA abrange o Trecho 3 da Unidade de Planejamento 3.

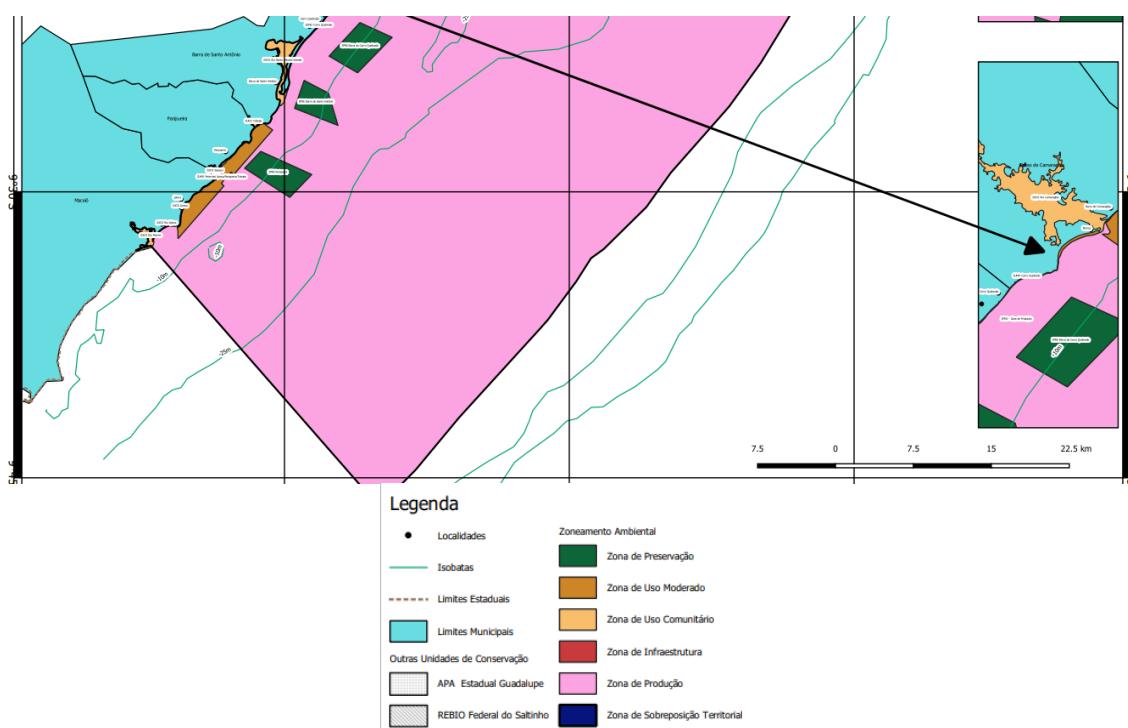
De acordo com o Zoneamento Ambiental da APA Costa dos Corais, Maceió se enquadra nas seguintes zonas (**Figura 46**):

- a. Zona de Uso Comunitário (ZUCO) - É a zona que contém ambientes naturais, podendo apresentar alterações antrópicas, onde os recursos naturais já são utilizados pelas comunidades ou que tenham potencial para o manejo comunitário de recursos pesqueiros. O objetivo geral de manejo é a manutenção de um ambiente natural associado ao uso múltiplo sustentável dos recursos naturais, conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população usuária moradora na região da unidade de conservação, atendendo as suas 69 necessidades. A ZUCO apresenta pouca ou nenhuma ocupação humana e, em geral, a vegetação original de restinga e mangue se encontra bem conservada. A Zona de Uso Comunitário é formada por 22 áreas localizadas na porção oeste da APA Costa dos Corais. As ZUCOs incidentes em Maceió são: ZUCO Rio Meirim, ZUCO Rio Ipioca, ZUCO Ipioca e ZUCO Sauaçui.
- b. Zona de Uso Moderado (ZUMO) - Peixe Boi Ipioca/Paripueira/Tabuba - Zona constituída por áreas naturais ou moderadamente antropizadas, com o ambiente mantido o mais próximo possível do natural, onde poderão ser permitidos os usos direto e indireto dos recursos naturais, desde que não causem a descaracterização da paisagem, dos processos ecológicos em curso ou o comprometimento das espécies nativas e suas populações. Esta zona deve garantir a integração da dinâmica social e econômica da

população beneficiária à unidade de conservação de uso sustentável, bem como deve oferecer oportunidade para a visitação de médio grau de intervenção.

c. Zona de Produção (ZPRO) - É a zona que comprehende áreas com atividades de produção e de suporte à produção, com o incentivo de adoção de boas práticas de conservação dos recursos hídricos e o uso sustentável dos recursos naturais. O objetivo geral de manejo é disciplinar o manejo dos recursos pesqueiros e a pesca, além de destinar áreas para atividades produtivas sustentáveis, conciliando-as com a conservação da biodiversidade, com incentivo à adoção de técnicas e alternativas de baixo impacto.

Figura 46: Recorte do Zoneamento da APA Costa dos Corais



Fonte: Icmbio, 2021

7.6. Controle sobre agentes de degradação e poluidores

A lei que normatiza o controle sobre agentes poluidores em Maceió é o Código de Meio Ambiente (Lei Municipal, nº 4.548 de 1996). De acordo com este, as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradantes do meio ambiente dependem de Autorização Ambiental Municipal, concedida mediante apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Alguns dos instrumentos elencados no Código de Meio Ambiente, que permitiriam maior transparência e conhecimento da situação ambiental do município pela

sociedade civil organizada e por instituições de ensino e pesquisa, como o Plano Municipal de Proteção Ambiental (Art. 24), Banco de Dados Ambientais (Art. 27) e os Relatórios Anuais da Qualidade do Meio Ambiente (Art. 29), que não foram localizados para a elaboração deste documento.

Apesar dos quase 30 anos da publicação da lei, a degradação e poluição dos recursos e do ambiente natural ainda são muito presentes na realidade de Maceió, sendo destacado tanto nos diagnósticos preliminar e participativo, quanto nas ações e diretrizes.

7.7. Sítios de interesse histórico, arqueológico, geológico e cultural

Conforme a lei estadual de número 4.741, de 1985, o Patrimônio Material na instância estadual está organizado em quatro livros. Referentes à cidade de Maceió, hoje estão tombados:

- a. Livro de Tombos número 1 “Bens Móveis de Valor 92 (noventa e dois) Arqueológico, etnográfico, Histórico, Artístico, Bibliográfico ou Folclórico” - uma coleção e dois acervos museológicos;
- b. Livro de Tombos número 2 “Edifícios e Monumentos Isolados” - 24 (vinte e quatro edificações históricas);
- c. Livro de Tombos número 3 “Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos” - dois bairros e uma praça.
- d. Livro de Tombos número 4 “Cidades, Vilas e Povoados” - não possui nenhum tombamento em Maceió.

Quanto aos Edifícios e monumentos isolados, citamos três que estão situados na área de planejamento do Projeto Orla: o Museu da Imagem e do Som de Alagoas e a Associação Comercial de Maceió, ambos na Rua Sá e Albuquerque, no bairro de Jaraguá, e o Museu Théo Brandão, na Avenida Duque de Caxias, no bairro do Centro. Já quanto aos Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos, citamos os bairros do Jaraguá e Pontal da Barra.

7.8. Características meteoceanográficas predominantes (vento/ondas/marés/clima)

De clima quente e úmido, Maceió se enquadra no clima As' – Clima tropical chuvoso com verão seco, com a estação chuvosa se adiantando para o outono, segundo a classificação de Köppen (Nascimento, 2023). Ao longo da faixa costeira o clima varia entre o tipo AMS': tropical chuvoso com períodos secos no verão e temperaturas anuais variando entre 23° e 28°C, mais ao norte

da capital, e o tipo AS': tropical com baixa pluviosidade e verões secos, apresentando temperaturas anuais entre 18° e 25°C.

As chuvas são abundantes, atingindo cerca de 1.800 mm por ano, concentradas no trimestre chuvoso compreendido nos meses de maio, junho e julho (Santos, 2010a), eventualmente com chuvas excessivas em pequenos períodos, acarretando problemas como enchentes e deslizamento de terra, impactando, sobretudo, as populações que vivem em áreas de encosta e na planície costeira. A umidade é elevada, influenciada pela proximidade com o oceano, o que pode resultar em sensações de calor mais intensas, especialmente durante os períodos chuvosos. Nesse período, em meados de maio, a umidade relativa atinge seu máximo (82,9%), e o mínimo em novembro (75,7%). Já as temperaturas atingem as máximas durante o verão (entre dezembro e março) e as mínimas durante o inverno (julho a setembro).

A região é condicionada ao regime de ventos alísios, oriundos da Alta Subtropical do Atlântico Sul (ASAS), os deslocamentos geram os ventos leste e nordeste durante a primavera e o verão, e de leste e sudeste durante o outono e o inverno. Ainda nesse período ocorrem as frentes frias, gerando ventos do quadrante sul (Lima Santos, 2004; Santos, 2010). Costa e Lyra (2012) constataram que a velocidade do vento demonstra uma tendência de aumento à medida que o verão se aproxima, atingindo o pico máximo em setembro. Por outro lado, ela tende a diminuir conforme o inverno se aproxima, atingindo o pico mínimo no outono (em abril). A média mensal da velocidade do vento observada pelos autores foi de $5,3 \pm 0,8$ m/s, alcançando um máximo de 6,7 m/s e um mínimo de 3,9 m/s.

A constância nas direções e velocidades dos ventos, a precipitação e pressão, as correntes marinhas, como a Corrente do Brasil, contribuem para os processos físicos ao longo da linha de costa (Santos, 2010), caracterizando a área como altamente dinâmica (Silva, 2022), o que também podem impactar as condições de temperatura e a vida marinha na região. A ação dos ventos nordeste, por exemplo, traz consigo uma brisa refrescante que ajuda a amenizar o calor, além de favorecer a limpeza das águas – importante para a pesca artesanal e atividades aquáticas, como mergulho, surf e turismo em geral.

Já as marés, cuja maior amplitude ocorre durante as luas nova e cheia, trazem consigo as marés mais baixas. Suas águas superficiais possuem temperatura que varia entre 28,5° e 29°C, e salinidade entre 36 e 37% (Lima Santos, 2004).

7.9. Variações da linha da costa (largura da faixa de areia/balanço sedimentar/taxas de erosão e progradação)

A zona costeira de Maceió tem sido ocupada desde os tempos coloniais para diferentes propósitos, com o desenvolvimento de atividades econômicas, industriais, recreativas e turísticas. Atualmente diversos fatores continuam influenciando a dinâmica de regiões litorâneas, sejam estes naturais, como as ondas (dominantes e tempestade), a dinâmica costeira e variáveis meteorológicas, ou por intervenções humanas, incluindo a remoção de recifes naturais, aterros, expansão urbana, dragagens de rios, interferências na desembocadura fluvial e obras costeiras, indicando impactos costeiros, como processos erosivos, gerando variações na configuração (morfodinâmica) da linha de costa (Andrade Lima, 2019; Nascimento, 2023).

As informações descritas abaixo são provenientes dos estudos sobre a influência da variabilidade climática sobre a linha de costa (Nascimento, 2023). A autora organizou o litoral de Maceió em cinco setores, que em parte coincidem com algumas Unidades de Planejamento tratadas neste documento.

Suas análises levaram em consideração uma distribuição de anos de 1991 a 2021 e seus resultados evidenciam que o comportamento das tendências encontradas pode demonstrar que a variabilidade climática vem desencadeando o quadro de comportamento do recuo da linha costeira de Maceió, ou seja, o surgimento de erosão e progradação praial.

Na área do setor 1 (que corresponde a toda a UP 3) foram encontrados dois tipos de processos erosivos, e as áreas classificadas como criticamente erodidas e em processo de erosão evidente. Segundo a autora, os poucos trechos que se apresentam estáveis deste setor obtiveram alterações físicas praticamente imperceptíveis ao longo dos anos.

Os setores 2 e 3 representam setores importantes para o litoral de Maceió. O setor 2 (Trecho 2 da UP 2) possui a maioria de seus transectos estáveis, em contrapartida, existem trechos em acréscimo na praia, e a detecção de um transecto com classificação de área erodida. Neste setor os valores médios observados da taxa de vulnerabilidade espacial indicam que a cada ano, esse setor sofreu com o desenvolvimento do quadro erosivo – as áreas críticas demonstram vulnerabilidade, podendo gerar riscos à área costeira do litoral nesses pontos, assim como a já erodida. O setor 3 (Trecho 1 da UP 2) evidenciou a maioria de seus trechos como áreas acrescidas, revelando suscetibilidade ao quadro evolutivo de sua progradação, também apresentou área criticamente erodida, que coloca o setor em situação de alerta quanto aos

riscos e aumento da vulnerabilidade. Este setor foi o que apresentou maior a taxa de recuo da linha mais jovem para a linha mais antiga, que foi se agravando ao longo dos anos.

No setor 4 (Trecho 2 da UP 1) a taxa de variação da linha de costa para situações com áreas criticamente erodidas tiveram recuo de -48,0258 m/ano, para as áreas erodidas -0,7159 m/ano, a acrescida 6,1437 m/ano, o aumento desse quadro leva a crer que essas áreas em constante mudança podem evoluir para os processos severos notados em alguns trechos. Nas áreas estáveis neste setor o valor médio foi de 0,0159 m/ano. Notou-se neste setor a junção de diversos processos, sejam de erosão ou de acréscimo, o que foi notado a partir do atual posicionamento da linha de costa mais recente, no caso a de 2021 – essa linha se estende frente ao mar pairando em uma superfície de areia, onde observa-se evidências de erosão crítica se misturando com áreas acrescidas na superfície costeira.

No setor 5 (Trecho 1 da UP 1) há diversos trechos com áreas criticamente erodidas, erodidas, acrescidas e estáveis. Este setor foi o que apresentou áreas com estabilidade, ou seja, com pouco desenvolvimento de processos erosivos ou mudança nítida em seu meio. Nesta região, a taxa de variação da área criticamente erodida alcançou um recuo de -34,6837 m/ano e a erodida obteve 0,6936 m/ano, ao analisar as áreas acrescidas notou-se o valor de 17,4112 m/ano, no caso das estáveis 0,0230 m/ano. A autora notou que a área de laguna com presença de vegetação no entorno da laguna não sofreu tanta progradação quanto às áreas de praia, nos outros setores demonstraram valores em 42 constante mudança e variação. A área estável apresentou 0,0001 m/ano, valor que corrobora para a estabilidade da área extraída, determinando assim a quase imperceptível alteração em seu meio. Entretanto, foi observado também pontos de erosão e erosão crítica, revelando os riscos que não só a área de praia está sujeita, mas também áreas adjacentes como lagoas com ligação litorânea.

7.10. Uso e cobertura do solo (espacial e temporal)

De modo a analisar a cobertura de vegetação do município de Maceió, foram utilizados dados do Projeto Mapbiomas, que trazem informações na escala temporal e espacial das transformações que ocorreram no território. Segue abaixo uma breve descrição dos tipos vegetacionais incidentes no território:

- Formação florestal: Floresta Ombrófila Densa, Aberta e Mista e Floresta Estacional SemiDecidual, Floresta Estacional Decidual e Formação Pioneira Arbórea.

- Mangue: Formações florestais, densas, sempre-verdes, frequentemente inundadas pela maré e associadas ao ecossistema costeiro de Manguezal.
- Restinga: Formações florestais que se estabelecem sobre solos arenosos ou sobre dunas na zona costeira.
- Campo alagado e área pantanosa: Vegetação com influência fluvial e/ou lacustre.

A **Tabela 5** apresenta os dados temporais da cobertura da vegetação em Maceió.

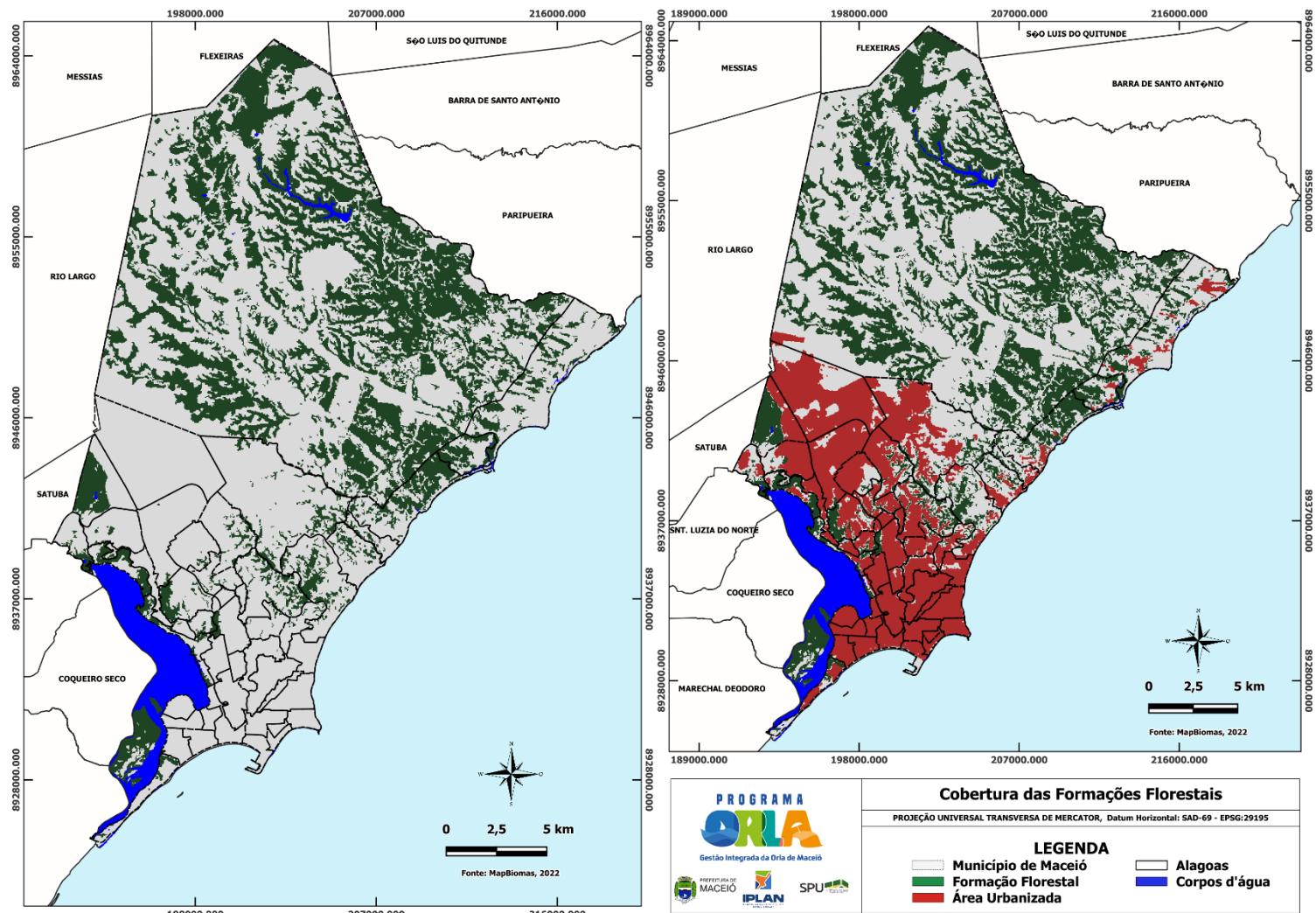
Tabela 5: Cobertura da vegetação em Maceió.

Cobertura de vegetação (Área em ha)	1985	1991	1997	2003	2009	2015	2022
1. Floresta	11610	8944	8804	9631	10045	12845	16369
1.1. Formação Florestal	11042	8428	8216	9022	9429	12194	15707
1.3. Mangue	451	430	521	545	551	565	556
1.4. Restinga arborizada	117	85	68	64	65	86	106
2. Formação natural não florestal	281	120	129	194	190	205	195
2.1. Campo alagado e área pantanosa	281	120	129	194	190	205	195

Fonte: Projeto Mapbiomas, 2023.

De modo geral, as formações florestais, típicas da Mata Atlântica, predominam no município em fragmentos tanto no interior quanto na região costeira (**Figura 47**). Estas áreas localizam-se essencialmente fora da área urbanizada do município (entre a Praia do Sobral e Jacarecica) sendo mais representativa a partir da orla de Jacarecica até o limite com Paripueira.

Figura 47: Cobertura das formações florestais em Maceió.



Fonte: Adptado pelo Iplan, Mapbiomas Brasil, 2022.

Em 2022, as áreas de mangue totalizaram 556 hectares e estão localizados nas margens da Lagoa Mundaú e nas desembocaduras dos rios e riachos do litoral norte. Os campos alagados e áreas pantanosas estão essencialmente associados aos manguezais e rios, representando em 2022, 195 hectares. É possível encontrar áreas preservadas de Mata Atlântica nas bordas dos tabuleiros e manguezal próximo à foz do Rio Pratagy. De acordo com a Tabela XX, houve uma grande diminuição da área de restinga entre os anos de 1985 e 2009, com uma redução de 53 hectares. Já a partir de 2009, é possível observar um aumento gradual de área, chegando a 106 hectares em 2022. Na orla densamente urbanizada os principais espaços vegetados são as praças e jardins públicos e os sítios de coqueiros (*Cocos nucifera*), ocupando o espaço da

vegetação endêmica como cajueiros (*Anacardium occidentale*) e mangabeiras (*Hancornia spenciosa*), entre outras espécies (Lima, 2009).

7.11. Diagnóstico de flora

Assim como praticamente toda a zona costeira brasileira, a de Maceió é caracterizada pelo bioma de Mata Atlântica. Nas áreas de influência flúvio-marinhas apresentam-se uma grande diversidade de ecossistemas, como os manguezais, restingas, dunas costeiras, praias, bancos recifais de arenito e recifes de corais, lagoas, lagunas, rios, riachos e estuários (Almeida, 2018; Correia & Sovierzoski, 2008; Silva, 2022).

Nessas áreas é possível encontrar espécies de árvores como o pau-d'arco, ipês, mangueiras, cajueiros, além de vegetação de restinga, composta por plantas adaptadas a solos arenosos e salinidade, como a salsa-da-praia (*Ipomoea* spp.). Nos manguezais prevalecem árvores como o mangue-vermelho (*Rizophora mangle*), o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue-preto (*Avicennia schaueriana*). Não nativas, mas abundantes na região costeira, estão também os coqueirais (*Cocos nucifera*) e as amendoeiras-da-praia (*Terminalia catappa*).

7.12. Diagnóstico de fauna

Na vegetação de restinga e nas áreas de mata remanescente, é possível encontrar uma variedade de pequenos mamíferos, como sagui-do-tufo-branco (*Callithrix jacchus jacchus*) e preguiças (*Bradypus variegatus*), além de répteis como lagartos e serpentes. Dentre os insetos, borboletas e libélulas são bastante comuns na região. Embora a urbanização tenha impactado populações de animais silvestres, Maceió ainda mantém uma diversidade de fauna, principalmente em áreas preservadas e nos ambientes naturais remanescentes.

Algumas das espécies de fauna encontradas em Maceió e em seus arredores incluem diversas espécies de aves, como sabiás, bem-te-vis, sanhaços, rolinhas, além de aves marinhas nas áreas costeiras, como a Pardela-de-bico-amarelo (*Calonectris borealis*) e a pardela-de-bico-preto (*Ardenna gravis*). Répteis como as tartarugas marinhas verde (*Chelonia mydas*), oliva (*Lepidochelys olivacea*), de pente (*Eretmochelys imbricata*) e cabeçuda (*Caretta caretta*), que são frequentemente avistadas ao longo da costa, encalhadas ou em desova – as praias são ambientes de desova de tartarugas.

Quanto às espécies de fauna marinha é também possível encontrar uma grande variedade de peixes com relevância socioeconômica para a pesca artesanal, como Serra, Cavala, Garassuma, Xaréu, Dourado, Tainha, Sardinha, Agulhinha etc. Essa rica diversidade marinha, inclui peixes-

boi (*Trichechus manatus*), golfinhos, cnidários, crustáceos, moluscos e uma variedade de invertebrados marinhos, que possuem relação direta com a preservação dos manguezais – fundamentais como habitat para reprodução e abrigo de espécies marinhas.

8. ATRIBUTOS SOCIAIS

8.1. Presença de comunidades tradicionais

Os dados públicos registram que, no município de Maceió, não há nenhuma comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares, como também nenhuma terra indígena. Contudo, há 3 assentamentos de reforma agrária. O Primavera, criado em 2004, com 43 famílias assentadas; o Vida Para Cristo, criado em 2007, com 23 famílias assentadas; e o Pedra Cristalina, também de 2007, com 36 famílias assentadas. No último Censo do IBGE, 21 pessoas se autodeclararam como quilombolas e 2.006 pessoas se autodeclararam como indígenas.

8.2. Densidade demográfica da orla

A cidade de Maceió possui uma população de 957.916 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, distribuídos em um território de 509,320 km², do qual apenas 115,08 km² é urbanizado. Apesar de ser uma área rural extensa, a população do município é predominantemente urbana. A densidade demográfica é de 1.880,77 habitantes por quilômetro quadrado. O crescimento populacional do município é de 2,71% comparando-se o último Censo Demográfico e o anterior (2010).

8.3. Número de domicílios de uso ocasional/segunda residência na orla

No município há 402.846 domicílios, dos quais 83,3% são particulares permanentes ocupados, 12,34% são particulares permanentes não ocupados e 4,21% são particulares permanentes não ocupados, mas com uso ocasional.

8.4. Número médio de habitantes por domicílio na orla

A média é de 2,37 moradores por domicílio (IBGE, 2023).

9. IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES GERADORAS DO PROBLEMA E DOS ATORES ENVOLVIDOS E PROBLEMAS DE USO E OCUPAÇÃO E IMPACTOS NA ORLA

Durante a 1ª Etapa da Oficina de Planejamento, **as Potencialidades e os Problemas** de cada Trecho foram identificados, e discutidos as causas dos Problemas ou os atributos ligados às Potencialidades identificados e seus respectivos efeitos e impactos relacionados, para cada Trecho da Unidade de Planejamento da orla marítima.

Todas as informações da Unidade de Planejamento também estão integralmente apresentadas nos APÊNDICES 1, 2 e 3 deste documento.

A Unidade de Planejamento Orla de Maceió apresenta três Unidades de Planejamento, cada uma sendo subdividida em diferentes trechos. Após a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina, foram definidos os problemas e potencialidades para cada trecho das UPs (com seus respectivos: atividades geradoras; efeitos e impactos associados), conforme **Tabela 6**.

Tabela 6: Quantitativo de problemas e potencialidade por trecho.

UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO	PROBLEMAS	POTENCIALIDADES
UP1	T1	3	3
	T2	5	2
	T3	6	5
UP2	T1	12	8
	T2	10	4
UP3	T1	4	2
	T2	8	2
	T3	8	4
GERAL		56	30

Fonte: Sistematização do Quadro Detalhado, 2024.

As informações completas (Configuração local e usos; Potencialidades; Problemas, Atividades geradoras; Efeitos e impactos associados aos problemas/potencialidades; Projetos previstos ou em implantação) estão apresentadas nos **Quadros 7, 8 e 9**:

9.1. Unidade de Planejamento 1

Quadro 7: Quadro detalhado - problemas e potencialidades UP1

UP	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e problemas	Atividades geradoras	Efeitos e impactos	Projetos previstos ou em implantação
UP1	T1	A	Trecho com praias arenosas expostas, com ação de ondas e fortes ventos; Campo de dunas; Muita ação da maresia; Baixa cobertura de vegetação nativa à beira-mar; Estuário da Lagoa Mundaú; Presença de pequenas lagoas no interior do trecho; Área de manguezal; Restinga entre o mar a lagoa.	P1.1.1	Existência de grande imóvel desocupado da Marinha (antigo Detran).	Transferência da sede do Detran/AL; Imóvel sem uso; Ausência de políticas públicas voltadas à destinação de prédios abandonados.	Imóvel subutilizado, apenas para treinamento de agentes de segurança pública; Deterioração do imóvel; Insegurança para banhistas e pescadores; Poluição visual.	Parque da Restinga; Possibilidade de venda do prédio do antigo Detran/AL à iniciativa privada; Replantio de mangue (Nosso Mangue).
				P1.1.2	Erosão marítima.	Avanço do mar; Supressão da restinga e manguezal; Construção da ponte Divaldo Suruagy; Ocupação das margens da Laguna Mundaú (construção de condomínios); Falhas no Licenciamento Ambiental (IMA/AL e Ibama).	Perda da faixa de areia; Fechamento da Boca da Barra; Desequilíbrio ecológico (fauna e flora); Impossibilidade da atividade da pesca; Impactos às comunidades circunvizinhas (Pontal, Prado e Trapiche).	
				P1.1.3	Acúmulo de resíduos sólidos na faixa de areia, restinga e mangue.	Descarte inadequado de lixo pelos usuários; Lixo jogado na rede de drenagem; Ausência de política de saneamento ecológico.	Contaminação da fauna e flora; Contaminação do pescado; Prejuízos à pesca artesanal; Poluição da praia.	

			<p>Prédio histórico sem uso (Antigo Detran);</p> <p>Presença de pesca artesanal;</p> <p>Espaço de lazer da comunidade local;</p> <p>Atividade de ecoturismo (ONGs);</p> <p>Atividade de pesquisa científica;</p> <p>Pesca esportiva.</p>	PP1.1.1	Pesca artesanal	<p>Oferta de pescado;</p> <p>Ciclagem das marés;</p> <p>Biodiversidade conservada</p>	<p>Fortalecimento econômico e geração de renda; Permanência da atividade tradicional.</p>	
T2	C		<p>Trecho com praias arenosas expostas, com ação de ondas e fortes ventos; Campo de dunas; Muita ação da Maresia; Baixa cobertura de vegetação nativa; Presença de plantas</p>	P1.2.1	<p>Ameaça de acidentes de grandes proporções físico-químicas.</p>	<p>Indústria Química Braskem.</p>	<p>Baixa ocupação residencial; Orla não atrativa por risco de acidentes; Imóveis subutilizados/ abandonados; Insegurança; Baixo dinamismo socioeconômico.</p>	<p>Renasce Salgadinho; Obras de contenção marítima; PREVISTO DMTT: Fresagem e recapeamento das faixas de rolamento; Implantação e/ou substituição das sinalizações verticais e</p>
				P1.2.2	<p>Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de</p>	<p>Saneamento básico precário; Limpeza de praia inadequada; Iluminação pública insuficiente; Ausência de acessibilidade para mobilidade ativa.</p>	<p>Laguna e praia poluídas; Prejuízo à saúde pública com doenças infecto contagiosas (Leptospirose, Hepatite e outras); Insegurança no calçadão e no seu entorno; Retirada da vegetação de restinga; Dificuldade de acesso a orla.</p>	

			exóticas (coqueiros e amendoeiras de praia). Área central; Poucos prédios residenciais na avenida da orla; Ocupação predominantemente institucional e de serviços; Indústria química (Braskem); Emissário submarino; Longo calçadão com ciclovias, vagas de estacionamento; Trechos com calçadão em manutenção; Academia ao ar livre; Território pesqueiro; Barcos na praia; Comunidade do		água, limpeza urbana, iluminação pública, mobilidade).			horizontais, após a fresagem; Implantação de elastoplástico; Estação de bike compartilhada; Ação educativa voltada aos temas: alcoolemia, uso do capacete e excesso de velocidade; Construção de rampas de acessibilidade nas FTPS e adequação dos trechos com abrigos e/ou paradas de ônibus; Substituição dos abrigos de ônibus existentes. EXECUTADO
			P1.2.3	Insegurança no mar e na faixa de areia.	Existência de apenas 01 ponto de guarda-vidas; Circulação de veículos automotores (motocicletas, jipes e bugres) na faixa de praia; Falta de fiscalização e gestão na orla; Animais soltos na rua; Ineficiência do controle e castração animal.	Risco de afogamentos; Impactos ambientais relacionados às desovas das tartarugas e risco de acidentes à população; Aumento de doenças (Bichos de pé); Alta reprodução; Aumento de doenças em animais.		
			P1.2.4	Ordenamento e fiscalização de ambulantes ineficientes.	Falta de fiscalização.	Aumento da poluição; Riscos à saúde pública; Desorganização da orla.		
			P1.2.5	Areia na pista em épocas de ventos fortes.	Processo natural de erosão marítima agravado pela retirada da restinga.	Risco de acidente no trânsito; e intensificar a erosão marinha.		
			PP1.2.1	Patrimônio histórico e cultural.	Bairro histórico, turístico e cultural do Pontal da Barra.	Fortalecimento econômico, geração de renda, pertencimento local e manutenção dos saberes populares/identidade.		

			Pontal; Comunidade Vila dos Pescadores; Presença de ambulantes irregulares.	PP1.2.2	Orla propícia para atividades esportivas.	Condição geográfica e qualidade paisagística; Reconstrução do calçadão; Implantação de equipamentos como academia ao ar livre e ciclovia; Acessibilidade.	Qualidade de vida e bem-estar; Dinamismo socioeconômico.	DMTT: Manutenção contínua das sinalizações existentes; Reserva de vagas exclusivas destinadas a idosos e deficientes; PREVISTO SEMAPA: Pier voltado à pesca esportiva e turismo (Informar em qual trecho). Obra de contenção marítima no limite do trecho com blocos de concreto
	T3	C	Trecho com praias arenosas expostas, com ação de ondas e fortes ventos; Campo de dunas; Muita ação da	P1.3.1	Imóveis subutilizados/ abandonados	Falta de infraestrutura e política urbana de efetivação dos instrumentos do Estatuto das Cidades; Especulação imobiliária; Orla com infraestrutura e equipamentos não atrativos; Poucos incentivos, investimentos e	Insegurança; Subutilização de área com infraestrutura urbana; Baixo dinamismo socioeconômico; Diminuição da vitalidade dos bairros.	Renasce Salgadinho. PREVISTO DMTT: Fresagem e recapeamento das faixas de rolamento; Implantação e/ou

			Maresia; Presença de plantas exóticas (coqueiros e amendoeiras de praia); Antiga e atual foz do Riacho Salgadinho. Área central; Poucos prédios residenciais na avenida da orla; Ocupação predominantemente institucional e de serviços; Existência de Museus; Mercado de artesanato e gastronômico; Longo calçadão com ciclovía, bancos e vagas de estacionamento; Espaço multifuncional do estacionamento do Jaraguá;		recursos em projetos para a área.			substituição das sinalizações verticais e horizontais, após a fresagem; Implantação de elastoplástico;
			P1.3.2	Demora na execução do Renasce Salgadinho.	Não participação e escuta da sociedade civil na elaboração e execução; Falta de compromisso do poder público.	Problemas de compatibilização de estrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário no entorno.		
			P1.3.3	Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza urbana, iluminação pública, mobilidade).	Saneamento básico precário; Obras inacabadas do Renasce Salgadinho; Limpeza de praia inadequada; Iluminação pública insuficiente; Ausência de acessibilidade para mobilidade ativa; Tempo inadequado dos semáforos; Fluxo intenso de veículos nas vias principais; Falta de continuidade da ciclovía na Ponte Salgadinho.	Laguna e praia poluídas; Prejuízo à saúde pública com doenças infecto contagiosas (Leptospirose, Hepatite e outras); Insegurança no calçadão e no seu entorno; Retirada da vegetação de restinga; Dificuldade de acesso a orla.	Estação de bike compartilhada; Ação educativa voltada aos temas: alcoolemia, uso do capacete e excesso de velocidade;	
			P1.3.4	Gestão ineficiente do Centro Pesqueiro.	Carência de iniciativas de Assistência Social; Resíduos sólidos do Centro Pesqueiro com destinação inadequada; Falta de conscientização dos comerciantes; Infraestrutura deficiente do Centro.	Perda do dinamismo socioeconômico do Centro; Isolamento da comunidade pesqueira; Invisibilidade do Centro Pesqueiro; Poluição da praia; Contaminação do pescado; Prejuízo à fauna e flora.	Construção de rampas de acessibilidade nas FTPS e adequação dos trechos com abrigos e/ou paradas de ônibus;	
			P1.3.5	Ocupação da faixa de orla por população em situação de rua.	Deficiência da Assistência social; Deficiência da política habitacional.	Insegurança pública; Prejuízo à saúde pública.	Substituição dos abrigos de ônibus existentes.	

					P1.3.6	Atividade industrial de armazenamento e transporte de cargas perigosas dentro da área urbana	Porto de Maceió	Alto risco de acidentes graves - incêndio de grandes proporções e contaminação do mar e corais com combustível e produtos químicos; grande impacto no esgotamento do sistema viário com o movimento de carretas e graneleiros diariamente.	DMTT: Manutenção contínua das sinalizações existentes;
					PP1.3.1	Patrimônio histórico e cultural.	Existência de museus e prédios históricos.	Fortalecimento econômico, geração de renda, pertencimento local e manutenção dos saberes populares/identidade/história.	Reserva de vagas exclusivas destinadas a idosos e deficientes;
					PP1.3.2	Orla propícia para atividades culturais de grande porte.	Condição geográfica e qualidade paisagística; Reconstrução do calçadão; Implantação de equipamentos como academia ao ar livre e ciclovia; Capela aberta; Realização de grandes eventos; Acessibilidade; Investimento na área pública.	Qualidade de vida e bem-estar; Dinamismo socioeconômico; Aumento do fluxo de pessoas na área.	PREVISTO SEMAPA: Pier voltado à pesca esportiva e turismo (Informar em qual trecho).
					PP1.3.3	Pesca artesanal e amadora.	Centro Pesqueiro existente com grande potencial a ser explorado; Investimento na melhoria e Organização do espaço para a atividade pesca.	Qualidade de vida e bem-estar; Dinamismo socioeconômico; Melhoria das condições de trabalho e comercialização.	Obra de contenção marítima no limite do trecho com blocos de concreto7
					PP1.3.4	Beleza cênica e paisagística.	Ambiente natural ainda preservado	Preservação do ambiente	

Fonte: Oficinas de Planejamento Participativo (2023)

9.2. Unidade de Planejamento 2

Quadro 8: Quadro detalhado - problemas e potencialidades UP2

UP	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e problemas	Atividades geradoras	Efeitos e impactos	Projetos previstos ou em implantação
UP2	T1	C	Áreas com praias arenosas expostas, com ação de ondas; Áreas com praias arenosas semi-abrigadas por recifes de corais; Enseada da Pajuçara; Mar com cor azulada única; Pouca cobertura de restinga nativa; Praias próprias para banho; Trechos com curta faixa de praia; Trechos com faixa média de areia; Área de recuperação de restinga; Presença de plantas exóticas.	P2.1.1 P2.1.2	Especulação imobiliária Concentração de atividades gerando tumulto	Região mais valorizada da cidade com maior concentração de turistas. Ausência de Plano de Desenvolvimento do Turismo; Planejamento e gestão ineficiente; Concentração de investimentos públicos na mesma área; Diversos usos que ocorrem no calçadão (restaurantes, ambulantes, feira de artesanato da Pajuçara e feira livre, equipamentos urbanos, jangadas com publicidade etc); Mobiliários urbanos que interferem no fluxo de pedestres; Falta de espaço físico do comércio local; Extensão da área de restaurante para a faixa de praia; Divulgação ineficiente do calendário de eventos na orla; Espaço para atendimento ao turista sem funcionamento;	Sobrecarga da infraestrutura urbana; Aumento dos valores dos imóveis; Deslocamento da população local para outros bairros. Centralização de atividades semelhantes no mesmo local; Diminuição do fluxo de visitantes locais e turistas; Privatização da praia pelas cadeiras, mesas e ambulantes; Obstrução da paisagem; Poluição visual; Poluição sonora; Ocupação irregular da faixa de areia; Conflito de usos; Delimitação de espaço para uso de terceiros (mesmo sem uso); Redução de espaço de lazer e circulação para pedestres; Interrupção de espaço dos frequentadores da praia; Exploração excessiva de atrativos; Desvalorização de outras áreas do município;	Novo projeto de reurbanização da orla; Implantação de Roda Gigante na Pajuçara; Projeto de reforma de trecho onde foi retirada barraca de praia no Posto 7; Termo de concessão para o fomento da organização da feira de artesanato existente na Pajuçara (ao lado da tradicional Feirinha de Artesanato da Pajuçara); Cadastramento de artesãos e artistas;

			Área mais valorizada da cidade; Ocupação diversificada; Orla com infraestrutura urbana consolidada; Pousadas e Hotéis; Bem servida de quiosques, restaurantes e áreas para foodtruck; Calçadão com ciclovia, bancos, chuveiros e vagas de estacionamento; Parques infantis; academia ao ar livre; esculturas; Banheiros públicos; Jardineiras; Avenida asfaltada; Placas informativas e de trânsito; Faixas de pedestre; Tráfego aquaviários/portuário		Falta do preparo para receptivo turístico para atendimento do serviço prestado; Atividades na faixa de praia (embarque e desembarque de embarcações)		Projeto para acesso à praia (gentileza urbana) PREVISTO DMTT: Fresagem e recapeamento das faixas de rolamento Implantação e/ou substituição das sinalizações verticais e horizontais, após a fresagem;
		P2.1.3	Espaço público da Lagoa da Anta privatizado na venda do Hotel Jatiúca	Venda do Hotel Jatiúca	Privatização de espaço público; Contaminação das águas		
		P2.1.4	Ordenamento ineficiente do uso e ocupação do calçadão e da faixa de areia	Excesso de ocupação no calçadão por comerciantes, dificultando a circulação de pedestres; Ocupação excessiva da faixa de praia por comerciantes de mesas, cadeiras e guarda-sóis; Desobediência da lei de implantar cadeiras e mesas apenas por demanda; Excesso de ambulantes no calçadão e na faixa de areia; Quiosque no calçadão ocupam áreas maiores e de forma inadequada; Falta de espaço adequado para o desenvolvimento do trabalho; Ausência do ordenamento da comercialização de passeios turísticos; Depósito de materiais de esportes	Centralização de atividades semelhantes no mesmo local; Diminuição do fluxo de visitantes locais e turistas; Depreciação da imagem das praias da capital; Descaracterização e obstrução da paisagem; Poluição ambiental, visual, sonora; Privatização dos estacionamentos; Reserva de espaço na praia; Ocupação do calçadão; Insegurança; Conflitos; Acidentes; Tumulto; Degradação ambiental; Redução da mobilidade; Redução da qualidade do espaço; Atração de fauna sinantrópica;		

					<p>e petrechos de pesca;</p> <p>Depósito irregulares de material esportivo;</p> <p>Feiras de artesanato irregulares;</p> <p>Fiscalização insuficiente;</p> <p>Bancas de revista irregulares;</p> <p>Barracas de praia irregulares;</p> <p>Quiosques irregulares;</p> <p>Ambulantes irregulares;</p> <p>Vans de turismo;</p> <p>Food trucks;</p>		<p>orla.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Substituição dos abrigos de ônibus existentes. <p>(*) Ação educativa rotineira</p> <p>. EXECUTADO DMTT (Trecho 1):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reserva de vagas exclusivas destinadas a idosos e deficientes; - Semáforo 4G - Proibição do fluxo de veículos pesados (5 ton.) pela orla; - Implantação de semáforo de pedestre em frente ao Pavilhão do Artesanato; - Recente substituição das placas indicativas; - Manutenção contínua das sinalizações existentes. <p>EXECUTADO DMTT (Trecho 2)</p>
P2.1.5	Ausência de apoio ao trabalho dos pescadores artesanais, ambulantes e artesãos	<p>Políticas públicas ineficientes para o pescador artesanal e para o trabalhador autônomo;</p> <p>Falta de espaços adequados para a guarda das embarcações e petrechos de pesca;</p> <p>Inexistência de área adequada para o conserto de barcos e redes;</p> <p>Descarte inadequado dos resíduos de pescado;</p> <p>Depósitos inadequados de petrechos dos jangadeiros;</p> <p>Manipulação do pescado em área inapropriada;</p> <p>Inadequação dos contêineres para disposição dos resíduos de pesca na Balança de pesca (Pajuçara e Ponta Verde);</p> <p>Falta de espaço adequado para a manipulação do pescado;</p> <p>Retirada da palha do olho do coqueiro sem manejo;</p>	<p>Sensação de abandono; Desconforto no trabalho; Desvalorização do artesanato; Incentivo ao aumento das atividades econômicas irregulares; Abordagem abusiva; Descaracterização da pesca artesanal e do trabalho informal; Desorganização; Paisagem desqualificada; Uso inadequado da faixa de praia; Poluição ambiental; Mau cheiro; Risco de acidentes; Venda de produtos industrializados como artesanato; Concorrência desleal;</p>				

				P2.1.6	Segurança Pública ineficiente	Insuficiência de agentes de segurança atuando na orla; Policiamento ostensivo ineficaz na orla; Deficiência do combate ao tráfico de drogas; Ineficiência de projetos sociais destinados aos usuários de drogas.	Aumento da criminalidade; Aumento do vandalismo; Degradação do patrimônio público; Insegurança; Furtos e roubos; Aumento da violência e criminalidade; Prejuízo à imagem do local; Sujeira; Impactos sociais negativos; Problema de saúde pública; Redução de circulação de pessoas devido à insegurança;	- Implantação e/ou substituição das sinalizações verticais e horizontais
				P2.1.7	Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza urbana).	Falta de planejamento e investimento para atendimento da situação atual; Urbanização excessiva; Alta impermeabilização do solo; Ineficiência da manutenção da rede de drenagem; Usuários depositam lixo inadequadamente; Ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem; Quantidade insuficiente de banheiros e chuveiros; Falta de planejamento para	Prejuízo econômico; Alagamentos; Poluição dos recursos hídricos; Contaminação da rede de drenagem pluvial por esgoto e lixo (línguas sujas); Fauna sinantrópica; Sujeira; Poluição marinha; Poluição da areia; Perda da qualidade do lazer pelo cidadão; Aceleração da erosão costeira; Descaracterização da paisagem; Prejuízo à fauna; Supressão da restinga; Redução da qualidade da experiência dos usuários; Insatisfação dos usuários da praia; Redução da quantidade de	

					atendimento da situação atual; Banheiros e chuveiros sem água; Poucos pontos de água para prática esportiva e irrigação dos jardins; Falta de educação e conscientização ambiental; Lixeiras insuficientes e inadequadas; Limpeza inadequada de areia da praia e sargão por ação do trator de limpeza da ALURB; Limpeza pública inadequada sem orientação; Retirada da areia; Equipamentos inadequados;	praticantes de esportes; Demérito do potencial turístico; Presença de línguas sujas; Diminuição do fluxo de visitantes locais e turistas; Perda da qualidade do lazer pelo cidadão; Prejuízos a fauna; Praias impróprias para banho; Poluição dos corpos hídricos e do mar	
	P2.1.8	Projeto Praia Acessível funcionando inadequadamente			Barraca do Projeto Praia Acessível utilizada inadequadamente como depósito para ambulante; Barraca do Projeto Praia Acessível não abre nos finais de semana; Banheiros acessíveis desativados e quebrados;	Não cumprimento dos objetivos do projeto Prejuízos às pessoas com necessidades especiais Entorno/área da Barraca Praia Acessível provavelmente sendo usado para tráfico de drogas e prostituição durante a noite	
	P2.1.9	Pessoas em situação de rua			Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes Dependência química	Insegurança Furtos e roubos Ocupação irregular de áreas públicas e de preservação ambiental Sentimento de abandono e exclusão social Prejuízos ao turismo	

				P2.1.10	Sistema de Mobilidade ineficiente	<p>Falta de ordenamento do trânsito; Falta de estratégia para ordenar o fluxo de carros;</p> <p>Poucas áreas de estacionamento; Adensamento populacional e de atividades na orla;</p> <p>Transporte público insuficiente; Implantação de soluções viárias sem estudos aprofundados;</p> <p>Excesso de veículos de passeios e de ônibus de turismo;</p> <p>Grande quantidade de vagas destinadas aos PCDs e idosos;</p> <p>Ocupação inadequado das vagas de estacionamento pelas vans de turismo e comércio;</p> <p>Supressão das vagas de estacionamento na faixa do calçadão;</p> <p>Quantidade insuficiente de vagas de estacionamento;</p> <p>Manutenção ineficiente;</p> <p>Sinalização inadequada;</p> <p>Quantidade insuficiente de paraciclos; Ausência de bicletário e calibrador;</p> <p>Obra não finalizada da ciclovia (ciclofaixa em cima da calçada);</p> <p>Ausência de guarda corpo (em pontos críticos);</p> <p>Não atendimento a legislação vigente (DENATRAN);</p> <p>Infraestrutura viária inadequada em alguns pontos e inexistente em outros;</p> <p>Infraestrutura e equipamentos não</p>	<p>Risco de Acidentes;</p> <p>Poluição sonora;</p> <p>Sensação de desordem;</p> <p>Afastamento do turista;</p> <p>Danos ambientais;</p> <p>Fluxo intenso de veículos nas principais vias e tráfego lento nos horários de pico</p> <p>Poluição sonora, visual</p> <p>Poluição do ar; Dificuldade de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias;</p> <p>Impossibilidade de acesso a alguns lugares;</p> <p>Restrição de acesso para PCDs;</p> <p>Risco de acidentes; Acidentes</p> <p>Empoçamento de água</p> <p>Cruzamento de fluxos de pedestres e ciclistas; Sistema viário com capacidade de suporte insuficiente;</p>	
--	--	--	--	----------------	-----------------------------------	---	---	--

					adaptados para PCDs;		
P2.1.11	Erosão costeira	Construções e ocupações próximas à faixa de areia; Processos erosivos naturais; Atividades antrópicas; Supressão da restinga	Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Prejuízo econômico; Construção das obras de contenção; Risco de acidentes; Prejuízo à fauna e flora; Resíduos de construção civil no mar				
P2.1.12	Fiscalização ambiental ineficiente	Quantidade insuficiente de agentes públicos atuando na orla; Animais em situação de abandono; Falta de políticas públicas para proteção e bem-estar animal; Abrigos insuficientes	Aumento da criminalidade; Insegurança; Degradação do patrimônio público; Redução da atividade turística; Desordem das atividades regulares e irregulares; Insegurança sanitária; Degradação da restinga; Retirada da palha do olho do coqueiro sem manejo; Vendedores clandestinos de coco; Descarte inadequado dos resíduos do coco (quantidade insuficiente de lixeiras); Armazenamento irregular; Manejo irregular dos coqueiros; Destrução dos ninhos e desorientação dos filhotes das tartarugas marinhas;				

							Prejuízos para a biodiversidade; Atropelamento dos filhotes; Dejetos na orla; Disseminação de doenças; Risco de acidentes; Prejuízo à fauna silvestre (ex. avifauna)	
	P2.1.13	Implantação de Food trucks		Não indicado			Não indicado	
	PP2.1.1	Beleza cênica		Áreas naturais Mar de cor azulada Águas mornas Piscinas naturais Recifes de corais Pontos históricos			Atração turística Geração de emprego e renda Desenvolvimento econômico	
	PP2.1.2	Infraestrutura adequada para diversos usos		Reurbanização da orla; Fluxo pedonal favorável ao comércio; Legislação Praia Acessível em vigor Parques infantis; Investimento público no reordenamento do espaço para o uso coletivo; Uso adequado do espaço público; Atividades Comerciais Paisagem natural; Barraca e equipamentos de apoio existente			Melhor distribuição das atividades ao longo da orla e enfrentamento dos impactos causados pela poluição ambiental e visual; Irregularidades de ocupação e atividades; Melhoria da opção de lazer para crianças; Vitalidade e segurança do espaço público Potencial paisagístico; Inclusão ao uso coletivo do espaço público.	
	PP2.1.3	Potencial turístico		Turismo de sol e mar; Ecoturismo; Alto número de atrações turísticas; Passeios de jangada para as piscinas naturais; Ambiente natural Ambiente natural favorável;			Desenvolvimento econômico; Geração de emprego e renda; Conscientização ambiental; Ocupação excessiva do trecho e concentração de irregularidades no	

					Concentração de atividades e eventos ligados ao turismo nesse trecho; Ambiente natural favorável – existência dos recifes de coral	uso do espaço público; Maior quantidade de lixo e esgoto; Dinamização da economia, gerando alternativa de renda para jangadeiros	
	PP2.1.4	Potencial pesqueiro		Ambiente Natural com alta biodiversidade; Existência da balança do peixe; Potencial pesqueiro com alta biodiversidade		Pesca artesanal ativa; Dinamismo da atividade da pesca	
	PP2.1.5	Valorização da cultura		Culinária local; Cultura local		Possibilidade de divulgação da cultura local para moradores e visitantes; Dinamismo econômico aliado à cultura local	
	PP2.1.6	Prática de esportes e realização de eventos esportivos, culturais, educativos e de lazer		Possibilita a prática da atividade de esporte e lazer; Ambiente natural favorável e existência de associações/academias e clubes e acessórios esportivas;		Expansão na oferta de atividades compatíveis com o uso do espaço público; Mais qualidade de vida e maior dinamismo econômico. Possibilidade de promoção de eventos esportivos para a cidade .	
	PP2.1.7	Lagoa da Anta		Área ambiental de lazer e contemplação de uso público;		Não indicado	

	T2	B	<p>Trechos com praias arenosas expostas, com ação de ondas fortes;</p> <p>Mar com cor azulada</p> <p>Presença de restinga em quase toda sua extensão;</p> <p>Presença de manguezal no final de Jacarecica</p> <p>Praia propícia para surf;</p> <p>Trechos com média faixa de praia;</p> <p>Área de recuperação de restinga;</p> <p>Presença de plantas exóticas;</p> <p>Área de desova de tartarugas</p>	P2.2.1	Construções atuais e previstas com muitos pavimentos	Especulação imobiliária; Região mais valorizada da cidade com maior concentração de turistas; Lei de uso do solo atual	Sobrecarga da infraestrutura urbana; Aumento dos valores dos imóveis; Deslocamento da população local para outros bairros; Construções atuais e previstas com muitos pavimentos; Sombreamento do manguezal do Rio Jacarecica; Perda da paisagem natural; Sobrecarga do sistema viário; Supressão da vegetação Aumento da sensação térmica de calor excessivo	
				P2.2.2	Ordenamento ineficiente do uso e ocupação do calçadão e da faixa de areia	Existência de atividades e ocupações irregulares (barracas de praia no calçadão, construções, etc); Quiosque no calçadão ocupam áreas maiores e de forma inadequada;	Descaracterização da paisagem; Desorganização; Poluição ambiental, visual, sonora; Incentivo ao aumento das atividades econômicas irregulares; Reserva de espaço na praia; Reclamação dos frequentadores e	

			<p>marinhas; Calçadas irregulares, línguas sujas distribuídas em vários pontos do trecho. Foz do Riacho das Águas Férreas poluído.</p> <p>Orla semi urbanizada, com prédios altos já construídos e em construção; Existência de atividades irregulares (barracas de praia no calçadão, construções, etc). Pequena área com obras de contenção de erosão; Pouca infraestrutura urbana e de lazer.</p>		<p>Desobediência da lei de implantar cadeiras e mesas apenas por demanda;</p> <p>Depósito de materiais de esportes e petrechos de pesca;</p> <p>Extensão da área de restaurante para a faixa de praia;</p> <p>Ocupações irregulares na orla e faixa de areia;</p> <p>Falta de espaço físico do comércio local;</p> <p>Uso indiscriminado de caixas de som;</p> <p>Fiscalização ineficiente;</p> <p>Ambulantes irregulares;</p> <p>Trânsito excessivo;</p> <p>Falta de educação;</p> <p>Food trucks;</p>	<p>moradores;</p> <p>Prejuízo financeiro;</p> <p>Conflitos entre vizinhos, empresários, etc;</p> <p>Danos ao meio ambiente;</p> <p>Incômodo às pessoas com necessidades especiais</p>	
			P2.2.3	Segurança Pública ineficiente	<p>Insuficiência de agentes de segurança atuando na orla;</p> <p>Policiamento ostensivo ineficaz na orla;</p> <p>Deficiência do combate ao tráfico de drogas;</p> <p>Ineficiência de projetos sociais destinados aos usuários de drogas.</p>	<p>Aumento da criminalidade e do vandalismo;</p> <p>Degradação do patrimônio público;</p> <p>Furtos e roubos;</p> <p>Aumento da violência e criminalidade;</p> <p>Prejuízo à imagem do local;</p> <p>Sujeira;</p> <p>Sensação de insegurança;</p> <p>Impactos sociais negativos;</p>	

						Problema de saúde pública; Redução de circulação de pessoas devido à insegurança;	
P2.2.4	Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de	Falta de planejamento e investimento para atendimento da situação atual; Urbanização excessiva; Alta impermeabilização do solo; Ineficiência da manutenção da rede de drenagem;	Prejuízo econômico; Alagamentos; Poluição dos recursos hídricos; Contaminação da rede de drenagem pluvial por esgoto e lixo (línguas sujas); Fauna sinantrópica; Sujeira; Poluição marinha; Poluição da areia; Perda da qualidade do lazer pelo				

				água, limpeza urbana).	<p>Ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem;</p> <p>Poucos pontos de água para prática esportiva e irrigação dos jardins;</p> <p>Quantidade insuficiente de banheiros e chuveiros;</p> <p>Deposição inadequada de resíduos na praia e no calçadão;</p> <p>Falta de educação e conscientização ambiental;</p> <p>Lixeiras insuficientes e inadequadas;</p> <p>Limpeza inadequada de areia da praia e sargão por ação do trator de limpeza da ALURB;</p>	<p>cidadão; Aceleração da erosão costeira; Descaracterização da paisagem; Prejuízo à fauna; Supressão da restinga; Diminuição do fluxo de visitantes locais e turistas; Praias impróprias para banho; Foz do Riacho das Águas Férrreas poluído; Redução da qualidade da experiência dos usuários; Insatisfação dos usuários da praia; Redução da quantidade de praticantes de esportes; Demérito do potencial turístico</p>	
--	--	--	--	------------------------	---	---	--

				P2.2.5	Pessoas em situação de rua	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes Dependência química	Insegurança Furto e roubos Ocupação irregular de áreas públicas e de preservação ambiental Sentimento de abandono e exclusão social Prejuízos ao turismo	
				P2.2.6	Sistema viário com capacidade de suporte insuficiente.	Falta de ordenamento do trânsito; Falta de estratégia para ordenar o fluxo de carros; Poucas áreas de estacionamento; Adensamento populacional e de atividades na orla; Transporte público insuficiente; Implantação de soluções viárias sem estudos aprofundados; Excesso de veículos de passeios e de ônibus de turismo	Risco de Acidentes; Poluição sonora; Sensação de desordem; Afastamento do turista; Danos ambientais; Fluxo intenso de veículos nas principais vias e tráfego lento nos horários de pico; Poluição sonora, visual e do ar.	
				P2.2.7	Erosão costeira	Construções e ocupações próximas a faixa de areia; Processos erosivos naturais; Atividades antrópicas; Supressão da restinga.	Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecosistêmicos; Prejuízo econômico; Construção das obras de contenção; Risco de acidentes; Prejuízo à fauna e flora; Resíduos de construção civil no mar.	

				P2.2.8	Fiscalização ambiental ineficiente	Quantidade insuficiente de agentes públicos atuando na orla; Retirada da palha do olho do coqueiro sem manejo; Falta de informação da população local e turistas sobre a demarcação dos ninhos; Iluminação pública inadequada; alta de sinalização dos ninhos (na praia e no viário); Ocupação urbana sem planejamento; Ocupações irregulares; Animais em situação de abandono; Falta de políticas públicas para proteção e bem-estar animal; Abrigos insuficientes; Ocupação irregular ao longo do vale do Rio desde a sua nascente à foz Desmatamento da mata ciliar Aterros para construção civil Ligações clandestinas de esgoto diretas no rio Ligações clandestinas de esgotos na rede de drenagem pluvial	Aumento da criminalidade; Insegurança; Degradação do patrimônio público; Impactos ambientais; Redução da atividade turística; Desordem das atividades regulares e irregulares; Insegurança sanitária; Morte dos coqueiros; Destrução dos ninhos e desorientação dos filhotes das tartarugas marinhas; Aceleração da erosão costeira; Descaracterização da paisagem; Foz do Riacho das Águas Férreas poluído; Poluição e degradação do manguezal do Rio Jacarecica; Dejetos na orla; Disseminação de doenças; Risco de acidentes; Prejuízo à fauna silvestre (ex. avifauna); Descarte inadequado dos resíduos do coco (quantidade insuficiente de lixeiras); Armazenamento irregular; Insegurança sanitária;	
--	--	--	--	---------------	------------------------------------	--	---	--

			<p>P2.2.9 Divulgação ineficiente do calendário de eventos na orla</p> <p>Espaço para atendimento ao turista sem funcionamento</p> <p>Planejamento e gestão ineficiente</p>	<p>Falta do preparo para receptivo turístico para atendimento do serviço prestado</p>	
			<p>P2.2.10 Calçadas e cicloviás inadequadas</p> <p>Manutenção ineficiente;</p> <p>Sinalização inadequada;</p> <p>Quantidade insuficiente de paraciclos;</p> <p>Ausência de biciletário e calibrador;</p> <p>Obra não finalizada da ciclovia (ciclofaixa em cima da calçada);</p> <p>Ausência de guarda corpo (em pontos críticos);</p> <p>Não atendimento a legislação vigente (DENATRAN);</p> <p>Falta de acessibilidade nas calçadas</p>	<p>Acidentes;</p> <p>Empoçamento de água;</p> <p>Cruzamento de fluxos de pedestres e ciclistas;</p> <p>Impossibilidade de acesso a alguns lugares;</p> <p>Restrição de acesso para PCDs;</p> <p>Risco de acidentes.</p>	
			<p>PP2.2.1 Prática de esportes e realização de eventos esportivos, culturais, educativos e de lazer</p> <p>Esportes de praia;</p> <p>Prática e realização de eventos de Surf; Ambiente favorável à prática de esportes</p> <p>Pico de onda existente no local</p>	<p>Mais qualidade de vida e maior dinamismo econômico.</p> <p>Possibilidade de promoção de eventos esportivos para a cidade</p> <p>Estímulo à prática de esportes e melhoria da qualidade de vida</p>	

				PP2.2.2	Turismo de sol e mar	Ambiente favorável; ecoturismo	Desenvolvimento econômico; Geração de emprego e renda Conscientização ambiental	
				PP2.2.3	Valorização da cultura	Cultura local; artesanato	Possibilidade de divulgação da cultura local para moradores e visitantes; Divulgação da cultura local, geração de renda	

Fonte: Oficinas de Planejamento Participativo (2023)

9.3. Unidade de Planejamento 3

Quadro 9: Quadro detalhado - problemas e potencialidades UP3

unidad e de p.	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialida des e problemas	Atividades geradoras	Efeitos e impactos	Projetos previstos ou em implantação
UP3	T1	B	Praias arenosas expostas, com ação de ondas; Trechos com grandes áreas com cobertura vegetal nativa; Trechos com pouca área de cobertura	P3.1.1	Tendência de adensamento excessivo	Especulação imobiliária com verticalização excessiva (incompatível com a capacidade de infraestrutura); Parcelamento do solo (loteamentos e condomínios) inadequados em APPs; Fiscalização ambiental e edilícia ineficiente; Plano diretor sem revisão	Sobrecarga no sistema (já precário) de abastecimento de água e energia; Aumento da sensação térmica (temperatura e ventilação); Expansão da cidade sem plano diretor; Supressão de nascentes, matas ciliares e vegetação nativa; Soterramento e assoreamento das	"Parque da Salsa; Duplicação da AL 101 Norte; Implantação e/ou substituição das sinalizações verticais e horizontais (DMTT); Projeto Salsa de Praia

			vegetal nativa; Foz do Rio Jacarecica e Rio Guaxuma - córrego entre os rios; Foz do Rio Barrocão; Águas esverdeadas e com areia fina; Trechos com faixa larga de praia; Recifes de corais e de arenito; Coqueirais; Características naturais preservadas; Área de desova e alimentação de tartaruga; Áreas de Preservação Permanente (Manguezais, restingas etc.) Paisagem litorânea com barreiras notáveis;		atualizada; Ocupação populacional desordenada; Existência de fachadas cegas; Falta de incentivo do uso misto;	fozes de rios, da vegetação nativa; Alteração da Paisagem Natural com perda da beleza cênica; Piora da contaminação dos recursos hídricos; Fotopoluição e sombreamento das praias; Impermeabilização do solo; Perda da biodiversidade; Acúmulo de resíduos sólidos; Diminuição da qualidade de vida; Falta de diversidade de usos; Segregação socioespacial; Dificuldade de mobilidade; Aumento do trânsito; Insegurança pública; Gentrificação;	(IMA).
	P3.1.2	Poluição da faixa de areia e dos recursos hídricos	Ligações clandestinas de esgoto nas redes de drenagem; Descarte incorreto dos resíduos sólidos e esgoto; Descarte de resíduos sólidos na areia de praia; Falta de educação e conscientização ambiental; Falta de mobiliário urbano para limpeza urbana (lixas); Ocupação desordenada nas margens dos rios; Animais soltos nas ruas (cavalo); Sistema de saneamento básico inadequado e ineficiente	Perda da balneabilidade; Perda da biodiversidade; Aparecimento de línguas sujas; Aumento dos resíduos sólidos na faixa de praia; Risco de zoonoses; Risco de acidentes; Predação de ninhos de tartarugas marinha; Abastecimento de água insuficiente para a população existente; Sistema de saneamento básico ineficiente;			

		<p>Grande diversidade biológica.</p> <p>Local frequentado por pescadores e referência da pesca artesanal em Maceió;</p> <p>Pesca amadora;</p> <p>Pesca esportiva;</p> <p>Condomínios de alto padrão;</p> <p>Especulação imobiliária;</p> <p>Fluxo de visitantes (população local);</p> <p>Comércio ambulante na faixa de areia;</p> <p>Atividades esportivas (faixa de areia e no mar);</p> <p>Imóveis de veraneio.</p> <p>Insuficiência de acessos públicos à praia, mesmo</p>	<p>P3.1.3</p>	<p>Privatização da faixa de praia</p>	<p>Não cumprimento da legislação urbana por empreendimentos imobiliários;</p> <p>Inexistência de projeto do poder público para urbanização da orla;</p> <p>Processos erosivos;</p> <p>Ocupação populacional desordenada; fechamento dos acessos públicos às praias.</p>	<p>Acessos insuficientes;</p> <p>Acessos danificados;</p> <p>Inexistência de espaços de uso público;</p> <p>Falta de acessos à praia;</p> <p>Descumprimento da Lei de acesso às praias.</p>	
			<p>P3.1.4</p>	<p>Precariedade da infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário, iluminação, transporte público e sistema viário)</p>	<p>Plano diretor sem revisão atualizada;</p> <p>Sobrecarga do sistema viário;</p> <p>Ineficiência e insuficiência do transporte público;</p> <p>Policiamento insuficiente;</p> <p>Iluminação insuficiente;</p>		
			<p>P3.1.5</p>	<p>Diversidade biológica e Grande beleza cênica;</p> <p>Ambiente costeiro-marinho ainda preservado</p>	<p>Pesca artesanal;</p> <p>Pesca amadora;</p> <p>Ambiente natural ainda preservado;</p> <p>Áreas de preservação permanente (manguezais, restingas, matas ciliares);</p> <p>Conservação da biodiversidade e da paisagem;</p> <p>Áreas com maior incidência de tartarugas marinhas para desova e alimentação</p>	<p>Manutenção de práticas tradicionais;</p> <p>Conservação da biodiversidade, da paisagem;</p> <p>Balneabilidade das praias;</p> <p>Estímulo ao turismo;</p> <p>Atividades recreativas pela população local;</p> <p>Áreas para surf;</p> <p>Área propícia para a atividade pesqueira;</p> <p>Conservação da biodiversidade;</p> <p>Áreas propícias para inovação e pesquisa;</p>	

			com indicação de acessos na legislação municipal existente vigente.	PP3.1.1	Existência de grandes glebas remanescentes de sítios	Processo de ocupação urbana; Área com trechos para expansão urbana, incluindo áreas de preservação ambiental	Especulação imobiliária; Privatização da área de praia; Adensamento da população; Conservação da biodiversidade e da paisagem; Presença de clubes e parque aquático; Atividades de recreação e lazer; Segregação do uso	
T2	B		Praias arenosas expostas, com ação de ondas; Trechos com pouca área de cobertura vegetal nativa; Foz do Rio Guaxuma - córrego entre os rios; Foz do Riacho Garça Torta; Foz dos Rios Riacho Doce; Foz do Rio Pratagy; Braço do Rio Pratagy Piscinas Naturais na maré baixa; Recifes de corais e de arenito; Coqueirais; Características	P3.2.1	Tendência de adensamento excessivo	Especulação imobiliária com verticalização excessiva (incompatível com a capacidade de infraestrutura); Ocupação populacional desordenada; Plano diretor sem revisão atualizada; existência de ocupações irregulares desordenadas; Parcelamento do solo (loteamentos e condomínios) inadequados em APPs; Fiscalização ambiental e de obras ineficiente; Invasão de áreas de APP (mangue, restinga, etc).	Gentrificação; Sobrevida no sistema (já precário) de abastecimento de água e energia; Maior demanda por serviços de infraestrutura urbana básica; Aumento da sensação térmica (temperatura e ventilação); Expansão da cidade sem atualização do plano diretor; Supressão de nascentes, matas ciliares e vegetação nativa; Soterramento e assoreamento das fozes de rios, da vegetação nativa e das piscinas naturais; Alteração da Paisagem Natural com perda da beleza cênica; Piora da contaminação dos recursos hídricos; Fotopoluição e sombreamento das praias; Degradação ambiental; Perda da biodiversidade; Acúmulo de resíduos sólidos; Impermeabilização do solo; Diminuição da qualidade de vida; Aumento do trânsito;	"Projeto Balança de pescados da Garça Torta; Duplicação da AL 101 Norte; Construção de duas torres de 23 andares na Graça Torta (Don Pietro) e Guaxuma (Sunset); Implantação e/ou substituição das sinalizações verticais e horizontais (previsto DMTT); Ação educativa voltada aos temas: alcoolemia, uso do capacete e excesso de velocidade (previsto DMTT); Construção de rampas de

		<p>naturais preservadas;</p> <p>Área de desova e alimentação de tartaruga;</p> <p>Áreas de Preservação Permanente (Manguezais, restingas etc.);</p> <p>Paisagem litorânea com barreiras notáveis, falésias;</p> <p>Grande diversidade biológica;</p> <p>Área de Preservação Ambiental do Pratagy;</p> <p>Local frequentado por pescadores e referência da pesca artesanal em Maceió;</p> <p>Pesca amadora;</p> <p>Pesca esportiva;</p> <p>Território pesqueiro (balanças e palhoças);</p>				<p>Dificuldade de mobilidade;</p> <p>Segregação socioespacial;</p> <p>Perda de espaços de uso público</p>	<p>acessibilidade nas FTPS e adequação dos trechos com abrigos e/ou paradas de ônibus (previsto DMTT);</p> <p>Substituição dos abrigos de ônibus existentes (previsto DMTT); "</p>
			<p>P3.2.2</p>	<p>Existência de processos erosivos naturais e antrópicos (degradação de terraços fluviais, encostas)</p>	<p>Mudanças climáticas;</p> <p>Supressão da vegetação nativa;</p> <p>Ocupação populacional desordenada</p>	<p>Alteração da linha de costa;</p> <p>Perda da faixa de areia;</p> <p>Necessidade de soluções de contenção;</p> <p>Perda do acesso por moradores e turistas;</p> <p>Assoreamento dos rios</p>	
			<p>P3.2.3</p>	<p>Poluição da faixa de areia e dos recursos hídricos</p>	<p>Descarte de metralha e resíduos sólidos na areia de praia;</p> <p>Falta de educação e conscientização ambiental;</p> <p>Falta de mobiliário urbano para limpeza urbana (lixas);</p> <p>Ligações clandestinas de esgoto nas redes de drenagem; Descarte incorreto dos resíduos sólidos e esgoto;</p> <p>Ausência de saneamento básico;</p> <p>Ocupação desordenada nas margens dos rios;</p> <p>Animais soltos nas ruas (cachorros, gatos, porcos, cavalos etc)</p>	<p>Perda da balneabilidade;</p> <p>Perda da biodiversidade;</p> <p>Aparecimento de línguas sujas;</p> <p>Aumento dos resíduos sólidos na faixa de praia;</p> <p>Ocupação das calçadas;</p> <p>Risco de zoonoses;</p> <p>Risco de acidentes;</p> <p>Predação de ninhos de tartarugas marinhas</p>	
			<p>P3.2.4</p>	<p>Acessos danificados</p>	<p>Processos erosivos;</p> <p>Ocupação populacional desordenada;</p> <p>Construções abandonadas e muros caindo;</p>	<p>Falta de acessos à praia;</p> <p>Entulhos nas praias;</p> <p>Risco de acidentes.</p>	

		<p>Comunidades tradicionais detentoras de conhecimento tradicional (boleiras, bordadeiras, doceiras, pescadores artesanais); Apropriação do território pela comunidade; Presença de bares e restaurantes; Condomínios de alto padrão; Ocupações de baixa renda; Especulação imobiliária; Fluxo de visitantes e turistas; Comércio ambulante na faixa de areia; Atividades esportivas (faixa de areia e no mar);</p>	<p>P3.2.5</p>	<p>Precariedade dos sistemas de infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário, iluminação, limpeza, mobilidade)</p>	<p>Plano diretor sem revisão atualizada; Sistema de saneamento básico inadequado e ineficiente; Ineficiência de limpeza urbana; Sobre carga do sistema viário; Ineficiência e insuficiência do transporte público; Falta de calçamento, sinalização e mobiliário urbano; Ausência de calçadas na AL 101 Norte; Ausência de abrigo e bancos nos pontos e paradas de ônibus</p>	<p>Abastecimento de água insuficiente para a população existente; Instabilidade da rede de energia elétrica; Sistema de saneamento básico ineficiente; Presença de bichos sinantrópicos (escorpiões, ratos etc.) e acidentes; Atropelamento de animais e pessoas; Mobilidade urbana precária; Insegurança na circulação de pedestres; Trânsito excessivo</p>	
			<p>P3.2.6</p>	<p>Insegurança Pública</p>	<p>Policiamento insuficiente; Iluminação insuficiente; Existência de fachadas cegas; Falta de incentivo do uso misto; Falta de diversidade de usos</p>	<p>Violência contra a mulher; Assaltos; Roubo de veículos; População amedrontada</p>	
			<p>P3.2.7</p>	<p>Falta de preservação do patrimônio material e imaterial</p>	<p>Falta de investimento público; Ineficiência da manutenção e apropriação dos espaços livres públicos (praças e passeios)</p>	<p>Risco de perda da memória cultural;</p>	
			<p>P3.2.8</p>	<p>Captura incidental de animais marinhos</p>	<p>Pesca</p>	<p>Morte de animais; Perda da biodiversidade; Desequilíbrio do ecossistema</p>	

		<p>Casas de veraneio; Loteamentos residenciais; Pousadas; Ocupação da faixa de areia por bares (Garça Torta, Guaxuma e Riacho Doce).</p>	<p>PP3.2.1</p>	<p>Diversidade biológica e cultural; Grande beleza cênica; Ambiente costeiro-marinho ainda preservado</p>	<p>Comunidades tradicionais detentoras de conhecimento tradicional (artesanato, boleiras, bordadeiras, doceiras, pescadores artesanais, tiradores de coco); Edificações de valor histórico e cultural Existência de comunidades locais; Modos de vida preservados; Pesca amadora e esportiva; Pesca artesanal; Festejos e Celebrações; Gastronomia local; Conservação da biodiversidade, da paisagem e da história local; Controle da ocupação humana; Ambiente natural ainda preservado;</p>	<p>Manutenção do conhecimento tradicional; Geração de renda para as comunidades locais; Turismo ecológico e de base comunitária; Gastronomia local; Festejos e celebrações; Captura incidental; Preservação da memória; Ações de educação patrimonial; Geração de renda; Turismo; Área para surf, mergulho e caiaque; Áreas propícias para banho de mar e piscinas naturais; Áreas de preservação permanente (manguezais, restingas, matas ciliares); Áreas com maior incidência de tartarugas marinhas para desova e alimentação; Áreas propícias para Inovação, pesquisa e desenvolvimento econômico ecológico associado ao cultivo do solo e aos saberes tradicionais; Atividades recreativas pela população local; Balneabilidade das praias; Estímulo ao turismo;</p>	
			<p>PP3.2.2</p>	<p>Existência de grandes glebas remanescentes de sítios</p>	<p>Processo de ocupação urbana; Ambiente natural ainda preservado; Modos de vida preservado; Ocupação majoritariamente por</p>	<p>Opção por uma vida comunitária em conexão com a natureza; Conservação da biodiversidade, da paisagem e da história local;</p>	

						residências horizontais unifamiliares; Área com trechos para expansão urbana incluindo áreas de preservação ambiental;	Presença de clubes e parque aquático; Atividades de recreação e lazer; Segregação do uso; Especulação imobiliária; Privatização da área de praia; Adensamento da população;	
T3			Praias arenosas expostas, com ação de ondas; Trechos com grandes áreas com cobertura vegetal nativa; Trechos com pouca área de cobertura vegetal nativa; Fozes do Rio Pratagy, Rio do Senhor e Ipioca, e Ipióquinha, e Suaçui. Braço do rio Pratagy; Rio Meirim; Trechos com faixa larga de praia; Piscinas Naturais na maré baixa; Recifes de corais e de	P3.3.1	Tendência de adensamento excessivo	Especulação imobiliária com verticalização excessiva (incompatível com a capacidade de infraestrutura); Ocupação populacional desordenada; Plano diretor sem revisão atualizada; existência de ocupações irregulares desordenadas; Parcelamento do solo (loteamentos e condomínios) inadequados em APPs; Fiscalização ambiental e edilícia ineficiente; Invasão de áreas de APP (mangue, restinga, etc); Falta de incentivo do uso misto; Falta de diversidade de usos.	Gentrificação; Sobrepressão no sistema (já precário) de abastecimento de água e energia; Maior demanda por serviços de infraestrutura urbana básica; Aumento da sensação térmica (temperatura e ventilação); Expansão da cidade sem plano diretor; Supressão de nascentes, matas ciliares e vegetação nativa; Soterramento e assoreamento das fozes de rios, da vegetação nativa e das piscinas naturais; Alteração da Paisagem Natural com perda da beleza cênica; Piora da contaminação dos recursos hídricos; Fotopoluição e sombreamento das praias; Degradação ambiental; Perda da biodiversidade; Acúmulo de resíduos sólidos; Impermeabilização do solo;	Reurbanização da Praia da Sereia; Balança para pescadores de Ipioca; Centro pesqueiro de Pescaria; Duplicação da AL 101 Norte; Implantação e/ou substituição das sinalizações verticais e horizontais (previsto DMTT); Ação educativa voltada aos temas: alcoolemia, uso do capacete e excesso de velocidade (previsto DMTT); Construção de rampas de acessibilidade nas FTPS e adequação

			arenito; Coqueirais; Características naturais preservadas; Área de desova e alimentação de tartaruga; Áreas de Preservação Permanente (Manguezais, restingas etc.); Paisagem litorânea com barreiras notáveis, falésias; Grande diversidade biológica; APA Costa dos Corais; APA Pratagy; Local frequentado por pescadores de referência da pesca artesanal em Maceió; Pesca amadora; Pesca esportiva; Jangadeiros/bar				Diminuição da qualidade de vida; Aumento do trânsito; Dificuldade de mobilidade; Segregação socioespacial; Perda de espaços de uso público;	dos trechos com abrigos e/ou paradas de ônibus (previsto DMTT); Substituição dos abrigos de ônibus existentes (previsto DMTT);
		P3.3.2	Existência de processos erosivos naturais e antrópicos (degradação de terraços fluviais, encostas)	Mudanças climáticas; Supressão da vegetação nativa; Ocupação populacional desordenada			Alteração da linha de costa; Perda da faixa de areia; Necessidade de soluções de contenção; Perda do acesso por moradores e turistas; Assoreamento dos rios	
		P3.3.3	Poluição da faixa de areia e dos recursos hídricos	Ausência de saneamento básico; Ligações clandestinas de esgoto nas redes de drenagem; Descarte incorreto dos resíduos sólidos e esgoto; Ocupação desordenada nas margens dos rios; Derramamento de águas proveniente de esgotos e resíduos da usina (nascente do rio do senhor e do Meirim); Descarte de resíduos sólidos na areia de praia;			Supressão de nascentes, matas ciliares e vegetação nativa; Aumento dos resíduos sólidos na faixa de praia; Aparecimento de línguas sujas; Perda da balneabilidade; Perda da biodiversidade; Ocupação das calçadas; Risco de zoonoses; Risco de acidentes; Predação de ninhos de tartarugas marinhas	

			queiros transporte no Rio Meirim (pescadores); Território pesqueiro (balanças e palhoças); Comunidades tradicionais detentoras de conhecimento tradicional (artesanato, boleiras, bordadeiras, doceiras, pescadores artesanais, tiradores de coco, folgueiros); Artistas locais; Apropriação do território pela comunidade; Presença de bares e restaurantes; Condomínios de alto padrão; Ocupações de média e baixa renda; Especulação		ausência de atividades de educação e conscientização ambiental; inexistência de mobiliário urbano para limpeza urbana (lixeiras); Animais soltos nas ruas (cachorros e gatos);		
	P3.3.4		Precariedade da infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário, iluminação, limpeza, mobilidade)	Plano diretor sem revisão atualizada; Sistema de saneamento básico inadequado e ineficiente; Limpeza urbana ineficiente; Presença de resorts; Edificações abandonadas; Terrenos sem limpeza; Descarte irregular de resíduos sólidos; Insegurança Pública; Iluminação insuficiente; Sobrecarga do sistema viário; Ineficiência e insuficiência do transporte público; Falta de pavimentação, sinalização e mobiliário urbano; Ausência de calçadas na AL 101 Norte; Ausência de abrigo e bancos nos pontos e paradas de ônibus;	Abastecimento de água insuficiente para a população existente; Instabilidade da rede de energia elétrica; Sistema de saneamento básico ineficiente; Presença de bichos sinantrópicos (ratos e escorpiões) e acidentes; Atropelamento de animais e pessoas; Mobilidade urbana precária; Insegurança na circulação de pedestres; Violência contra a mulher; Assaltos; Roubo de veículos; Trânsito excessivo; Falta de acessos à praia;		

			imobiliária; Fluxo de visitantes e turistas; Comércio ambulante na faixa de areia; Atividades esportivas (faixa de areia e no mar); Casas de veraneio; Resort, hotéis, pousadas; Quintais produtivos; Edificações e Monumentos de valor histórico; Casas de aluguel por temporada.	P3.3.5	Falta de preservação do patrimônio material e imaterial	Falta de investimento público	Risco de perda da memória cultural	
				P3.3.6	Captura incidental de animais marinhos	Pesca artesanal.	Morte de animais; Perda da biodiversidade; Desequilíbrio do ecossistema	
				P3.3.7	Plano de manejo inexistente da APA do Pratagy	Gestão deficiente		
				PP3.3.1	Diversidade biológica e cultural e grande beleza cênica; Ambiente costeiro-marinho ainda preservado	Comunidades tradicionais detentoras de conhecimento tradicional (artesanato, doceiras, pescadores artesanais, tiradores de coco); Edificações de valor histórico e cultural. Existência de comunidades locais; Modos de vida preservados; Pesca amadora e esportiva; Pesca artesanal; Festejos e Celebrações; Gastronomia local; Áreas de preservação permanente (manguezais, restingas, matas ciliares);	Manutenção do conhecimento tradicional; Geração de renda para as comunidades locais; Turismo ecológico e de base comunitária; Gastronomia local; Festejos e celebrações; Captura incidental; Preservação da memória; Ações de educação patrimonial; Geração de renda; Turismo; Área para surf, mergulho e caiaque; Áreas propícias para banho de mar e piscinas naturais; Áreas propícias para inovação, pesquisa e desenvolvimento econômico ecológico associado	

					Áreas com maior incidência de tartarugas marinhas para desova e alimentação; Conservação da biodiversidade e da paisagem; Ambiente natural ainda preservado; Controle da ocupação humana;	ao cultivo do solo e aos saberes tradicionais; Áreas propícias para pesquisa e criação de unidades de conservação; Atividades recreativas pela população local; Balneabilidade das praias; Estímulo ao turismo;	
		PP3.3.2	Existência de grandes glebas remanescentes de sítios	Processo de ocupação urbana; Ambiente natural ainda preservado; Modos de vida preservado; Ocupação majoritariamente por residências horizontais unifamiliares; Área com trechos para expansão urbana incluindo áreas de preservação ambiental;	Opção por uma vida comunitária em conexão com a natureza; Conservação da biodiversidade, da paisagem e da história local; Presença de clubes e parque aquático; Atividades de recreação e lazer; Segregação do uso; Especulação imobiliária; Privatização da área de praia; Adensamento da população; Se respeitadas as áreas preservadas, há possibilidade de ocupação urbana sustentável		
		PP3.3.3	APAs do Pratagy e Costa dos Corais	Ordenamento Plano de manejo	Conservação da biodiversidade e da paisagem; Áreas propícias para pesquisa		
		PP3.3.4	Demanda ativa do setor turístico	Existência de empreendimentos turísticos e hoteleiros; Barracas de praia.	Geração de emprego e renda; Valorização da gastronomia local;		

							Interação e convivência social	
--	--	--	--	--	--	--	--------------------------------	--

Fonte: Oficinas de Planejamento Participativo (2023)

10. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ORLA

10.1. Presença de atividades em dissonância com o uso público da praia

Há espaços, especialmente nas faixas de areia próximas a barracas fixas de grande porte, que são muitas vezes “privatizados” temporariamente através de estruturas móveis, alocação de cadeiras e barracas, entre outros, que tornam porções do espaço público, espaços privatizados. A Secretaria de Convívio Social (SEMSCS) através da Portaria nº 082/2022, determinou os critérios para a ocupação da faixa de areia por tais equipamentos, entretanto casos de abuso são comuns.

O Ministério Público com base no procedimento administrativo nº 09.2022.00000388-0, recomendou, em 2023, o cadastramento e fiscalização das barracas de praia, de modo a identificar possíveis irregularidades referentes, inclusive, a ampliação das cessões de uso que possam ter ocorrido em desacordo com as normas. Houve o consenso de que haviam casos de ampliação clandestina dos limites desses locais concedidos pela permissão de uso de bem público, caracterizando, portanto, uma invasão do espaço público. Estes espaços são limitados por lei a 350m², e sua ampliação para além desse limite torna os valores cobrados pela permissão do uso incompatível com a área valorizada.

A Prefeitura de Maceió publicou em 31 de agosto de 2023 um aviso de licitação no Diário Oficial do Município para implantação de uma roda gigante panorâmica na orla até dezembro de 2024. Os recursos, segundo a gestão, serão assegurados pela iniciativa privada. O equipamento tem previsão de medir 45 metros de altura e será instalado no palco da Praça Multieventos no bairro de Pajuçara. A estimativa é que a atração receberá cerca de 1.300 visitantes ao dia. Entretanto, a construção tem sido alvo de discussões, por permitir a exploração financeira de parte do passeio público para a iniciativa privada.

10.2. Informações das possíveis estruturas temporárias instaladas na praia

(quiosques, palcos, arenas para esportes e outras) e a autorização junto à SPU

Na faixa de areia são poucas as estruturas temporárias permitidas, sendo pontuais e em eventos específicos. Não há registros de permissão do uso da faixa de areia por barracas temporárias de maneira sazonal. De modo geral, a instalação de equipamentos temporários é comum na área do calçadão, que recebe estruturas de eventos de diversos tipos.

Os principais pontos de incidência de estruturas temporárias na orla de Maceió encontram-se em sua porção mais urbanizada. Ocorrem principalmente no trecho 3 da Unidade de Planejamento 1 e no trecho 1, da Unidade de Planejamento 2. Na grande maioria dos casos as estruturas são instaladas sazonalmente em área pré-determinadas, próximas aos eventos.

As principais áreas são o estacionamento do Jaraguá (Trecho 3 da UP1), Praça Multieventos e estacionamento do Marco dos Corais (Trecho 1 da UP2). O principal ponto de instalação de estruturas temporárias é o Jaraguá, pois seu estacionamento recebe eventos de grande porte, chegando ao público de mais de 100.000 pessoas. Há pelo menos três eventos de grande porte que ocorrem nesse local nos últimos anos, a abertura do verão, o São João e o pré-carnaval. Além destes, ocorrem eventos de menor porte em comemoração à datas específicas, como o dia do evangélico, semana da Consciência negra e Parada do orgulho LGBTQIAP+. São compostos essencialmente por estrutura de palcos e barreiras de contenção de público e direcionamento. Há eventos que ocorrem com deslocamento de trios e demais estruturas itinerantes nas praias, principalmente no período de pré-carnaval e ano novo. Estas demandam a instalação de infraestrutura temporária de organização de ambulantes, trânsito, e de fluxo de pedestres. Na praça *multieventos* ocorrem com frequência eventos, principalmente relacionados à feriados e datas comemorativas, que contam com a montagem temporária de galpões, tendas e equipamentos de lazer infantil, que possibilitem a realização de convenções, feiras e demais eventos do tipo. O Marco dos Corais, em especial no seu estacionamento, vem recebendo com frequência estruturas de palcos e equipamentos de lazer, principalmente no período de verão como atrativo turístico.

Eventos esportivos são comuns principalmente na região que compreende o trecho 1 da Unidade de Planejamento 2. Já ocorreu a montagem de arenas temporárias para o recebimento de torneios de vôlei e futebol de areia, colocando Maceió no circuito nacional de eventos esportivos. A orla também recebe uma grande quantidade de corridas e maratonas, que exigem estrutura de contenção e ordenamento, além de tendas de apoio e outros equipamentos do tipo.

Há ainda, mesmo que em menor quantidade, a montagem de palcos e equipamentos do tipo na área da areia da praia, como o Luau *Massayó*, que atraiu uma multidão para a areia da praia, e contou com palco para DJs, com o objetivo de celebrar o evento da superlua azul. No ano novo, ocasionalmente, são montadas estruturas no mar para apoio ao show de fogos de artifício, entretanto de modo geral este se dá através de balsas.

10.3. Existência de conflitos fundiários

Os conflitos territoriais em áreas costeiras muitas vezes envolvem questões como direitos de propriedade, uso da terra, preservação ambiental e desenvolvimento urbano. Muitas atividades tradicionais como a pesca artesanal, a agricultura, o artesanato, por exemplo, têm sido apropriadas pela estética turística de espaços costeiros e acabam servindo de atrativo para aqueles que buscam lugares com essas características, que se opõem a lógica das grandes metrópoles. Nas últimas décadas Maceió vem sendo um destino turístico de grande procura no Brasil. Dessa forma, o município vem passando por diversas transformações provocadas, principalmente, pela pressão turística e imobiliária.

O posicionamento geográfico associado às características físicas, sociais e econômicas causou à capital Maceió, especificamente em sua orla, uma diversidade de interesses, que podem vir a ser conflitantes, devido às condições naturais favoráveis à prática da atividade turística. Esta não só se verifica pelo contingente populacional que aporta para o lazer, como também pelo surgimento de novas residências e empreendimentos, instalação de equipamentos de uso turístico ocasionando uma urbanização desordenada, levando a forte segregação socioespacial e de grande especulação imobiliária. A orla possui uma variedade de usos que abrange desde áreas para prática de esportes, quiosques, bares, restaurantes, ambulantes, prédios, casas mirantes, entre outros. Após visita técnica e considerando os usos e atividades registradas na orla de Maceió, foram observados os conflitos apresentados no **Quadro 10**.

Quadro 10: Conflitos identificados na orla de Maceió.

Conflito	Envolvidos
Construção de torres de apartamentos no litoral norte	Empreendedores x comunidades locais x Prefeitura de Maceió
Dificuldade de acesso à praia no litoral norte	Empreendedores x comunidades locais x Prefeitura de Maceió
Venda de passeios turísticos no calçadão da orla de Pajuçara e Ponta Verde	Ambulantes de Maceió x vendedores de passeios x Prefeitura de Maceió
Venda ambulante na faixa de praia	Vendedores regularizados x vendedores sem autorização x serviço de Fiscalização da Prefeitura x gestores municipais
Venda de produtos no calçadão de Pajuçara e Ponta Verde	Vendedores x Prefeitura de Maceió
Barracas da orla da Praia de Guaxuma – ocupação	Ocupantes x Prefeitura de Maceió
Barracas da Praia da Sereia – ocupação	Ocupantes das Barracas da orla da Praia da Sereia x Prefeitura de Maceió x Secretaria do Patrimônio da União x Ministério Público Federal
Barracas da Orla de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca – ocupação	Ocupantes das Barracas da Ponta Verde x Prefeitura de Maceió x Ministério Público
Jangadas na praia de Pajuçara e Ponta Verde	Pescadores x Prestadores de serviço de passeios para as piscinas naturais x Prefeitura de Maceió
Esportes na praia (altinha, vôlei, futebol);	Praticantes de esportes x banhistas
Tráfico de drogas na orla de Pajuçara e Jatiúca	Usuários x traficantes x Agentes de Segurança
Vendedores de arte com palha de coqueiro	Pessoas em situação de rua x Turistas x Moradores x Artesãos
Armazenamento irregular de cadeiras de praia em caixas enterradas na Pajuçara e Ponta Verde	Prefeitura de Maceió x prestadores de serviço da faixa de praia
Centro Pesqueiro de Maceió (ordenamento, usos, equipamentos)	Pescadores x Gestores
Uso de vagas de estacionamento por agências de turismo/receptivos	Usuários da praia x empresas de turismo x guardadores de carros
Construções em Áreas de Preservação Permanente (APPs) por novos empreendimentos (Ipioca)	Novos empreendimentos x órgão ambientais;

Fonte: GAPU Soluções Ambientais (2023).

10.4. Existência de mecanismos de denúncias sobre conflitos fundiários e atividades em dissonância com o uso público da praia

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) é o órgão responsável pelo licenciamento ambiental e edilício de empreendimentos e demais atividades em Maceió, atuando na fiscalização permanente tanto das áreas ambientais quanto do setor urbanístico, podendo aplicar penalidades administrativas em casos identificados de descumprimento das legislações. A secretaria atende denúncias a respeito de obras irregulares, imóveis abandonados e infrações ambientais, que podem ser realizadas via e-mail ou via telefone.

11. CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA

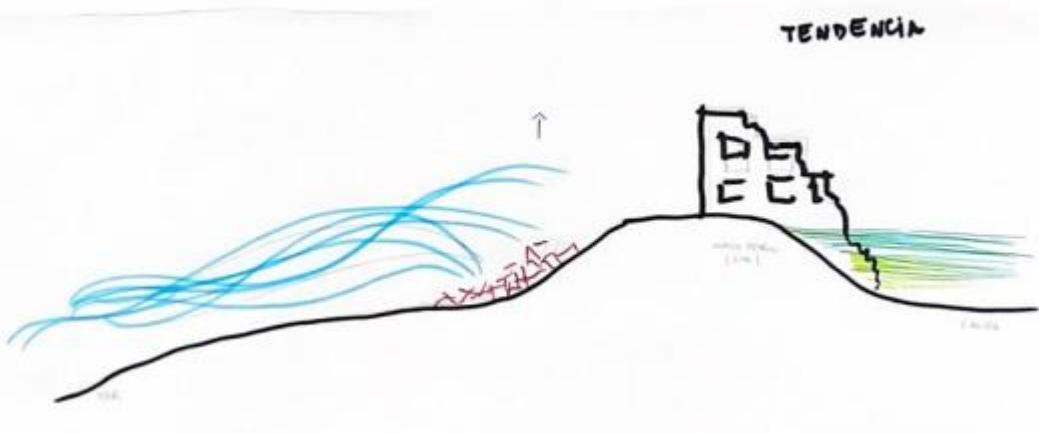
A construção dos cenários consistiu em uma das atividades propostas na 1^a Etapa da Oficina de Planejamento Participativo. Após a realização das visitas técnicas, os participantes foram estimulados a construir três cenários para cada uma das Unidades de Planejamento. O cenário atual tem um efeito diagnóstico, representando o local como está hoje, ou seja, o que foi visto pelos participantes. O cenário tendencial funciona como um prognóstico, representando uma suposição de como o local estará no futuro se não forem realizadas intervenções. O cenário desejado representa como os participantes gostariam que fosse o local, dialogando com aquilo que mais adiante está descrito nas ações e diretrizes.

11.1. Unidade de Planejamento 1

Quadro 11: UP 1 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 1.

Cenários da Unidade de Planejamento 01 – Trecho 1	
Desenho do cenário atual	
	
Texto do cenário atual	
<p>Praia sendo devastada pela maré; Avanço da maré, causando erosão devido à retirada da vegetação nativa.</p>	

Desenho do cenário tendencial



Texto de cenário tendencial

Decorrente do avanço do mar, parte da estrutura predial do antigo Detran será invadida pelo mar, podendo ocasionar a formação de uma nova ilha;
Risco de fechamento da boca da barra, alteração do fluxo da maré e diminuição da faixa territorial do município de Maceió.

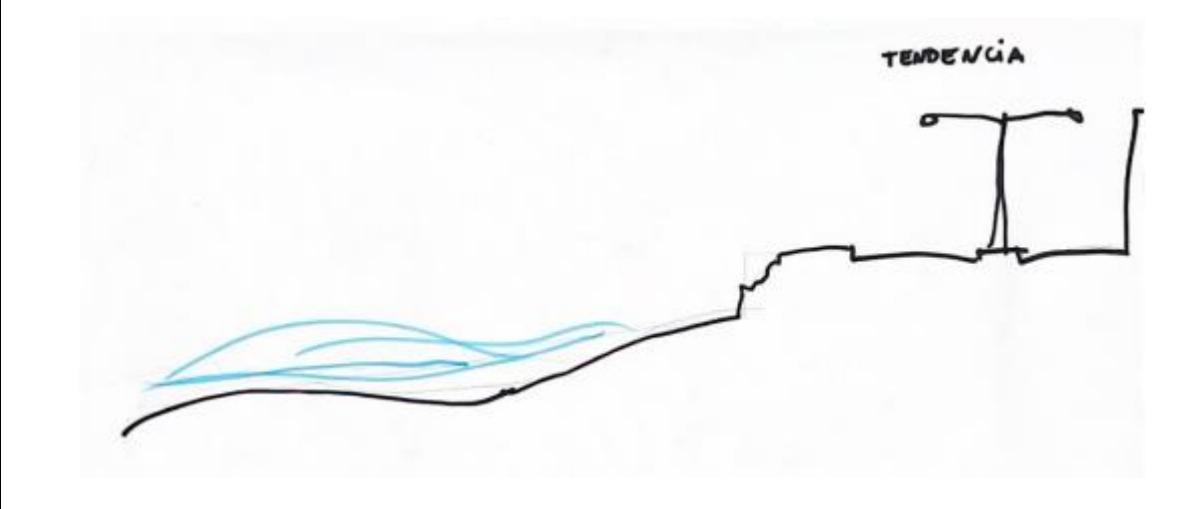
Desenho do cenário desejado



Texto do cenário desejado
<p>Recuperar a vegetação nativa (restinga e manguezal); Conservar e preservar as áreas existentes; Tornar o espaço um parque da restinga para geração de pertencimento, geração de economia local; Utilização dos recursos naturais de forma sustentável; Utilização do antigo prédio do Detran para fins de pesquisa, com apoio territorial de projetos socioambientais já existentes; Não privatização por empreendimentos residenciais e do setor hoteleiro; Quando possível que a contenção seja feita de forma natural, a exemplo do replantio de restinga; Acesso aos dados do IMA para subsidiar a implantação dos muros de contenção</p>

Fonte: 1^a Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

Quadro 12: UP 1 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 2.

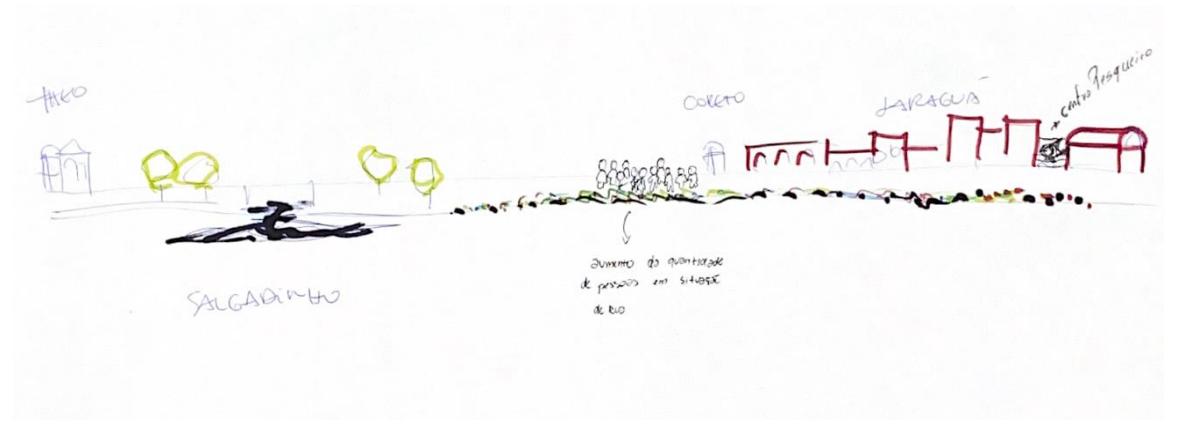
Cenários da Unidade de Planejamento 01 – Trecho 2	
Desenho do cenário atual	
	
Texto do cenário atual	
<p>Apresenta uma grande quantidade de resíduos sólidos decorrentes de descarte incorreto, ocasionando montes de areia encobertos de lixo; Ausência de acessibilidade à praia – PCD e embarcações; Descarte incorreto dos esgotos domésticos, formando línguas sujas que desaguam no mar; Blocos de concreto em grande extensão para conter erosão do Prado até o Pontal; Existência de dunas.</p>	
Desenho do cenário tendencial	
	

Texto de cenário tendencial
<p>Ocupação das dunas; Aumento desordenado de descarte incorreto de resíduos sólidos; Utilização de tratores ampliando o processo de erosão; Inviabilidade do uso da praia para lazer e pesca; Aumento desordenado das ocupações irregulares; A erosão continuará na região do Prado ao Pontal da Barra, mesmo com os blocos</p>
Desenho do cenário desejado

Texto do cenário desejado
<p>Recuperação da restinga; Acessibilidade e ordenamento dos equipamentos urbanos (barracas, banheiros, iluminação); Preservação ambiental das dunas; Reavaliar a presença do parque industrial da Braskem na orla, com possibilidade de retirada, com o aproveitamento de atividades socioeconômicas; Tornar a orla um espaço público atraente e seguro</p>

Fonte: 1^a Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

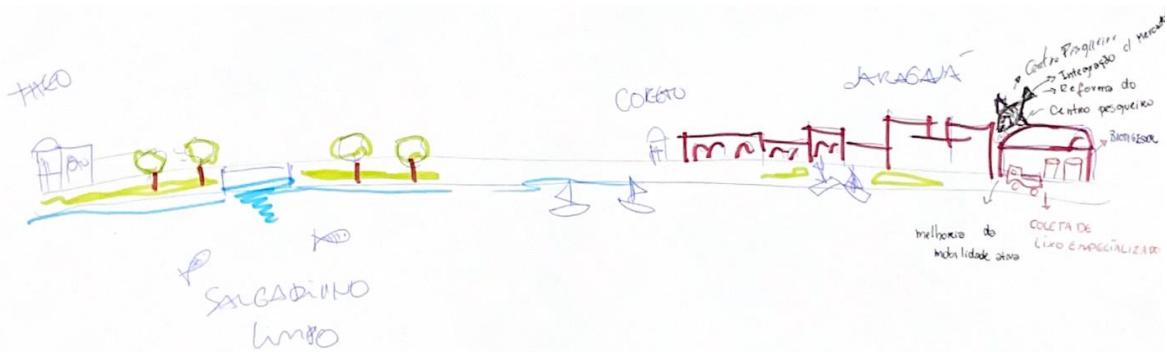
Quadro 13: UP 1 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 3.

Cenários da Unidade de Planejamento 01 – Trecho 3	
Desenho do cenário atual	
	
Texto do cenário atual	
<p>Lixo saído do Salgadinho em direção ao Centro Pesqueiro e orla da praia da Avenida; Vários pontos de lixo acumulado e expostos na maré baixa; Baixa vegetação de restinga; Circulação diária de trator que não promove a coleta de lixo e prejudica a vegetação de restinga; Resíduos do Centro Pesqueiro com destinação inadequada; Invisibilidade do Centro Pesqueiro ante o seu potencial; Muitas pessoas em situação de rua; Baixa diversidade de usos e atividades.</p>	
Desenho do cenário tendencial	
	

Texto de cenário tendencial

Aumento da presença de lixo e esgoto na orla da Praia da Avenida;
Diminuição da vegetação restinga;
Usos indevidos de área pública da orla na Praia da Avenida;
Continuação da circulação diária de trator com maior prejuízo à vegetação e à fauna na areia de praia;
Aumento da quantidade de pessoas em situação de rua

Desenho do cenário desejado



Texto do cenário desejado

Implantação imediata de biodigestor no Centro Pesqueiro para controle do esgoto e do lixo; • Transporte adequado para o lixo do Centro Pesqueiro;
Prática de eventos educativos para permissionários de Centro Pesqueiro e demais edifícios de abastecimento;
Revisão de manejo de retirada de lixo, adotando coleta seletiva de forma sustentável;
Melhorar a infraestrutura e gestão dos banheiros públicos;
Melhoria da mobilidade ativa;
Projeto Renasce Salgadinho funcionando adequadamente com o Riacho Salgadinho limpo.

Fonte: 1^a Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

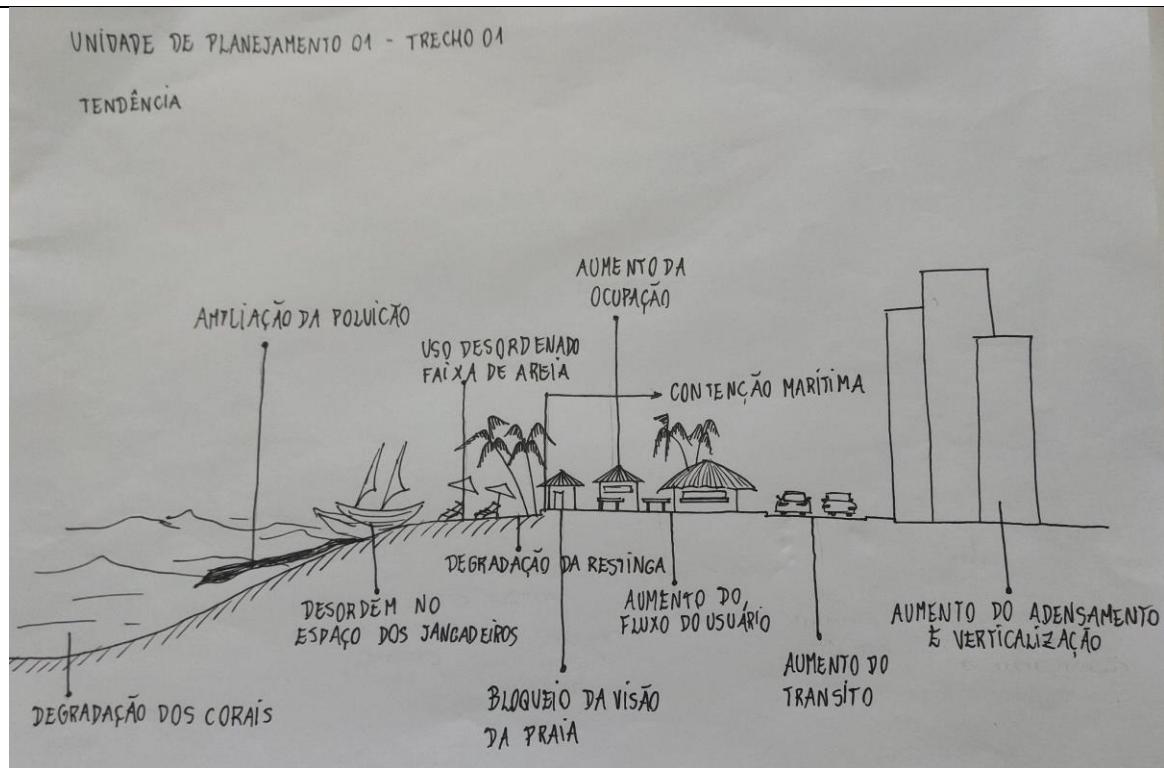
11.2. Unidade de Planejamento 2

Quadro 14: UP 2 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 1.

Cenários da Unidade de Planejamento 02 – Trecho 1	
Desenho do cenário atual	
<p>UNIDADE DE PLANEJAMENTO 01 - TRECHO 01</p> <p>SITUAÇÃO ATUAL</p> <p>+ FEIRINHA ARTESANATO + INFRAESTRUTURA / MOBILIDADE / ACESSIBILIDADE. + PADRONIZAÇÃO PUBLICIDADE JANGADAS</p> <p>VEGETAÇÃO AJUDA AO ENBELEZAMENTO</p> <p>(PUBLICIDADE) CONCENTRAÇÃO DE JANGADAS</p> <p>CORAI'S</p> <p>LÍNGUAS SUJA</p> <p>FAÍXA DE AREIA COM OCUPAÇÃO DESORDENADA</p> <p>AMBULANTES IRREGULARES</p> <p>FAÍXA DE RESTINGA</p> <p>EQUIPAMENTOS INADEQUADOS</p> <p>POUPLAÇÃO VISUAL</p> <p>ESTRUTURA CICLOVIÁRIA</p> <p>PRÉDIOS ANTIGOS</p>	
<p>Texto do cenário atual</p> <p>Orla urbanizada, com presença de corais e piscinas naturais, diversos usos em pequenas áreas; • Presença de línguas sujas em vários pontos da orla; Existência de espécies exóticas (coqueiros e amendoeiras), pequenos fragmentos de restinga; Muitas áreas com as obras de contenção de erosão; Poluição visual (obstrução da paisagem) em decorrência dos diversos usos que ocorrem no calçadão (restaurantes, ambulantes, feira livre de artesanato, feira de artesanato da Pajuçara etc.); Existências de áreas concentradas de artesãos no calçadão; Presença da balança de pesca da Pajuçara e Ponta Verde; Embarcações de pesca e turismo na faixa de areia e caixas para guarda de equipamentos de pesca e esportes; Presença de quadras de esportes; Falta de conscientização da população residente, turistas e comerciantes sobre o destino dos resíduos; As calçadas e ciclovias estão danificadas em alguns pontos, causando acidentes; Falta de acessibilidade nas calçadas prejudicando a mobilidade;</p>	

Área de desova de tartarugas marinhas, entretanto estão sendo prejudicadas devido à falta de conscientização e também pela iluminação inadequada da orla;
 Presença de moradores em situação de rua;
 Trânsito de veículos na orla (carros, motoristas de aplicativo, ônibus de turismo, vans de passeios, etc).
 Áreas de estacionamento insuficientes.

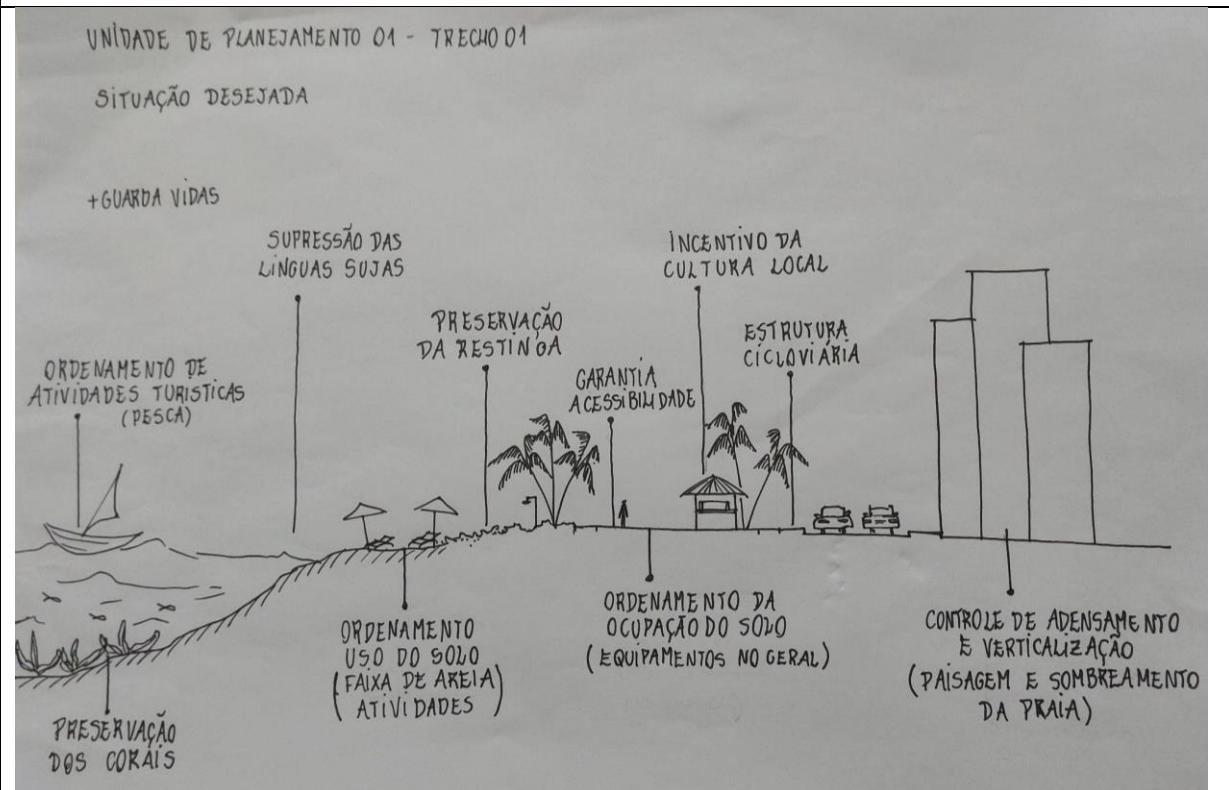
Desenho do cenário tendencial



Texto de cenário tendencial

Aumento das construções de resorts, hotéis e outros equipamentos e projetos voltados ao turismo; •
 Sobrecarga e concentração de equipamentos turísticos, a exemplo do projeto de implantação da roda gigante na orla da Pajuçara;
 Diminuição dos fragmentos de restinga e aumento das obras de contenção de erosão;
 Recifes de corais degradados em decorrência da visitação excessiva e sem monitoramento;
 Aumento da verticalização de prédios;
 Aumento da poluição visual com obstrução da paisagem;
 Agravamento da criminalidade;
 Desorganização dos usos realizados no calçadão e faixa de areia;
 Aumento dos incentivos e recursos para o segmento turístico sem considerar demandas de saneamento e planejamento urbano;
 Aumento do trânsito e desorganização e saturação das áreas de estacionamento;
 Aumento dos moradores em situação de rua;
 Aumento do descarte inadequado de resíduos nas praias e nas áreas públicas;
 Áreas de desova de tartarugas marinhas mais prejudicadas.

Desenho do cenário desejado



Texto do cenário desejado

Ordenamento e regularização dos usos e construções localizados no calçadão e valorização da paisagem; Preservação dos fragmentos de restinga, ordenamento dos locais para guarda de equipamentos e embarcações de pesca e de equipamentos esportivos; Calçadas dos prédios arborizadas; Calçadão e ciclovia em boas condições de uso; Infraestrutura de saneamento adequada, com eliminação das línguas sujas e descarte adequado dos resíduos; Equipamentos de banheiros e chuveiros operando em boas condições com manutenção adequada; Qualificação das atividades econômicas e tradicionais realizadas; Recifes de corais preservados; Desobstrução da paisagem; Trânsito e áreas de estacionamento adequados; Desenvolvimento de projetos sociais e assistenciais para os moradores em situação de rua; Áreas de desova de tartarugas marinhas preservados, com iluminação pública adequada de acordo com o estabelecido pelo Projeto TAMAR; Calçadas niveladas utilizando materiais que permitam a permeabilidade; Guarda litorânea atuantes e com câmeras de monitoramento instaladas e em operação na orla.

Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

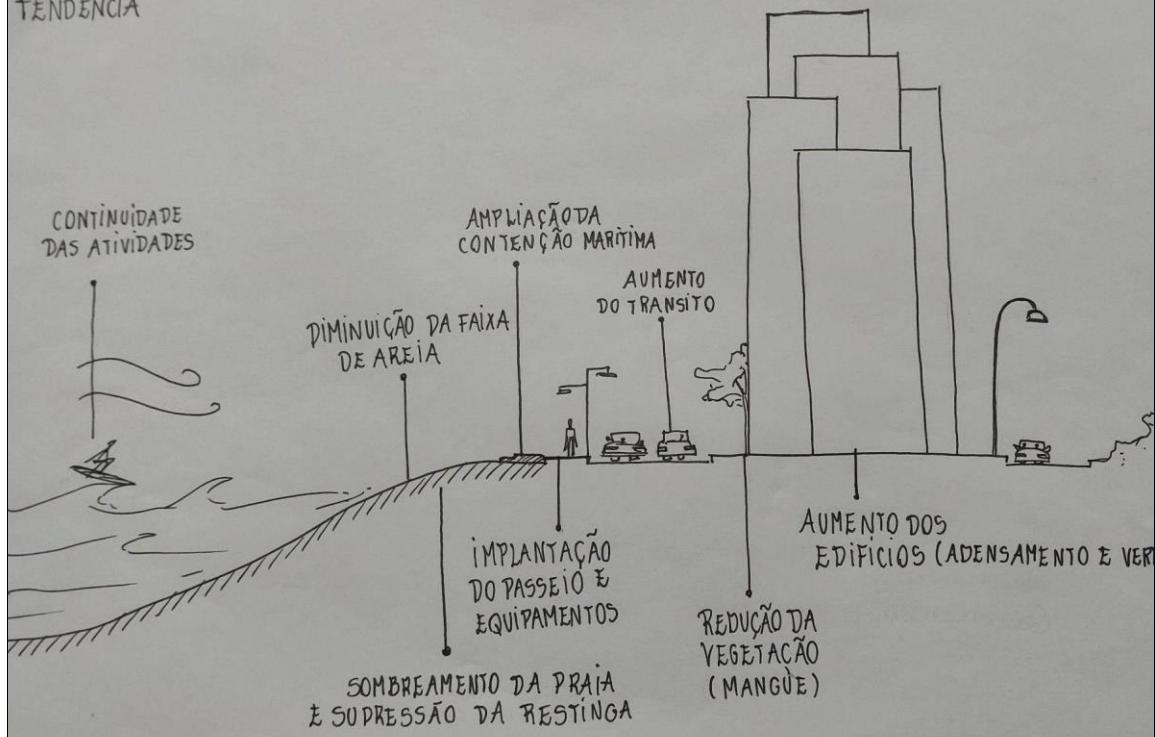
Quadro 15: UP 2 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 2.

Cenários da Unidade de Planejamento 02 – Trecho 2	
Desenho do cenário atual	
<p>UNIDADE DE PLANEJAMENTO 01- TRECHO 02</p> <p>SITUAÇÃO ATUAL</p>	
Texto do cenário atual	
<p>Orla semi urbanizada, com prédios altos já construídos e em construção; Grande extensão de restinga preservada e manguezal parcialmente degradado; Pouca infraestrutura urbana e de lazer; Mar com ondas fortes, propícia para o surf; Área de desova de tartarugas marinhas; Iluminação pública inadequada para proteção das áreas de desova para as tartarugas; Existência de atividades irregulares (barracas de praia no calçadão, construções, etc); Pequena área com obras de contenção de erosão; Manguezal e Rio Jacarecica poluídos e manguezal invadido e sombreado por construções; Calçadas irregulares, línguas sujas distribuídas em vários pontos do trecho; Rio do Riacho das Águas Férreas poluído</p>	

Desenho do cenário tendencial

UNIDADE DE PLANEJAMENTO 01 - TRECHO 02

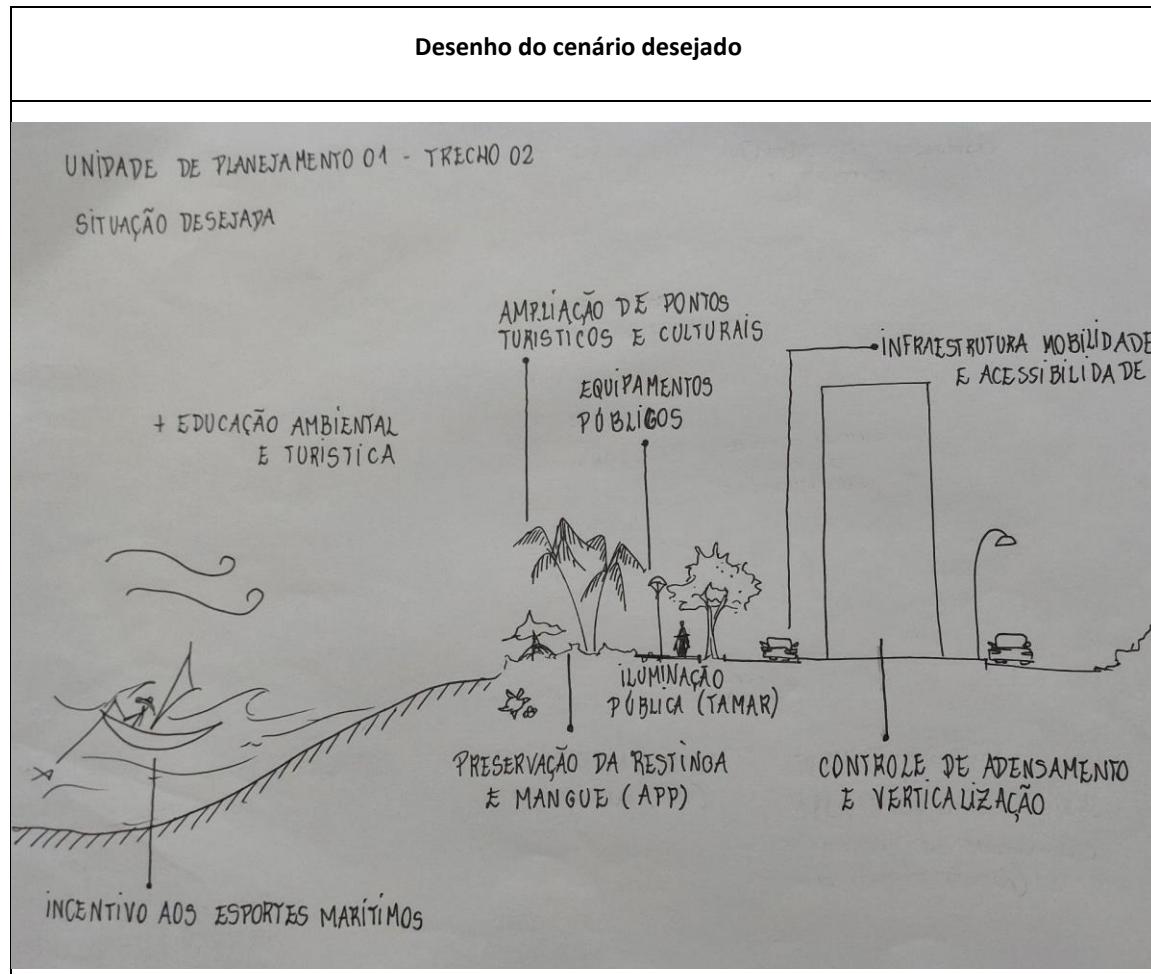
TENDÊNCIA



Texto de cenário tendencial

Aumento da construção de prédios altos, com adensamento populacional, podendo causar sombreamento da praia e sobrecarga do saneamento básico;
Supressão da restinga, aumento da degradação do manguezal e do Rio Jacarecica, diminuição da faixa de areia e aumento das obras de contenção;
Aumento da criminalidade;
Aumento da obstrução da paisagem em decorrência de construções e instalação de atividades comerciais no calçadão;
Implantação de passeios e equipamentos públicos;
Impactos negativos às áreas de desova das tartarugas marinhas;
Controle da balneabilidade das águas férreas;
Dispersão dos animais silvestres em decorrência do aumento da urbanização e da degradação da restinga e do manguezal.

Desenho do cenário desejado



Texto do cenário desejado

Controle do adensamento e da verticalização dos prédios na orla;
 Incentivo aos esportes náuticos;
 Qualificação do turismo e desenvolvimento de atividades de educação ambiental;
 Ampliação de pontos turísticos e culturais e infraestrutura urbana e de lazer adequada à realidade do local;
 Restinga e manguezal preservados;
 Iluminação pública adequada, de acordo com procedimentos já estabelecidos pelo TAMAR;
 Preservação das áreas de desova de tartarugas, com a população respeitando as delimitações dos ninhos e vivendo em harmonia com a espécie. Infraestrutura de mobilidade e acessibilidade adequada;
 Foz do Riacho das Águas Férreas recuperado com balneabilidade própria para a Cruz das Almas;
 Casas de shows com ordenamento e controle da poluição sonora;
 Universalização do saneamento básico.

Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

11.3. Unidade de Planejamento 3

Quadro 16: UP 3 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 1.

Cenários da Unidade de Planejamento 03 – Trecho 1	
Desenho do cenário atual	
UN03 TRECHO 01 – ATUAL	<p>The sketch illustrates a coastal landscape. On the left, a steep cliff (FALÉSIAS) is labeled as influencing riverine life (RECORTADAS INFLUENCIANDO VIDA RÍVULIA). Below the cliff, a modern residential complex (CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL) is built on land. The middle section shows a polluted river (RIO POLUÍDO) flowing into the sea, with debris (BARRAÇO, ENTULHOS) and mangrove vegetation (MANGUE). To the right, a beach area (RESTINGA) with native vegetation (VEGETAÇÃO NATIVA) and coqueirais (COQUEIRAIROS) is shown. A sea turtle (TARTARUGA MARINHA) is depicted near the shore. The ocean (CORAVS) is shown with waves. The text 'BIODIVERSIDADE MARINHA' is written at the bottom right.</p>
Texto do cenário atual	
<p>Dentro do trecho existem diferentes tipologias de cenários: área de manguezal; área de restinga preservada; grandes glebas de coqueirais; os terrenos com condomínios de edifícios verticais; Infraestrutura precária; Área de desova de tartaruga marinha; Poucos acessos à praia; Impermeabilização dos acessos à praia, quando existem; Rios poluídos; Existência de resíduos sólidos (lixo) nas praias; Transporte de sedimentos vindo dos rios e indo para o mar; Existência do Riacho Barrocano intermitente (nasce próximo a via Rota do Mar): passa por sítios que estão sendo vendidos para condomínios; Rio Guaxuma, do Sesc com indícios de poluição (antropização do rio); Vegetação ruderal crescendo na beira do rio; Inexistência de espaços de uso público/ calçadão da orla entre faixa de praia e residências;</p>	

Inexistência de áreas verdes de uso público para lazer e recreação da população moradora (nos parcelamentos de solo).

Desenho do cenário tendencial

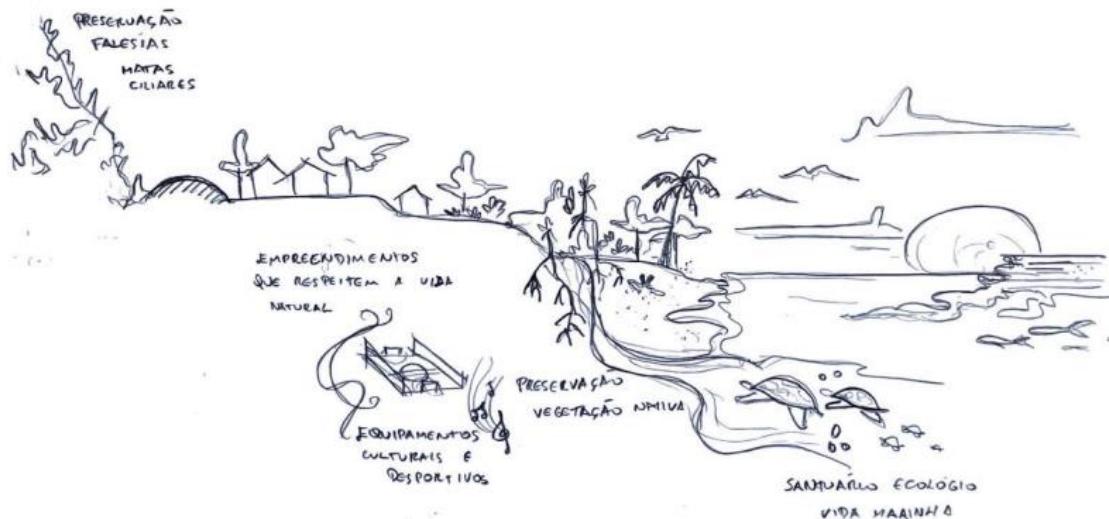


Texto de cenário tendencial

Aumento da especulação imobiliária;
Aumento da poluição de rios e mar;
Privatização da faixa de praia;
Sombreamento e fotopoluição da faixa de praia;
Desaparecimento da biodiversidade dos rios;
Aterrramento do rio Barrocão (intermitente) para construção de prédios;
Impermeabilização do solo nos acessos à praia;
Aumento do fluxo de carros (trânsito);
Crescimento e adensamento populacional;
Colocação de Estações elevatórias de esgoto em APPs e áreas de uso público;
Aumento da invasão(residencial) das áreas de APPs (Manguezais e restingas).

Desenho do cenário desejado

TRECHO 01 - SITUAÇÃO DESEJADA

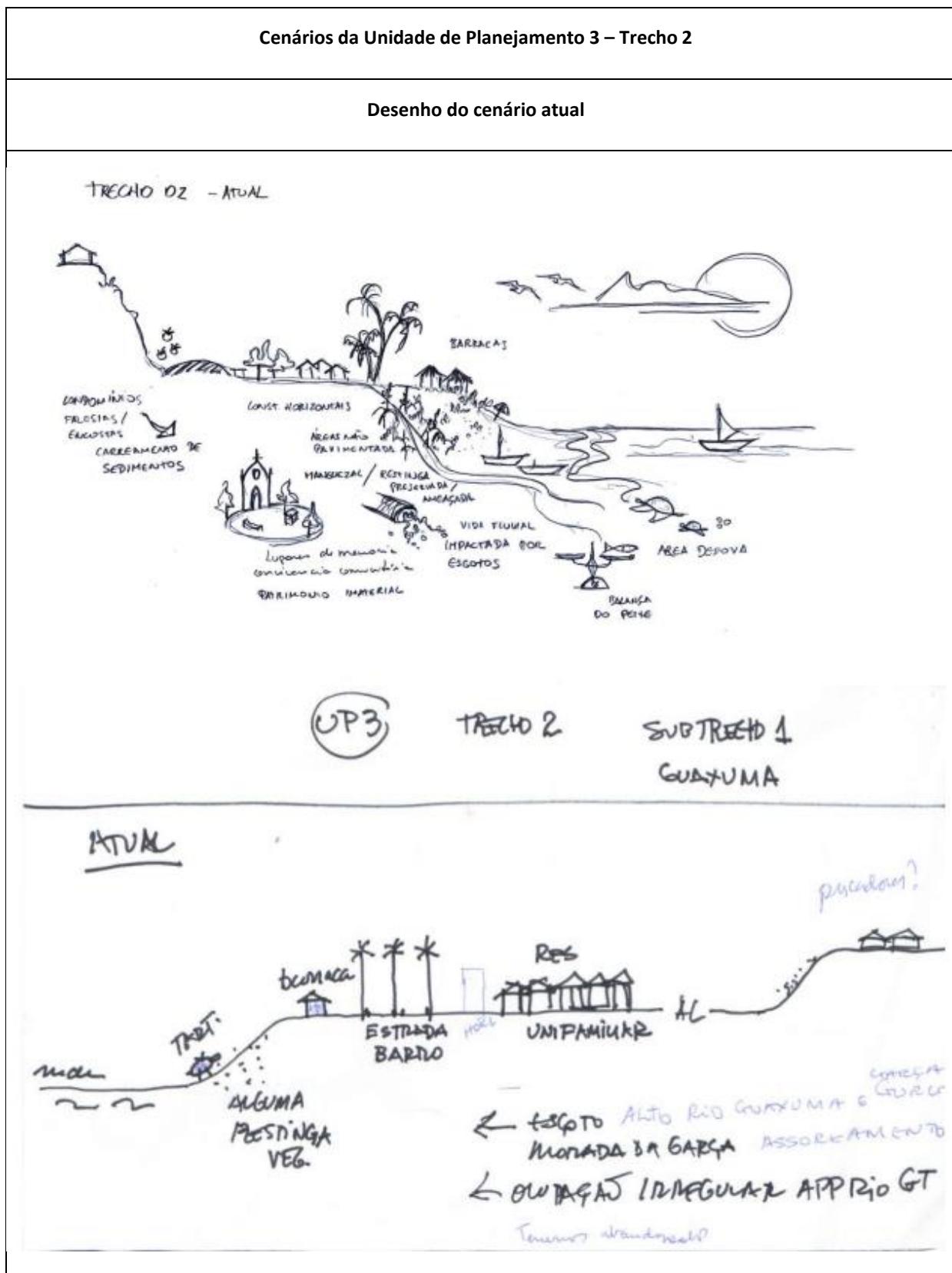


Texto do cenário desejado

Saneamento básico eficiente;
Os edifícios já existentes com iluminação adequada, não intervindo negativamente na biodiversidade marinha;
Áreas verdes (manguezais, faixa de praia) preservadas e sem ocupação para manutenção da biodiversidade;
Rio Barretão com leito original preservado, garantindo sua eficiência na drenagem pluvial;
Faixa de praia com uso e ocupação ordenados, garantindo o uso público.

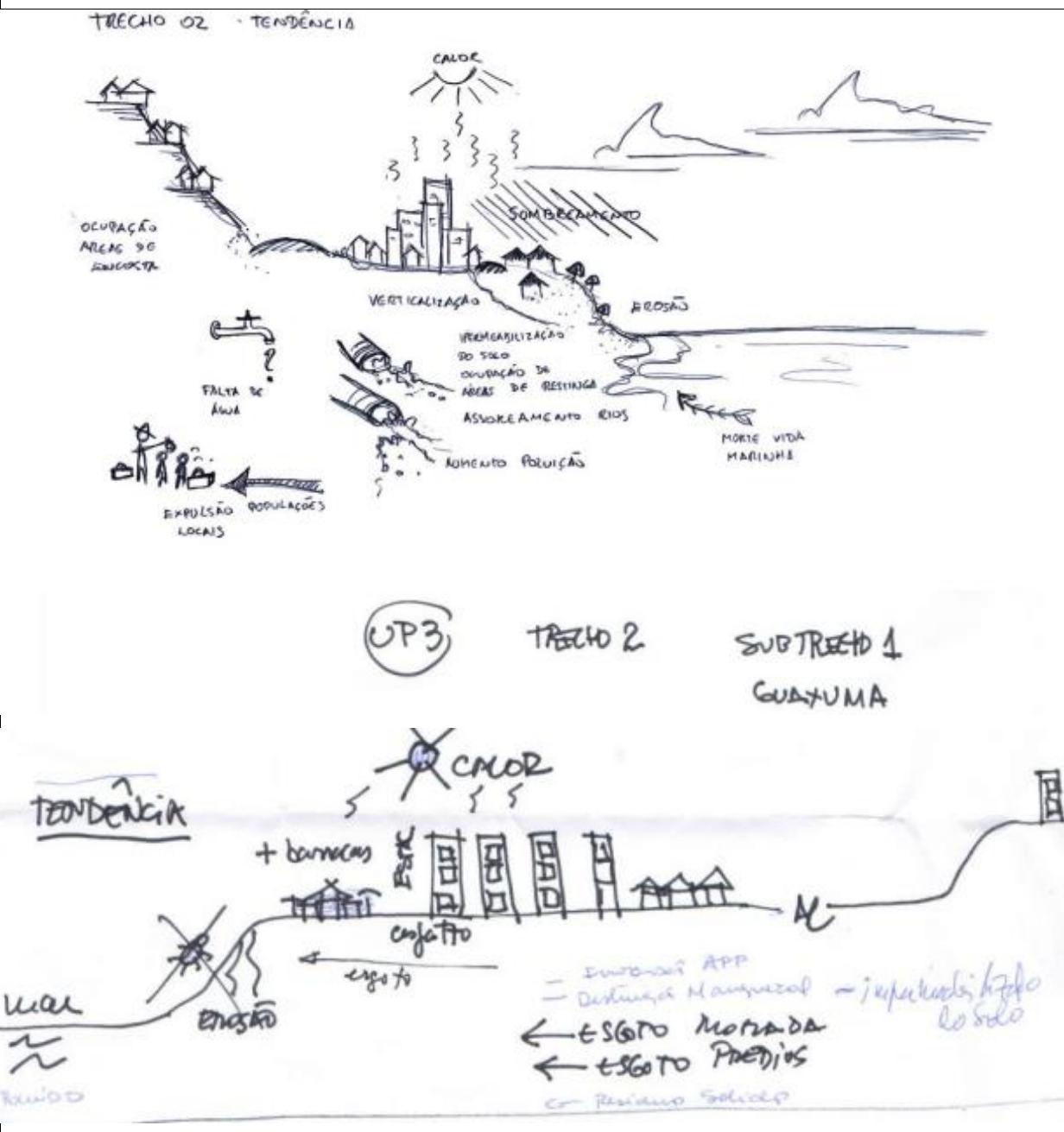
Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

Quadro 17: UP 3 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 2.



Texto do cenário atual
<p>Existência de Barracas na faixa de praia;</p> <p>Ocupação residencial, na maioria gabarito horizontal (loteamentos, população tradicional, residências unifamiliares);</p> <p>Existência de comunidades pesqueiras tradicionais;</p> <p>Existência de vendas de produtos locais na AL 101 Norte;</p> <p>Existência de população/ comunidades com conhecimento tradicional (saber e fazer: pesca, gastronomia, artesanato);</p> <p>Inexistência de calçadão da orla/espaços de uso público/logradouros públicos entre faixa de praia e residências (exceto Guaxuma);</p> <p>Início de ocupação vertical;</p> <p>Áreas de desova e alimentação de tartarugas marinhas;</p> <p>Presença de uma rica biodiversidade e ecossistemas;</p> <p>Presença de hotéis e pousadas;</p> <p>Esgoto proveniente dos condomínios fechados e das grotas;</p> <p>Manguezais poluídos e invadidos;</p> <p>Presença de terrenos vazios/abandonados;</p> <p>Cães soltos nas praias com frequentes ataques aos monitores de praia que monitoram encalhes de animais marinhos;</p> <p>Glebas vazias no Riacho Doce;</p> <p>Presença de clubes à beira-mar;</p> <p>Nascentes dos rios ameaçados;</p> <p>Poucos acessos à praia (exceto Guaxuma);</p> <p>Predominância de poços artesianos nas residências;</p> <p>Contaminação dos rios e mar;</p> <p>Comunidade pesqueira da Guaxuma não reside mais à beira-mar-moram no Poeirão;</p> <p>Vegetação de espécies frutíferas nos sítios ainda não construídos;</p> <p>Entulhos de construção e muros caindo nas praias de Garça Torta e Riacho Doce;</p> <p>Propriedades privadas a beira-mar (Garça Torta e Riacho Doce);</p> <p>Ocupação residencial irregular no Riacho Garça Torta (em área de APP- Manguezal);</p> <p>Inexistência de áreas verdes de uso público para lazer e recreação (dos parcelamentos de solo) Garça Torta e Riacho Doce, e poucas na Guaxuma;</p> <p>Desordenamento quanto ao uso e extensão das barracas de praia da Guaxuma;</p> <p>Existência da APA do Pratagy;</p> <p>Iluminação irregular das casas à beira mar (prejudicando a biodiversidade);</p> <p>Faltam lombadas e placas de sinalização de perímetro urbano.</p>

Desenho do cenário tendencial



Texto de cenário tendencial

Perda e desvalorização do patrimônio cultural, material e imaterial;
 Aumento da especulação imobiliária;
 Aumento da poluição;
 Impacto sobre os manguezais e restingas (desmatamento, aterramento e poluição);
 Desaparecimento dessa área de mangue do Riacho Garça Torta (desmatamento, aterramento e poluição e ocupação residencial irregular);
 Sombreamento da praia pelos condomínios verticais;

Perda da biodiversidade local;
Ampliação e implantação das redes de esgoto;
Invasão residencial irregular em área de preservação permanente;
Aumento dos processos de erosão;
Aumento da quantidade de resíduos sólidos nas praias e manguezais;
Aumento da temperatura e sensação térmica com retirada da vegetação;
Maior assoreamento dos rios;
Falta de água (Piora) ineficiência do sistema de abastecimento de água;
Ocupação predatória de prédios com muitos andares;
Aumento da densidade ocupacional;
Migração das comunidades pesqueiras para áreas mais periféricas (gentrificação);
Impermeabilização do solo devido ao aumento de áreas pavimentadas e pouca área de infiltração;
Colocação de Estações elevatórias de esgoto em APPs e áreas de uso público;
Aumento do trânsito na região;
Balança de peixe cair /degradada (perda do território pesqueiro);
Perda da visualização das paisagens das falésias- barreiras notáveis- (importante para navegação - marinha e pesca);
Aumento do índice negativo de balneabilidade das praias;
Piora na instabilidade (sobrecarga) e no abastecimento da rede de energia elétrica;
Perda da qualidade de vida;
Acabar as vendas de produtos dos quintais produtivos;
Aumento do adensamento populacional;
Perda ou fechamento dos acessos à praia).

Desenho do cenário desejado

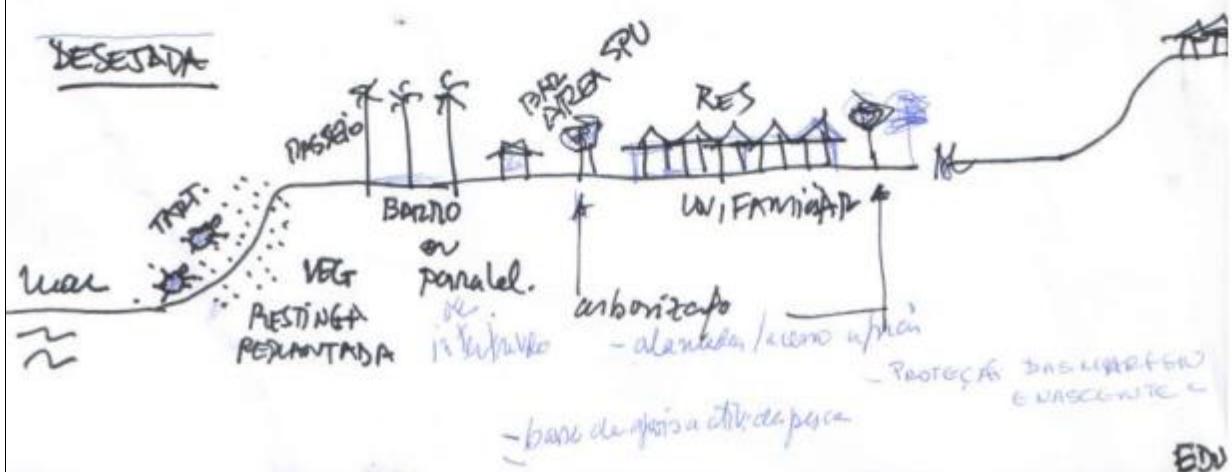
TRECHO 02 - DESEJADO



UP3

TRECHO 2

SUBTRECHO 1
GUAXUMA



Texto do cenário desejado
<p>Existência de bases de apoio à atividade pesqueira – balanças de pesca - (garantia de território pesqueiro);</p> <p>Nascentes, margens e fozes dos rios recuperados;</p> <p>Mobilidade urbana eficiente;</p> <p>Saneamento básico eficiente;</p> <p>Acessos públicos à praia abertos e qualificados, conforme decreto municipal;</p> <p>Áreas ou edifícios de patrimônio histórico preservadas;</p> <p>Barracas de feira ordenadas;</p> <p>Existência de áreas de convivência de uso público;</p> <p>A compensação de impactos ambientais, sociais e econômicos de determinados empreendimentos, sendo direcionados ao ordenamento de áreas públicas;</p> <p>Imposto progressivo no tempo sobre imóveis sendo cobrados;</p> <p>Existência de áreas verdes de uso público para lazer e recreação (dos parcelamentos de solo);</p> <p>Índices positivos da balneabilidade;</p> <p>Patrimônio (paisagem, cultural, territórios pesqueiros e modos de vida) tombados;</p> <p>Modos de viver locais mantidos;</p> <p>Existência de uma unidade de conservação na categoria Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), como berçário para tartarugas marinhas e outras espécies;</p> <p>Paisagem das Falésias ou Barreiras visíveis, não sendo escondidas por edifícios;</p> <p>Fozes dos rios preservados;</p> <p>População de animais de rua controlada;</p> <p>Vias pavimentadas com material permeável;</p> <p>Existência de lombadas e placas de sinalização no perímetro urbano litorâneo;</p> <p>Existência de áreas para acúmulo de resíduos sólidos orgânicos.</p>

Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

Quadro 18: UP 3 - cenário atual, tendencial e desejado do Trecho 3.

Cenários da Unidade de Planejamento 03 – Trecho 3	
Desenho do cenário atual	
<p>TRECHO 103 - ATUAL</p>	
Texto do cenário atual	
<p>Existência de restinga, grandes glebas com coqueirais e manguezais; Processos de erosão; Barracas de praia no Mirante; Área de alimentação e desova de tartaruga marinha ameaçada; Privatização de trechos da faixa de praia; Ocupação irregular dos manguezais; Vendas de produtos na AL 101 Norte; Existência de Comunidades pesqueiras; Biodiversidade ainda presente; Existência de Resorts e Condomínios fechados; Extração ilegal de material (areia e argila) para construção civil; Inexistência de wc público; Saneamento básico inexistente; Poços artesianos; Grandes trechos sem acesso à praia; Inexistência de orla qualificada; Supressão dos rios e manguezais; Inexistência de áreas verdes de uso público para lazer e recreação (dos parcelamentos de solo);</p>	

Esgoto caindo no rio da Lancha (Ipioca) e outros;
 Mangues sendo aterrados;
 Descarte incorreto de resíduos de construção;
 Ausência de Ponto de coleta de metralhas;
 Falta de lombadas e placas de sinalização de perímetro urbano;
 Transporte público insuficiente.

Desenho do cenário tendencial

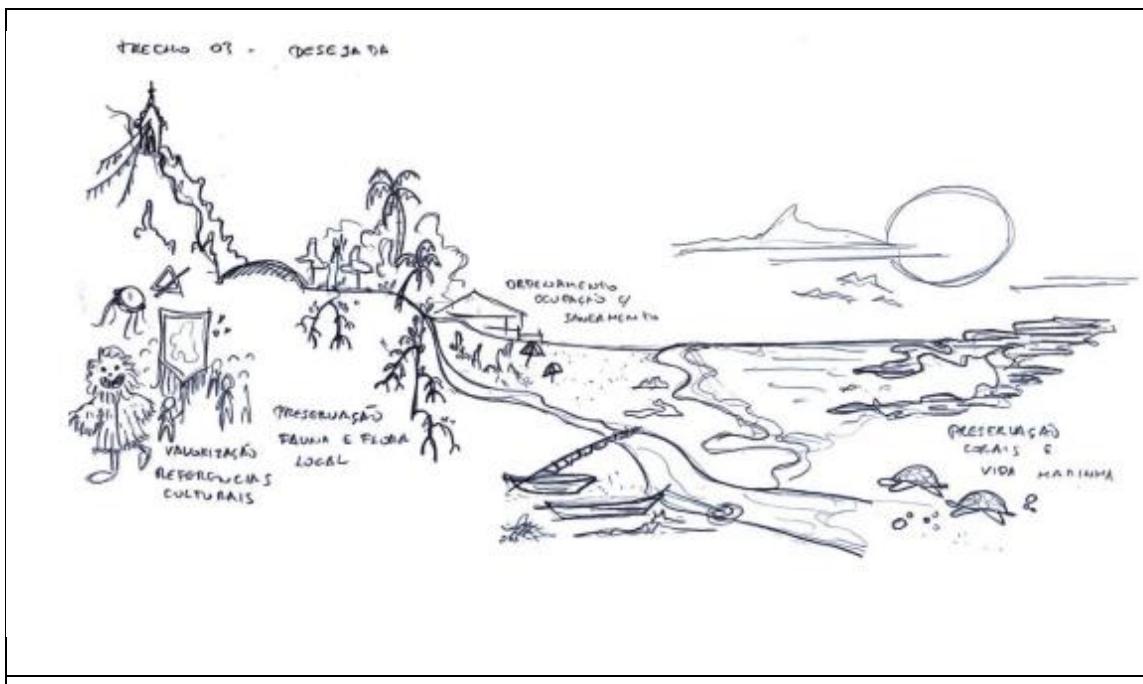
TRECHO 03 - TENDENCIA



Texto de cenário tendencial

Aumento da poluição do mar e rio;
 Crescimento e adensamento populacional;
 Privatização da faixa de areia;
 Fechamento dos acessos à praia;
 Perda da biodiversidade local;
 Afastamento da população local para o interior do bairro;
 Diminuição da pesca artesanal;
 Perda de saberes tradicionais;
 Retirada e/ou substituição das barracas do Mirante;
 Grandes empreendimentos e verticalização à beira-mar;
 Colocação de Estações elevatórias de esgoto em APPs;
 Piora da mobilidade urbana.

Desenho do cenário desejado



Texto do cenário desejado

Áreas destinadas ao setor pesqueiro estabelecidas e preservadas;
 Pontos de vendas na AL 101 Norte ordenados;
 Paisagens naturais mais preservadas;
 Ordenamento das áreas ocupadas;
 Áreas ocupadas ordenadas;
 Barracas de praia ordenadas num processo participativo que inclui a população local nas tomadas de decisão;
 Área de Proteção Ambiental do Pratagy com Plano de Manejo criado e implementado;
 Existência da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das tartarugas marinha após o Mirante;
 Saneamento básico implementado;
 Praias não sombreadas por construções;
 Coqueirais preservados;
 Áreas de restingas e manguezais recuperados ao seu tamanho original;
 Sem construções verticalizadas;
 Existência de lombadas e placas de sinalização no perímetro urbano;
 Rodovia AL 101 Norte duplicada;
 Mobilidade urbana eficiente;
 Serviço de transporte público satisfatório;
 Existência de áreas para acondicionamento seletivo e coleta de material orgânico e resíduos sólidos;
 Saneamento básico adequado, com projeto discutido com as comunidades (Ex: Pontos de saneamento ecológico dimensionado pelas bacias - áreas para jardins filtrantes etc.);
 Acessos à praia garantidos;
 Orla planejada no contexto do design sustentável - "uma área de esperança".

Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo, 2023.

12. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

A partir das Potencialidades e dos Problemas de cada trecho das Unidades de Planejamento identificados durante a 1^a Etapa da Oficina de Planejamento, as Ações e Diretrizes foram definidas durante a 2^a Etapa da Oficina, visando equacionar e compatibilizar as Potencialidades, e solucionar ou amenizar os Problemas, sendo definido o Prazo de Execução e as Instituições Responsáveis e Parceiras para conduzir as proposições - constituindo o Plano de Ação.

Todas as informações da Unidade de Planejamento também estão integralmente apresentadas nos **APÊNDICES 1, 2 e 3** deste documento. No **QUADRO DETALHADO**, as Ações e Diretrizes estão separadas por Unidade de Planejamento e subdivididas por Trecho (embora muitos problemas e potencialidades sejam iguais para mais de um dos Trechos), seguindo o padrão previsto no Manual atualizado (Brasil, 2022) quanto ao Prazo de Execução; além de incorporar a Área de Planejamento (APD e API); a relação entre as Ações e as Diretrizes propostas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e a Duração e Regularidade. A Orla de Maceió apresenta três Unidades de Planejamento subdivididas em 8 trechos diferentes, na 2^a Etapa da Oficina foram definidos:

Tabela 7: Quantitativo de ações e medidas estratégicas por trecho.

UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO	AÇÕES OU DIRETRIZES	
		PROBLEMAS	POTENCIALIDADES
UP1	T1	7	2
	T2	20	7
	T3	17	10
UP2	T1	39	22
	T2	29	10
UP3	T1	23	7
	T2	54	22
	T3	71	36
GERAL		260	116

Fonte: Quadro Detalhado (2024)

12.1. Unidade de Planejamento 1

Quadro 19: Quadro detalhado - Ações e diretrizes UP1

Trecho	n	Potencialidades (PP) e Problemas (P)	n	Ação ou Diretriz	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros
1 Ponta do Pontal da Barra até o início da Ponte de Divaldo Suruagy (Ponta do Barra).	P1.1.1	Existência de grande imóvel desocupado da Marinha (antigo Detran).	P1.1.1A	Solicitar a cessão do terreno com a destinação da Criação de um Parque Municipal, garantindo a conservação do ambiente.	Recuperação da restinga e manguezal para evitar a erosão costeira; Garantir o cumprimento do código florestal e do plano de manejo da APA de Santa Rita.	Imediato	Gabinete do Prefeito	SPU; Marinha do Brasil; IMA; ONGs e UFAL
			P1.1.1B	Utilizar o prédio do antigo Detran para um Museu Lagunar e Instituto de Pesquisa Científica	Preservação ambiental; Aumento de estudos relacionados ao CELMM (mapeamento da biodiversidade); Utilização da área por instituições de ensino-pesquisa; Bioinovação e desenvolvimento socioeconômico.	Longo	Órgão competente da Prefeitura (IPLAN)	Instituições de ensino; Marinha do Brasil; SPU; Ibama; IMA
	P1.1.2	Erosão marítima.	P1.1.2A	Realizar ações de educação ambiental	Potencializar a preservação e conservação pelos moradores e visitantes	Curto	Órgão competente da Prefeitura (ALURB)	SEMURB; SEMED; Negócios de Impacto socioambiental; Empreendedores locais; ONGs
			P1.1.2B	Replantio/ repovoamento de espécies nativas	Recuperar a restinga e o manguezal	Curto	Órgão competente da Prefeitura (SEMURB)	ALURB; SEMED; Negócios de Impacto socioambiental; Empreendedores locais; ONGs; IMA
	P1.1.3	Acúmulo de resíduos sólidos na faixa de areia, restinga e mangue.	P1.1.3A	Intensificar a fiscalização do serviço terceirizado de limpeza urbana	Garantir um serviço com equipamentos e procedimentos adequados à efetividade da limpeza e de baixo impacto ambiental	Imediato	Órgão competente da Prefeitura (ALURB)	Associações de Moradores
			P1.1.3B	Modificar a atuação de limpeza urbana	Excluir o uso de máquinas e equipamentos que causam danos à restinga; Conduzir o	Imediato	Órgão competente	Associações de Moradores

					lixo recolhido para o destino adequado, não enterrando na praia		da Prefeitura (ALURB)	
			P1.1.3C	Analisar, revisar e implantar o plano de saneamento ecológico em toda a unidade de planejamento	Adaptar o plano às especificidades ambientais de cada trecho da orla	Imediato	SEMINFRA; Órgão competente da Prefeitura (SEMURB)	IPLAN; ALURB; Sociedade civil organizada; Atores sociais; Entidades de ensino e pesquisa.
PP1.1.1	Pesca artesanal	PP1.1.1A	Viabilizar a elaboração de APL da pesca para o município	Fortalecimento econômico e geração de renda; Permanência da atividade tradicional.	Longo	Órgão competente da Prefeitura (SEMAPA)	SEBRAE; Federações dos Pescadores; Instituições de Ensino	
			PP1.1.1B	Criar um espaço de apoio para os pescadores	Contribuir com a segurança e bem estar dos pescadores	Médio	Órgão competente da Prefeitura (SEMAPA)	SEMINFRA; IPLAN
2 Do viaduto da Ponte Divaldo Suuagy (Ponta da Barra) a Rua Dias Cabral (Centro).	P1.2.1	Ameaça de acidentes de grandes proporções físico-químicas.	P1.2.1A	Realizar estudo de viabilidade acerca da retirada da Indústria Química Braskem (com TR para subsídio)	Analisar os impactos; entender a melhor destinação para o uso do solo da área; Suspender a renovação da licença ambiental de funcionamento e operação da Indústria Química Braskem considerando fatores socioambientais (instabilidade climática, aquecimento global) e contaminação numa área de APP (Código florestal) em área de instabilidade geológica e fragilidade ambiental (fauna e flora) com agravante de ser um estuário conectado com correntes lagunares e marítimas com influência imensurável; Condicionar a renovação da licença ambiental ao estudo de viabilidade.	Immediato	SEMURB; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Câmara dos Vereadores;	Defesa Civil; Sociedade Civil Organizada; IMA; Instituições de Ensino e Pesquisa; SPU;
			P1.2.1B	Questionar a descontinuidade da câmara especializada do afundamento o manguezal, existente junto ao CEPRAM	Solicitar os estudos realizados pela comissão; Pleitear a continuidade do funcionamento;	Immediato	CEPRA M/IMA	FEPEAL; FETAP; SEMURB

			P1.2.1C	<p>Suspender a renovação da licença ambiental de funcionamento e operação da Indústria Química Braskem considerando fatores ambientais (instabilidade climática, aquecimento global) e contaminação numa área de APP (Código florestal) em área de instabilidade geológica e fragilidade ambiental (fauna e flora) com agravante de ser um estuário conectado com correntes lagunares e marítimas com influência imensurável.</p>	<p>Garantir a segurança social (subsistência de pescadores e marisqueiros) e a manutenção da biodiversidade de Maceió e zona de influência costeira, correntes marítimas e lagunares</p>	Médio	<p>IMA; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Câmara dos Vereadores;</p>	<p>Defesa Civil; SEMURB; Sociedade Civil Organizada; Instituições de Ensino e Pesquisa; SPU;</p>
P1.2.2	<p>Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza urbana, iluminação pública, mobilidade).</p>	P1.2.2A	<p>Cobrar a execução do plano de saneamento (BRK) do Pontal com base na legislação municipal.</p>	<p>Garantir a saúde da população; Cessar a poluição da laguna Mundaú;</p>	Médio	<p>Órgão competente da Prefeitura (SEMINFRA)</p>	<p>Ministério das Cidades; IMA; SEMARH; BRK; SEMURB</p>	
		P1.2.2B	<p>Recuperar o passeio, e implantar rampas e escadaria de acessibilidade à praia em toda a extensão da orla</p>	<p>Garantir o acesso seguro à praia</p>	Curto	<p>Órgão competente da Prefeitura (SEMINFRA)</p>	<p>Sem parceiros</p>	
		P1.2.2C	<p>Ampliar nos trechos danificados e realizar a manutenção da ciclovia nos trechos existentes</p>	<p>Garantir acessibilidade e segurança dos ciclistas</p>	Curto	<p>Órgão competente da Prefeitura (DMTT)</p>	<p>Sem parceiros</p>	
		P1.2.2D	<p>Implantar abrigos de ônibus</p>	<p>Proteger o usuário do transporte público; Garantir a segurança</p>	Curto	<p>Órgão competente da Prefeitura (DMTT)</p>	<p>Sem parceiros</p>	
		P1.2.2E	<p>Arborizar o passeio com espécies de bioma e replantar a restinga na faixa de areia.</p>	<p>Garantir harmonia à orla; sombreamento e conter a erosão</p>	Curto	<p>Órgão competente da Prefeitura (ALURB)</p>	<p>SEMURB; SEMED; Negócios de Impacto socioambiental; Empreendedores locais; ONGs</p>	
		P1.2.2F	<p>Viabilizar a apresentação, discussão e aprovação da implantação do projeto do Parque das Dunas, com ampla participação da população do Pontal da Barra</p>	<p>Garantir a participação popular na definição do projeto; Definir se o projeto contempla as necessidades da população; Prover o bairro de um espaço público de qualidade</p>	Imediato	<p>IPLAN</p>	<p>SEMINFRA; Associações da localidade</p>	

			P1.2.2G	Inserir uma academia funcional da saúde no complexo da quadra do Pontal	Promover ações de saúde pública	Curto	Órgão competente da Prefeitura (SEMSP)	Associações de moradores
			P1.2.2H	Implantar projeto de requalificação da orla com a participação popular	Atender à comunidade que frequenta a praia, com infraestrutura para diversificar os usos e atividades.	Médio	Órgão competente da Prefeitura (SEMINFRA)	IPLAN; SEMURB; SEMSC; Associações de Moradores; Ministério público federal
			P1.2.2I	Implantar mobiliário para limpeza urbana (lixas)	Evitar a poluição e descarte irregular de resíduos na praia	Curto	Órgão competente da Prefeitura (ALURB)	Sem parceiros
			P1.2.2J	Implantar iluminação pública no passeio e na faixa de areia, considerando a prática de esportes e adequada à desova de tartarugas	Garantir a segurança à população, e a proteção dos animais marinhos na faixa de areia	Médio	Órgão competente da Prefeitura (ILUMINA)	Inst. Biota de Conservação
P1.2.3	Insegurança no mar e na faixa de areia.		P1.2.3A	Instalar novos pontos de guarda-vidas em todo trecho (Pontal e Prado) que atendam à demanda	Garantir a segurança dos banhistas	Médio	Corpo de bombeiros	SEMINFRA; Gabinete do prefeito; SPU
			P1.2.3B	Impedir a circulação de veículos automotores na faixa de areia	Garantir a segurança dos banhistas e pedestres; Garantir a preservação da fauna e flora local	Imediato	Órgão responsável da Prefeitura (DMTT)	Atores locais
			P1.2.3C	Realizar campanha de educação ambiental	Garantir a preservação da fauna e flora local	Imediato	Órgão responsável da Prefeitura (ALURB)	SEMED; Negócios de Impacto; IMA
			P1.2.3D	Inserir sinalização relativa ao trânsito, pontos históricos, turísticos, culturais e de proteção ambiental	Garantir a segurança dos banhistas e pedestres; Garantir a preservação da fauna e flora local; proibição de circulação de veículos automotores. Melhorar o acesso da comunidade à informação	Imediato	Órgão responsável da Prefeitura (DMTT)	-

			P1.2.3E	Realizar ações de controle de zoonoses	Garantir a saúde da população e evitar a propagação de zoonoses	Imediato	Órgão responsável da Prefeitura (SEBEMA)	-
P1.2.4	Ordenamento e fiscalização de ambulantes ineficiente.	P1.2.4A	Realizar ações de educação ambiental, boas práticas de manipulação dos alimentos e qualificação para o desenvolvimento das atividades para os ambulantes	Garantir o ordenamento dos ambulantes	Imediato	Órgão responsável da Prefeitura (SEMSC)	ALURB; SMS (VISA); SEBRAE	
P1.2.5	Areia na pista em épocas de ventos fortes.	P1.2.5A	Recompor a vegetação nativa	Conter os processos erosivos e garantir a segurança no trânsito.	Curto	Órgão responsável da Prefeitura (SEMURB)	Icmbio; Negócios de Impacto Socioambiental; Atores sociais;	
PP1.2.1	Patrimônio histórico e cultural.	PP1.2.1A	Promover eventos culturais com ampla divulgação	Reconhecimento da identidade local; Divulgar o patrimônio material e imaterial.	Curto	Órgão responsável da Prefeitura (SEMCE/FMAMC)	Atores locais; Associação dos artesãos; Associação dos Moradores; ABIH; SEMSC; ILUMINA; DMTT	
		PP1.2.1B	Consolidar o Pontal da Barra como uma rota turística histórica e cultural	Atrair turistas; Fortalecer a geração de renda; Garantir a manutenção dos saberes locais.	Curto	Órgão responsável da Prefeitura (SEMTUR)	SEMCE/FMAC; ABIH; ABRASEL; SEDICS	
		PP1.2.1C	Realizar ações de educação patrimonial para a conscientização dos estudantes das escolas municipais acerca do patrimônio material e imaterial	Reconhecimento da identidade local; Garantir a conservação do patrimônio material; Perpetuar os saberes locais para as gerações atuais e futuras, com a geração de emprego e renda;	Médio	Órgão responsável da Prefeitura (SEMCE/FMAMC)	SEMED; IPLAN; SECULT; Instituições de ensino	
		PP1.2.1D	Construir um calendário de ações voltadas ao ensino dos saberes locais nas escolas municipais e no Centro Pesqueiro (ex.: Filé e Fandango na Escola, e atividade de Calafate)	Reconhecimento da identidade local; Garantir a conservação do patrimônio material e imaterial; Perpetuar os saberes locais para as gerações atuais e futuras, com a geração de emprego e renda;	Imediato	Associação dos Artesãos	SEMED; Negócios de Impacto socioambiental; Atores locais; Associação dos Moradores	
		PP1.2.1E	Realizar parceria com as instituições de ensino e com o sistema S para a capacitação dos artesãos	Perpetuar os saberes locais para as gerações atuais e futuras, com a geração de emprego e renda.	Imediato	Associação dos Artesãos	SEBRAE; Negócios de Impacto socioambiental;	

								Atores locais; Associação dos Moradores
PP1.2.2	Orla propícia para atividades esportivas.	PP1.2.2A	Elaborar um projeto participativo de áreas de esporte e lazer, no sentido do continente, considerando os terrenos públicos existentes e demais áreas possíveis (terrenos subutilizados)	Promover a melhoria da qualidade de vida; Garantir a segurança da população e apropriação do espaço.	Médio	Órgão responsável da Prefeitura (IPLAN)	Associação dos Moradores; SEMINFRA; SEMESP	
3 Da Rua Dias Cabral (Centro) ao Porto de Maceió (Jaráguá) .	P1.3.1	Imóveis subutilizados/ abandonados	PP1.2.2B	Articular a inclusão dos eventos de surf no calendário nacional de eventos no MTur	Ampliar a visibilidade do destino em âmbito nacional	Curto	Órgão responsável da Prefeitura (SEMTUR)	Federação de Surf; SEMESP; Setur; Ministério do Turismo
			P1.3.1A	Viabilizar a aplicação do IPTU Progressivo e demais instrumentos do Estatuto da Cidade	Diminuir a subutilização; Cumprir a função social da propriedade.	Médio	Órgão responsável da Prefeitura (IPLAN)	Gabinete do Prefeito
			P1.3.1B	Criar políticas de incentivo à ocupação, priorizando a habitação de interesse social.	Promover investimentos econômicos; atrair investimentos.	Médio	Órgão responsável da Prefeitura (IPLAN)	Gabinete do Prefeito
	P1.3.2	Demora na execução do Renasce Salgadinho.	P1.3.1C	Verificar a possibilidade da regularização fundiária, em caso de imóveis públicos	Diminuir a subutilização; Cumprir a função social da propriedade.	Médio	Órgão responsável da Prefeitura (IPLAN)	SPU;SEPLAG;SEM GE
			P1.3.2A	Elaborar um plano de ação que contemple linha de recursos (quantidade de operários, equipamentos e materiais)	Concluir a obra dentro do prazo estabelecido. Atender as metas compactuadas.	Imediato	SEMINFRA	Sem parceiros
			P1.3.2B	Repactuar o cronograma da obra, dependente da decisão judicial em processo.	Concluir a obra dentro do prazo estabelecido. Atender as metas compactuadas.	Imediato	SEMINFRA	Sem parceiros
	P1.3.3	Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário,	P1.3.3A	Elaborar estudo técnico para viabilizar a implantação do saneamento básico em toda unidade de planejamento.	Eliminar a poluição e melhorar a infraestrutura.	Médio	SEMINFRA	SEMARTH; BRK

		abastecimento de água, limpeza urbana, iluminação pública, mobilidade).						
P1.3.4	Gestão ineficiente do Centro Pesqueiro.		P1.3.4A	Realizar propagandas sobre o Centro Pesqueiro e implementar sinalização vertical indicando o Centro Pesqueiro	Dar visibilidade ao Centro Pesqueiro	Curto	SEMAPA	DMTT; SECOM
			P1.3.4B	Implantar solução sustentável para descarte adequado de resíduos orgânicos, como por exemplo biodigestores	Redução de resíduos; Geração de energia limpa	Curto	SEMAPA	ALURB
			P1.3.4C	Executar o projeto de ampliação dos boxes	Prover espaço físico para todos os permissionários; Melhorar as condições de trabalho	Curto	SEMAPA	Sem parceiros
			P1.3.4D	Elaborar um plano de manutenção contínua para o Centro Pesqueiro	Garantir o funcionamento adequado do Centro Pesqueiro; Realizar o conserto emergencial da fábrica de gelo	Curto	SEMAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca (MPA)
			P1.3.4E	Adequar o horário de funcionamento do Centro a todas as modalidades da pesca	Possibilitar que o Centro atenda à demanda dos pescadores; Melhorar a organização	Imediato	SEMAPA	MPA
			P1.3.4F	Intensificar fiscalização da atuação da guarda municipal	Evitar que o patrimônio público seja depredado; tornar a guarda municipal operante	Imediato	SEMSC	SEMAPA
			P1.3.4G	Implantar um pier próximo à bomba	Ajudar no abastecimento das embarcações	Médio	SEMAPA	MPA
			P1.3.4H	Executar o projeto de nivelamento do piso do equipamento box no Centro Pesqueiro	Garantir a segurança dos trabalhadores; Favorecer a higienização do local	Curto	SEMAPA	Sem parceiros
P1.3.5	Ocupação da faixa de orla por população em situação de rua.	P1.3.5A	Garantir a implementação das políticas públicas existentes para a população em situação de rua	Promover a inclusão da população em situação de rua	Imediato	SEMDES	SMS	
P1.3.6	Atividade industrial de armazenamen	P1.3.6A	Garantir o cumprimento da legislação referente ao deslocamento de cargas perigosas.	Garantir a segurança da população	Imediato	SEMURB		

		to e transporte de cargas perigosas dentro da área urbana	P1.3.6B	Viabilizar estudos referentes para identificar a vocação da área portuária considerando diferentes possibilidades de uso	Garantir o acesso democrático à praia; Proporcionar maior conectividade do espaço urbano	Médio	IPLAN	SEMURB; Porto de Maceió; SPU
PP1.3.1	Patrimônio histórico e cultural.		PP1.3.1A	Reforçar as políticas de restauração e conservação dos prédios históricos na manutenção do conjunto arquitetônico do Centro e Jaraguá (ex.: Programa Revive - MTur)	Garantir a ocupação dos edifícios históricos subutilizados, através de parcerias para fins turísticos, culturais ou sede de entidades	Curto	IPLAN	SPU; MTur; Ministério da Cultura; IPHAN;
			PP1.3.1B	Viabilizar a aplicação do IPTU Progressivo e demais instrumentos do Estatuto da Cidade	Cumprir a função social da propriedade;	Curto	IPLAN	Ministério da Cidade
			PP1.3.1C	Analisar e revisar a política de incentivo fiscal para resgatar a revitalização do Jaraguá	Dinamizar o uso do espaço e a economia local	Médio	IPLAN; SEMURB	Secretaria de fazenda municipal;
PP1.3.2	Orla propícia para atividades culturais de grande porte.		PP1.3.2A	Criar um calendário de eventos culturais (artesanato, literatura, música, entre outros) de médio e grande porte em formato de circuito, incluindo áreas públicas e prédios históricos, e priorizando artistas locais	Fomentar a vitalidade urbana e a apropriação do conjunto arquitetônico	Curto	Órgão responsável da Prefeitura (SEMCE/FMA C/ SEMTUR)	SEBRAE; Secult; Setur; Ministério da Cultura; MTur; Instituições de Ensino;
PP1.3.3	Pesca artesanal e amadora.		PP1.3.3A	Promover políticas de educação ecológica e campanhas de conscientização para toda a população	Reducir a contaminação dos corpos hídricos e das espécies; garantir a conservação da biodiversidade	Curto	SEMAPA	SEMED; SEAGRI; Federações da Pesca; Ministério da Pesca; IMA
			PP1.3.3B	Garantir a aplicação das leis do seguro defeso no período adequado	Garantir a preservação das espécies; Garantir os direitos do pescador;	Curto	Federações da Pesca/ Ministério da Pesca	Sem parceiros
			PP1.3.3C	Intensificar ações de fiscalização da atividade pesqueira na época do defeso	Garantir a preservação das espécies	Curto	IMA/ Batalhão Ambiental	Ibama
			PP1.3.3D	Realizar ações de educação ambiental, boas práticas de manipulação dos alimentos e qualificação para o desenvolvimento das atividades para os pescadores	Garantir a melhoria da qualidade do pescado; Garantir a saúde do consumidor;	Curto	Federações da Pesca	SEBRAE/ SEMAPA/ SEAGRI/ MPA/ UFAL
PP1.3.4	Beleza cênica e paisagística.		PP1.3.4A	Proibir a instalação de equipamentos, infraestruturas e edifícios na orla, que causem impacto paisagístico	Garantir a preservação da paisagem natural e construída e evitar a poluição visual	Imediato	SEMURB/ SEMSC	IPLAN/ SEMURB

			PP1.3.B	Garantir que o código de obras restrinja o gabarito dos prédios, regulando a densidade	Manter a volumetria do bairro históricos	Imediato	SEMURB	IPLAN
--	--	--	----------------	--	--	----------	--------	-------

Fonte: Oficinas de Planejamento (2023)

12.2. Unidade de Planejamento 2

Quadro 20: Quadro detalhado - Ações e diretrizes UP2

Trecho	n	Potencialidades (PP) e Problemas (P)	n	Ação ou Diretriz	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros
1 Do início do calçadão da orla de Pajuçara até o início do calçadão da orla de Cruz das Almas.	P2.1.1	Especulação imobiliária	P2.1.1A	Atualizar o Plano Diretor Participativo e o código e urbanismo de forma alinhada ao PGI	Ordenamento urbano	Médio	IPLAN	-
			P2.1.2A	Elaborar mapeamento de atividades.	Zoneamento, ordenamento e redistribuição das atividades marítimas e terrestres.	Médio	IPLAN	SEMSC
	P2.1.2	Concentração de atividades gerando tumulto	P2.1.2B	Atualizar cadastro de atividades que acontecem na orla.	- Quantificar as atividades e o número de pessoas que desenvolvem as atividades. - Apoiar fiscalização. -Fazer uma curadoria das atividades.	Médio	SEMSC	SEMAPA
			P2.1.2C	Elaborar Plano de ordenamento de atividades. (Parâmetros de ordenamento)	Organização do espaço público com a priorização da população tradicional/originária; resgatar e garantir a visibilidade da paisagem natural; resgatar os espaços de convivência pública;	Médio	IPLAN	SEMSC; SEMAPA; SECOM; DMTT;
			P2.1.2D	Descentralização das atividades ao longo da orla. (todos os trechos e outras UPs)	Distribuição das atividades.	Médio	IPLAN	SEMSC; SEMAPA; SECOM; DMTT;
			P2.1.2E	Descentralizar mobiliários urbanos públicos com grande concentração de pessoas.	Distribuição das atividades.	Curto	IPLAN	SEMSC; SEMAPA; SECOM; DMTT;

			P2.1.2F	Redução e regularização dos equipamentos e espaços privados tais como barracas e quiosques. (quantidade e tamanho); A prefeitura deve fazer a cessão de uso com licitação informando à SPU conforme TAGP (Termo de Adesão à gestão de praias).	Redistribuição das atividades	Médio	IPLAN	SEMSC; SEMAPA; SECOM; DMTT; ALICC
P2.1.3	Espaço público da Lagoa da Anta privatizado na venda do Hotel Jatiúca	P2.1.3A	Declarar a área de interesse público	Retomar a área como espaço de interesse público.	Imediato	Gabinete do Prefeito		
		P2.1.3B	Elaborar estudo fundiário e territorial em conjunto com a prefeitura Estado e União para definição do uso	Ampliar o uso público	Curto	IPLAN; SEMAE MI	PGM; SEMURB	
		P2.1.3C	Solicitar formalmente a PDISP à SPU.	Delimitar a área para priorização de interesse público; Zoneamento, ordenamento e redistribuição das atividades.	Imediato	Gabinete do prefeito.	PGM; IPLAN; SPU	
P2.1.4	Ordenamento ineficiente do uso e ocupação do calçadão e da faixa de areia	P2.1.4A	Elaborar mapeamento de atividades.	Otimizar ações de fiscalização; Intensificar ações de fiscalização; Monitorar eficiência do sistema implantado	Curto	SEMSC	SEDCITI	
		P2.1.4B	Implantar e operar sistema eficiente de fiscalização	Quantificar as atividades e o número de pessoas que desenvolvem as atividades. - Apoiar fiscalização. -Fazer uma curadoria das atividades.	Médio	SEMSC	SEMAPA	
P2.1.5	Ausência de apoio ao trabalho dos pescadores artesanais, ambulantes e artesãos	P2.1.5A	Atualizar cadastro de atividades que acontecem na orla.	- Quantificar as atividades e o número de pessoas que desenvolvem as atividades. - Apoiar fiscalização. -Fazer uma curadoria das atividades.	Médio	SEMSC	SEMAPA	
		P2.1.5B	Qualificar os pescadores autônomos (Realizar convênio com o sistema S)	Qualificação dos pescadores. Melhoria da prestação de serviço. Promover o fortalecimento da atividade. Geração de emprego e renda. promover benefícios específicos aos pescadores.	Médio	SEMAPA	Sistema S; Vigilância Sanitária;	
		P2.1.5C	Qualificar os ambulantes.	Qualificação dos ambulantes. Melhoria da prestação de serviço. Promover fortalecimento da atividade. Geração de emprego e renda.	Médio	SEMSC	Sistema S; SEMTES; Vigilância sanitária	

			P2.1.5D	Qualificar os artesãos.	Qualificação dos artesãos. Melhoria da prestação de serviço. Promover fortalecimento da atividade. Geração de emprego e renda. Priorizar trabalhadores antigos já registrados pela SEMSC.	Médio	SEMCE	Sistema S; SEMTUR; SEMTES; SEMDES
			P2.1.5E	Construir e implementar políticas públicas voltadas à população em vulnerabilidade social.	Alterar a condição de vulnerabilidade social da população, criar novos meios de trabalho.	Médio	SEMDES	SEMCE; SEMTES
			P2.1.5F	Promover ações de fiscalização para evitar abordagem inadequada a cidadãos e comércio irregular de artesanato de palha de coqueiro.	Garantir a segurança pública para moradores e turistas; Preservar o patrimônio público;	Curto	Guarda Municipal (SEMSC)	Batalhão ambiental; Associação de hotéis; Trade turístico; Secretaria de Assistência social; ABRASEL; IMA; SEMARH; SEMURB; SEMTUR; Conselho tutelar
			P2.1.5G	Realizar ações de conscientização ao turista para não consumir (artesanato produzido com palha do coqueiro oriunda de manejo inadequado)	Preservação ambiental; evitar abordagem inadequada ao turista; valorização do artesanato local.	Imediato	ALURB	Batalhão ambiental; Associação de hotéis; Trade turístico; Secretaria de Assistência social; ABRASEL; IMA; SEMARH; SEMURB; SEMTUR; Conselho tutelar
P2.1.6	Segurança Pública ineficiente	P2.1.6A	Intensificar e redistribuir o policiamento também na baixa temporada, em toda a extensão da orla	Garantir a segurança pública para moradores e turistas; Preservar o patrimônio público	Curto	SSP AL	SEMSC; SEMDES	
		P2.1.6B	Intensificar e redistribuir o policiamento de combate ao tráfico de drogas, em toda a extensão da orla através de um sistema de inteligência.	Inibir o tráfico de drogas; Implantar o monitoramento do tráfico de drogas na orla	Curto	SSP AL	SEMSC	

			P2.1.6C	Levar o serviço da Guarda Municipal para o quiosque utilizado também pela SEMSC	Adequar e ocupar o quiosque; Melhorar a segurança pública	Médio	SEMSC	Sem parceiros
			P2.1.6D	Criar sistema de monitoramento eletrônico de segurança.	Melhorar a segurança pública	Médio	SEMSC	SSP/AL
			P2.1.6E	Expandir a rede iluminação pública.	Adequar a iluminação pública nos espaços da orla.	Médio	ILUMINA	Sem parceiros
			P2.1.6F	Intensificar ações junto ao Conselho Tutelar	Incentivar o direcionamento de recursos a projetos sociais; Mobilizar educadores sociais para atuar na orla com os usuários de drogas;	Médio	SEMDES	Ministério público; SMS (Consultório na rua)
	P2.1.7	Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza urbana).	P2.1.7A	Elaborar estudos técnicos que viabilizem a melhoria dos sistemas.	Melhorar a infraestrutura e os serviços urbanos considerando cada uma das causas do problema	Médio	SEMINFRA	SEMARH, BRK
			P2.1.7B	Ampliar ações itinerantes voltadas para educação ambiental à população e na rede municipal de ensino.	Conscientizar a população da importância da preservação do meio ambiente.	Imediato	ALURB	ONGs; SEMED; SEMESP; SEMTUR; Vigilância Sanitária.
			P2.1.7C	Implantar sede fixa com o intuito de conscientização ambiental e cultural na UP1 ou UP3	Conscientizar a população da importância da preservação do meio ambiente.	Médio	IPLAN	FEMAC, SEMURB, ALURB.
			P2.1.7D	Revisar o plano de saneamento	Melhoria da qualidade do sistema ambiental.	Médio	SEMURB	SEMINFRA; IPLAN
			P2.1.7E	Ampliar a fiscalização e autuar os infratores	Reducir a poluição ambiental	Imediato	SEMURB e ALURB	
P2.1.8	Projeto Praia Acessível funcionando inadequadamente	P2.1.8A	Implementar e manter o projeto Praia Acessível	Garantir acessibilidade à praia	Curto	SEMESSP	SEMINFRA; SEMTUR	
P2.1.9	Pessoas em situação de rua	P2.1.9A	Elaborar plano municipal integrado de ação e monitoramento às pessoas em situação de rua.	Garantir a inclusão social das pessoas vulnerabilizadas considerando a realidade local e a implementação do Plano Nacional.	Médio	SEMDES	SEMSC; ALURB	
P2.1.10	Sistema de Mobilidade ineficiente	P2.1.10A	Criar conselho municipal de mobilidade urbana	Garantir a ampla participação na tomada de decisões; propor diretrizes, fiscalizar, controlar e deliberar sobre as questões de mobilidade.	Curto	DMTT	AAC; DETRAN; Conselho Estadual de Trânsito; SEMTUR	

			P2.1.10B	Realizar campanhas educativas de conscientização da população sobre o trânsito	Conscientizar a população da importância da segurança viária	Imediato	DMTT	AAC; DETRAN; Conselho Estadual de Trânsito; SEMTUR
			P2.1.10C	Definir espaços para estacionamentos de veículos motorizados e demarcação de áreas para embarque e desembarque	Reordenamento dos espaços de estacionamentos	Médio	DMTT	SEMINFRA
			P2.1.10D	Elaborar um plano de mobilidade integrada	Garantir a questão dos modais ativos como prioridade	Médio	DMTT	AAC; DETRAN; Conselho Estadual de Trânsito; SEMTUR; IPLAN
			P2.1.11A	Regulamentação via decreto do poder executivo da política de combate a erosão com base no guia de diretrizes de prevenção e proteção da erosão costeira.	Garantir a segurança jurídica e normatizar as ações do município no combate à erosão.	Curto	SEMURB; Gabinete	IMA
			P2.1.11B	Elaboração de estudos de viabilidade técnica para intervenções na orla e combate a erosão. RAA (Relatório de análise ambiental)	Evitar a aceleração da erosão costeira.	Médio	SEMURB	IMA
	P2.1.11	Erosão costeira	P2.1.12A	Elaboração de plano de fiscalização ambiental, patrimonial e urbanística, com cronograma de capacitação continuada.	Garantir a eficiência da fiscalização ambiental e urbanística	Imediato	SEMURB	SEMSC
			P2.1.13A	Atualizar a legislação vigente e pertinente ao tema	Garantir adequação da lei a realidade	Curto	SEMSC	PGM; IPLAN; VISA;
			P2.1.13B	Criar iniciativas para dar publicidade a lei	Tornar a normativa acessível	Curto	SECOM	SEMSC
			P2.1.13C	Criar um sistema de gestão dos Food Trucks	Padronização do equipamento, redistribuição e reordenamento do território	Médio	SEMSC	SEDCITI
	P2.1.13	Implantação de Food trucks	P2.1.13D	Proibir a instalação de equipamentos e empreendimentos de grande porte que venham a descumprir os princípios da prevenção e precaução, garantindo a visualização do patrimônio natural praieiro, considerando a sentença da orla.	Garantir a preservação da paisagem natural e evitar a poluição visual	Imediato	SEMURB	SEMSC;
			P2.1.13E	Intensificar a fiscalização das visitações às piscinas naturais	Preservar a formação de corais e a vida marinha	Imediato	Setur	Ima; Capitania dos Portos

	PP2.1.1	Beleza cênica	PP2.1.1A	Elaborar o Plano de Paisagem Municipal.	Preservar a paisagem local	Médio	IPLAN	ALURB; SEMTUR; SEMCE; FMAC; PGM
	PP2.1.2	Infraestrutura adequada para diversos usos	PP2.1.2A	Elaborar programa de necessidades preservando as atividades existentes e estimulando novas atividades	Garantir a diversidade de atividades nas intervenções urbanísticas na orla conforme normativas de desenvolvimento territorial	Curto	IPLAN	SEMSC; SEMURB; SEMCE
	PP2.1.3	Potencial turístico	PP2.1.3A	Melhorar a sinalização dos pontos turísticos e de tráfego	Direcionar e orientar a população aos pontos turísticos.	Curto	SECOM; DMTT	SEMTUR; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL.
			PP2.1.3B	Implementar pontos de atendimento ao turista com profissionais capacitados	Facilitar o acesso à informação	Médio	SEMTUR	SEBRAE; SECOM
			PP2.1.3C	Elaborar Plano municipal de desenvolvimento turístico sustentável	Promover o ordenamento das atividades do turismo	Médio	SEMTUR	IPLAN; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL
	PP2.1.4	Potencial pesqueiro	PP2.1.4A	Requalificar os espaços adequados para guarda dos materiais de pesca	Ordenar e padronizar o armazenamento dos materiais	Médio	SEMAPA	SEMSC
			PP2.1.4B	Realizar reforma nas balanças	Melhorar e modernizar a infraestrutura das balanças	Médio	SEMAPA	Colônia de pescadores Z1, confirmar*
	PP2.1.5	Valorização da cultura	PP2.1.5A	Ampliar e divulgar o calendário cultural	Divulgar e fomentar o calendário das atividades	Imediato	FMAC; SEMCE; SECOM	SEMTUR; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL.
			PP2.1.5B	Definição de espaços culturais	Fortalecer os grupos culturais locais	Curto	FMAC; SEMCE	SEMSC; SEMTUR
			PP2.1.5C	Elaboração de editais que fomentem a cultura local	Incentivo dos grupos culturais locais	Curto	FMAC	SEMCE; SEMTUR
			PP2.1.5D	Promover festivais gastronômicos regionais	Incentivar a gastronomia local	Curto	FMAC; SEMTUR	SEMTUR; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL.

			PP2.1.5E	Inventário e mapeamento dos grupos culturais, artesanato local e artistas de rua locais.	Reconhecimento dos grupos; Valorização das tradições da cultura popular.	Curto	SEMCE	FMAC; SEBRAE
PP2.1.6	Prática de esportes e realização de eventos esportivos, culturais, educativos e de lazer	PP2.1.6A	Destinar espaços públicos adequados para armazenamento de materiais esportivos, de forma que não seja obstruída a vista da praia	Ordenar o uso dos espaços esportivos, de lazer e turismo	Médio	IPLAN; SEMESP	SEMINFRA; SEMSC	
			PP2.1.6B	Criar e estimular escolinhas de aprendizado de esportes	Promover e desenvolver a iniciação da prática desportiva e educação ambiental	Médio	SEMESP; SEMED; SEJL	Federações esportivas
PP2.1.7	Lagoa da Anta	PP2.1.7A	Declarar a área de interesse público	Retomar a área como espaço de interesse público.	Imediato	Gabinete do prefeito.		
		PP2.1.7B	Elaborar estudo fundiário e territorial em conjunto com a prefeitura Estado e União para definição do uso	Ampliar o uso público	Curto	IPLAN; SEMAEMI	PGM; SEMURB	
		PP2.1.7C	Solicitar formalmente a PDISP à SPU.	Delimitar a área para priorização de interesse público.	Imediato	Gabinete do prefeito.	PGM; IPLAN; SPU	
2 Do início do calçadão da orla de Cruz das Almas	Construções atuais e previstas com muitos pavimentos	P2.2.1A	Elaboração de estudos visando a questão do conforto ambiental	Mensurar o sombreamento de praia, ventilação natural, preservação da restinga, descaracterização da paisagem natural, para subsidiar o Plano Diretor Participativo.	Médio	SEMURB	IPLAN, IMA.	
		P2.2.1B	Estudo de evolução morfológica da praia (UP1, UP2 e UP3)	Subsidiar o Plano Diretor Participativo, projetos de intervenções urbanísticas e licenciamento urbanístico.	Curto	SEMURB	IPLAN; IMA; Instituições de ensino e pesquisa.	
Almas até o final do calçadão da orla de Jacarecica (Cruz das Almas e	Ordenamento ineficiente do uso e ocupação do calçadão e da faixa de areia	P2.2.2A	Elaborar mapeamento de atividades	Otimizar ações de fiscalização; intensificar ações de fiscalização; monitorar eficiência do sistema implantado.	Curto	SEMSC	SEDICITI	
		P2.2.2B	Implantar e operar sistema eficiente de fiscalização	Quantificar atividades e o número de pessoas que desenvolvem as atividades. Apoiar fiscalização. Fazer uma curadoria de atividades.	Médio	SEMSC	SEMAPA	
	P2.2.3	Segurança Pública ineficiente	P2.2.3A	Intensificar e redistribuir o policiamento também na baixa temporada, em toda a extensão da orla	Garantir a segurança pública para moradores e turistas; Preservar o patrimônio público	Curto	SSP AL	SEMSC; SEMDES

Jacarecica).			P2.2.3B	Intensificar e redistribuir o policiamento de combate ao tráfico de drogas, em toda a extensão da orla através de um sistema de inteligência.	Inibir o tráfico de drogas; Implantar o monitoramento do tráfico de drogas na orla	Curto	SSP AL	SEMSC
			P2.2.3C	Levar o serviço da Guarda Municipal para o quiosque utilizado também pela SEMSC	Adequar e ocupar o quiosque; Melhorar a segurança pública	Médio	SEMSC	Sem parceiros
			P2.2.3D	Criar sistema de monitoramento eletrônico de segurança.	Melhorar a segurança pública	Médio	SEMSC	SSP/AL
			P2.2.3E	Expandir a rede iluminação pública.	Adequar a iluminação pública nos espaços da orla.	Médio	ILUMINA	Sem parceiros
			P2.2.3F	Intensificar ações junto ao Conselho Tutelar	Incentivar o direcionamento de recursos a projetos sociais; Mobilizar educadores sociais para atuar na orla com os usuários de drogas;	Médio	SEMDES	Ministério público
	P2.2.4	Sistema de infraestrutura urbana ineficiente (drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, limpeza urbana).	P2.2.4A	Elaborar estudos técnicos que viabilizem a melhoria dos sistemas.	Melhorar a infraestrutura urbana.	Médio	SEMINFRA	SEMARH, BRK
			P2.2.4B	Ampliar ações itinerantes voltadas para educação ambiental à população e na rede municipal de ensino.	Conscientizar a população da importância da preservação do meio ambiente.	Imediato	ALURB	ONGs; SEMED; SEMESP; SEMTUR; Vigilância Sanitária.
			P2.2.4C	Implantar sede fixa com o intuito de conscientização ambiental e cultural na UP1 ou UP3	Conscientizar a população da importância da preservação do meio ambiente.	Médio	IPLAN	FEMAC, SEMURB, ALURB.
			P2.2.4D	Revisar o plano de saneamento	Melhoria da qualidade do sistema ambiental.	Médio	SEMURB	SEMINFRA; IPLAN
			P2.2.4E	Ampliar a fiscalização e autuar os infratores	Reducir a poluição ambiental	Imediato	SEMURB e ALURB	
	P2.2.5	Pessoas em situação de rua	P2.2.5A	Elaborar plano municipal integrado de ação e monitoramento às pessoas em situação de rua.	Garantir a inclusão social das pessoas vulnerabilizadas considerando a realidade local e a implementação do Plano Nacional.	Médio	SEMDES	SEMSC; ALURB
	P2.2.6	Sistema viário com capacidade de suporte insuficiente	P2.2.6A	Criar conselho municipal de mobilidade urbana	Garantir a ampla participação na tomada de decisões; propor diretrizes, fiscalizar, controlar e deliberar sobre as questões de mobilidade.	Curto	DMTT	AAC; DETRAN; Conselho Estadual de Trânsito; SEMTUR

			P2.2.6B	Realizar campanhas educativas de conscientização da população sobre o trânsito	Conscientizar a população da importância da segurança viária	Imediato	DMTT	AAC; DETRAN; Conselho Estadual de Trânsito; SEMTUR
			P2.2.6C	Definir espaços para estacionamentos de veículos motorizados e demarcação de áreas para embarque e desembarque	Reordenamento dos espaços de estacionamentos	Médio	DMTT	SEMINFRA
			P2.2.6D	Elaborar um plano de mobilidade integrada	Garantir a questão dos modais ativos como prioridade	Médio	DMTT	AAC; DETRAN; Conselho Estadual de Trânsito; SEMTUR; IPLAN
			P2.2.7A	Regulamentação via decreto do poder executivo da política de combate a erosão com base no guia de diretrizes de prevenção e proteção da erosão costeira.	Garantir a segurança jurídica e normatizar as ações do município no combate à erosão.	Curto	SEMURB; Gabinete	IMA
	P2.2.7 Erosão costeira		P2.2.7B	Elaboração de estudos de viabilidade técnica para intervenções na orla e combate a erosão. RAA (Relatório de análise ambiental)	Evitar a aceleração da erosão costeira.	Médio	SEMURB	IMA
			P2.2.8A	Elaboração de plano de fiscalização ambiental, patrimonial e urbanística, com cronograma de capacitação continuada.	Garantir a eficiência da fiscalização.	Imediato	SEMURB	SEMSC
	P2.2.9 Divulgação ineficiente do calendário de eventos na orla		P2.2.9A	Criação e gestão de sistema de cadastramento de atividades e eventos.	Promover a gestão patrimonial conforme o TAGP e a eficiência no ordenamento das atividades e eventos.	Médio	SEMG; SEMSC	SECOM; SEDCITI
			P2.2.9B	Criação e divulgação de calendário integrado, e atualização periódica.	Ampliar a visibilidade e a divulgação das atividades e eventos.	Curto	SECOM	SEMCE; FMAC; SEMESP; SEMTUR
	P2.2.10 Calçadas e ciclovias inadequadas		P2.2.10A	Melhorar a sinalização horizontal e vertical e estruturas de proteção (guarda-corpo)	Garantir a segurança do ciclista e pedestre.	Imediato	DMTT	
			P2.2.10B	Adequar as estruturas existentes às normas do Plano Diretor Participativo e normas técnicas.	Garantir a segurança do ciclista e pedestre.	Médio	SEMINFRA	DMTT
PP2.2.1	Prática de esportes e realização de	PP2.2.1A	Destinar espaços públicos adequados para armazenamento de materiais esportivos, de forma que não seja obstruída a vista da praia	Ordenar o uso dos espaços esportivos, de lazer e turismo	Médio	IPLAN; SEMESP	SEMINFRA; SEMSC	

		eventos esportivos, culturais, educativos e de lazer	PP2.2.1B	Criar e estimular escolinhas de aprendizado de esportes	Promover e desenvolver a iniciação da prática desportiva e educação ambiental	Médio	SEMEP; SEMED; SEJL	Federações esportivas
PP2.2.2	Turismo de sol e mar		PP2.2.2A	Melhorar a sinalização dos pontos turísticos e de tráfego	Direcionar e orientar a população nos pontos turísticos.	Curto	SECOM; DMTT	SEMTUR; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL.
			PP2.2.2B	Implementar pontos de atendimento ao turista com profissionais capacitados	Facilitar o acesso à informação	Médio	SEMTUR	SEBRAE; SECOM
			PP2.2.2C	Elaborar Plano municipal de desenvolvimento turístico sustentável	Promover o ordenamento das atividades do turismo	Médio	SEMTUR	IPLAN; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL
PP2.2.3	Valorização da cultura		PP2.2.3A	Elaboração de editais que fomentem a cultura local	Incentivo dos grupos culturais locais	Curto	F MAC	SEMCE; SEMTUR
			PP2.2.3B	Promover festivais gastronômicos regionais	Incentivar a gastronomia local	Curto	F MAC; SEMTUR	SEMTUR; Associação dos guias de turismo; ABIH, ADIT; ABRASEL.
			PP2.2.3C	Inventário e mapeamento dos grupos culturais, artesanato local e artistas de rua locais.	Reconhecimento dos grupos; Valorização das tradições da cultura popular.	Curto	SEMCE	F MAC
PP2.2.4	Área de Preservação para as tartarugas marinhas		PP2.2.4A	Adequação da iluminação pública conforme a demarcação das regiões de desova	Conservação ambiental	Médio	ILUMINA	IMA; SEMURB; BIOTA
			PP2.2.4B	Demarcação das regiões de desova	Conservação ambiental	Imediato	SEMURB	IMA; BIOTA

Fonte: Oficinas de Planejamento (2023)

12.3. Unidade de Planejamento 3

Quadro 21: Quadro detalhado - Ações e diretrizes UP3

Trecho	n	Potencialidades (PP) e Problemas (P)	n	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros	
3	P3.1.1	Tendência de adensamento excessivo	P3.1.1A	Aplicar medidas socioambientais compensatórias em imóveis/empreendimentos, já existentes e novos, nas áreas atingidas pelo empreendimento, com participação social.	Minimizar os impactos socioambientais da implantação dos empreendimentos;	Médio	SEMURB	Empreendimentos; Sociedade civil; IMA; SEMARH	
				Atualizar o Plano diretor Participativo da cidade de Maceió com ênfase na criação de um zoneamento especial com diversificação de usos sustentáveis, entre a Rodovia AL-101-Norte e a Praia	Estimular fachadas ativas; Prever o uso misto (residencial e comercial); controlar e diminuir a altura do gabarito dos prédios, a taxa de ocupação; ampliar a taxa de permeabilidade do solo; Limitar o remembramento na região, e manter as limitações já existentes; Avaliar o remembramento e desmembramento de terrenos na região, a fim de evitar o adensamento excessivo; Prever estudos de impacto de vizinhança; obedecer aos princípios do direito ambiental. Controlar e diminuir adensamento excessivo e diversificar usos do solo. Prever direito ambiental;	Médio	IPLAN	Semurb; PGM; Sociedade Civil; Comitê PGI; MPF; Biota; Instituições de Ensino e Pesquisa, MPE, SPU e CAU e CREA	
				Garantir o cumprimento dos princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) como mecanismo para garantir a segurança hídrica;	Assegurar a qualidade de vida socioambiental e a sustentabilidade.	Imediato	SEMURB	SEMARH; OAB, MPE e MPF	

P3.1.2	Poluição da faixa de areia e dos recursos hídricos	P3.1.1D	<p>facilitar o acesso às informações sobre os processos de licenciamento e fiscalização ambiental;</p>	<p>Exercer a transparência dos dados e das etapas dos processos de licenciamento e autorização ambiental (passo a passo para emissão); garantir a participação social;</p>	<p>Imediato</p>	<p>IMA/SEMURB</p>	<p>Sociedade civil;</p>
		P3.1.1E	<p>Intensificar a fiscalização das obras em construção e suas licenças ambientais</p>	<p>Assegurar que os empreendimentos estão seguindo as condicionantes das suas licenças;</p>	<p>Imediato</p>	<p>IMA/SEMURB</p>	<p>Sem parceria</p>
		P3.1.1F	<p>Realizar estudo fundiário em APPs da região e das áreas de marinha sob controle e fiscalização do SPU.</p>	<p>Subsidiar informações para desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs. Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.</p>	<p>Médio</p>	<p>SEMURB; SEMhab</p>	<p>INCRA; SPU; UFAL; IMA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA</p>
		P3.1.1G	<p>Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs</p>	<p>Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.</p>	<p>Longo</p>	<p>SEMhab/SE MSC</p>	<p>SPU; ALURB; SEMURB; PGM</p>
		P3.1.2A	<p>Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras, PEVs) bem como, uma área específica para depósito de restos e poda e de cobertura vegetal, nas comunidades, para compostagem e posterior reuso na jardinagem</p>	<p>Melhorar a qualidade de vida socioambiental</p>	<p>Imediato</p>	<p>ALURB</p>	<p>SEMURB</p>
		P3.1.2B	<p>Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)</p>	<p>Melhorar a qualidade de vida socioambiental</p>	<p>Médio</p>	<p>ALURB</p>	<p>SEMURB; IPLAN Cooperativas de catadores</p>
		P3.1.2C	<p>Realizar ações de educação ambiental</p>	<p>Conscientizar e sensibilizar a população a se comprometer com o descarte correto de resíduos; conscientizar sobre os riscos de zoonoses e animais soltos nas ruas; conscientizar sobre a conservação da biodiversidade; Fortalecer o canal de denúncia.</p>	<p>Imediato</p>	<p>ALURB</p>	<p>BPA; SEMURB; SEMED; Negócios de Impacto socioambiental; ONGs; Cooperativas de Catadores; SEMARNH; IMA; UVZ (unidade de vigilância de zoonoses)</p>

			P3.1.2D	Implantar e operacionalizar o sistema de saneamento ambiental	<p>Melhorar a qualidade de vida social e ambiental ; Tornar a coleta de lixo regular; Garantir a balneabilidade dos recursos hídricos; Garantir a coleta, destinação e tratamento correto dos resíduos; Garantir a oferta do serviço de abastecimento de água contínua; Garantir a proteção da biodiversidade e dos serviços ecosistêmicos; Garantir que a o plano de saneamento seja feito de forma ecológica e descentralizado, considerando cada bacia; Cumprir os princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) em relação à qualidade de vida socioambiental e segurança hídrica; garantir a participação social</p>	Curto	SEMINFRA/ SEMURB/ ALURB	SEMARTH; IMA
			P3.1.2E	Intensificar as ações de fiscalização ambiental e urbanística	<p>Cessar o despejo inadequado de resíduos e ligações clandestinas na rede de drenagem, rios, mares e a céu aberto; cessar as construções irregulares em APPs; Conferir se as obras em andamento estão seguindo as condicionantes das licenças em relação à gestão dos resíduos;</p>	Imediato	SEMURB	SEMARTH; IMA; ALURB
			P3.1.3A	Cumprir com as determinações do Plano Diretor Participativo e o decreto Municipal 6863 de agosto de 2008 e anexos sobre os acessos à praia, bem como à ação civil pública que cobra a execução dos aludidos acessos	<p>Garantir o número e distâncias de acessos estabelecidos nos respectivos documentos; garantir a prática de atividades pesqueiras, lazer, fruição e contemplação paisagística, na região</p>	Imediato	SEMURB	SPU; SEMINFRA; IPLAN; IMA; Sociedade civil;
			P3.1.3B	Sinalizar os acessos	<p>Assegurar a identificação dos acessos públicos; assegurar a acessibilidade da população; implantar placas de sinalização</p>	Curto	DMTT/ SETRAND	ALURB; SEMURB; IPLAN, Sociedade civil Organizada

		P3.1.3C	Implantar passarelas suspensas para passagem de pedestres nas fozes dos rios dando continuidade ao calçadão a ser implantado na orla, obedecendo ao decreto federal 5300/2004.	Garantir a continuidade da passagem dos pedestres ao longo da orla.	Médio	IPLAN	IMA; SPU, SEMURB, SEMINFRA
		P3.1.3D	Requalificar os acessos existentes	Garantir que a população tenha acesso às praias com segurança, conforto térmico e que seja sustentável - integrado à paisagem natural; garantir acessos PCD; Manutenção dos acessos; cumprir os princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) que asseguram a qualidade de vida;	Médio	SEMINFRA	IPLAN; ILUMINA; ALURB; SEMURB
P3.1.4	Precariedade da infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário, iluminação, transporte público e sistema viário)	P3.1.4B	Melhorar e dar continuidade da rede ciclovária	Garantir a acessibilidade e segurança dos ciclistas	Médio	SETRAND (não está presente, mas é sua atribuição)	DMTT; IPLAN
		P3.1.4C	Instalar e manter abrigos e pontos de transporte público	Garantir a segurança e bem-estar do usuário do transporte público; garantir a manutenção dos abrigos e pontos;	Médio	SETRAND (não está presente, mas é sua atribuição)	DMTT; IPLAN
		P3.1.4D	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Proporcionar segurança, visibilidade e conforto para transeuntes; proteger a biodiversidade local com iluminação adequada;	Médio	ILUMINA;	IPLAN; SEMINFRA; BIOTA; SEMURB
		P3.1.4E	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Garantir a segurança da população;	Imediato	SSP/AL;	SEMSC;
		P3.1.4F	Elaborar o plano de mobilidade urbana	Cumprir o estabelecido na Política Nacional de Mobilidade; atender às demandas da população atual e futura; garantir melhoria de qualidade de vida e segurança na acessibilidade;	Imediato	DMTT	IPLAN

P3.1.5	Diversidade biológica e Grande beleza cênica; Ambiente costeiro-marinho ainda preservado	P3.1.4G	Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região	Atender às demandas da população atual e futura; garantir uma melhoria qualidade de vida; garantir direito de ir e vir da população;	Imediato	DMTT	Sem parceria
		P3.1.4H	Implementar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Proporcionar mais segurança; monitorar ocorrências de crimes; inibir as ocorrências de crime às pessoas, ao patrimônio público e privado, e ao meio ambiente; garantir a manutenção do sistema.	Médio	DMTT; SSP/AL	Sem parceria
		P3.1.5A	Proporcionar infraestrutura para a acessibilidade às praias.	Promover a continuidade das atividades pesqueiras (artesanal e amadora)	Médio	SEMINFRA	Colônias de pesca; Associações de pescadores artesanais ; SEMAPA; SEMTUR;
		P3.1.5B	Promover atividades de educação ambiental	sensibilizar e conscientizar a comunidade e visitantes; e sensibilizar e conscientizar pescadores amadores sobre espécies liberadas para a pesca e práticas utilizadas permitidas;	Imediato	ALURB. IMA	BIOTA; SEMURB; IMA; SEMARH; SEMED ; Sociedade Civil.
		P3.1.5C	Intensificar a fiscalização ambiental	Coibir, notificar e penalizar o descumprimento das licenças ambientais; garantir a preservação da vegetação nativa (APPs).	Imediato	SEMURB; IMA	Sociedade Civil
		P3.1.5D	Monitoramento dos ninhos de tartarugas marinhas	Conservação da biodiversidade marinha; engajar a população na conservação ambiental.	Imediato	BIOTA	Sociedade civil, Universidades, IMA, IBAMA E ICMBIO.

			P3.1.5E	Garantir a preservação da paisagem e vegetação nativa e outras;	Manter a paisagem da cobertura vegetal nativa e aculturada (coqueirais) associadas as barreiras notáveis do Tabuleiro; Recuperação da vegetação nativa (restingas e manguezais); Projetos de empreendimentos que se integrem à paisagem natural, se comprometam com o plantio de mudas de espécies nativas da região, de acordo com a legislação ambiental e a lógica da biodiversidade	Imediato	IMA; SEMURB; ALURB	SEMSC; BIOTA; Universidades, Sociedade Civil, IPMA, Movimento dos povos da Lagoa, BPA.
PP3.1.1	Existência de grandes glebas remanescentes de sítios		PP3.1.1A	Analisar a viabilidade de implantar calçadão, ciclovia e equipamentos de uso comunitário na orla entre os acessos à praia. Mantendo a conservação das áreas de restinga, como forma natural de controle aos impactos da erosão costeira, mantendo os caminhos tradicionais na restinga obedecendo a caminhabilidade e acessibilidade dos pedestres."	Garantir o uso público da orla; caracterizar o fim da ocupação privada e início da área pública;	Médio	IPLAN / SEMINFRA	SPU; Sociedade civil
			PP3.1.1B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	CONTROLAR E Diminuir a altura do gabarito dos prédios, a taxa de ocupação; ampliar a taxa de permeabilidade do solo; avaliar o remembramento e desmembramento de terrenos na região, a fim de evitar o adensamento excessivo. Prever estudos de impacto de vizinhança; obedecer aos princípios do direito ambiental.	Médio	IPLAN	SEMURB; Sociedade civil
2 P3.2.1	Tendência de adensamento excessivo		P3.2.1A	Realizar estudos de gentrificação, de impacto socioambiental e de justiça climática	Obter informações sobre os impactos sentidos e percebidos pelas comunidades que subsidiem ações que amenizem o problema.	Curto	Universidades e Instituições de pesquisa; IPLAN	FAPEAL; CPEQ;
			P3.2.1B	Intensificar ações de fiscalização ambiental	Inibir o descumprimento da legislação ambiental; garantir a preservação da vegetação nativa (APPs); Coibir, notificar e Denunciar o descumprimento da legislação ambiental	Imediato	SEMURB	IMA, DPA, Sociedade Civil.

		P3.2.1C	Divulgar canais de denúncias de atividades irregulares de uso e de ocupação do solo.	Facilitar o acesso aos canais; Auxiliar o poder público a direcionar as ações; envolver a comunidade no monitoramento das ações irregulares;	Curto	SECOM; Comunicação IMA	SEMURB; IMA
		P3.2.1D	Tornar público as irregularidades e os relatórios das ações de fiscalização realizadas	Garantir o acesso à informação de forma transparente	Curto	Comunicação ; IMA, ALURB, SEMURB	IMA, SECOM
		P3.2.1E	Garantir a priorização de uso de pisos permeáveis em calçadas e ruas da região.	Amenizar o desconforto térmico; evitar o alagamento das vias.	Médio	IPLAN	PGM; SEMURB; SEMINFRA
		P3.2.1F	Promover a arborização urbana embasada em estudos técnicos e científicos, com adoção de espécies nativas da mata atlântica	Proporcionar conforto térmico e harmonização da paisagem, aumentar a biodiversidade.	Curto	ALURB	SEMURB; Sociedade civil; MPE; IPLAN, BPA.
		P3.2.1G	Implementar programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Transparência na seleção de projetos, ações e valores e com devido acompanhamento (controle social)	Incentivar a prática de atividades sustentáveis (limpeza de rios (nascente e foz) e praias, criação de RPPNs, proteção de mata ciliar, proteção e limpeza dos recifes de corais, etc.	Curto	SEMURB	SEMSC; ALURB; Sociedade Civil
		P3.2.1H	Adequar a iluminação pública da orla, a fim de evitar impactos à biodiversidade a exemplo das tartarugas	Mitigar os efeitos negativos da fotopoluição	Curto	ILUMINA	Biota; Universidades e Sociedade Civil , BPA - Batalhão Policia florestal; IMA
		P3.2.1I	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras, PEVs)	Melhorar a qualidade de vida socioambiental, Saúde e higiene socioambiental, e redução de resíduos nos oceanos;	Curto	ALURB	Cooperativas; Sociedade Civil; ONGs
		P3.2.1J	Implementar coleta diária de lixo na orla (faixa de praia)	Retirar lixo da faixa de praia; organizar o posicionamento das lixeiras; evitar acúmulo de lixo.	Imediato	ALURB	Sociedade civil
		P3.2.1K	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Melhorar a qualidade de vida socioambiental evitando descarte de resíduos e metralhas e outros nos terrenos vazios e margens de rios e estradas	Médio	ALURB	Cooperativas; Sociedade Civil; ONGs

		P3.2.1L	Criar centros de compostagem de resíduos sólidos orgânicos	Diminuir o excesso de lixo no aterro sanitário; e aproveitar os recursos orgânicos;	Médio	ALURB	Iniciativa privada; cooperativas; sociedade civil
		P3.2.1M	Garantir os princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) no licenciamento ambiental.	Garantir a qualidade de vida da população local; e sustentabilidade socioambiental.	Imediato	SEMURB; IMA	SEMARH; Sociedade Civil; CREA; ABES;
		P3.2.1N	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Diminuir a altura do gabarito dos prédios, a taxa de ocupação; ampliar a taxa de permeabilidade do solo; avaliar o remembramento e desmembramento de terrenos na região, a fim de evitar o adensamento excessivo. Prever estudos de impacto de vizinhança; obedecer aos princípios do direito ambiental. Prever estudos de Impactos Vizinhança e impactos na paisagem.	Médio	IPLAN	SEMURB; Sociedade civil; Universidades , Ministério Público Federal e Estadual;
		P3.2.1O	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Subsidiar informações para desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs. Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Médio	SEMURB; SEMHAB	INCRA; SPU; UFAL; IMA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA
		P3.2.1P	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Longo	SEMSC; SEMHAB	SPU; IMA; SEMURB; PGM
	P3.2.2	Existência de processos erosivos naturais e	P3.2.2A	Garantir a preservação da paisagem, das encostas, vegetação nativa e a biodiversidade;	Manter a paisagem e vegetação nativa (restingas e manguezais); Recuperação da vegetação nativa (restingas e manguezais);	Imediato	SEMURB; IMA

	<p>antrópicos (degradação de terraços fluviais, encostas)</p>	<p>P3.2.2B</p>	<p>Realizar estudos técnicos e científicos da erosão costeira na faixa marítima, referente a construções já existentes.</p>	<p>Obter informações sobre os impactos causados por essas construções na faixa de praia, a fim de elaborar soluções para o problema existente. Prever estudos de Impactos Vizinhança e impactos na paisagem;</p>	<p>Médio</p>	<p>Universidade s e Instituições de pesquisa e extensão; SEMARH</p>	<p>Sociedade civil; SEMURB; SEMED; IMA; SPU</p>
		<p>P3.2.2C</p>	<p>Realizar estudos técnicos e científicos do assoreamento dos rios (e suas nascentes) e seus impactos na faixa de areia, com base no guia de proteção e prevenção à erosão costeira, formalizado por meio da resolução da SECIRM</p>	<p>Obter informações sobre os impactos do assoreamento dos rios para embasar a tomada de decisão, prever futuros impactos, monitorar a integridade dos corpos hídricos;</p>	<p>Médio</p>	<p>Universidade s e Instituições de pesquisa e extensão; SEMARH</p>	<p>Sociedade civil; SEMURB; SEMED; IMA; SPU</p>
		<p>P3.2.2D</p>	<p>Garantir a participação pública na tomada de decisão quanto às formas de contenção da erosão costeira.</p>	<p>Integrar a população na gestão da orla (gestão participativa).</p>	<p>Imediato</p>	<p>IPLAN; SEMINFRA; IMA</p>	<p>Sociedade civil;</p>
		<p>P3.2.2E</p>	<p>Recuperar a vegetação de restinga (salsa de praia)</p>	<p>Recuperar áreas erodidas; conter avanço da maré;</p>	<p>Imediato</p>	<p>IMA</p>	<p>SEMURB; ONGs;</p>
		<p>P3.2.2F</p>	<p>realizar estudos assegurando uma equipe multidisciplinar e a participação da sociedade civil sobre as melhores formas de contenção da maré</p>	<p>entender a contenção mais adequada para a região e as formas de alocação da mesma (se antes ou depois da remoção das barracas);</p>	<p>Médio</p>	<p>SEMINFRA</p>	<p>SEMURB; IMA; UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA; SOCIEDADE CIVIL</p>
		<p>P3.2.2G</p>	<p>Incluir a comunidade nas discussões sobre as formas de contenção da maré na região</p>	<p>informar à comunidade sobre os resultados de estudos sobre a contenção; garantir a participação da comunidade; garantir as</p>	<p>Longo</p>	<p>SEMINFRA</p>	<p>MPs; Sociedade civil;</p>

		Poluição da faixa de areia e dos recursos hídricos	P3.2.3A	Implantar e operacionalizar o sistema de saneamento ambiental	Melhorar a qualidade de vida social e ambiental; tornar a coleta de lixo regular; Garantir a balneabilidade dos recursos hídricos; Garantir a coleta, destinação e tratamento correto dos resíduos; Garantir a oferta do serviço de abastecimento de água contínua; Garantir a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos;	Médio	SEMINFRA/ SEMURB/ ALURB/ BRK	SEMARNH; IMA
			P3.2.3B	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Melhorar a qualidade de vida socioambiental	Médio	ALURB	SEMURB; IPLAN
P3.2.3			P3.2.3C	Intensificar as ações de fiscalização ambiental e urbanística	Cessar o despejo inadequado de resíduos e ligações clandestinas na rede de drenagem, rios, mares e a céu aberto; cessar as construções irregulares em APPs; Conferir se as obras em andamento estão seguindo as condicionantes das licenças em relação à gestão dos resíduos;	Imediato	SEMURB	SEMARNH; IMA; ALURB
			P3.2.3D	Realizar a coleta de metralhas dispostas incorretamente na faixa da areia	Reducir os impactos ambientais; recuperar áreas de banho com excesso de metralha	Imediato	ALURB	SEMINFRA
			P3.2.3E	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras)	Descartar corretamente os resíduos sólidos; facilitar a coleta de lixo.	Imediato	ALURB	Sem parceria

			P3.2.4	Acessos danificados	P3.2.3F	Realizar ações de educação ambiental	Conscientizar e sensibilizar a população a se comprometer com o descarte correto de resíduos e metralhas (ex: muros caídos); conscientizar sobre os riscos de zoonoses e animais soltos nas ruas; Conscientizar sobre a conservação da biodiversidade; Fortalecer o canal de denúncia.	Imediato	ALURB	SEMED; SEMURB; IMA; ONGs	
			P3.2.4A		Requalificar os acessos existentes	Garantir que a população tenha acesso às praias com segurança, conforto térmico e que seja sustentável - integrado à paisagem natural; garantir acessos PCD; Manutenção dos acessos.	Médio	SEMINFRA	IPLAN; ILUMINA; ALURB; SEMURB		
			P3.2.4B		Realizar a coleta de metralhas dispostas incorretamente na faixa da areia	Reducir os impactos ambientais; recuperar áreas de banho com excesso de metralha	Imediato	ALURB	SEMIINFRA		
			Precariedade dos sistemas de infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário, iluminação, limpeza, mobilidade)		P3.2.4C	Sinalizar os acessos	Assegurar a identificação dos acessos públicos; Assegurar a acessibilidade da população; Implantar placas de sinalização	Imediato	DMTT	ALURB; SEMURB; IPLAN	
					P3.2.5A	Implantar rede cicloviária	Garantir a acessibilidade e segurança dos ciclistas	Médio	SETRAND (não está presente mas é sua atribuição)	DMTT; IPLAN	
					P3.2.5B	Instalar e manter abrigos e pontos de transporte público	Garantir a segurança e bem estar do usuário do transporte público; Garantir a manutenção dos abrigos e pontos;	Médio	SETRAND (não está presente mas é sua atribuição)	DMTT; IPLAN	
					P3.2.5C	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Proporcionar segurança, visibilidade e conforto para transeuntes; proteger a biodiversidade local com iluminação adequada;	Médio	ILUMINA;	IPLAN; SEMINFRA; BIOTA; SEMURB	
					P3.2.5D	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Garantir a segurança da população;	Imediato	SSP/AL;	SEMSC;	

P3.2.6 Insegurança Pública		P3.2.5 Elaborar o plano de mobilidade urbana P3.2.5F Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região P3.2.5G Ampliar os dias de coleta de lixo de acordo com a demanda da população P3.2.5H Implementar sistema de monitoramento por câmeras de segurança P3.2.5I Implementar sinalização viária P3.2.5J Implementar sinalização informativa de equipamentos e atrativos do local P3.2.6A Instalar sistema adequado de iluminação pública	P3.2.5E Elaborar o plano de mobilidade urbana	Cumprir o estabelecido na Política Nacional de Mobilidade; atender às demandas da população atual e futura; Garantir melhoria de qualidade de vida e segurança na acessibilidade;	Médio	DMTT	IPLAN
		P3.2.5F Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região	Atender às demandas da população atual e futura; garantir uma melhoria qualidade de vida; garantir direito de ir e vir da população;	Imediato	DMTT	Sem parceria	
		P3.2.5G Ampliar os dias de coleta de lixo de acordo com a demanda da população	Evitar excesso de resíduos sólidos nas ruas; diminuir riscos à saúde humana e prevenir acidente perfuro cortantes;	Imediato	ALURB	Sem parceria	
		P3.2.5H Implementar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Proporcionar mais segurança; monitorar ocorrências de crimes; inibir as ocorrências de crime às pessoas, ao patrimônio público e privado, e ao meio ambiente; Garantir a manutenção do sistema.	Médio	DMTT; SSP/AL	Sem parceria	
		P3.2.5I Implementar sinalização viária	Garantir redutores de velocidade nas vias locais; garantir segurança aos pedestres; garantir sinalização de placas horizontais e verticais;	Curto	DMTT	IPLAN	
		P3.2.5J Implementar sinalização informativa de equipamentos e atrativos do local	Divulgar os atrativos e facilitar o acesso a eles.	Curto	SEMTUR	SEMAPA	
		P3.2.6A Instalar sistema adequado de iluminação pública	Proporcionar segurança, visibilidade e conforto para transeuntes; proteger a biodiversidade local com iluminação adequada;	Médio	ILUMINA;	IPLAN; SEMINFRA; BIOTA; SEMURB	

P3.2.7	Falta de preservação do patrimônio material e imaterial	P3.2.6B	Implementar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Proporcionar mais segurança; monitorar ocorrências de crimes; inibir as ocorrências de crime às pessoas, ao patrimônio público e privado, e ao meio ambiente; Garantir a manutenção do sistema.	Médio	DMTT; SSP/AL	Sem parceria
		P3.2.6C	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Garantir a segurança da população;	Imediato	SSP/AL	SEMSC
		P3.2.6D	Garantir a incorporação de fachadas ativas nos empreendimentos	Garantir paisagismo na região; inibir ações de criminalidade; elaborar uma regulamentação que seja incorporada ao Plano Diretor Participativo	Médio	10.257/2001 (Federal); 5.486/2005 (Municipal)	SEMSC
		P3.2.6E	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Estimular fachadas ativas; Prever o uso misto (residencial e comercial); controlar a altura do gabarito dos prédios, a taxa de ocupação; ampliar a taxa de permeabilidade do solo; limitar o remembramento na região, e manter as limitações já existentes; estimular a diversidade de usos;	Médio	IPLAN	Semurb; PGM; Sociedade Civil; Comitê PGI; MPF; Biota;
		P3.2.7A	Identificar área para implantação de balanças da Garça torta e estaleiros no Riacho doce e Garça torta	Preservar as práticas culturais e modos de vida dos pescadores artesanais da região;	Curto	SEMAPA	SEMURB; SEMINFRA; SEMAPA; Colônia Z-1; IPLAN; SPU;
	P3.2.7B	P3.2.7B	Desenvolver atividades de promoção da cultura local	Elaborar e divulgar um calendário de eventos e festividades; divulgar a cultura local;	Curto	SEMTUR; FMAC;	Associações locais; Sociedade civil; SECOM;
		P3.2.7C	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Garantir a participação de equipe multidisciplinar para realizar o estudo; divulgar os resultados do estudo para a população local; subsidiar ações de preservação dos patrimônios	Médio	IPHAN; Instituições de pesquisa, ensino e extensão;	SECULT; FMAC; IFAL; UFAL; IPLAN; Sociedade civil
	P3.2.7D	P3.2.7D	Identificar e Requalificar o patrimônio material cultural e equipamentos públicos	Garantir a manutenção de praças e passeios públicos; e construções de valor histórico-cultural;	Médio	IPLAN; SEMINFRA	Sociedade civil; SEMAPA; FMAC
		P3.2.8A	P3.2.8A	Desenvolver ações de Educação e conscientização ambiental	Reduzir a captura incidental de animais marinhos (tartarugas, aves e mamíferos marinhos etc.); sensibilizar e conscientizar os pescadores sobre a conservação da biodiversidade; conscientizar sobre o	Imediato	IMA; SEMURB

				descarte correto de resíduos provenientes da pesca (rede fantasma, sacolas etc.);			
PP3.2. 1	Diversidade biológica e cultural; Grande beleza cênica; Ambiente costeiro-marinho ainda preservado	P3.2.8B	Elaborar regulamentações sobre o uso de petrechos de pesca	orientar e regulamentar sobre o uso de petrechos na região	Médio	SEMAPA; PGM; Gabinete civil	IBAMA; Colônias; ONGs; Instituições de pesquisa; Biota
		P3.2.8C	intensificar a fiscalização ambiental	Garantir a preservação dos recursos naturais.	Imediato	SEMURB; IMA	IBAMA; Sociedade civil; colônias
		PP3.2.1A	Proporcionar infraestrutura para a acessibilidade às praias.	Promover a continuidade das atividades pesqueiras (artesanais, esportiva e amadora)	Médio	SEMINFRA	Colônias de pesca; Associações de pescadores artesanais e esportivos; SEMAPA; SEMTUR;
		PP3.2.1B	Promover atividades de educação ambiental	sensibilizar e conscientizar a comunidade e visitantes; e sensibilizar e conscientizar pescadores amadores sobre espécies liberadas para a pesca e práticas utilizadas permitidas;	Imediato	ALURB	BIOTA; SEMURB; IMA; SEMARH; SEMED
		PP3.2.1C	Intensificar a fiscalização ambiental	Garantir a preservação da vegetação nativa;	Imediato	SEMURB; IMA	BIOTA; Sociedade Civil;
		PP3.2.1D	Monitoramento dos ninhos de tartarugas marinhas	Conservação da biodiversidade marinha; engajar a população na conservação ambiental.	Imediato	BIOTA	Sociedade civil
		PP3.2.1E	Garantir a preservação da paisagem e vegetação nativa e outras;	Manter a paisagem e vegetação nativa (restingas e manguezais); Recuperação da vegetação nativa (restingas e manguezais); Projetos de empreendimentos que se integrem à paisagem natural e se comprometam com o plantio de mudas na região;	Imediato	IMA; SEMURB	SEMSC; BIOTA;

		PP3.2.1F	Identificar área para implantação de balança da Garça torta e estaleiro no Riacho doce e garça	Preservar as práticas culturais e modos de vida dos pescadores artesanais da região; mapear e garantir território; Realizar estudo técnico; Garantir a participação de equipe multidisciplinar e da comunidade local para realizar o estudo	Curto	SEMAPA	SEMURB; SEMINFRA; SEMAPA; Colônia Z-1; IPLAN; SPU; Sociedade civil
		PP3.2.1G	Formalizar junto à SPU as destinações patrimoniais da área para as comunidades de pescadores da Garça torta (balança e estaleiro) e Riacho doce (estaleiro);	regularização fundiária das comunidades; garantir a manutenção do patrimônio material e imaterial da região.	Médio	SEMAPA	SPU; Gabinete civil
		PP3.2.1H	Desenvolver atividades de promoção da cultura local	Elaborar e divulgar um calendário de eventos e festividades; divulgar a cultura local;	Curto	SEMTUR; FMAC;	Associações locais; Sociedade civil; SECOM;
		PP3.2.1I	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Garantir a participação de equipe multidisciplinar para realizar o estudo; divulgar os resultados do estudo para a população local; subsidiar ações de preservação dos patrimônios	Médio	IPHAN; Instituições de pesquisa, ensino e extensão;	SECULT; FMAC; IFAL; UFAL; IPLAN; Sociedade civil
		PP3.2.1J	Atualizar o Plano Diretor Participativo	Garantir a integridade e não descaracterização da paisagem;	Médio	IPLAN	Sociedade civil
		PP3.2.1K	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Subsidiar informações para desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs. Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Médio	SEMURB; SEMHAB	INCRA; SPU; UFAL; IMA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA
		PP3.2.1L	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Longo	SEMHAB	SPU; SEMSC; SEMURB; PGM
		PP3.2.1M	Implantar e operacionalizar o sistema de esgotamento sanitário	Melhorar a qualidade de vida social e ambiental; Garantir a balneabilidade dos recursos hídricos; garantir a coleta, destinação e tratamento correto dos resíduos; Garantir a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos; garantir a continuidade da operacionalização do sistema.	Médio	SEMINFRA/ SEMURB/ ALURB	SEMARH; IMA; IPLAN

		PP3.2.1N	Criação de rede de gestão compartilhada () para preservação dos recursos hídricos (nascentes, riachos e rios) e seus ecossistemas (de montante à jusante)	Garantir segurança hídrica, alimentar e ambiental.	Curto	SEMARH	SOCIEDADE CIVIL; COMITE DE BACIAS; IMA
		PP3.2.10	Promover ações de recuperação dos rios e riachos	garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos; instalar barreiras de contenção de resíduos nos rios e riachos; plantio de mudas; etc;	Imediato	SEMURB; IMA; SEMARH	ONGS; ASSOCIAÇÕES LOCAIS; SOCIEDADE CIVIL
		PP3.2.1P	Realizar estudos que subsidiem o ordenamento de uso do espelho d'água	Conhecer a capacidade de carga para ordenamento da visitação às piscinas; promover segurança aos banhistas; assegurar a preservação dos recifes e biodiversidade local;	Médio	SEMURB	IMA; ICMBIO; ONGs; Marinha; SPU; Biota;
		PP3.2.1Q	Identificar área para implantação de ESPAÇO para as comunidades tradicionais da região	Preservar as práticas culturais e modos de vida dos pescadores artesanais da região; mapear e garantir território; Realizar estudo técnico; Garantir a participação de equipe multidisciplinar e da comunidade local para realizar o estudo	Curto	SEMAPA	SEMURB; SEMINFRA; SEMAPA; Colônia Z-1; IPLAN; SPU; Sociedade civil
		PP3.2.1R	Formalizar junto à SPU as destinações patrimoniais da área para as comunidades tradicionais da região	regularização fundiária da comunidade; garantir a manutenção do patrimônio material e imaterial da região.	Médio	SEMAPA	SPU; Gabinete civil
		PP3.2.1S	Elaborar projeto para implantação da balança e estaleiro	Ordenar o espaço	Médio	SEMAPA	SPU; IPLAN
		PP3.2.1T	Elaborar projeto para implantação de centro de comercialização que contemple boleiras, doceiras e artesanato.	Garantir o ordenamento do comércio	Médio	SEMAPA	IPLAN; SEMINFRA; SEMTUR; SEMSC; Sociedade civil
		PP3.2.1U	Realizar estudos técnicos e científicos do sistema hídrico da região (assoreamento dos rios e suas nascentes e seus impactos no sistema praial, da ocupação nas margens e foz dos rios e qualidade da água)	Obter informações sobre os impactos do assoreamento dos rios para embasar a tomada de decisão, prever futuros impactos, monitorar a integridade dos corpos hídricos;	Médio	Universidade s e Instituições de pesquisa e extensão; SEMARH	Sociedade civil; SEMURB; SEMED; IMA;
PP3.2.2	Existência de grandes glebas	PP3.2.2A	Recuperar e preservar as áreas de restinga da região	garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos; impedir o avanço da maré	Médio	SEMURB	IMA; Sociedade civil; SEMARH

		remanescentes de sítios	PP3.2.2B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Diminuir a altura do gabarito dos prédios, a taxa de ocupação; ampliar taxa de permeabilidade do solo; avaliar o remembramento e desmembramento de terrenos na região, a fim de evitar o adensamento excessivo. Prever estudos de impacto de vizinhança; obedecer aos princípios do direito ambiental.	Médio	IPLAN	SEMURB; Sociedade civil
3	P3.3.1	Tendência de adensamento excessivo	P3.3.1A	Realizar estudos de gentrificação, de impacto socioambiental e de justiça climática	Obter informações sobre os impactos sentidos e percebidos pelas comunidades que subsidiem ações que amenizem o problema.	Curto	Universidades e Instituições de pesquisa; PLAN	FAPEAL; CNPQ;
			P3.3.1B	Intensificar ações de fiscalização ambiental	Coibir o descumprimento da legislação ambiental; garantir a preservação da vegetação nativa (APPs).	Imediato	SEMURB	IMA; Icmbio
			P3.3.1C	Divulgar canais de denúncias de atividades irregulares de uso e de ocupação do solo.	Facilitar o acesso aos canais; Auxiliar o poder público a direcionar as ações; envolver a comunidade no monitoramento das ações irregulares;	Curto	SECOM; Comunicação IMA	SEMURB; IMA; Icmbio
			P3.3.1D	Tornar pública as irregularidades e os relatórios das ações de fiscalização realizadas	Garantir o acesso à informação de forma transparente	Curto	SECOM; Comunicação IMA	SEMURB; IMA; Icmbio.
			P3.3.1E	Garantir a priorização de uso de pisos permeáveis em calçadas e ruas da região.	Amenizar o desconforto térmico; evitar o alagamento das vias.	Médio	PLAN	PGM; SEMURB; SEMINFRA
			P3.3.1F	Promover a arborização urbana com espécies nativas embasada em estudos técnicos e científicos	Proporcionar conforto térmico e harmonização da paisagem	Curto	ALURB	SEMURB; Sociedade civil; MPE; PLAN; UFAL
			P3.3.1G	Implementar programa de Pagamento por Serviços Ambientais	Incentivar a prática de atividades sustentáveis (limpeza de rios (nascente e foz) e praias, criação de RPPNs, proteção de mata ciliar, proteção e limpeza dos recifes de corais, etc.	Curto	SEMURB	ALURB; Sociedade Civil
			P3.3.1H	Adequar a iluminação pública da orla, a fim de evitar impactos à biodiversidade a exemplo das tartarugas	Mitigar os efeitos negativos da fotopoluição	Curto	ILUMINA	Biota

		P3.3.1I	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras, PEVs)	Melhorar a qualidade de vida socioambiental	Curto	ALURB	Cooperativas; Sociedade Civil; ONGs
		P3.3.1J	Implementar coleta de lixo na orla (faixa de praia)	Retirar lixo da faixa de praia; organizar o posicionamento das lixeiras; evitar acúmulo de lixo.	Imediato	ALURB	Sociedade civil
		P3.3.1K	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Melhorar a qualidade de vida socioambiental	Médio	ALURB	Cooperativas; Sociedade Civil; ONGs
		P3.3.1L	Criar centros de compostagem de resíduos sólidos orgânicos	Diminuir o excesso de lixo no aterro sanitário; e aproveitar os recursos orgânicos;	Médio	ALURB	Iniciativa privada; cooperativas; sociedade civil
		P3.3.1M	Garantir os princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) no licenciamento ambiental.	Garantir a qualidade de vida da população local; e sustentabilidade socioambiental.	Imediato	SEMURB; IMA	SEMURB; Sociedade Civil; CREA; ABES;
		P3.3.1N	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Diminuir a altura do gabarito dos prédios, a taxa de ocupação; ampliar taxa de permeabilidade do solo; avaliar o remembramento e desmembramento de terrenos na região, a fim de evitar o adensamento excessivo. Prever estudos de impacto de vizinhança; obedecer aos princípios do direito ambiental; estimular o uso misto.	Médio	IPLAN	SEMURB; Sociedade civil
		P3.3.1O	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Subsidiar informações para desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs. Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Médio	SEMURB; SEMHAB	INCRA; SPU; UFAL; IMA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; Icmbio.
		P3.3.1P	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Longo	SEMSC	SPU; SEMHAB; SEMURB; PGM
		P3.3.2A	Garantir a preservação da paisagem, das encostas, vegetação nativa e a biodiversidade;	Manter a paisagem e vegetação nativa (restingas e manguezais); Recuperação da vegetação nativa (restingas e manguezais); realizar o tombamento paisagístico de interesse socioambiental.	Imediato	SEMURB; IMA	Sociedade civil

	(degradação de terraços fluviais, encostas)	P3.3.2B	Realizar estudos técnicos e científicos da erosão costeira na faixa marítima, referente a construções já existentes.	Obter informações sobre os impactos causados por essas construções na faixa de praia, a fim de elaborar soluções para o problema existente.	Médio	Universidade s e Instituições de pesquisa e extensão; SEMARH	Sociedade civil; SEMURB; SEMED; IMA; SPU
		P3.3.2C	Realizar estudos técnicos e científicos do assoreamento dos rios (e suas nascentes) e seus impactos na faixa de areia, com base no guia de proteção e prevenção à erosão costeira, formalizado por meio da resolução da SECIRM	Obter informações sobre os impactos do assoreamento dos rios para embasar a tomada de decisão, prever futuros impactos, monitorar a integridade dos corpos hídricos;	Médio	Universidade s e Instituições de pesquisa e extensão; SEMARH	Sociedade civil; SEMURB; SEMED; IMA; SPU
		P3.3.2D	Garantir a participação pública na tomada de decisão quanto às formas de contenção da erosão costeira.	Integrar a população na gestão da orla (gestão participativa).	Imediato	IPLAN; SEMINFRA; IMA	Sociedade civil;
		P3.3.2E	Recuperar a vegetação de restinga (salsa de praia)	Recuperar áreas erodidas; conter avanço da maré; preservar área de nidificação de tartarugas marinhas;	Imediato	IMA	SEMURB; ONGs; Icmbio
		P3.3.2F	realizar estudos assegurando uma equipe multidisciplinar e a participação da sociedade civil sobre as melhores formas de contenção da maré	entender a contenção mais adequada para a região e as formas de alocação da mesma (se antes ou depois da remoção das barracas);	Médio	SEMINFRA	SEMURB; IMA; UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA; SOCIEDADE CIVIL
		P3.3.2G	Incluir a comunidade nas discussões sobre as formas de contenção da maré na região	informar à comunidade sobre os resultados de estudos sobre a contenção; garantir a participação da comunidade; garantir as	Longo	SEMINFRA	MPs; Sociedade civil;
P3.3.3	Poluição da faixa de areia e dos recursos hídricos	P3.3.3A	Implantar e operacionalizar o sistema de saneamento ambiental	Melhorar a qualidade de vida social e ambiental; tornar a coleta de lixo regular; garantir a balneabilidade dos recursos hídricos; garantir a coleta, destinação e tratamento correto dos resíduos; Garantir a oferta do serviço de abastecimento de água contínua; Garantir a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos;	Médio	SEMINFRA/ SEMURB/ ALURB / BRK	SEMARH; IMA
		P3.3.3B	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Melhorar a qualidade de vida socioambiental	Médio	ALURB	SEMURB; IPLAN

P3.3.4 Precariedade da infraestrutura urbana (água, esgotamento sanitário, iluminação, limpeza, mobilidade)	P3.3.3C	Intensificar as ações de fiscalização ambiental e urbanística	Cessar o despejo inadequado de resíduos e ligações clandestinas na rede de drenagem, rios, mares e a céu aberto; cessar as construções irregulares em APPs; Conferir se as obras em andamento estão seguindo as condicionantes das licenças em relação à gestão dos resíduos; Cessar o despejo inadequado de resíduos da usina nos Rios Meirim e do Senhor.	Imediato	SEMURB	SEMARH; IMA; ALURB
	P3.3.3D	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixas)	Descartar corretamente os resíduos sólidos; facilitar a coleta de lixo.	Imediato	ALURB	Sem parceria
	P3.3.3E	Realizar ações de educação ambiental	Conscientizar e sensibilizar a população a se comprometer com o descarte correto de resíduos e metralhas (ex: muros caídos); conscientizar sobre os riscos de zoonoses e animais soltos nas ruas; conscientizar sobre a conservação da biodiversidade; Fortalecer o canal de denúncia.	Imediato	ALURB	SEMED; SEMURB; IMA; ONGs Icmbio; UVZ (Unidade de vigilância de zoonoses)
	P3.3.4A	Implantar rede cicloviária	Garantir a acessibilidade e segurança dos ciclistas	Médio	SETRAND (não está presente, mas é sua atribuição)	D MTT; IPLAN
	P3.3.4B	Instalar e manter abrigos e pontos de transporte público	Garantir a segurança e bem-estar do usuário do transporte público; garantir a manutenção dos abrigos e pontos;	Médio	SETRAND (não está presente, mas é sua atribuição)	D MTT; IPLAN
	P3.3.4C	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Proporcionar segurança, visibilidade e conforto para transeuntes; proteger a biodiversidade local com iluminação adequada;	Médio	ILUMINA;	IPLAN; SEMINFRA; BIOTA; SEMURB
	P3.3.4D	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Garantir a segurança da população;	Imediato	SSP/AL;	SEMSC;
	P3.3.4E	Elaborar o plano de mobilidade urbana	Cumprir o estabelecido na Política Nacional de Mobilidade; atender às demandas da população atual e futura; garantir melhoria	Médio	D MTT	IPLAN

P3.3.5 Falta de preservação do patrimônio material e imaterial						
	P3.3.4F	Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região	de qualidade de vida e segurança na acessibilidade;			
	P3.3.4H	Implantar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Atender às demandas da população atual e futura; garantir uma melhoria qualidade de vida; Garantir direito de ir e vir da população;	Imediato	DMTT	Sem parceria
	P3.3.4I	Implantar sinalização viária	Proporcionar mais segurança; Monitorar ocorrências de crimes; Inibir as ocorrências de crime às pessoas, ao patrimônio público e privado, e ao meio ambiente; Garantir a manutenção do sistema.	Médio	DMTT; SSP/AL	Sem parceria
	P3.3.4J	Implantar sinalização informativa de equipamentos e atrativos do local	Garantir redutores de velocidade nas vias locais; Garantir segurança aos pedestres; Garantir sinalização de placas horizontais e verticais;	Curto	DMTT	IPLAN
	P3.3.5A	Identificar áreas para implantação de balanças e portos na pescaria e Ipioca.	Divulgar os atrativos e facilitar o acesso a eles.	Curto	SEMTUR	SEMAPA
	P3.3.5B	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Preservar as práticas culturais e modos de vida dos pescadores artesanais da região;	Curto	SEMAPA	SEMURB; SEMINFRA; SEMAPA; Colônia Z-1; IPLAN; SPU;
	P3.3.5C	Identificar e Requalificar o patrimônio material cultural e equipamentos públicos	Garantir a participação de equipe multidisciplinar para realizar o estudo; divulgar os resultados do estudo para a população local; subsidiar ações de preservação dos patrimônios	Médio	IPHAN; Instituições de pesquisa, ensino e extensão;	SECULT; FMAC; IFAL; UFAL; IPLAN; Sociedade civil
	P3.3.5D	Desenvolver atividades de promoção da sustentabilidade econômica e cultura local	Garantir a manutenção de praças e passeios públicos; e construções de valor histórico-cultural;	Médio	IPLAN; SEMINFRA	Sociedade civil; SEMAPA; FMAC
			Elaborar e divulgar um calendário de eventos e festividades; divulgar a cultura local; resgatar festividades e manifestações culturais da região;	Curto	SEMTUR; FMAC;	Associações locais; Sociedade civil; SECOM;

		Captura incidental de animais marinhos	P3.3.6A	Desenvolver ações de Educação e conscientização ambiental	Reducir a captura incidental de animais marinhos (tartarugas, aves e mamíferos marinhos etc.); sensibilizar e conscientizar os pescadores sobre a conservação da biodiversidade; conscientizar sobre o descarte correto de resíduos provenientes da pesca (rede fantasma, sacolas etc.);	Imediato	IMA; SEMURB	IBAMA; Colônias; ONGs; Icmbio
P3.3.6		Plano de manejo inexistente da APA do Pratagy	P3.3.6B	Elaborar regulamentações sobre o uso de petrechos de pesca (em áreas que não tenham tal regulamentação)	orientar e regulamentar sobre o uso de petrechos na região	Médio	SEMAPA; PGM; Gabinete civil	IBAMA; Colônias; ONGs; Instituições de pesquisa; Biota; Icmbio
			P3.3.6C	intensificar a fiscalização ambiental	Garantir a preservação dos recursos naturais.	Imediato	SEMURB; IMA	IBAMA; Sociedade civil; colônias; Icmbio
			P3.3.7A	Elaborar/revisar e implementar o Plano de Manejo da APA do Pratagy	Garantir e orientar a gestão da Unidade de Conservação; Garantir a preservação e conservação do ambiente e dos recursos naturais.	Médio	IMA	ONGs, Universidades; sociedade civil;
PP3.3.1		Diversidade biológica e cultural e Grande beleza cênica; Ambiente costeiro-marinho ainda preservado	PP3.3.1A	Proporcionar infraestrutura para a acessibilidade às praias.	Promover a continuidade das atividades pesqueiras (artesanais, esportiva e amadora)	Médio	SEMINFRA	Colônias de pesca; Associações de pescadores artesanais e esportivos; SEMAPA; SEMTUR;
		PP3.3.1B	Promover atividades de educação ambiental	sensibilizar e conscientizar a comunidade e visitantes; e sensibilizar e conscientizar pescadores amadores sobre espécies liberadas para a pesca e práticas utilizadas permitidas;	Imediato	ALURB	BIOTA; SEMURB; IMA; SEMARH; SEMED; Icmbio	
		PP3.3.1C	Intensificar a fiscalização ambiental	Garantir a preservação da vegetação nativa;	Imediato	SEMURB; IMA	BIOTA; Sociedade Civil; Icmbio	

		PP3.3.1D	Monitoramento dos ninhos de tartarugas marinhas	Conservação da biodiversidade marinha; engajar a população na conservação ambiental.	Imediato	BIOTA	Sociedade civil; Icmbio
		PP3.3.1E	Garantir a preservação da paisagem e vegetação nativa e outras	Manter a paisagem e vegetação nativa (restingas e manguezais); Recuperação da vegetação nativa (restingas e manguezais); Projetos de empreendimentos que se integrem à paisagem natural e se comprometam com o plantio de mudas na região	Imediato	IMA; SEMURB	SEMSC; BIOTA; ICMBIO
		PP3.3.1F	Identificar áreas para implantação de balança e estaleiro na pescaria em Ipioca.	Preservar as práticas culturais e modos de vida dos pescadores artesanais da região; mapear e garantir território; realizar estudo técnico; garantir a participação de equipe multidisciplinar e da comunidade local para realizar o estudo	Curto	SEMAPA	SEMURB; SEMINFRA; SEMAPA; Colônia Z-1; IPLAN; SPU; Sociedade civil
		PP3.3.1G	Formalizar junto à SPU as destinações patrimoniais da área para as comunidades de pescadores da pescaria e Ipioca	regularização fundiária das comunidades; garantir a manutenção do patrimônio material e imaterial da região.	Médio	SEMAPA	SPU; Gabinete civil
		PP3.3.1H	Desenvolver atividades de promoção da cultural local	Elaborar e divulgar um calendário de eventos e festividades; divulgar a cultura local;	Curto	SEMTUR; FMAC;	Associações locais; Sociedade civil; SECOM;
		PP3.3.1I	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Garantir a participação de equipe multidisciplinar para realizar o estudo; divulgar os resultados do estudo para a população local; subsidiar ações de preservação dos patrimônios; realizar o tombamento material e imaterial de toda orla.	Médio	IPHAN; Instituições de pesquisa, ensino e extensão;	SECULT; FMAC; IFAL; UFAL; IPLAN; Sociedade civil
		PP3.3.1J	Atualizar o Plano Diretor Participativo	Garantir a integridade e não descaracterização da paisagem;	Médio	IPLAN	Sociedade civil
		PP3.3.1K	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Subsidiar informações para desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs. Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Médio	SEMURB; SEMHAB	INCRA; SPU; UFAL; IMA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

PP3.3. 2	Existência de grandes glebas	PP3.3.1L	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Proteger APPs; garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.	Longo	SEM HAB	SPU; SEMURB; PGM; SEMSC
		PP3.3.1M	Implantar e operacionalizar o sistema de esgotamento sanitário	Melhorar a qualidade de vida social e ambiental; garantir a balneabilidade dos recursos hídricos; garantir a coleta, destinação e tratamento correto dos resíduos; garantir a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos; garantir a continuidade da operacionalização do sistema.	Médio	SEMINFRA/ SEMURB/ ALURB / BRK	SEM ARH; IMA; IPLAN
		PP3.3.1N	Analizar a viabilidade de implantar calçadão, ciclovía e equipamentos de uso comunitário na orla entre os acessos à praia, mantendo as áreas de restinga (salsa de praia).	Garantir o uso público da orla; caracterizar o fim da ocupação privada e início da área pública;	Médio	IPLAN / SEMINFRA	SPU; Sociedade civil
		PP3.3.1O	Recuperar e preservar as áreas de preservação permanente	garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmico;	Médio	SEMURB	Icmbio; IMA; Sociedade civil
		PP3.3.1P	Realizar estudos técnicos e científicos do sistema hídrico da região (assoreamento dos rios e suas nascentes e seus impactos no sistema praial, da ocupação nas margens e foz dos rios e e qualidade da água)	Obter informações sobre os impactos do assoreamento dos rios para embasar a tomada de decisão, prever futuros impactos, monitorar a integridade dos corpos hídricos;	Médio	Universidade s e Instituições de pesquisa e extensão; SEMARH	Sociedade civil; SEMURB; SEMED; IMA;
		PP3.3.1Q	Criar unidade de conservação municipal - área de relevante interesse ecológico (ARIE)	proteger áreas com maior incidência de tartarugas marinhas para desova e alimentação;	Curto	SEMURB	BIOTA; ONGs; Icmbio; IMA
		PP3.3.1R	Realizar estudos que subsidiem o ordenamento de uso do espelho d'água	Conhecer a capacidade de carga para ordenamento da visitação às piscinas; promover segurança aos banhistas; assegurar a preservação dos recifes e biodiversidade local;	Médio	SEMURB	IMA; Icmbio; ONGs; Marinha; SPU; Biota;
		PP3.3.1S	criar rede de gestão compartilhada () para preservação dos recursos hídricos (nascentes, riachos e rios) e seus ecossistemas (de montante à jusante)	Garantir segurança hídrica, alimentar e ambiental.	Curto	SEM ARH	Sociedade civil; comitê de bacias; Icmbio; ima;
		corais	Recuperar e preservar as áreas de restinga da região	garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos; impedir o avanço da maré	Médio	SEMURB	IMA; Sociedade civil; SEMARH

		remanescentes de sítios	PP3.3.2B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	garantir limite de altura do gabarito dos prédios, da taxa de ocupação; ampliar taxa de permeabilidade do solo; Avaliar o remembramento e desmembramento de terrenos na região, a fim de evitar o adensamento excessivo. Prever estudos de impacto de vizinhança; obedecer aos princípios do direito ambiental.	Médio	IPLAN	SEMURB; Sociedade civil
PP3.3.	3	APAs do Pratagy e Costa dos Corais	PP3.3.3A	Elaborar/revisar e implementar o Plano de Manejo da APA do Pratagy	Garantir e orientar a gestão da Unidade de Conservação; Garantir a preservação e conservação do ambiente e dos recursos naturais.	Médio	IMA	ONGs, Universidades; sociedade civil;
			PP3.3.3B	Integrar a gestão da APACC e APA Pratagy	Aprimorar a gestão das Ucs a partir da troca de experiências;	Médio	SEMURB	IMA; Icmbio
			PP3.3.3C	Desenvolver ações integradas de educação ambiental nas Ucs	Somar esforços; sensibilizar e conscientizar população local e visitantes sobre questões relacionadas ao meio ambiente.	Médio	SEMURB	IMA; Icmbio; ONGs; BIOTA
			PP3.3.4A	Realizar requalificação da orla	Garantir a melhoria do uso dos espaços da orla	Médio	IPLAN;	SPU; SEMINFRA; SEMURB
		Demanda ativa do setor turístico	PP3.3.4B	Instalar e manter banheiros públicos (a depender da demanda da população)	Garantir a salubridade do ambiente e qualidade ambiental do uso da área (balneabilidade);	Médio	IPLAN;	SEMINFRA; SPU; SEMAPA; SEMURB
			PP3.3.4C	Instalar centro de atendimento ao turista	melhoria da qualidade de atendimento ao turista	Médio	SEMTUR	FMAC; SPU
			PP3.3.4D	Viabilizar a instalação de postos de atendimento policial	Garantir a segurança pública	Médio	SEMSC	Sem parceria
		PP3.3.4E		Desenvolver cursos de capacitação atendendo às demandas dos empreendedores locais (atendimento ao turista e visitantes, idiomas e outros)	Aperfeiçoamento técnico e qualificação do atendimento; desenvolvimento do turismo local.	Curto	SEMTUR	SEBRAE; Universidades e instituições de ensino e extensão; SEMUC; ALURB
			PP3.3.4F	Instalar mobiliários urbanos (equipamentos de lazer - infantil e adulto, e de exercício físico)	Garantir o bem-estar da população e espaços de convivência	Médio	IPLAN;	SEMINFRA; SEMURB
		PP3.3.4G		Viabilizar a instalação postos de saúde	Garantir acessibilidade aos serviços de saúde (para população local e visitantes);	Médio	SMS	IPLAN; SEMINFRA; SEMURB; SPU

		PP3.3.4H	Elaborar e implantar projetos de sinalização na orla (ex: patrimônio, proibição de tráfego de veículo na faixa de areia; e limite de poluição sonora etc.)	garantir o ordenamento do uso;	Curto	DMTT	DER
		PP3.3.4I	Elaborar projeto de preservação da paisagem da árvore icônica do Mirante da sereia	Preservação da paisagem e beleza cênica e patrimônio natural e imaterial;	Imediato	SEMURB	sociedade civil; IMA
		PP3.3.4J	Prever ações de educação e conscientização ambiental E patrimonial	garantir a preservação do ambiente, dos recursos naturais, biodiversidade local e serviços ecossistêmicos; reduzir os custos de fiscalização; incentivar a valorização dos patrimônios natural e cultural.	Imediato	ALURB/SEM URB	SEMURB; bIOta; ONGs; IMA; FMAC; IPHAN
		PP3.3.4K	Intensificar a limpeza urbana (agentes de limpeza)	garantir Qualidade de vida; garantir a beleza cênica; diminuição dos riscos à saúde humana;	Imediato	ALURB	Sem parceria
		PP3.3.4L	Implementar o ordenamento do uso do espelho d'água conforme o estudo realizado.	Promover segurança aos banhistas; assegurar a preservação dos recifes e biodiversidade local;	Longo	SEMSC	IMA; Icmbio; IBAMA; MARINHA; SEMURB;

Fonte: Oficinas de Planejamento (2023)

13. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

Estão listados a seguir o arcabouço legal (legislações vigentes), o arcabouço institucional (instituições afins), bem como fóruns de decisão e instrumentos gerenciais em vigor com atuação na orla municipal, provenientes das três esferas de governo, que possam apoiar a execução das ações e medidas previstas neste PGI.

13.1. Base legal local para executar as ações previstas

13.1.1. Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP)

TAGP Vigente.

13.1.2. Legislação Ambiental e Patrimonial Federal

- Lei Federal nº 6.766/79 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano
- Lei Federal nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente
- Lei Federal nº 7.661/88 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
- Lei Federal nº 9.636/98 - Dispõe sobre o Patrimônio da União
- Lei Federal nº 9.605/98 - Dispõe sobre sanções às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- Decreto Federal nº 5.300/04 - Regulamenta Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e estabelece critérios de gestão da orla marítima
- Lei Federal nº 12.651/12 - Código Florestal

13.1.3. Legislação Ambiental Estadual incidente sobre as Áreas do PGI e TAGP

- Lei Estadual nº 3.859/78 - Institui o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM
- Lei Estadual nº 4.090/79 - Dispõe sobre a Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.
- Lei Estadual nº 4.607/84 - Cria a Área de Proteção Ambiental de proteção ambiental de Santa Rita
- Lei Estadual nº 4.686/85 - Estabelece medidas de Proteção Ambiental na área de implantação do Pólo Cloroquímico de Alagoas

- Lei Estadual nº 4.986/88 - Cria o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA e adota outras providências.
- Lei Estadual nº 5.310/91 - Institui o Replantio e a Manutenção de Áreas Verdes e Florestais
- Lei Estadual nº 5.854/96 - Dispõe sobre a política florestal no Estado de Alagoas.
- Lei Estadual nº 6.011/98 - Dispõe sobre penalidades por infração às normas legais de proteção ao Meio Ambiente
- Decreto Federal s/n/97 - Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais
- Decreto Estadual nº 37.589/98 - Cria Área de Proteção Ambiental do Pratagy

13.1.4. Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

Nem o município de Maceió, nem o estado de Alagoas possuem instrumentos relativos ao Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC). O primeiro instrumento com essa finalidade é o Plano de Gestão Integrada (PGI) da Orla.

13.1.5. Plano Diretor

Lei Municipal nº 5.486/05 - Institui o Plano Diretor do Município de Maceió

13.1.6. Lei de Uso e Ocupação do Solo

Regulamentam o Uso e Ocupação do solo no município de Maceió o Plano Diretor e o Código de Urbanismo, ambos identificados neste documento, além do Código de Meio Ambiente - Lei Municipal nº 4.548/96.

13.1.7. Legislações Setoriais (pesca, maricultura, turismo, etc)

Lei Estadual nº 7.618/2014 - Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, cria o Sistema Estadual de Pesca e Aquicultura, e dá outras providências.

13.1.8. Legislação municipal que regulamente a publicidade nas áreas do TAGP

Lei Municipal nº 4.954/00 - Dispõe sobre a veiculação de propaganda nos espaços públicos

13.1.9. Código de Obras e de Posturas do Município

- Lei Municipal nº 3.538/85 - Código de Posturas
- Lei Municipal nº 5.593/07 - Código de Urbanismo e Edificações

13.1.10. Outras leis e normas aplicáveis

Lei Municipal nº 6.345/2014 - Dispõe sobre o funcionamento dos passeios turísticos em embarcações nas orlas marítima e lagunar de Maceió.

13.2. Base institucional local para executar as ações previstas

13.2.1. Órgão Estadual do Meio Ambiente

Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL). Autarquia vinculada à Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos (SEMARH). É responsável pela execução das políticas estaduais de meio ambiente (licenciamento e fiscalização). Atua na zona costeira de Alagoas através da Gerência de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade com a supervisão do Gerenciamento Costeiro (Gerco/AL).

13.2.2. Polícia Militar Ambiental

Polícia Militar de Alagoas (Batalhão de Polícia Ambiental - BPA). Atua na fiscalização ambiental no estado de Alagoas.

13.2.3. Secretarias Municipais

De acordo com a Lei Delegada nº. 10/23 publicada no Diário Oficial do município de Maceió no dia 19 de Abril de 2023, compõem a estrutura da administração Pública Municipal os seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal De Comunicação (SECOM)
- Secretaria Municipal De Meio Ambiente E Urbanismo (SEMURB)
- Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, Primeira Infância E Segurança Alimentar (SEMDES)
- Secretaria Municipal De Educação (SEMED)
- Secretaria Municipal De Fazenda (SEFAZ)
- Secretaria Municipal De Gestão De Pessoas E Patrimônio (SEMGE)
- Secretaria Municipal De Infraestrutura (SEMINFRA)
- Secretaria Municipal De Segurança Cidadã (SEMSC)
- Secretaria Municipal De Abastecimento, Pesca E Agricultura (SEMAPA)
- Secretaria Municipal De Turismo (SEMTUR)
- Controladoria Geral Do Município (CGM)
- Secretaria Municipal De Governo E De Subprefeituras (SEGOV)
- Secretaria Municipal De Saúde (SMS)

- Secretaria Executiva Do Gabinete Prefeito (SEPG)
- Procuradoria Geral Do Município (PGM)
- Gabinete Do Prefeito (GP)
- Secretaria Extraordinária Do Bem Estar Animal (SEBEMA)
- Secretaria Municipal De Estratégias Disruptivas, Ciência, Tecnologia E Inovação (SEDCITI)
- Gabinete Vice-Prefeito (GVP)
- Secretaria Municipal De Relações Federativas (SERF)
- Secretaria Municipal De Trabalho, Emprego E Economia Solidária (SEMTES)
- Secretaria Municipal De Ações Estratégicas E Integração Metropolitana (SEMAEMI)
- Secretaria Municipal De Desenvolvimento Habitacional (SEMHAB)
- Secretaria Municipal De Cultura E Economia Criativa (SEMCE)
- Secretaria Extraordinária Da Juventude E Lazer (SEJL)
- Gabinete Civil De Maceió (GABCIVIL)
- Secretaria Municipal De Esporte (SEMESP)
- Agência De Licitações, Contratos E Convênios De Maceió (ALICC)
- Companhia Municipal De Administração De Recursos Humanos E Patrimônio (COMARHP)
- Fundação Municipal De Ação Cultural (FMAC)
- Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos De Maceió (IPREV)
- Secretaria Adjunta Especial De Defesa Civil
- Diretoria De Tecnologia Da Informação (DTI)
- Secretaria Municipal Da Mulher, Pessoas Com Deficiência, Idosos E Cidadania (SEMUC)
- Gabinete De Gestão Integrada Para A Adoção De Medidas De Enfrentamento Aos Impactos Do Afundamento Dos Bairros (GGI dos Bairros)
- Instituto De Pesquisa E Planejamento Urbano De Maceió (IPLAN)
- Autarquia Municipal De Iluminação Pública (ILUMINA)
- Departamento Municipal De Transportes E Trânsito (DMTT)
- Autarquia De Desenvolvimento Sustentável E Limpeza Urbana (ALURB)

13.2.4. Gestor Municipal de Praia

Titular: Eduardo Luiz de Paiva Lima Marinho - Secretário Municipal de Segurança Cidadã

Substituto: Marcos André Vitor Cavalcanti - Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo

13.2.5. Disponibilização de informações relativas ao TAGP no sítio oficial do Município

Com o objetivo de facilitar o acesso à informação, divulgar o processo de elaboração e implementação do PGI e publicizar os materiais produzidos, foi criado um site, vinculado ao site da prefeitura. Disponível no link: <https://programaorla.maceio.al.gov.br/index.html>.

13.3. Fóruns de decisão existentes no município

13.3.1. Fóruns existentes

De acordo com a Lei Delegada nº 10/23 publicada no Diário Oficial do município de Maceió no dia 19 de Abril de 2023, Maceió dispõe dos Conselhos listados abaixo, todos vinculados a algum órgão municipal. Cabe ao poder público municipal regulamentar o funcionamento de cada um deles, via decreto.

- Conselho Municipal de Planejamento Territorial;
- Conselho Municipal do Plano Diretor de Maceió
- Conselho Político;
- Conselho Municipal de Gerenciamento das Políticas Públicas;
- Conselho Municipal de Defesa Civil;
- Conselho Municipal da Juventude;
- Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
- Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal;
- Conselho Municipal de Contribuintes;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal;
- Conselho Gestor de Organização Social;
- Conselho Municipal de Saneamento;
- Conselho Municipal de Entorpecentes;

- Conselho Comunitário Municipal de Segurança de Maceió;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho Gestor do Passeio à Piscina Natural da Pajuçara;
- Conselho Municipal do Turismo;
- Conselho Municipal de Esportes e Lazer;
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- Conselho Municipal de Cidadania e Direitos da População LGBT
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Conselho Municipal de Proteção Ambiental;
- Conselho Gestor de Parcerias Público Privada;
- Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;
- Conselho Municipal de Economia Solidária;
- Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

13.3.2. Canais de comunicação e denúncia estabelecidos

A prefeitura de Maceió dispõe de nove canais de comunicação para esclarecimentos e denúncias, além da Ouvidoria, normatizado pelo Decreto nº 8.643/2018, disponível no link: www.ouvidoria.maceio.al.gov.br. São os canais de comunicação:

- Disque Luz ou Aplicativo Ilumina Maceió
- Disque Limpeza ou Aplicativo Limpeza é Massa
- Denúncia de Obras Irregulares
- Denúncia de Imóveis Abandonados
- Denúncia de Infrações Ambientais
- Disque Defesa Civil
- Disque denúncia da SEMSC

13.4. Instrumentos gerenciais e locais existentes

13.4.1. Permissão de uso para eventos de curta duração de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, gratuita ou onerosa.

Portaria Federal nº 01/14 - Estabelece normas e procedimentos para a autorização da utilização a título precário, de áreas de domínio da União mediante outorga de Permissão de Uso, fixa parâmetros para o cálculo do valor de outorga onerosa e critérios para controle do uso.

13.4.2. Cessão de uso, aos Estados, entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde e às pessoas físicas ou jurídicas de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional, gratuita ou onerosa.

Lei Federal nº 9.636/98 - Dispõe sobre o Patrimônio da União

13.4.3. Compromissos internacionais assumidos

Sediar o Fórum Internacional de Turismo dos Países BRICS+ em 2024.

13.4.4. Contratos e termos de cooperação técnica pertinentes

Acordo de cooperação técnica com o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) para Assessoria, Estudos e Modelagem para estruturação de Projetos de Infraestrutura Urbana em (2022).

13.4.5. Contratos e termos com a Marinha do Brasil

Contrato de parceria entre o Porto de Maceió e a Maceió Offshore Logística (MOL) para extração de petróleo (2021).

13.4.6. Contratos e Termos com o Ministério do Meio Ambiente

Não identificado.

13.4.7. Contratos e Termos entre Municípios

Lei Complementar Estadual nº 50/19 - Dispõe sobre o Sistema Gestor Metropolitano da Região Metropolitana de Maceió – RMM

13.4.8. Contratos e Termos com Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU

Não identificado.

13.4.9. Contratos e Termos firmados com terceiros, com suas respectivas licenças ambientais

Termo de acordo socioambiental entre a Prefeitura de Maceió e a Braskem para quitar a responsabilidade sobre o afundamento dos bairros (2023).

13.4.10. Direitos de Liberdade de navegação

Não identificado.

13.4.11. Instrumentos de gestão pesqueira

Não identificado.

13.4.12. Plano de Emergência para combater riscos por acidentes naturais e antrópicos

Não identificado.

13.4.13. Plano de Emergência para combater erosão e inundações costeiras

Não identificado.

13.4.14. Plano de Ação Federal da Zona Costeira

Decreto Federal nº 5.300/04 - Regulamenta Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e estabelece critérios de gestão da orla marítima.

13.4.15. Plano de Desenvolvimento do Turismo

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) elaborado, em processo de validação.

13.4.16. Plano de Gerenciamento Costeiro

Não há Plano de Gerenciamento Costeiro nos âmbitos Estadual e Municipal.

14. CRONOGRAMA GERAL

O **Quadro 22** indica o prazo de execução das ações propostas, conforme apresentado no Quadro Detalhado. O cronograma de implementação das ações segue quatro prazos pré-estabelecidos: **Imediato**, para ações que devem ser realizadas em até 3 meses; **Curto**, para ações que devem ser realizadas em até 6 meses; **Médio**, para ações que devem ser realizadas em até 18 meses; **Longo**, para ações que serão realizadas em mais de 18 meses.

Quadro 22: Cronograma de execução das Ações e Diretrizes

n	Ação ou Diretriz	Prazo de execução
P1.1.1A	Solicitar a cessão do terreno com a destinação da Criação de um Parque Municipal, garantindo a conservação do ambiente.	Imediato
P1.1.3A	Intensificar a fiscalização do serviço terceirizado de limpeza urbana	Imediato
P1.1.3B	Modificar a atuação de limpeza urbana	Imediato
P1.1.3C	Analizar, revisar e implantar o plano de saneamento ecológico em toda a unidade de planejamento	Imediato
P1.2.1A	Realizar estudo de viabilidade acerca da retirada da Indústria Química Braskem (com TR para subsídio)	Imediato
P1.2.1B	Questionar a descontinuidade da câmara especializada do afundamento o manguezal, existente junto ao CEPRAM	Imediato
P1.2.2F	Viabilizar a apresentação, discussão e aprovação da implantação do projeto do Parque das Dunas, com ampla participação da população do Pontal da Barra	Imediato
P1.2.3B	Impedir a circulação de veículos automotores na faixa de areia	Imediato
P1.2.3C	Realizar campanha de educação ambiental	Imediato
P1.2.3D	Inserir sinalização relativa ao trânsito, pontos históricos, turísticos, culturais e de proteção ambiental	Imediato
P1.2.3E	Realizar ações de controle de zoonoses	Imediato

P1.2.4A	Realizar ações de educação ambiental, boas práticas de manipulação dos alimentos e qualificação para o desenvolvimento das atividades para os ambulantes	Imediato
P1.3.2A	Elaborar um plano de ação que contemple linha de recursos (quantidade de operários, equipamentos e materiais)	Imediato
P1.3.2B	Repactuar o cronograma da obra, dependente da decisão judicial em processo.	Imediato
P1.3.4E	Adequar o horário de funcionamento do Centro a todas as modalidades da pesca	Imediato
P1.3.4F	Intensificar fiscalização da atuação da guarda municipal	Imediato
P1.3.5A	Garantir a implementação das políticas públicas existentes para a população em situação de rua	Imediato
P1.3.6A	Garantir o cumprimento da legislação referente ao deslocamento de cargas perigosas.	Imediato
PP1.2.1D	Construir um calendário de ações voltadas ao ensino dos saberes locais nas escolas municipais e no Centro Pesqueiro (ex.: Filé e Fandango na Escola, e atividade de Calafate)	Imediato
PP1.2.1E	Realizar parceria com as instituições de ensino e com o sistema S para a capacitação dos artesãos	Imediato
PP1.3.3B	Garantir que o código de obras restrinja o gabarito dos prédios, regulando a densidade	Imediato
PP1.3.4A	Proibir a instalação de equipamentos, infraestruturas e edifícios na orla, que causem impacto paisagístico	Imediato
P2.1.3A	Declarar a área de interesse público	Imediato
P2.1.3C	Solicitar formalmente a PDISP à SPU.	Imediato
P2.1.5G	Realizar ações de conscientização ao turista para não consumir (artesanato produzido com palha do coqueiro oriunda de manejo inadequado)	Imediato
P2.1.7B	Ampliar ações itinerantes voltadas para educação ambiental à população e na rede municipal de ensino.	Imediato
P2.1.7E	Ampliar a fiscalização e autuar os infratores	Imediato
P2.1.10B	Realizar campanhas educativas de conscientização da população sobre o trânsito	Imediato

P2.1.12A	Elaboração de plano de fiscalização ambiental, patrimonial e urbanística, com cronograma de capacitação continuada.	Imediato
P2.1.13D	Proibir a instalação de equipamentos e empreendimentos de grande porte que venham a descumprir os princípios da prevenção e precaução, garantindo a visualização do patrimônio natural praieiro, considerando a sentença da orla.	Imediato
P2.2.4B	Ampliar ações itinerantes voltadas para educação ambiental à população e na rede municipal de ensino.	Imediato
P2.2.4E	Ampliar a fiscalização e autuar os infratores	Imediato
P2.2.6B	Realizar campanhas educativas de conscientização da população sobre o trânsito	Imediato
P2.2.8A	Elaboração de plano de fiscalização ambiental, patrimonial e urbanística, com cronograma de capacitação continuada.	Imediato
P2.2.10A	Melhorar a sinalização horizontal e vertical e estruturas de proteção (guarda-corpo)	Imediato
PP2.1.5A	Ampliar e divulgar o calendário cultural	Imediato
PP2.1.7A	Declarar a área de interesse público	Imediato
PP2.1.7C	Solicitar formalmente a PDISP à SPU.	Imediato
PP2.2.4A	Demarcação das regiões de desova	Imediato
P3.1.1C	Garantir o cumprimento dos princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) como mecanismo para garantir a segurança hídrica;	Imediato
P3.1.1D	facilitar o acesso às informações sobre os processos de licenciamento e fiscalização ambiental;	Imediato
P3.1.1E	Intensificar a fiscalização das obras em construção e suas licenças ambientais	Imediato
P3.1.2A	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras, PEVs)	Imediato
P3.1.2C	Realizar ações de educação ambiental	Imediato
P3.1.2E	Intensificar as ações de fiscalização ambiental e urbanística	Imediato

P3.1.3A	Cumprir com as determinações do Plano Diretor Participativo e o decreto Municipal 6863 de agosto de 2008 e anexos (inserido na CP) sobre os acessos à praia, bem como à ação civil pública que cobra a execução dos aludidos acessos	Imediato
P3.1.4E	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Imediato
P3.1.4G	Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região	Imediato
P3.1.5B	Promover atividades de educação ambiental	Imediato
P3.1.5C	Intensificar a fiscalização ambiental	Imediato
P3.1.5D	Monitoramento dos ninhos de tartarugas marinhas	Imediato
P3.1.5E	Garantir a preservação da paisagem e vegetação nativa e outras;	Imediato
P3.2.1B	Intensificar ações de fiscalização ambiental	Imediato
P3.2.1J	Implementar coleta de lixo na orla (faixa de praia)	Imediato
P3.2.1M	Garantir os princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) no licenciamento ambiental.	Imediato
P3.2.2A	Garantir a preservação da paisagem, das encostas, vegetação nativa e a biodiversidade;	Imediato
P3.2.2D	Garantir a participação pública na tomada de decisão quanto às formas de contenção da erosão costeira.	Imediato
P3.2.2E	Recuperar a vegetação de restinga (salsa de praia)	Imediato
P3.2.3C	Intensificar as ações de fiscalização ambiental e urbanística	Imediato
P3.2.3D	Realizar a coleta de metralhas dispostas incorretamente na faixa da areia	Imediato
P3.2.3E	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras)	Imediato
P3.2.3F	Realizar ações de educação ambiental	Imediato

P3.2.4B	Realizar a coleta de metralhas dispostas incorretamente na faixa da areia	Imediato
P3.2.4C	Sinalizar os acessos	Imediato
P3.2.5D	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Imediato
P3.2.5F	Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região	Imediato
P3.2.5G	Ampliar os dias de coleta de lixo de acordo com a demanda da população	Imediato
P3.2.6C	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Imediato
P3.2.8A	Desenvolver ações de Educação e conscientização ambiental	Imediato
P3.2.8C	intensificar a fiscalização ambiental	Imediato
P3.3.1B	Intensificar ações de fiscalização ambiental	Imediato
P3.3.1J	Implementar coleta de lixo na orla (faixa de praia)	Imediato
P3.3.1M	Garantir os princípios do direito ambiental (da precaução e prevenção) no licenciamento ambiental.	Imediato
P3.3.2A	Garantir a preservação da paisagem, das encostas, vegetação nativa e a biodiversidade;	Imediato
P3.3.2D	Garantir a participação pública na tomada de decisão quanto às formas de contenção da erosão costeira.	Imediato
P3.3.2E	Recuperar a vegetação de restinga (salsa de praia)	Imediato
P3.3.3C	Intensificar as ações de fiscalização ambiental e urbanística	Imediato
P3.3.3D	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras)	Imediato
P3.3.3E	Realizar ações de educação ambiental	Imediato

P3.3.4D	Ampliar e melhorar o sistema de rondas no bairro	Imediato
P3.3.4F	Ampliar e melhorar a oferta de transporte público na região	Imediato
P3.3.6A	Desenvolver ações de Educação e conscientização ambiental	Imediato
P3.3.6C	intensificar a fiscalização ambiental	Imediato
PP3.2.1B	Promover atividades de educação ambiental	Imediato
PP3.2.1C	Intensificar a fiscalização ambiental	Imediato
PP3.2.1D	Monitoramento dos ninhos de tartarugas marinhas	Imediato
PP3.2.1E	Garantir a preservação da paisagem e vegetação nativa e outras;	Imediato
PP3.2.1O	Promover ações de recuperação dos rios e riachos	Imediato
PP3.3.1B	Promover atividades de educação ambiental	Imediato
PP3.3.1C	Intensificar a fiscalização ambiental	Imediato
PP3.3.1D	Monitoramento dos ninhos de tartarugas marinhas	Imediato
PP3.3.1E	Garantir a preservação da paisagem e vegetação nativa e outras;	Imediato
PP3.3.4I	Elaborar projeto de preservação da paisagem da árvore icônica do Mirante da sereia	Imediato
PP3.3.4J	Prever ações de educação e conscientização ambiental E patrimonial	Imediato
PP3.3.4K	Intensificar a limpeza urbana (agentes de limpeza)	Imediato

P1.1.2A	Realizar ações de educação ambiental	Curto
P1.1.2B	Replantio/ repovoamento de espécies nativas	Curto
P1.2.2B	Recuperar o passeio, e implantar rampas e escadaria de acessibilidade à praia em toda a extensão da orla	Curto
P1.2.2C	Ampliar nos trechos danificados e realizar a manutenção da ciclovia nos trechos existentes	Curto
P1.2.2D	Implantar abrigos de ônibus	Curto
P1.2.2E	Arborizar o passeio com espécies de bioma e replantar a restinga na faixa de areia.	Curto
P1.2.2G	Inserir uma academia funcional da saúde no complexo da quadra do Pontal	Curto
P1.2.2I	Implantar mobiliário para limpeza urbana (lixearas)	Curto
P1.2.5A	Recompor a vegetação nativa	Curto
P1.3.4A	Realizar propagandas sobre o Centro Pesqueiro e implementar sinalização vertical indicando o Centro Pesqueiro	Curto
P1.3.4B	Implantar solução sustentável para descarte adequado de resíduos orgânicos, como por exemplo biodigestores	Curto

P1.3.4C	Executar o projeto de ampliação dos boxes	Curto
P1.3.4D	Elaborar um plano de manutenção contínua para o Centro Pesqueiro	Curto
P1.3.4H	Executar o projeto de nivelamento do piso do equipamento box no Centro Pesqueiro	Curto
PP1.2.1A	Promover eventos culturais com ampla divulgação	Curto
PP1.2.1B	Consolidar o Pontal da Barra como uma rota turística histórica e cultural	Curto
PP1.2.2B	Articular a inclusão dos eventos de surf no calendário nacional de eventos no MTur	Curto
PP1.3.1A	Reforçar as políticas de restauração e conservação dos prédios históricos na manutenção do conjunto arquitetônico do Centro e Jaraguá (ex.: Programa Revive - MTur)	Curto
PP1.3.1B	Viabilizar a aplicação do IPTU Progressivo e demais instrumentos do Estatuto da Cidade	Curto
PP1.3.2A	Criar um calendário de eventos culturais (artesanato, literatura, música, entre outros) de médio e grande porte em formato de circuito, incluindo áreas públicas e prédios históricos, e priorizando artistas locais	Curto
PP1.3.3A	Promover políticas de educação ecológica e campanhas de conscientização para toda a população	Curto
PP1.3.3B	Garantir a aplicação das leis do seguro defeso no período adequado	Curto

PP1.3.3C	Intensificar ações de fiscalização da atividade pesqueira na época do defeso	Curto
PP1.3.3D	Realizar ações de educação ambiental, boas práticas de manipulação dos alimentos e qualificação para o desenvolvimento das atividades para os pescadores	Curto
P2.1.2E	Descentralizar mobiliários urbanos públicos com grande concentração de pessoas.	Curto
P2.1.3B	Elaborar estudo fundiário e territorial em conjunto com a prefeitura Estado e União para definição do uso	Curto
P2.1.4A	Elaborar mapeamento de atividades.	Curto
P2.1.5F	Promover ações de fiscalização para evitar abordagem inadequada a cidadãos e comércio irregular de artesanato de palha de coqueiro.	Curto
P2.1.6A	Intensificar e redistribuir o policiamento também na baixa temporada, em toda a extensão da orla	Curto
P2.1.6B	Intensificar e redistribuir o policiamento de combate ao tráfico de drogas, em toda a extensão da orla através de um sistema de inteligência.	Curto
P2.1.8A	Implementar e manter o projeto Praia Acessível	Curto
P2.1.10A	Criar conselho municipal de mobilidade urbana	Curto
P2.1.11A	Regulamentação via decreto do poder executivo da política de combate a erosão com base no guia de diretrizes de prevenção e proteção a erosão costeira.	Curto

P2.1.13A	Atualizar a legislação vigente e pertinente ao tema	Curto
P2.1.13B	Criar iniciativas para dar publicidade a lei	Curto
P2.2.1B	Estudo de evolução morfológica da praia (UP1, UP2 e UP3)	Curto
P2.2.2A	Elaborar mapeamento de atividades	Curto
P2.2.3A	Intensificar e redistribuir o policiamento também na baixa temporada, em toda a extensão da orla	Curto
P2.2.3B	Intensificar e redistribuir o policiamento de combate ao tráfico de drogas, em toda a extensão da orla através de um sistema de inteligência.	Curto
P2.2.6A	Criar conselho municipal de mobilidade urbana	Curto
P2.2.7A	Regulamentação via decreto do poder executivo da política de combate a erosão com base no guia de diretrizes de prevenção e proteção da erosão costeira.	Curto
P2.2.9B	Criação e divulgação de calendário integrado, e atualização periódica.	Curto
P3.1.2D	Implantar e operacionalizar o sistema de saneamento ambiental	Curto
P3.1.3B	Sinalizar os acessos	Curto

P3.2.1A	Realizar estudos de gentrificação, de impacto socioambiental e de justiça climática	Curto
P3.2.1C	Divulgar canais de denúncias de atividades irregulares de uso e de ocupação do solo.	Curto
P3.2.1D	Tornar público as irregularidades e os relatórios das ações de fiscalização realizadas	Curto
P3.2.1F	Promover a arborização urbana embasada em estudos técnicos e científicos	Curto
P3.2.1G	Implementar programa de Pagamento por Serviços Ambientais	Curto
P3.2.1H	Adequar a iluminação pública da orla, a fim de evitar impactos à biodiversidade a exemplo das tartarugas	Curto
P3.2.1I	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras, PEVs)	Curto
P3.2.5I	Implantar sinalização viária	Curto
P3.2.5J	Implantar sinalização informativa de equipamentos e atrativos do local	Curto
P3.2.7A	Identificar área para implantação de balanças da Garça torta e estaleiros no Riacho doce e Garça torta	Curto
P3.2.7B	Desenvolver atividades de promoção da cultura local	Curto

P3.3.1A	Realizar estudos de gentrificação, de impacto socioambiental e de justiça climática	Curto
P3.3.1C	Divulgar canais de denúncias de atividades irregulares de uso e de ocupação do solo.	Curto
P3.3.1D	Tornar pública as irregularidades e os relatórios das ações de fiscalização realizadas	Curto
P3.3.1F	Promover a arborização urbana com espécies nativas embasada em estudos técnicos e científicos	Curto
P3.3.1G	Implementar programa de Pagamento por Serviços Ambientais	Curto
P3.3.1H	Adequar a iluminação pública da orla, a fim de evitar impactos à biodiversidade a exemplo das tartarugas	Curto
P3.3.1I	Instalar mobiliários de limpeza urbana na área (lixeiras, PEVs)	Curto
P3.3.4I	Implantar sinalização viária	Curto
P3.3.4J	Implantar sinalização informativa de equipamentos e atrativos do local	Curto
P3.3.5A	Identificar áreas para implantação de balanças e portos na pescaria e Ipioca.	Curto
P3.3.5D	Desenvolver atividades de promoção da sustentabilidade econômica e cultura local	Curto

PP2.1.2 A	Elaborar programa de necessidades preservando as atividades existentes e estimulando novas atividades	Curto
PP2.1.3 A	Melhorar a sinalização dos pontos turísticos e de tráfego	Curto
PP2.1.5B	Definição de espaços culturais	Curto
PP2.1.5C	Elaboração de editais que fomentem a cultura local	Curto
PP2.1.5 D	Promover festivais gastronômicos regionais	Curto
PP2.1.5E	Inventário e mapeamento dos grupos culturais, artesanato local e artistas de rua locais.	Curto
PP2.1.7B	Elaborar estudo fundiário e territorial em conjunto com a prefeitura Estado e União para definição do uso	Curto
PP2.2.2 A	Melhorar a sinalização dos pontos turísticos e de tráfego	Curto
PP2.2.3 A	Elaboração de editais que fomentem a cultura local	Curto
PP2.2.3B	Promover festivais gastronômicos regionais	Curto
PP2.2.3C	Inventário e mapeamento dos grupos culturais, artesanato local e artistas de rua locais.	Curto

PP3.2.1F	Identificar área para implantação de balança da Garça torta e estaleiro no Riacho doce e garça	Curto
PP3.2.1H	Desenvolver atividades de promoção da cultural local	Curto
PP3.2.1N	Criação de rede de gestão compartilhada para preservação dos recursos hídricos (nascentes, riachos e rios) e seus ecossistemas (de montante à jusante)	Curto
PP3.2.1Q	Identificar área para implantação de ESPAÇO para as comunidades tradicionais da região	Curto
PP3.3.1F	Identificar áreas para implantação de balança e estaleiro na pescaria em Ipioca.	Curto
PP3.3.1H	Desenvolver atividades de promoção da cultural local	Curto
PP3.3.1Q	Criar unidade de conservação municipal - área de relevante interesse ecológico (ARIE)	Curto
PP3.3.1S	criar rede de gestão compartilhada () para preservação dos recursos hídricos (nascentes, riachos e rios) e seus ecossistemas (de montante à jusante)	Curto
PP3.3.4E	Desenvolver cursos de capacitação atendendo às demandas dos empreendedores locais (atendimento ao turista e visitantes, idiomas e outros)	Curto
PP3.3.4H	Elaborar e implantar projetos de sinalização na orla (ex: patrimônio, proibição de tráfego de veículo na faixa de areia; e limite de poluição sonora etc)	Curto

P1.2.2H	Implantar projeto de requalificação da orla com a participação popular	Médio
----------------	--	-------

P1.2.2J	Implantar iluminação pública no passeio e na faixa de areia, considerando a prática de esportes e adequada à desova de tartarugas	Médio
P1.2.3A	Instalar novos pontos de guarda-vida em todo trecho (Pontal e Prado) que atendam à demanda	Médio
P1.2.1C	Suspender a renovação da licença ambiental de funcionamento e operação da Indústria Química Braskem considerando fatores ambientais (instabilidade climática, aquecimento global) e contaminação numa área de APP (Código florestal) em área de instabilidade geológica e fragilidade ambiental (fauna e flora) com agravante de ser um estuário conectado com correntes lagunares e marítimas com influência imensurável.	Médio
P1.2.2A	Cobrar a execução do plano de saneamento (BRK) do Pontal com base na legislação municipal.	Médio
P1.2.2H	Implantar projeto de requalificação da orla com a participação popular	Médio
P1.2.2J	Implantar iluminação pública no passeio e na faixa de areia, considerando a prática de esportes e adequada à desova de tartarugas	Médio
P1.2.3A	Instalar novos pontos de guarda-vida em todo trecho (Pontal e Prado) que atendam à demanda	Médio
P1.2.1C	Suspender a renovação da licença ambiental de funcionamento e operação da Indústria Química Braskem considerando fatores ambientais (instabilidade climática, aquecimento global) e contaminação numa área de APP (Código florestal) em área de instabilidade geológica e fragilidade ambiental (fauna e flora) com agravante de ser um estuário conectado com correntes lagunares e marítimas com influência imensurável.	Médio
P1.2.2A	Cobrar a execução do plano de saneamento (BRK) do Pontal com base na legislação municipal.	Médio

P1.3.6B	Viabilizar estudos referentes para identificar a vocação da área portuária considerando diferentes possibilidades de uso	Médio
P2.1.1A	Atualizar o Plano Diretor Participativo e o código e urbanismo de forma alinhada ao PGI	Médio
P2.1.2A	Elaborar mapeamento de atividades.	Médio
P2.1.2B	Atualizar cadastro de atividades que acontecem na orla.	Médio
P2.1.2C	Elaborar Plano de ordenamento de atividades. (Parâmetros de ordenamento)	Médio
P2.1.2D	Descentralização das atividades ao longo da orla. (todos os trechos e outras UPs)	Médio
P2.1.2F	Redução e regularização dos equipamentos e espaços privados tais como barracas e quiosques. (quantidade e tamanho); A prefeitura deve fazer a cessão de uso com licitação informando à SPU conforme TAGP (Termo de Adesão à gestão de praias).	Médio
P2.1.4B	Implantar e operar sistema eficiente de fiscalização	Médio
P2.1.5A	Atualizar cadastro de atividades que acontecem na orla.	Médio
P2.1.5B	Qualificar os pescadores autônomos (Realizar convênio com o sistema S)	Médio
P2.1.5C	Qualificar os ambulantes.	Médio

P2.1.5D	Qualificar os artesãos.	Médio
P2.1.5E	Construir e implementar políticas públicas voltadas à população em vulnerabilidade social.	Médio
P2.1.6C	Levar o serviço da Guarda Municipal para o quiosque utilizado também pela SEMSC	Médio
P2.1.6D	Criar sistema de monitoramento eletrônico de segurança.	Médio
P2.1.6E	Expandir a rede iluminação pública.	Médio
P2.1.6F	Intensificar ações junto ao Conselho Tutelar	Médio
P2.1.7A	Elaborar estudos técnicos que viabilizem a melhoria dos sistemas.	Médio
P2.1.7C	Implantar sede fixa com o intuito de conscientização ambiental e cultural na UP1 ou UP3	Médio
P2.1.7D	Revisar o plano de saneamento	Médio
P2.1.9A	Elaborar plano municipal integrado de ação e monitoramento às pessoas em situação de rua.	Médio
P2.1.10C	Definir espaços para estacionamentos de veículos motorizados e demarcação de áreas para embarque e desembarque	Médio

P2.1.10 D	Elaborar um plano de mobilidade integrada	Médio
P2.1.11B	Elaboração de estudos de viabilidade técnica para intervenções na orla e combate a erosão. RAA (Relatório de análise ambiental)	Médio
P2.1.13C	Criar um sistema de gestão dos Food Trucks	Médio
P2.2.1A	Elaboração de estudos visando a questão do conforto ambiental	Médio
P2.2.2B	Implantar e operar sistema eficiente de fiscalização	Médio
P2.2.3C	Levar o serviço da Guarda Municipal para o quiosque utilizado também pela SEMSC	Médio
P2.2.3D	Criar sistema de monitoramento eletrônico de segurança.	Médio
P2.2.3E	Expandir a rede iluminação pública.	Médio
P2.2.3F	Intensificar ações junto ao Conselho Tutelar	Médio
P2.2.4A	Elaborar estudos técnicos que viabilizem a melhoria dos sistemas.	Médio
P2.2.4C	Implantar sede fixa com o intuito de conscientização ambiental e cultural na UP1 ou UP3	Médio

P2.2.4D	Revisar o plano de saneamento	Médio
P2.2.5A	Elaborar plano municipal integrado de ação e monitoramento às pessoas em situação de rua.	Médio
P2.2.6C	Definir espaços para estacionamentos de veículos motorizados e demarcação de áreas para embarque e desembarque	Médio
P2.2.6D	Elaborar um plano de mobilidade integrada	Médio
P2.2.7B	Elaboração de estudos de viabilidade técnica para intervenções na orla e combate a erosão. RAA (Relatório de análise ambiental)	Médio
P2.2.9A	Criação e gestão de sistema de cadastramento de atividades e eventos.	Médio
P2.2.10B	Adequar as estruturas existentes às normas do Plano Diretor Participativo e normas técnicas.	Médio
P3.1.1A	Aplicar medidas socioambientais compensatórias em imóveis/empreendimentos, já existentes e novos, nas áreas atingidas pelo empreendimento, com participação social.	Médio
P3.1.1B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
P3.1.1F	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Médio
P3.1.2B	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Médio

P3.1.3C	Implantar passarelas suspensas para passagem de pedestres nas fozes dos rios dando continuidade ao calçadão a ser implantado na orla, obedecendo ao decreto federal 5300/2004.	Médio
P3.1.3D	Requalificar os acessos existentes	Médio
P3.1.4B	Melhorar e dar continuidade da rede cicloviária	Médio
P3.1.4C	Instalar e manter abrigos e pontos de transporte público	Médio
P3.1.4D	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Médio
P3.1.4F	Elaborar o plano de mobilidade urbana	Médio
P3.1.4H	Implantar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Médio
P3.1.5A	Proporcionar infraestrutura para a acessibilidade às praias.	Médio
P3.2.1E	Garantir a priorização de uso de pisos permeáveis em calçadas e ruas da região.	Médio
P3.2.1K	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Médio
P3.2.1L	Criar centros de compostagem de resíduos sólidos orgânicos	Médio

P3.2.1N	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
P3.2.1O	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Médio
P3.2.2B	Realizar estudos técnicos e científicos da erosão costeira na faixa marítima, referente a construções já existentes.	Médio
P3.2.2C	Realizar estudos técnicos e científicos do assoreamento dos rios (e suas nascentes) e seus impactos na faixa de areia, com base no guia de proteção e prevenção à erosão costeira, formalizado por meio da resolução da SECIRM	Médio
P3.2.2F	realizar estudos assegurando uma equipe multidisciplinar e a participação da sociedade civil sobre as melhores formas de contenção da maré	Médio
P3.2.3A	Implantar e operacionalizar o sistema de saneamento ambiental	Médio
P3.2.3B	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Médio
P3.2.4A	Requalificar os acessos existentes	Médio
P3.2.5A	Implantar rede cicloviária	Médio
P3.2.5B	Instalar e manter abrigos e pontos de transporte público	Médio
P3.2.5C	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Médio

P3.2.5E	Elaborar o plano de mobilidade urbana	Médio
P3.2.5H	Implantar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Médio
P3.2.6A	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Médio
P3.2.6B	Implantar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Médio
P3.2.6D	Garantir a incorporação de fachadas ativas nos empreendimentos	Médio
P3.2.6E	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
P3.2.7C	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Médio
P3.2.7D	identificar e Requalificar o patrimônio material cultural e equipamentos públicos	Médio
P3.2.8B	Elaborar regulamentações sobre o uso de petrechos de pesca	Médio
P3.3.1E	Garantir a priorização de uso de pisos permeáveis em calçadas e ruas da região.	Médio
P3.3.1K	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Médio

P3.3.1L	Criar centros de compostagem de resíduos sólidos orgânicos	Médio
P3.3.1N	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
P3.3.1O	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Médio
P3.3.2B	Realizar estudos técnicos e científicos da erosão costeira na faixa marítima, referente a construções já existentes.	Médio
P3.3.2C	Realizar estudos técnicos e científicos do assoreamento dos rios (e suas nascentes) e seus impactos na faixa de areia, com base no guia de proteção e prevenção à erosão costeira, formalizado por meio da resolução da SECIRM	Médio
P3.3.2F	realizar estudos assegurando uma equipe multidisciplinar e a participação da sociedade civil sobre as melhores formas de contenção da maré	Médio
P3.3.3A	Implantar e operacionalizar o sistema de saneamento ambiental	Médio
P3.3.3B	Instalar equipamento de limpeza urbana na área (Ecoponto)	Médio
P3.3.4A	Implantar rede cicloviária	Médio
P3.3.4B	Instalar e manter abrigos e pontos de transporte público	Médio
P3.3.4C	Instalar sistema adequado de iluminação pública	Médio

P3.3.4E	Elaborar o plano de mobilidade urbana	Médio
P3.3.4H	Implantar sistema de monitoramento por câmeras de segurança	Médio
P3.3.5B	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Médio
P3.3.5C	identificar e Requalificar o patrimônio material cultural e equipamentos públicos	Médio
P3.3.6B	Elaborar regulamentações sobre o uso de petrechos de pesca (em áreas que não tenham tal regulamentação)	Médio
P3.3.7A	Elaborar/revisar e implementar o Plano de Manejo da APA do Pratagy	Médio
PP1.1.1B	Criar um espaço de apoio para os pescadores	Médio
PP1.2.1C	Realizar ações de educação patrimonial para a conscientização dos estudantes das escolas municipais acerca do patrimônio material e imaterial	Médio
PP1.1.1B	Criar um espaço de apoio para os pescadores	Médio
PP1.3.1C	Analisar e revisar a política de incentivo fiscal para resgatar a revitalização do Jaraguá	Médio
PP2.1.1 A	Elaborar o Plano de Paisagem Municipal.	Médio

PP2.1.3B	Implementar pontos de atendimento ao turista com profissionais capacitados	Médio
PP2.1.3C	Elaborar Plano municipal de desenvolvimento turístico sustentável	Médio
PP2.1.4A	Requalificar os espaços adequados para guarda dos materiais de pesca	Médio
PP2.1.4B	Realizar reforma nas balanças	Médio
PP2.1.6A	Destinar espaços públicos adequados para armazenamento de materiais esportivos, de forma que não seja obstruída a vista da praia	Médio
PP2.1.6B	Criar e estimular escolinhas de aprendizado de esportes	Médio
PP2.2.1A	Destinar espaços públicos adequados para armazenamento de materiais esportivos, de forma que não seja obstruída a vista da praia	Médio
PP2.2.1B	Criar e estimular escolinhas de aprendizado de esportes	Médio
PP2.2.2B	Implementar pontos de atendimento ao turista com profissionais capacitados	Médio
PP2.2.2C	Elaborar Plano municipal de desenvolvimento turístico sustentável	Médio
PP2.2.4A	Adequação da iluminação pública conforme a demarcação das regiões de desova	Médio

PP3.1.1 A	Analisar a viabilidade de implantar calçadão, ciclovia e equipamentos de uso comunitário na orla entre os acessos à praia, mantendo as áreas de restinga (salsa de praia).	Médio
PP3.1.1B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
PP3.2.1 A	Proporcionar infraestrutura para a acessibilidade às praias.	Médio
PP3.2.1 G	Formalizar junto à SPU as destinações patrimoniais da área para as comunidades de pescadores da Garça torta (balança e estaleiro) e Riacho doce (estaleiro);	Médio
PP3.2.1I	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Médio
PP3.2.1J	Atualizar o Plano Diretor Participativo	Médio
PP3.2.1K	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Médio
PP3.2.1 M	Implantar e operacionalizar o sistema de esgotamento sanitário	Médio
PP3.2.1P	Realizar estudos que subsidiem o ordenamento de uso do espelho d'água	Médio
PP3.2.1R	Formalizar junto à SPU as destinações patrimoniais da área para as comunidades tradicionais da região	Médio
PP3.2.1S	Elaborar projeto para implantação da balança e estaleiro	Médio

PP3.2.1T	Elaborar projeto para implantação de centro de comercialização que contemple boleiras, doceiras e artesanato.	Médio
PP3.2.1U	Realizar estudos técnicos e científicos do sistema hídrico da região (assoreamento dos rios e suas nascentes e seus impactos no sistema praial, da ocupação nas margens e foz dos rios e e qualidade da água)	Médio
PP3.2.2A	Recuperar e preservar as áreas de restinga da região	Médio
PP3.2.2B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
PP3.3.1A	Proporcionar infraestrutura para a acessibilidade às praias.	Médio
PP3.3.1G	Formalizar junto à SPU as destinações patrimoniais da área para as comunidades de pescadores da pescaria e ipioca	Médio
PP3.3.1I	Atualizar o estudo de patrimônio cultural imaterial (INRC)	Médio
PP3.3.1J	Atualizar o Plano Diretor Participativo	Médio
PP3.3.1K	Realizar estudo fundiário em APPs da região	Médio
PP3.3.1M	Implantar e operacionalizar o sistema de esgotamento sanitário	Médio
PP3.3.1N	Analizar a viabilidade de implantar calçadão, ciclovía e equipamentos de uso comunitário na orla entre os acessos à praia, mantendo as áreas de restinga (salsa de praia).	Médio

PP3.3.1 O	Recuperar e preservar as áreas de preservação permanente	Médio
PP3.3.1P	Realizar estudos técnicos e científicos do sistema hídrico da região (assoreamento dos rios e suas nascentes e seus impactos no sistema praial, da ocupação nas margens e foz dos rios e e qualidade da água)	Médio
PP3.3.1R	Realizar estudos que subsidiem o ordenamento de uso do espelho d'água	Médio
PP3.3.2 A	Recuperar e preservar as áreas de restinga da região	Médio
PP3.3.2B	Atualizar o Plano Diretor Participativo da cidade	Médio
PP3.3.3 A	Elaborar/revisar e implementar o Plano de Manejo da APA do Pratagy	Médio
PP3.3.3B	Integrar a gestão da APACC e APA Pratagy	Médio
PP3.3.3C	Desenvolver ações integradas de educação ambiental nas Ucs	Médio
PP3.3.4 A	Realizar requalificação da orla	Médio
PP3.3.4B	Instalar e manter banheiros públicos (a depender da demanda da população)	Médio
PP3.3.4C	Instalar centro de atendimento ao turista	Médio

PP3.3.4 D	Viabilizar a instalação de postos de atendimento policial	Médio
PP3.3.4F	Instalar mobiliários urbanos (equipamentos de lazer - infantil e adulto, e de exercício físico)	Médio
PP3.3.4 G	Viabilizar a instalação postos de saúde	Médio

P1.1.1B	Utilizar o prédio do antigo Detran para um Museu Lagunar e Instituto de Pesquisa Científica	Longo
P2.1.2D	Descentralização das atividades ao longo da orla. (todos os trechos e outras UPs)	Longo
P3.1.1G	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Longo
P3.2.1P	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Longo
P3.2.2G	Incluir a comunidade nas discussões sobre as formas de contenção da maré na região	Longo
P3.3.1P	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Longo
P3.3.2G	Incluir a comunidade nas discussões sobre as formas de contenção da maré na região	Longo
PP1.1.1 A	Viabilizar a elaboração de APL da pesca para o município	Longo

PP3.2.1L	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Longo
PP3.3.1L	Realizar a Desocupação e realocação habitacional em áreas de APPs	Longo
PP3.3.4L	Implementar o ordenamento do uso do espelho d'água conforme o estudo realizado.	Longo

Fonte: Quadro Detalhado (2024).

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE LIMA, R. C. Variações da linha de costa de Maceió-AL, associada ao grau de Desenvolvimento urbano, obras costeiras e ambiência (1965-2002). In: Seabra, Giovanni (Org.). **Terra–Políticas Públicas e Cidadania**. Ituiutaba: Barlavento, p. 687-697, 2019.

BARROS, Marcelo. Farol da Ponta Verde: Um marco de navegação e história na orla de Maceió. **Defesa em foco**, Maceió - Alagoas, ano 2024, p. on-line, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/farol-da-ponta-verde-um-marco-de-navegacao-e-historia-na-orla-de-maceio/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13240.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Manual Projeto Orla**. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – Brasília: Ministério da Economia. 2022. 324p.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho et al. Empreendimentos e ações públicas e privadas em Maceió/AL no início do milênio. **Paisagem e Ambiente**, n. 36, p. 11-33, 2015.

_____. O imaginário local e a concepção higienista: os (des)caminhos da construção da paisagem maceioense. In: VI ENEPEA - Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo, 2002, Recife. **Anais** [...]. Recife, 2002. 1 CD-ROM.

CAVALCANTE, F. M. L. **O direito à moradia adequada e à segurança jurídica da posse – um estudo das normas internacionais e brasileiras aplicadas ao caso da Vila dos pescadores de Jaraguá, em Maceió**. 207 f.: il. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. Maceió, 2016.

CODERN. COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Maceió.** Disponível em <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/planejamento-portuario/plano-de-desenvolvimento-e-zoneamento-pdz/arquivos-pdz/texto-pdf-maceio-aprovado-pela-portaria-minfra-852-2022.pdf>. Acesso em 16/11/2023.

DAPPER, C. G. **A pesca extrativa marinha em Maceió-AL, sua cadeia produtiva e aspectos institucionais : fragilidade para uma pesca sustentável.** 135 f. : il. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Tecnologia/PRODEMA, Maceió, 2009.

DUARTE, Rubens de Oliveira. O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o imaginário das águas na cidade. 2019. 291 f. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

FARIAS, R. J. A.; SILVA, V.; ALVIM, R. G. **A PESCA ARTESANAL E A COMUNIDADE DO JARAGUÁ: UM MAPEAMENTO CIENTÍFICO.** Revbea, São Paulo, V. 15, No 1: 397-414, 2020.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.** Abril de 2021.

IMA. Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Santa Rita.** Março de 2022.

JÚNIOR, S. A. M. G.; NASCIMENTO, M. C.; SILVA, D. J.R.P. Impactos do uso da terra no Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (Alagoas) Brasil. **Revista Contexto Geográfico**, v. 2, n.3, julho (2017), p. 86 – 99.

LIMA, B. M. Áreas de proteção permanente – APPs em Maceió : do ideário conservacionista aos usos socioambientais das zonas de interesse ambiental e paisagístico 140 f. : il. **Dissertação** (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2009.

MACEIÓ. **Lei nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005.** Institui o Plano Diretor do município de Maceió e estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano. Maceió, AL: Câmara Municipal, 2005.

_____. **Lei nº 5.593, de 08 de fevereiro de 2007.** Institui o Código de Urbanismo e Edificações do município de Maceió e estabelece o zoneamento da cidade de acordo com os parâmetros de macrozoneamento do

_____. **Lei nº 6.755, de 24 de maio de 2018.** Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do município de Maceió e dá outras providências. Maceió, AL: Câmara Municipal, 2018.

NASCIMENTO, M. R. Influência da variabilidade climática sobre a linha de costa, riscos e vulnerabilidade do litoral de Maceió, Alagoas. **Dissertação** (Mestrado em Meteorologia) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Alagoas, 2023

OLIVEIRA, A.N.S; AMORIM, C. M. F.; LEMOS, R.P.L. Alagoas: Unidades de Conservação: as riquezas das áreas protegidas no território alagoano. 2º edição. Maceió. Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas. 2020.

SANTOS, A. N. A dinâmica costeira e seus efeitos sobre a ocupação urbana na orla marítima do Estado de Alagoas. **Tese** (Doutorado em Geologia). Programa de Pós-Graduação em Geologia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2010^a

SANTOS, L. F. **Análise da pesca artesanal marinha de Maceió-AL.** 40 f.: il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Pesca) - Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo, Penedo, AL, 2022.

SILVA, T. C. L.; JÚNIOR, J. F. S.; FERREIRA, B. Índice de geodiversidade do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM, Alagoas, Nordeste do Brasil. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 16, n. 41, maio/ago. 2022. pp. 139-165.

SILVA, G. C. Avaliação da proteção costeira e recuperação de praias em Maceió. 2023. 54 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SILVA, T. C. L.; JÚNIOR, J. F. S.; FERREIRA, B. Índice de geodiversidade do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM, Alagoas, Nordeste do Brasil. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 16, n. 41, maio/ago. 2022. pp. 139-165.

SOUZA, Luana Tavares de. Análise da erosão costeira e estruturas de proteção nas praias urbanas do litoral sul de Maceió - AL. 2023. 23 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

16. ANEXOS

- 16.1. ANEXO 1 – Lista de Presença da 1º Etapa da Oficina de Planejamento Participativo.
- 16.2. ANEXO 2 – Lista de Presença da 2º Etapa da Oficina de Planejamento Participativo.
- 16.3. ANEXO 3 – Mapa de Sistemas existentes – Plano Municipal de Saneamento Básico.

17. APÊNDICES

- 17.1. APÊNDICE 1 – Quadro Detalhado da Unidade de Planejamento 1.
- 17.2. APÊNDICE 2 – Quadro Detalhado da Unidade de Planejamento 2.
- 17.3. APÊNDICE 3 – Quadro Detalhado da Unidade de Planejamento 3.